



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2017**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**

Gestor atual: **AUGUSTINHO ZUCCHI**

Gestor das Contas: **AUGUSTINHO ZUCCHI**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Ofício de Encaminhamento (Ofício Assinado.pdf.p7s)
- Certidão de Habilitação do Contador (Certidão de Regularidade Profissional.pdf.p7s)
- Balanço Patrimonial (BP publicado.pdf.p7s)
- Publicação do Balanço Patrimonial (BP publicado.pdf.p7s)
- Relatório do Controle Interno (Rel Controle Interno.pdf.p7s)
- Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP.pdf.p7s)
- Publicação de Lei Municipal (5059 LOA pag 1 a 9.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 3º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 2º Bimestre 2017 e RGF 1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 4º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 5º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 6º Bimestre 2017 e RGF 3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 1º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (RGF 2º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (Publicação RREO 6º Bimestre 2017 e RGF 3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (Publicação RREO 2º Bimestre 2017 e RGF 1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Convocação para Audiências - Metas Fiscais LDO (1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Convocação para Audiências - Metas Fiscais LDO (3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

- Convocação para Audiências - Metas Fiscais LDO (2º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Atas e Pareceres das Audiências - Metas Fiscais LDO (Audiência Publica Prestação de Contas 1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Atas e Pareceres das Audiências - Metas Fiscais LDO (Audiência Publica Prestação de Contas 3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Atas e Pareceres das Audiências - Metas Fiscais LDO (Audiência Publica Prestação de Contas 2º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ 76.995.448/0001-54, através do(a) Representante Legal AUGUSTINHO ZUCCHI, CPF 450.562.939-20

Curitiba, 25 de abril de 2018 17:06:08



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 281192/18

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 281192/18

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2017

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**

Gestor atual: **AUGUSTINHO ZUCCHI**

Gestor das Contas: **AUGUSTINHO ZUCCHI**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Ofício de Encaminhamento (Ofício Assinado.pdf.p7s)
- Certidão de Habilitação do Contador (Certidão de Regularidade Profissional.pdf.p7s)
- Balanço Patrimonial (BP publicado.pdf.p7s)
- Publicação do Balanço Patrimonial (BP publicado.pdf.p7s)
- Relatório do Controle Interno (Rel Controle Interno.pdf.p7s)
- Certidão de Regularidade Previdenciária (CRP.pdf.p7s)
- Publicação de Lei Municipal (5059 LOA pag 1 a 9.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 3º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 2º Bimestre 2017 e RGF 1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 4º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 5º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 6º Bimestre 2017 e RGF 3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RREO (Publicação RREO 1º Bimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (RGF 2º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (Publicação RREO 6º Bimestre 2017 e RGF 3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Publicações do Demonstrativo Simplificado do RGF (Publicação RREO 2º Bimestre 2017 e RGF 1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)



- Convocação para Audiências - Metas Fiscais LDO (1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Convocação para Audiências - Metas Fiscais LDO (3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Convocação para Audiências - Metas Fiscais LDO (2º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Atas e Pareceres das Audiências - Metas Fiscais LDO (Audiência Publica Prestação de Contas 1º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Atas e Pareceres das Audiências - Metas Fiscais LDO (Audiência Publica Prestação de Contas 3º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)
- Atas e Pareceres das Audiências - Metas Fiscais LDO (Audiência Publica Prestação de Contas 2º Quadrimestre 2017.pdf.p7s)

PETICIONÁRIO: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ 76.995.448/0001-54, através do(a) Representante Legal AUGUSTINHO ZUCCHI, CPF 450.562.939-20

Curitiba, 25 de abril de 2018 17:06:08



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 128/2018/GP

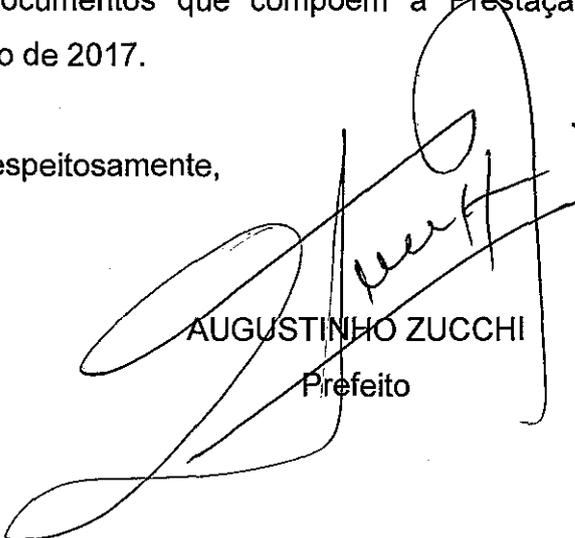
Pato Branco, 23 de abril de 2018

Assunto: Prestação de Contas Municipal

Senhor Presidente,

O Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, por seu representante legal abaixo-assinado, vem por meio deste encaminhar os documentos que compõem a Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2017.

Respeitosamente,



AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Pato Branco - PR



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA
REGISTRO.....	: PR-058078/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 042.387.079-31

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: CURITIBA, 24.04.2018 as 10:02:23.

Válido até: 30.04.2018.

Código de Controle: 264493.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.

Município: PATO BRANCO UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2018 Balanço Patrimonial
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	65.431.059,19	67.856.000,02	PASSIVO CIRCULANTE	12.556.805,26	5.355.182,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.543.061,20	16.060.833,26	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.914.500,14	1.611.669,72
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	41.774.399,45	37.854.076,40	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	24.136,69	11.315,13
DEBÍAS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.312.917,42	8.711.873,84	FORNecedores E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.547.891,11	9.688.743,76
ESTOQUES	14.688.131,21	7.030.221,61	DEBÍAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	269.826,71	45.444,20
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS IMUNIZADAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	100.529,97	89.922,81	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	33.841.671,51	31.588.850,80
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	428.329.883,97	399.799.176,79	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A LONGO PRAZO	8.518.833,48	7.269.141,83
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.726.445,56	5.286.719,53	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	24.923.036,03	24.916.705,07
INVESTIMENTOS	94.961,03	65.094,83	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	467.782.068,40	430.711.163,41
IMOBILIZADO	420.508.277,35	394.207.362,43	RESULTADOS ACUMULADOS	467.782.068,40	430.711.163,41
TOTAL	513.760.743,16	467.655.176,81	TOTAL	513.760.743,16	467.655.176,81

Município: PATO BRANCO UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2017 Balanço Patrimonial
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	76.707.732,07	85.431.056,19	PASSIVO CIRCULANTE	6.183.622,39	12.556.805,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.924.028,26	20.543.061,20	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	70.817,49	1.914.500,14
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	39.908.415,96	41.774.399,45	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	262.113,04	24.136,69
DEBÍAS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	9.182.809,16	8.312.917,42	FORNecedores E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.474.947,51	10.547.891,11
ESTOQUES	5.582.956,77	14.688.131,21	DEBÍAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	369.744,35	269.826,71
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS IMUNIZADAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	100.529,97	100.529,97	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	94.723.936,57	33.841.671,51
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	456.117.045,30	428.329.683,97	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.625.155,88	8.518.833,48
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.611.147,45	7.726.445,56	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	23.104.234,88	24.923.036,03
INVESTIMENTOS	108.621,78	94.961,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	491.511.764,41	467.782.068,40
IMOBILIZADO	445.596.276,07	420.508.277,35	RESULTADOS ACUMULADOS	491.511.764,41	467.782.068,40
TOTAL	532.824.777,37	513.760.743,16	TOTAL	532.824.777,37	513.760.743,16

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	613.760.743,16	467.655.176,81
ATIVO FINANCEIRO	28.811.280,24	22.948.959,94
ATIVO PERMANENTE	484.949.662,22	445.006.182,87
PASSIVO (II)	74.664.915,33	65.212.139,95
PASSIVO FINANCEIRO	41.498.907,13	33.612.034,22
PASSIVO PERMANENTE	33.166.008,20	31.600.105,73
Saldo Patrimonial (I - II)	438.795.827,83	402.443.036,86

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	632.824.777,37	513.760.743,16
ATIVO FINANCEIRO	31.042.701,94	28.211.050,94
ATIVO PERMANENTE	601.782.076,03	484.949.662,22
PASSIVO (II)	71.332.131,18	74.964.915,33
PASSIVO FINANCEIRO	36.316.868,36	41.498.907,13
PASSIVO PERMANENTE	35.015.262,82	33.466.008,20
Saldo Patrimonial (I - II)	461.472.646,19	438.795.827,83

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra Orçamentos.

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra Orçamentos.

NOTA EXPLICATIVA:
NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes; NOTA 2 - Datas
As demonstrações Contábeis apresentadas no presente Balanço Patrimonial compreendem de 01/01/2016 até 31/12/2016;

NOTA EXPLICATIVA:
NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes; NOTA 2 - Datas
As demonstrações Contábeis apresentadas no presente Balanço Patrimonial compreendem de 01/01/2017 até 31/12/2017;

Município de Pato Branco
Augustinho Zucchi
Prefeito Municipal

Controlador Interno

Controlador

Município de Pato Branco
Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Elizandra K. N. da Silva
CRC - PR 058078/O-3
Port 158/2015 de 06/04/2015

Município de Pato Branco
Elizandra K. N. da Silva
CRC - PR 058078/O-3
Port 158/2015 de 06/04/2015

Município de Pato Branco
Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Elizandra K. N. da Silva
CRC - PR 058078/O-3
Port 158/2015 de 06/04/2015

Município de Pato Branco
Augustinho Zucchi
Prefeito Municipal

PRONIM CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 18/03/2018 16:08:17

PRONIM CP - Contabilidade Pública

Emitido em: 18/03/2018 16:14:00



Rua Xavantes, 411 - 2º Andar - Centro - Pato Branco - PR
Cep: 85.501-220 - Fone/Fax: (46) 3225-0665
E-mail: conselho.saude@pato Branco.pr.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Conselho Municipal de Saúde de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os membros do Conselho Deliberativo e população em geral, para Reunião Ordinária a realizar-se no dia 05/04/2018 (Cinco de Abril de Dois mil e Dezoito) - Quinta-feira, às 8:30hs (oito horas e trinta minutos), na sala do Conselho Municipal de Saúde, sito a Rua Xavantes, 411, 2º andar (edifício da Vigilância Sanitária), a fim de tratar da seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do Plano Municipal de Saúde;
2. Apresentação Minutas da Pesquisa de Satisfação Usuários Sistema Único de Saúde (SUS);
3. Relação da composição das Comissões Permanentes do Conselho;
4. Assuntos Gerais.

Pato Branco, 02 de abril de 2018.

Assis Francisco de Anhaia
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2015 (Vinculado a Inexigibilidade nº 006/2015)

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: COPEL - TELECOMUNICAÇÕES S.A.
PRAZO: Prorrogado o prazo de vigência para o período de 12 (doze) meses, a partir de seu vencimento.
DATA ASSINATURA DO ADITIVO: 02 de Abril de 2018.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de Abril de 2018.

Lessir Canan Bortoli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo Aditivo 01/2018. Ata de Registro de Preços nº 253/2017. Pregão nº 51/2017. PARTES: Município de Pato Branco e Itacir Alberton e Cia Ltda - EPP. OBJETO: A implantação de Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de gás (GLP), cilindro de gás, regulador/válvula e mangueira, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal. Conforme solicitação e justificativa apresentada pela contratada, bem como parecer do gestor da respectiva Ata de Registro de Preços através do Memorando nº 13/2018, fica aditivado o Item 1, constante no Anexo I - Item aditivado. As demais condições constantes da Ata permanecem vigentes e inalteradas. Pato Branco, 21 de fevereiro de 2018. Augustinho Zucchi - Prefeito Municipal. Itacir Alberton - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 04/2018 - Contrato nº 90/2014.GP. Inexigibilidade nº 45/2014. PARTES: Município de Pato Branco e GLT - Clínica de Fisioterapia do Trabalho Ltda. OBJETO: A contratação de serviços em procedimentos com finalidade diagnóstica, nas áreas de (anatomia patológica ou citopatológica, cardiologia, laboratório clínico, medicina nuclear in vivo) e procedimento clínico (reabilitação física, mental e visual) visando à prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS, com valores constantes da tabela do SUS-MUNICIPAL. ADITAMENTO: Do valor: Com base na Cláusula Quinta, II, do Contrato 90/2014 aplica-se o reajuste de preços no valor de R\$ 11.568,00 conforme ANEXO I - ITENS A SEREM ADITIVADOS, passando o valor do Contrato de R\$ 73.248,00 para R\$ 84.816,00. Dot. Orc.: 08.02 Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Despesa Principal 562 - Desdobramento 4822. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 23 de março de 2018. Augustinho Zucchi - Prefeito. Raquel Luiz Odoni Simionato - Representante Legal.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 049/2018 (Vinculado ao Pregão Presencial nº 018/2018)

CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Irmãos Rufatto e CIA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gasolina, etanol, diesel S500, óleo diesel S10 e óleo 2 tempos, para atender as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 1.033.130,00 (um milhão trinta e três mil cento e trinta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2018.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2018.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 37/2018/GP. Dispensa nº 24/2018. PARTES: Município de Pato Branco e PRGEO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE GEOMENSURA LTDA - EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de antena receptora de sinal GLOMANS/GPS, junto ao aparelho receptor GNS5, marca/moedel Topcon Hiper V RTK, série 1143-10174, n.º de patrimônio 49.629, 49.630 e 49.631, atendendo as necessidades da Secretaria de Planejamento Urbano. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: A contratada deverá entregar o aparelho na Secretaria de Planejamento Urbano, com a devida substituição da peça e demais configurações, em até 15 (quinze) dias, a contar da retirada do equipamento. VALOR: O valor global a ser pago pelo objeto do presente Contrato é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: O período de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura, contados da assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) após entrega do material, com apresentação da Nota Fiscal. DOT. ORC.: 04.02.15.45100182.238.00 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - Departamento de Desenvolvimento Urbano - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo (121-4754) - Reserva de Saldo 128. GESTOR DO CONTRATO: O Secretário de Planejamento Urbano. Pato Branco, 20 de março de 2018. Augustinho Zucchi - Prefeito. Celso Augusto Lopes Pereira Gomes - Representante Legal.



DECRETO Nº 026/2018, DE 29 DE MARÇO DE 2018.

Altera a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2018.

DECRETO Nº 027/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Cria Fonte de Recursos e Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Sulina para o Exercício Financeiro de 2018, no valor de R\$ 120.000,00.

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 09/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, em atendimento a lei nº 11.947/2009, destinados a merenda da Escola Municipal Arnaldo Busato EIF e APAC. Contratada(s): PEDRO PAULO ANGELES - RS 1.532,80; VERANI LUCIA SCHAFFER HOLDEFER - R\$ 1.830,05; IVANE MARIA KLOCK RAUBER - R\$ 1.893,00; LEONIR TEREZINHA KOOP - R\$ 1.346,40.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Contratado: PEDRO PAULO ANGELES CPF: 314.317.980-53

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Contratado: VERANI LUCIA SCHAFFER HOLDEFER CPF: 015.786.819-28

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Contratado: IVANE MARIA KLOCK RAUBER CPF: 023.421.989-06

EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Contratado: LEONIR TEREZINHA KOOP CPF: 008.102.089-97

A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/ams>, edição do dia 03 de abril de 2018, conforme Lei Autorizativa nº 927 de 07 de junho de 2017.

Município: PATO BRANCO UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2018 Balanço Patrimonial
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	65.431.059,19	67.856.000,02	PASSIVO CIRCULANTE	12.556.805,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.543.061,20	16.060.833,26	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.914.500,14
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	41.774.399,45	37.854.076,40	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	24.136,69
DEBÍAS, CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.312.917,42	8.711.873,84	FORNecedores e CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	10.547.891,11
ESTOQUES	14.688.131,21	7.030.221,81	DEBÍAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	269.826,71
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS IMUNIZADAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	100.529,97	89.922,81	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	33.841.871,51
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	428.329.883,97	399.799.176,79	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A LONGO PRAZO	8.518.833,48
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.726.445,56	5.286.719,53	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	24.923.036,03
INVESTIMENTOS	94.961,03	65.094,83	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	467.782.068,40
IMOBILIZADO	420.508.277,35	394.207.362,43	RESULTADOS ACUMULADOS	467.782.068,40
TOTAL	513.760.743,16	467.655.176,81	TOTAL	513.760.743,16

Município: PATO BRANCO UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2017 Balanço Patrimonial
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	76.707.732,07	85.431.056,19	PASSIVO CIRCULANTE	6.183.622,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.924.028,26	20.543.061,20	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	70.817,49
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	39.908.415,96	41.774.399,45	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	262.113,04
DEBÍAS, CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	9.182.809,16	8.312.917,42	FORNecedores e CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.474.947,51
ESTOQUES	5.582.956,77	14.688.131,21	DEBÍAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	369.744,35
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS IMUNIZADAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	100.529,97	100.529,97	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	94.723.936,57
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	456.117.045,30	428.329.683,97	ORÇAMENTOS TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.625.155,88
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.611.147,45	7.726.445,56	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	23.104.234,88
INVESTIMENTOS	108.621,78	94.961,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	491.511.764,41
IMOBILIZADO	445.596.278,07	420.508.277,35	RESULTADOS ACUMULADOS	491.511.764,41
TOTAL	532.824.777,37	513.760.743,16	TOTAL	532.824.777,37

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	613.760.743,16	467.655.176,81
ATIVO FINANCEIRO	28.811.280,24	22.948.959,94
ATIVO PERMANENTE	484.949.662,22	445.006.182,87
PASSIVO (II)	74.664.915,33	65.212.139,95
PASSIVO FINANCEIRO	41.498.907,13	33.612.034,22
PASSIVO PERMANENTE	33.166.008,20	31.600.105,73
saldo Patrimonial (I - II)	439.095.827,83	402.443.036,86

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	632.824.777,37	513.760.743,16
ATIVO FINANCEIRO	31.042.701,94	28.211.050,94
ATIVO PERMANENTE	601.782.076,03	484.949.662,22
PASSIVO (II)	71.332.131,18	74.964.915,33
PASSIVO FINANCEIRO	36.316.868,36	41.498.907,13
PASSIVO PERMANENTE	35.015.262,82	33.466.008,20
saldo Patrimonial (I - II)	461.492.646,19	438.795.827,83

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNEROS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra Orçamentos.

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra Orçamentos.

NOTA EXPLICATIVA:
NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes; NOTA 2 - Datas
As demonstrações Contábeis apresentadas no presente Balanço Patrimonial compreendem de 01/01/2016 até 31/12/2016;

NOTA EXPLICATIVA:
NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes; NOTA 2 - Datas
As demonstrações Contábeis apresentadas no presente Balanço Patrimonial compreendem de 01/01/2017 até 31/12/2017;

Município de Pato Branco
Augustinho Zucchi
Prefeito Municipal
Controlador Interno
Elizandra K. N. da Silva
Diretora de Controle Interno
CRC - PR 058078/O-3
Port 158/2015 de 06/04/2015

Município de Pato Branco
Elizandra K. N. da Silva
CRC - PR 058078/O-3
Port 158/2015 de 06/04/2015
Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 09/09/2014
Município de Pato Branco
Augustinho Zucchi
Prefeito Municipal



Rua Xavantes, 411 - 2º Andar - Centro - Pato Branco - PR
Cep: 85.501-220 - Fone/Fax: (46) 3225-0665
E-mail: conselho.saude@pato Branco.pr.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Conselho Municipal de Saúde de Pato Branco, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os membros do Conselho Deliberativo e população em geral, para Reunião Ordinária a realizar-se no dia 05/04/2018 (Cinco de Abril de Dois mil e Dezoito) - Quinta-feira, às 8:30hs (oito horas e trinta minutos), na sala do Conselho Municipal de Saúde, sito a Rua Xavantes, 411, 2º andar (edifício da Vigilância Sanitária), a fim de tratar da seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do Plano Municipal de Saúde;
2. Apresentação Minutas da Pesquisa de Satisfação Usuários Sistema Único de Saúde (SUS);
3. Relação da composição das Comissões Permanentes do Conselho;
4. Assuntos Gerais.

Pato Branco, 02 de abril de 2018.

Assis Francisco de Anhaia
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2015 (Vinculado a Inexigibilidade nº 006/2015)
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: COPEL - TELECOMUNICAÇÕES S.A.
PRAZO: Prorrogado o prazo de vigência para o período de 12 (doze) meses, a partir de seu vencimento.
DATA ASSINATURA DO ADITIVO: 02 de Abril de 2018.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de Abril de 2018.

Lessir Canan Bortoli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo Aditivo 01/2018. Ata de Registro de Preços nº 253/2017. Pregão nº 51/2017. PARTES: Município de Pato Branco e Itacir Alberton e Cia Ltda - EPP. OBJETO: A implantação de Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de gás (GLP), cilindro de gás, regulador/válvula e mangueira, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal. Conforme solicitação e justificativa apresentada pela contratada, bem como parecer do gestor da respectiva Ata de Registro de Preços através do Memorando nº 13/2018, fica aditivado o Item 1, constante no Anexo I - Item aditivado. As demais condições constantes da Ata permanecem vigentes e inalteradas. Pato Branco, 21 de fevereiro de 2018. Augustinho Zucchi - Prefeito Municipal. Itacir Alberton - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 04/2018 - Contrato nº 90/2014.GP. Inexigibilidade nº 45/2014. PARTES: Município de Pato Branco e GLT - Clínica de Fisioterapia do Trabalho Ltda. OBJETO: A contratação de serviços em procedimentos com finalidade diagnóstica, nas áreas de (anatomia patológica ou citopatológica, cardiologia, laboratório clínico, medicina nuclear in vivo) e procedimento clínico (reabilitação física, mental e visual) visando à prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS, com valores constantes da tabela do SUS-MUNICIPAL. ADITAMENTO: Do valor: Com base na Cláusula Quinta, II, do Contrato 90/2014 aplica-se o reajuste de preços no valor de R\$ 11.568,00 conforme ANEXO I - ITENS A SEREM ADITIVADOS, passando o valor do Contrato de R\$ 73.248,00 para R\$ 84.816,00. Dot. Orc.: 08.02 Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Despesa Principal 562 - Desdobramento 4822. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 23 de março de 2018. Augustinho Zucchi - Prefeito. Raquel Luiz Odoni Simionato - Representante Legal.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 049/2018 (Vinculado ao Pregão Presencial nº 018/2018)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: Irmãos Rufatto e CIA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gasolina, etanol, diesel S500, óleo diesel S10 e óleo 2 tempos, para atender as necessidades das secretarias solicitantes.
VALOR TOTAL: R\$ 1.033.130,00 (um milhão trinta e três mil cento e trinta reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de abril de 2018.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 02 de abril de 2018.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 37/2018/GP. Dispensa nº 24/2018. PARTES: Município de Pato Branco e PRGEO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE GEOMENSURA LTDA - EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de antena receptora de sinal GLOMANS/GPS, junto ao aparelho receptor GNS5, marca/moedel Topcon Hiper V RTK, série 1143-10174, n.º de patrimônio 49.629, 49.630 e 49.631, atendendo as necessidades da Secretaria de Planejamento Urbano. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: A contratada deverá entregar o aparelho na Secretaria de Planejamento Urbano, com a devida substituição da peça e demais configurações, em até 15 (quinze) dias, a contar da retirada do equipamento. VALOR: O valor global a ser pago pelo objeto do presente Contrato é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: O período de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura, contados da assinatura, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) após entrega do material, com apresentação da Nota Fiscal. DOT. ORC.: 04.02.15.45100182.238.00 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - Departamento de Desenvolvimento Urbano - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo (121-4754) - Reserva de Saldo 128. GESTOR DO CONTRATO: O Secretário de Planejamento Urbano. Pato Branco, 20 de março de 2018. Augustinho Zucchi - Prefeito. Celso Augusto Lopes Pereira Gomes - Representante Legal.



Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

DECRETO Nº 026/2018, DE 29 DE MARÇO DE 2018.
Altera a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2018.
DECRETO Nº 027/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018.
Cria Fonte de Recursos e Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Sulina para o Exercício Financeiro de 2.018, no valor de R\$ 120.000,00.
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 09/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018
Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, em atendimento a lei nº 11.947/2009, destinados a merenda da Escola Municipal Arnaldo Busato EIF e APAC. Contratada(s): PEDRO PAULO ANGELES - RS 1.532,80; VERANI LUCIA SCHAFFER HOLDEFER - R\$ 1.830,05; IVANE MARIA KLOCK RAUBER - R\$ 1.893,00; LEONIR TEREZINHA KOOP - R\$ 1.346,40.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018
Contratado: PEDRO PAULO ANGELES CPF: 314.317.980-53
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018
Contratado: VERANI LUCIA SCHAFFER HOLDEFER CPF: 015.786.819-28
EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018
Contratado: IVANE MARIA KLOCK RAUBER CPF: 023.421.989-06
EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2018, DE 02 DE ABRIL DE 2018
Contratada: LEONIR TEREZINHA KOOP CPF: 008.102.089-97

A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/ams>, edição do dia 03 de abril de 2018, conforme Lei Autorizativa nº 927 de 07 de junho de 2017.



Município de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

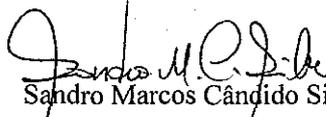
PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno no exercício financeiro de 2017, do CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE**, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração, para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Pato Branco, 29 de março de 2017.


Sandro Marcos Cândido Silva
Controlador Interno
Município de Pato Branco
Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco



Município de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.995.448/0001-54

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2017

1 – Normatização

Iniciaram no mês fevereiro de 2007 os estudos para implantação do Sistema de Controle Interno do Município de Pato Branco. Foi enviado à Câmara Municipal, através da mensagem nº 023/2007 de 01/03/2007 Projeto para criação do mesmo. O projeto foi aprovado em 14/06/2007, após as alterações sugeridas pelo Poder Legislativo.

Em 19/06/07 ocorreu a publicação da Lei nº 2.780. Foram necessárias algumas mudanças na Lei nº 2.781 de 14/06/07, para adequar-se a Lei 2780, que criou a Unidade de Controle Interno.

Foi nomeado em 01/03/2008 o primeiro funcionário efetivo para o cargo de controlador que permaneceu até 31/12/2008. Em 19/03/2009, através da Portaria nº 347/2009, foi efetivado o segundo responsável pela Unidade de Controle, Sr. Alaor Merlo Bernardi que cumpriu suas atribuições do cargo até a data de 31/08/2014.

Atualmente, responde pela Unidade de Controle Interno o Sr. Sandro Marcos Cândido Silva, através da Portaria 25/2014 à partir de 05/09/2014.

2 – Qualificação do responsável pelo Controle Interno.

CONTROLADOR	
Nome: Sandro Marcos Cândido Silva	CPF nº 026.149.309-46
Período de responsabilidade:	05/09/2014 à 29/03/2018
Servidor ocupante de cargo efetivo:	(x) Sim () Não
Nome do Cargo efetivo ocupado:	Assistente em Gestão

3 – Relação de Servidores.

Nome: Sandro Marcos Cândido Silva
Data da lotação: 05/09/2014
Função: Diretor de Controle Interno
Natureza do Cargo Efetivo: Assistente em Gestão

Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco

4 – Ações Desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2017

Nº	Período Avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	Amostra avaliada	Conclusão
01	01/01/2017 à 30/12/2017	Administração e Finanças	Controle periódico de gastos(água, luz, telefonia, Correios e fotocópias	Conferências e Comparações de Excedentes	100%	Verificação de Gastos
02	01/01/2017 à 30/12/2017	Educação	Controle periódico de gastos(água, luz, telefonia, Correios e fotocópias	Conferências e Comparações de Excedentes	100%	Verificação de Gastos
03	01/01/2017 à 30/12/2017	Assistência Social	Controle periódico de gastos(água, luz, telefonia, Correios e fotocópias	Conferências e Comparações de Excedentes	100%	Verificação de Gastos
04	01/01/2017 à 30/12/2017	Engenharia e Obras	Controle periódico de gastos(água, luz, telefonia, Correios e fotocópias	Conferências e Comparações de Excedentes	100%	Verificação de Gastos
05	01/01/2017 à 30/12/2017	Saúde	Controle periódico de gastos(água, luz, telefonia, Correios e fotocópias	Conferências e Comparações de Excedentes	100%	Verificação de Gastos
06	01/01/2017 à 30/12/2017	Fiscalização e Tributação	Recolhimento de Tributos	Verificação de Documentos	20%	Aferição de Legalidade
07	01/01/2017 à 30/12/2017	Todas as Secretarias Municipais	Controle de Datas de Vencimentos do Contratos	Contagem de Prazos/Verificação Documentos	100%	Controle dos Prazos
08	01/01/2017 à 30/12/2017	Engenharia e Obras	Acompanhamento Da conclusão das Obras	Verificação de documentos	100%	Obra Paralisada 1º quadrimestre
09	01/01/2017 À 30/12/2017	Engenharia e Obras	Nº Contrato 111/2015 Reservatórios Cheias e Canalização do Rio Ligeiro	Conferências Análises	100%	Recurso Federal-Readequação de Projetos
10	01/01/2017 À 30/12/2017	Engenharia e Obras	Nº 138/2015 Canalização do Córrego fundo	Acompanhamento e Verificação Prazos	100%	Não aditivado pelo Governo Federal.
11	23/07/2017 À 30/12/2017	Inexigibilidade Assoc. Missão Vida Nova	Chamamento nº 11/2018 Processo nº 118/2017	Acompanhamento e Verificação	100%	Controle Legalidade
12	21/06/2017 À	Inexigibilidade Albergue Bom	Chamamento nº 115/2018	Acompanhamento e Verificação	100%	Controle dos Procedimentos

Sandro Marcos Cândido Silva
 Diretor de Controle Interno
 Portaria 525/2014 de 05/09/2014
 Município de Pato Branco

	30/12/2017	Samaritano				
13	22/06/2017 À 30/12/2017	Inexigibilidade Fundabem	Chamamento nº 117/2017	Acompanhamento e Verificação	100%	Controle dos Procedimentos
14	13/06/2017 À 30/12/2017	Inexigibilidade APAE	Chamamento nº 107/2017	Acompanhamento e Verificação	100%	Controle dos Procedimentos
15	27/06/2017 À 30/12/2017	Inexigibilidade Lar dos Idosos	Chamamento nº 110/2017	Acompanhamento e Verificação	100%	Controle dos Procedimentos
16	01/01/2017 À 30/12/2017	Secretaria Administração e Finanças	Inquérito Civil	Apontamento irregularidade/Portal Transparência	100%	Adequação as exigências legais
17	24/07/2017 À 30/12/2017	Fiscalização/Tributação	Apontamento Preliminar 2612	Apontamento de Irregularidade	100%	Adequação as exigências legais
18	01/01/2017 À 30/12/2017	Fiscalização/Tributação	Apontamento Preliminar 3001	Apontamento de Irregularidade	100%	Adequação as exigências legais

5. Considerações Relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Em todos os meses do ano de 2017 esta Unidade de Controle Interno tem acompanhado os vencimentos dos contratos administrativos firmados pela Administração Pública, alertando os gestores responsáveis para renovação daqueles que venceriam dentro do prazo estabelecido em 120 dias.

Por esta Unidade de Controle Interno, foram realizados acompanhamentos periódicos quanto as publicações de todos os atos legais e nomeação de servidores, bem como as relativas do Setor de Licitação, seja através do Diário Oficial Impresso do Município – Diário do Sudoeste e DIOENS, dos atos publicados no site do município de Pato Branco.

Também realizamos o acompanhamento e controle dos gastos referente aos serviços de água, luz, telefones fixos, telefones móveis e postagens de correspondências de forma mensal no exercício de 2017, emitindo seus respectivos relatórios.

Ao perceber um aumento excessivo dos gastos o Controle Interno encaminha para Secretaria respectiva um comunicado de alerta para que sejam prestados esclarecimento e providências, no sentido de sanar a possível irregularidade, visando assim atingir os princípios que deve nortear a administração pública quanto a economicidade e eficiência.

Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco

6 – Síntese das Avaliações – Procedimentos Realizados.

Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	Regular
Eficácia da aplicação das políticas de governo	Regular
Estimativas da receita em bases conservadoras	Regular
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	Regular
Ações e programas do PPA previstos para o período –	Regular
Execução Orçamentária	
Realização da Receita e renúncia fiscal –	Regular
Medidas para cobrança da dívida ativa –	Regular
Programação financeira e congelamento de dotações	Regular
Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares	Regular
Créditos Especiais	Regular
Créditos extraordinários	Não se aplica
Regimes Próprios de Previdência Social	
Repasse das contribuições retidas e patronal, bem como dos aportes para amortização do déficit em conformidade com o cálculo atuarial	Não se aplica (segue anotação)
Pagamento dos parcelamentos das dívidas com a previdência própria.	Idem ao item anterior
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	
Ato de nomeação dos membros	Portaria 236
Composição	09
Funcionamento – Regularidade das reuniões	Regular
Qualidade das informações prestadas	Regular
Parecer do Conselho sobre as contas de 2017	Regular
Parecer do Conselho em relação a aplicação, no exercício de 2017, de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB	Regular 2,52%
-Conselho Municipal da Saúde	
Ato de nomeação dos membros	Portaria 259
Composição	20
Funcionamento – Regularidade das Reuniões	Regular
Qualidade das informações prestadas	Regular
Parecer do Conselho sobre as contas de 2017	Pela regularidade
Comitê Municipal do Transporte Escolar	
Lei de Criação	Decreto 7983
Ato de Nomeação dos membros	Decreto 7983
Parecer do Comitê em relação às competências descritas no art; 17 da Resolução nº 777/2013-GS/SEED	Pela Regularidade
Gastos com Pessoal do Executivo:	
Apropriação contábil da despesa –	Regular.
Limite de Gastos –	Regular

Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco

	47,23%
Dívida Consolidada:	
Apropriação contábil da Dívida –	Regular.
Limite da Dívida Consolidada –	7,23%
Limites Constitucionais:	
Índices das despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino	Regular. 28,52%.
Índices das despesas com serviços públicos de saúde	Regular. 36,08%.
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal de Contas em relação ao sistema de informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM)	Regular

6 – Considerações relevantes quanto ao item 6 do Relatório

A medida adotada pela administração para a cobrança da Dívida Ativa, foi a criação da Lei 4664/2015, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no município de Pato Branco.

O RPPS está em fase de implantação. Começa a funcionar efetivamente em julho de 2018, no nosso município de Pato Branco.

Conforme manifestação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, não houve renúncia fiscal no exercício de 2017

Obras e Serviços de Engenharia – Obras concluídas “entrega do objeto contratado”. As obras contratadas no exercício de 2017 pelo Município que tiveram a sua conclusão dentro do próprio exercício, na maioria delas, o cronograma de entrega não foi cumprido pela contratada, havendo a necessidade da elaboração de termo de aditamento de prazo.

Os atrasos ocorridos nas obras foram **devidamente justificados** pela Secretaria de Engenharia e Obras, estando paralisadas as seguintes:

1º Quadrimestre de 2017 – Contrato nº 111/2015- Reservatório de Cheias e Canalização do Rio Ligeiro executado pela empresa F. Zancanaro Terraplanagens Ltda teve 21,94% de execução.

2º Quadrimestre de 2017 – Contrato nº 138/2015- Canalização do Córrego Fundo executado pela empresa F. Zancanaro Terraplanagens Ltda teve 87,31% de execução.

2º Quadrimestre de 2017 – Contrato nº 111/2015 – Permaneceu paralisada até este momento com 21,94%.

3º Quadrimestre, ambas as obras permanecem paralisadas.

No primeiro contrato apontado a paralisação foi motivada por seu não aditamento pelo Governo Federal. Já no segundo foi oriundo de recurso federal e necessidade de readequação de projeto.

Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco

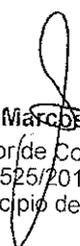
8. Demais ações desenvolvidas

O Controle Interno realizou no ano de 2017 trabalhos voltados a sua atribuições como o controle e análise dos processo envolvendo as transferências voluntárias, através do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com observância nas Resoluções 25/2011, alterada pela Resolução 46//2014, Instruções Normativas 61/2011 e Instrução de Serviço 99/2015.

As avaliações são realizadas de forma periódicas e regular, havendo a necessidade do Controle Interno estar atendo ao andamento de todas as subvenções repassadas pelo município as entidades tomadoras. Estando insatisfatório ou regular no momento, ou não atenda os critérios das legislações aplicáveis, o controle interno mantém o item sem marcação e o mesmo acaba sendo considerado como irregular ou insatisfatório.

Segue a lista dos procedimentos referente as transferências voluntárias que tiveram acompanhamento por parte do Controle Interno:

Termo de Fomento - 85/2017	PM PATO BRANCO	APAE PATO BRANCO	Em Execução
Termo de Fomento - 86/2017	PM PATO BRANCO	LISVP- PATO BRANCO	Em Execução
Termo de Fomento - 88/2017	PM PATO BRANCO	ABSSVP PATO BRANCO	Em Execução
Termo de Fomento - 90/2017	PM PATO BRANCO	FPBEM PATO BRANCO	Em Execução
Termo de Fomento - 11/2017	PM PATO BRANCO	AMVN	Em Execução
Termo de Colaboração - 219/2017	PM PATO BRANCO	APB PATO BRANCO	Finalizada com dispensa de autuação
Termo de Colaboração - 221/2017	PM PATO BRANCO	ACB PATO BRANCO	Finalizada com dispensa de autuação
Termo de Colaboração - 218/2017	PM PATO BRANCO	ASSOCIACAO BASQUETEBOL ARTE DE PATO BRANCO	Finalizada com dispensa de autuação
Termo de Colaboração - 222/2017	PM PATO BRANCO	ASSOCIACAO SILVA TAEKWONDO	Finalizada com dispensa de autuação
Termo de Colaboração - 220/2017	PM PATO BRANCO	PRO-VOLEI	Finalizada com dispensa de autuação
Termo de Fomento - 233/2017	PM PATO BRANCO	ALPA PATO BRANCO	Em Execução


Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco

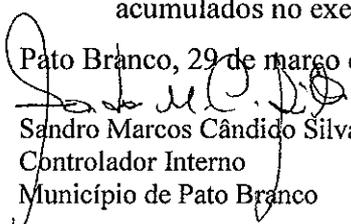
Destacamos que o Município de Pato Branco no ano de 2017, ao repassar recursos à título de subvenção social, o mesmo utilizou de critérios objetivos e técnicos, através dos devidos processos licitatórios de inexigibilidade de chamamento público. Tal ato veio atendendo a própria recomendação do controle interno realizada em anos anteriores.

9. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal.

Serão encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em 04/04/2018, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar n.º 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 26/03/2016, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2015/2016, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2015/2016, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.
- Os seguintes Relatórios emitidos através do sistema SIM-AM do Tribunal de Contas:
 - Balancete Contábil Analítico acumulado no exercício com os saldos em 31/12/2017.
 - Receita Realizada por Fontes de Recursos – Relatório acumulada no exercício de 2017.
 - Total de Pagamentos por Fonte De Recursos – Relatório acumulados no exercício de 2017.

Pato Branco, 29 de março de 2018.


Sandro Marcos Cândido Silva
Controlador Interno
Município de Pato Branco

Sandro Marcos Cândido Silva
Diretor de Controle Interno
Portaria 525/2014 de 05/09/2014
Município de Pato Branco

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

N.º 987751 -163267

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 76.995.448/0001-54

NOME: Pato Branco

UF: PR

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTE CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ORGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br, POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA .

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO

EMITIDO EM 13/3/2018.

VÁLIDO ATÉ 9/9/2018 .



LEI Nº 5.059, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima as receitas e fixa as despesas do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2018.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2018, nos termos do § 5º do art. 165 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Complementar nº 101/00 e Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 5.034/2017, compreendendo:

I – orçamento fiscal.

**SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º A Receita total estimada compreende o orçamento mencionado no inciso I do artigo anterior, já com as devidas deduções legais, representando o montante de R\$ 312.594.383,84 (trezentos e doze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL.

1.1. RECEITAS CORRENTES	329.779.383,84
Receita Tributária.....	65.354.099,90
Receita de Contribuições.....	4.735.000,00
Receita Patrimonial.....	2.616.000,00
Receita Agropecuária	2.000.000,00
Receita de Serviços.....	3.020.000,00
Transferências Correntes.....	247.896.283,94

1.2. RECEITAS DE CAPITAL365.000,00

Alienação de Bens.....	315.000,00
Transferências de Capital.....	50.000,00

TOTAL DAS RECEITAS.....	330.144.383,84
(-) Dedução para o FUNDEB	-17.550.000,00
TOTAL.....	312.594.383,84



§ 2º A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma que dispõem os Anexos.

SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As despesas do Orçamento Fiscal, do Município de Pato Branco, estão fixadas em R\$ 312.594.383,84 (trezentos e doze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme segue por Órgão:

I – orçamento fiscal.....	312.594.383,84
01-Câmara Municipal.....	8.030.000,00
02-Governo Municipal.....	4.826.000,00
03-Procuradoria.....	1.049.500,00
04-Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.....	2.298.000,00
05-Secretaria Municipal de Administração e Finanças.....	32.006.600,00
06-Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.....	25.381.000,00
07-Secretaria Municipal de Educação e Cultura.....	71.809.000,00
08-Secretaria Municipal de Saúde.....	109.521.025,50
09-Secretaria Municipal de Assistência Social.....	12.392.258,34
10-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.....	10.179.500,00
11-Secretaria Municipal de Agricultura.....	10.188.000,00
12-Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....	14.316.500,00
14-Administração Distrital – São Roque do Chopim.....	340.000,00
16-Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.....	7.450.000,00
17-Secretaria Municipal Ciência, Tecnologia e Inovação.....	2.807.000,00
TOTAL.....	312.594.383,84

Art. 4º O resumo geral da despesa será demonstrado na forma dos Anexos.

SEÇÃO III DAS CORREÇÕES DO ORÇAMENTO

Art. 5º Os valores das receitas e despesas poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

Parágrafo único. O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

SEÇÃO IV DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E AJUSTES NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, a destinar os recursos estabelecidos no Art. 9º da Lei Municipal nº Lei nº 5.034/2017, programados na dotação orçamentária para Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, à abertura de créditos adicionais, atendidas as formas estabelecidas no artigo 7º, desta Lei.



Parágrafo único. Em não se realizando o previsto no *caput*, até o dia 10 de dezembro de 2018, os recursos de Reserva de Contingência poderão ser utilizados para abertura de crédito adicional suplementar, nos termos do artigo 7º desta Lei, não compondo este montante, porém, o percentual previsto no referido artigo.

Art. 7º Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2018, no que couber:

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, a criação e inclusão no orçamento geral do Município de fontes de recursos, bem como, compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e dos órgãos da administração indireta.

III. A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da CF.

Art. 8º Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2018, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 9º A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 10. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Municipal nº Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita, observadas às normas legais vigentes.

Art. 11. No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos do orçamento Fiscal.



Art. 13. A compatibilidade da programação orçamentária com as metas financeiras definidas na Lei nº 5.034/2017 está demonstrada nos Anexos da presente lei.

Art. 14. A relação dos precatórios judiciais apresentados até o dia 01 de julho do corrente exercício, cuja programação está orçada para os precatórios inscritos em dívida fundada, está demonstrada em Anexo próprio.

Art. 15. As origens e aplicações dos recursos da seguridade social destinadas ao atendimento dos serviços da saúde, previdência, assistência social, lazer e idosos, cujo detalhamento constará das programações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e da Secretaria Municipal de Assistência Social, estão sintetizadas em anexo próprio.

Art. 16. Esta Lei contempla recursos para concessão de auxílios, transferências, contribuições e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observada a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

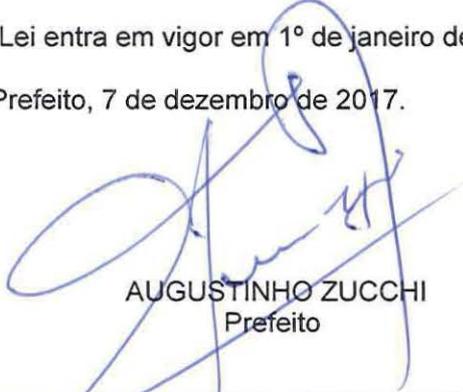
§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizados por meio de lei específica.

§ 4º Ficam vedadas emendas e alterações a presente Lei, que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, 7 de dezembro de 2017.


AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

Publicado em <u>11</u> / <u>12</u> / <u>2017</u>	Publicado em <u>09/10</u> / <u>12</u> / <u>2017</u>
Edição: <u>1397</u>	Edição: <u>1032</u> Pág: "B" <u>4118</u>
DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE

Estado do Parana
Prefeitura Municipal de Pato Branco

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2018 - Anexo 01, da Lei 4.320/64 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Receita		Despesa	
Receitas Correntes			Despesas Correntes
Impostos, Taxas e Contrib	65.354.099,90		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI
Contribuições	4.735.000,00		JUROS E ENCARGOS DA DIVÍD
Receita Patrimonial	2.616.000,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Receita Agropecuária	200.000,00		
Receita de Serviços	3.020.000,00		
Transferências Correntes	247.896.283,94		
Outras Receitas Correntes	5.958.000,00	329.779.383,84	
(-) Dedução para o FUNDEB	17.550.000,00	(17.550.000,00)	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias			Despesas Correntes Intra-Orçamentárias
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI
			Superávit
Totais		312.229.383,84	Totais
Receitas de Capital			Despesas de Capital
Alienação de Bens	315.000,00		INVESTIMENTOS
Transferências de Capital	50.000,00	365.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / R
			Reserva de Contingência
Déficit		25.450.297,00	
Totais		25.815.297,00	Totais

Estado do Parana
Prefeitura Municipal de Pato Branco

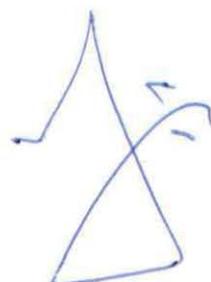
Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas
Exercício de 2018 - Anexo 01, da Lei 4.320/64 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Receita		Despesa	
Resumo	Receita	Despesa	
Receitas Correntes	312.229.383,84	Despesas Correntes	268.014.086,84
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	-	Despesas Correntes Intra-Orçamentária	18.765.000,00
Receitas de Capital	365.000,00	Despesas de Capital	24.675.297,00
Receitas de Capital Intra-Orçamentária	-	Despesas de Capital Intra-Orçamentária	-
		Reserva de Contingência	1.140.000,00
Total	312.594.383,84	Total	312.594.383,84

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Natureza Da Receita
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienacao de Bens Moveis e Semoventes	315.000,00		
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias de Capital		50.000,00	
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias da Uniao e de suas Entidades		50.000,00	
2.4.1.8.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias da Uniao	50.000,00		
Total Geral				330.144.383,84
(-) Deducao de Receita para Formacao do FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	17.550.000,00		
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias Correntes	17.550.000,00		
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias da Uniao e de suas Entidades	7.050.000,00		
1.7.1.8.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias da Uniao - Especifica E/M	7.050.000,00		
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. Estados e do DF e de suas Entidades	10.500.000,00		
1.7.2.8.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferencias dos Estados - Especifica E/M	10.500.000,00		
Total de Deducoes.....		17.550.000,00		
Total da Receita Liquida..		312.594.383,84		



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

R e s u m o

Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melho	65.354.099,90
Contribuicoes	4.735.000,00
Receita Patrimonial	2.616.000,00
Receita Agropecuaria	200.000,00
Receita de Servicos	3.020.000,00
Transferencias Correntes	247.896.283,94
Outras Receitas Correntes	5.958.000,00

Total Receitas Correntes	329.779.383,84
Alienacao de Bens	315.000,00
Transferencias de Capital	50.000,00

Total Receitas de Capital	365.000,00

Total Geral	330.144.383,84
(-) Deducao de Receita para Formacao do FUNDEB	17.550.000,00

Total das Deducoes	17.550.000,00

Total da Receita Liquida	312.594.383,84

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Composição do Principal de Dívidas	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 08h e 30m.
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Agosto de 2017

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A) - (B+C+D+E)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO					
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-70.738.474,76	144.949,80	3.668.283,23	13.207.630,17	83.932.402,80	-121.706.134,86	18.629.806,44	-
AP REDE - Cadastros das Entidades Correlatas	123.255,42	-	-	-	-	123.255,42	-	-
Atenção Básica	-687.770,50	-	178.965,41	-	1.135.090,09	-2.001.816,00	106.210,43	-
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	58.003,26	228,90	279.091,64	9.035,74	284.823,47	-515.316,49	10.544.018,78	-
Bloco de financiamento da Proteção Social Básica	-92.666,42	-	-	-	26.953,77	-119.620,19	452,00	-
Bloco de financiamento da Proteção Social Especial	-30.942,87	-	-	-	-1.351,67	-29.591,20	-	-
Bloco de investimentos na Rede de Serviços de Saúde	-164.077,66	-	-	-	9.555,25	-173.632,91	120.000,00	-
Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atender Crianças de 0 a 3 anos	-186.012,51	-	761,86	-	788,26	-187.562,63	56.205,27	-
C/C: 213-8 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Exec	-21.822,28	-	-	-	-1.125,89	-19.696,69	-	-
C/C: 647171-4 Conv. Const. de 77 Casas - Conju	-484,71	-	-	-	-	-484,71	-	-
C/C: 65267-9 PAR ÔNIBUS ESC. ACESSÍVEL CONV	-11.675,75	-	-	-	-	-11.675,75	-	-
Compensação entre Regime Previdenciários	-8.028,99	-	-	-	-	-8.028,99	-	-
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	-67.251,85	-	-	-	507,62	-67.759,47	-	-
Const. canal drenagem no Córrego Fundo trash	160.257,83	-	-	156.678,66	56.983,58	-52.804,41	-	-
Const. reservatório e canalização Rio Ujigera, k	-	-	-	5.851.605,75	-	-5.851.605,75	-	-
Construção de 3 Escolas - PAR Nº 32469/2014	102.519,46	-	-	5.334.007,36	41.119,26	-5.272.607,16	-	-
Construção de Creche Proinfância - Bairro São	-509.645,42	-	-	-	6.209,88	-515.848,80	512.538,63	-
Construção do Complexo Esportivo de Pato Br	38.713,52	-	-	-	11.640,71	-27.072,81	-	-
Conv. 1098576-69/2013 Recuperação de via	5.856,98	-	-	-	10.868,77	-5.011,79	-	-
Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Esper	-422.267,66	-	854.079,02	-	5.477,28	-5.477,28	-	-
Conv. Execução de Infra Estrutura Urbana 086	-	-	-	-	854.079,02	-2.130.425,70	779.595,58	-
Conv. Implantação de Quadra de Esportes com	28.450,45	-	-	-	-8.229,56	37.680,01	-	-
Conv. PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos	32.780,78	-	-	121.766,28	4.241,92	-83.247,42	-	-
Conv. Const. Lde U.S.de Saúde - Pinheirinho	2.137,69	-	-	-	-	2.137,69	-	-
Conv. Const. Lde Conjunto Habitacional Rosas Te	-4.780,81	-	-	-	-	-4.780,81	-	-
Conv. F.M.A.S. Piso Básico Variável "I" Rec. Projec	-5.442,67	-	-	-	-	-5.442,67	-	-
Conv. F.M.A.S. PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDA	-37.842,97	-	-	-	-	-37.842,97	-	-
Conv. Implantação de Parque Tecnológico de P	-84.446,46	-	-	126.962,34	-	-111.408,80	-	-
Conv. Prog. de Apoio a Pessoa Idosa	-2.207,74	-	-	-	-	-2.207,74	-	-
Convênio 397/2013 - Projeto AFAI	-38.850,20	-	-	-	-2.240,00	-36.610,20	-	-
Convênio Acesso - CONIMS	-99.124,90	-	-	-	-	-99.124,90	154.545,76	-
Convênio Acesso - CONIMS - 2017	157.421,44	-	-	-	-	157.421,44	-	-
Convênio Const. UBS - Bairro Novo Horizonte	-83.023,48	-	-	-	22.953,50	-106.376,98	-	-
Convênio Construção da Praça dos Esportes e	-167.929,56	-	-	-	-40.242,02	-127.687,54	-	-
Convênio de Trefegabilidade de Estradas Rural	-43.856,67	-	-	-	-	-43.856,67	-	-
Convênio Estadual Recape Asfáltico Conv. 023	934.546,90	-	-	-	-913.637,71	1.848.184,61	-	-
Convênio F.M.A.S. Piso Básico Fixo	-1.264,10	-	-	-	-	-1.264,10	-	-
Convênio F.M.A.S. Piso Básico Variável II	-2.719,48	-	-	-	-11.228,56	8.509,08	-	-
Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-63	-161,81	-	-	-	-	-161,81	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Agosto de 2017

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A) - (B+C+D+E)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO					
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-70.738.474,76	144.949,80	3.668.283,23	13.207.630,17	83.932.402,80	-121.706.134,86	18.629.806,44	-
Convênio Habitacional Sloboda - 0361866-96/	-109,79	-	-	-	-	-109,79	-	-
Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02	-303.780,09	-	-	7.416,24	-	-311.196,33	-	-
Convênio PAR 17630/2013 - Escola Bairro Vera	37.338,58	-	-	11.840,27	-10.638,00	36.151,31	-	-
Convênio PAR Educação (Plano de Ações Artic	-56.723,74	-	-	-	-	-56.723,74	-	-
Convênio Recuperação Asfáltico - 0004/2014	-	-	-	-	14.768,35	-14.768,35	-	-
Convênio Reservatório das Chéas	-11.970,29	-	-	-	7.030,65	-19.000,94	-	-
CONVENIO SEAB - PROJETO DE PORTALECIME	-28.934,65	-	-	-	-	-28.934,65	-	-
CONVENIO SEM - ESTRUTURAR INICIADORAS	-850,55	-	-	-	-	-850,55	-	-
Educação 10% s/transferências Constituc.	-16.479.310,84	111.784,92	6.817,98	3.069.213,79	-19.667.129,53	605.056,16	-	-
Educação 25% sobre Impostos	3.205.657,12	112.147,00	546.806,32	8.197,15	1.945.934,76	592.469,89	319.159,73	-
Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar	35.539,84	-	-	-	310,89	35.228,95	-	-
Execução de Infra Estrutura Urbana - Conven	4.973,09	-	-	-	16.590,10	-11.617,01	-	-
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	96,65	-	-	-	480,92	-384,27	-	-
FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do P	181.904,77	-	3.185,80	-	3.185,80	175.533,17	3.252,00	-
FNAS - Bloco de Financiamento de Proteção S	6.135,05	-	3.114,72	-	3.129,22	56.891,11	42.861,28	-
FNAS - Bloco de Financiamento de Proteção S	-15.232,17	-	-	-	10.937,05	-26.169,23	21.573,72	-
FNDE - MANUTENÇÃO	-138.876,11	-	-	-	-	-138.876,11	-	-
FNSUNIV MORUMBI	1.075,58	-	-	-	-	1.075,58	-	-
FUNDEB 40%	17.885.937,84	-	53.583,04	-	1.843.629,55	15.988.725,25	-	-
FUNDEB 60%	-13.632.153,91	-	377.130,16	-	11.701.215,17	-25.710.489,24	-	-
Gestão do SUS	6.071,59	-	629,94	-	629,94	4.811,71	864,83	-
ID Bolsa Família	-874,93	-	-	-	-	-874,93	-	-
ID SUS	-22.697,48	-	-	-	-564,76	-22.132,72	-	-
ID SUS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONS	-6.811,65	-	950,00	-	950,00	-6.711,65	1.900,00	-
Implantação Parque Estadual Vidro Pláscia - C	116.606,50	-	-	1.323.577,26	101.611,36	-1.308.581,12	-	-
Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados o	52.265,57	-	-	-	-	52.265,57	-	-
MDE/Conv.Construção da Creche Municipal de	-4.882,97	-	-	-	-	-4.882,97	-	-
MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulin	-6.509,86	-	-	-	-	-6.509,86	-	-
MDE/Convênio Merenda Escolar	61.696,50	-	35.445,50	-	-36.747,02	62.988,02	131.554,56	-
Op. Crédito Pav Asf Ruas Ival, Marília e Teotón	28.954,59	-	-	-	46.964,51	-18.009,92	-	-
Operação de Crédito - BRDE Municipais - R\$ 2	-	-	-	-	27.679,93	-27.679,93	-	-
Operação de Crédito Construção 03 Creches -	7.183,47	-	-	-	13.948,50	-6.765,03	-	-
Prog.de Apoio a Pessoa Port. Defic.	-2.664,02	-	-	-	-	-2.664,02	-	-
Programa Crescer em Família - Acolhimento In	-15.537,63	-	-	-	-	-15.537,63	-	-
PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVÊNIO 38	-16.700,41	-	685,00	-	685,00	-18.070,41	2.580,72	-

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	96.839.811,69	359.410,50	1.858.496,66	1.671,90
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	37.931,84	-	13.116,00	-
Contribuição de Iluminação Pública	90.783,26	-	78.594,70	-
Contribuições a Legados de Entidades não Gov	155.685,30	-	-	-
Gerência de Trânsito	418.640,75	-	5.785,72	-
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Ur	62.113,64	218.957,73	-	-
Recursos Ordinários (Líquas)	98.681.580,09	138.709,60	1.721.750,06	1.546,30
Retenções em caráter consignatório ocorridas	-7.930.337,05	-	-	-
Royalties e Outras Compensações Financeiras	-202.795,50	-	5.213,80	-
Taxas - Exercício Poder de Polícia	3.608.610,33	1.743,17	22.002,69	-
Taxas - Prestação de Serviços	1.917.190,03	-	113.093,69	126,60
TOTAL (III) = (II+I)	26.106.336,93	509.754,40	3.627.779,89	14.879,60

REBIMÉ PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - - - - -
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 08h e 31m.
Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS até comprometida com o Passivo Atuarial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2017

LRF, Art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Receta Corrente Líquida
DESPESA COM PESSOAL
Despesa Total com Pessoal DTP
Limite Máximo (Inclso I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%
Limite Prudencial (§ Único, art. 22 da LRF) - 51,30%

DÍVIDA CONSOLIDADA
Dívida Consolidada Líquida
Limite Definido por Resolução do Senado Federal
GARANTIAS DE VALORES
Total das Garantias
Limite Definido por Resolução do Senado Federal

OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Operações de Crédito Internas e Externas
Operações de Crédito por Antecipação da Receita
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
Relatório Resumido da Execução do Orçamento
Balança Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro e Agosto 2017/8ºmestre Julho

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre
		(a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	330.043.650,18	330.043.650,18	44.676,60
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	40.897,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	8.235,40
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	6.117,30
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	2.118,10
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.861.200,00	3.861.200,00	1.061,20

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	488.049,16	-	3.372.954,79	-	-3.372.954,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	488.049,16	-	3.372.954,79	-	-3.372.954,79
ALIENAÇÃO DE BENS	418.600,00	418.600,00	-	-	-	-	418.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	418.600,00	418.600,00	-	-	-	-	418.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.730,00	38.730,00	3.490.455,89	9.012,28	7.585.512,20	19.585,62	-7.546.782,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.730,00	38.730,00	-	-	-	-	38.730,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	3.490.455,89	-	7.585.512,20	-	-7.585.512,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	44.676.103,14	13,54	185.624.589,12	56,24	144.419.061,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (IV) (II+IV)	330.043.650,18	330.043.650,18	44.676.103,14	13,54	185.624.589,12	56,24	144.419.061,06
DÉBITO (V)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VI) (I+II-V)	330.043.650,18	330.043.650,18	44.676.103,14	13,54	185.624.589,12	56,24	144.419.061,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	4.586.303,38	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	4.586.303,38	-	-
Reembolso de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (b-a-c)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (b-d-e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)
			No Bimestre (c)	Até o Bimestre (d)		No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)	309.895.404,18	348.077.664,34	47.761.738,12	1.78.894.854,71	178.098.025,53	48.712.379,08	156.387.788,65	182.784.874,59	150.668.088,76
DESPESAS CORRENTES	279.818.810,50	255.889.212,38	48.289.723,94	1.82.498.130,01	138.452.182,96	38.294.489,82	148.812.483,18	149.497.829,81	142.358.494,79
PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.437.976,08	141.343.798,36	19.011.310,68	77.351.236,60	63.992.561,76	19.011.310,68	77.351.236,60	63.992.561,76	75.295.536,68
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.750.000,00	3.750.000,00	493.894,79	1.841.295,06	1.908.004,34	493.894,79	1.841.295,06	1.908.004,34	1.771.704,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	145.127.834,41	150.855.514,02	20.784.528,47	83.304.897,75	67.551.616,81	19.890.185,15	67.310.150,79	81.577.263,81	64.377.262,29
DESPESAS DE CAPITAL	28.386.493,68	51.882.351,28	7.472.034,13	13.583.984,79	86.448.432,58	6.817.894,48	8.778.300,80	42.307.044,68	8.301.214,67
INVESTIMENTOS	22.878.493,68	45.671.351,28	7.030.464,75	13.616.530,14	3.896.915,03	8.055.928,04	37.615.423,24	6.029.293,74	-
INVESTIDOS FINANCEIRAS	663.000,00	411.000,00	-	-	411.000,00	-	-	411.000,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	5.900.000,00	5.900.000,00	421.569,43	1.719.378,56	4.180.621,44	421.569,43	1.719.378,56	4.180.621,44	1.692.261,23
DESPESA DE CONTINGÊNCIA	1.540.000,00	1.540.000,00	-	-	1.540.000,00	-	-	1.540.000,00	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	18.318.244,00	10.022.407,28	-	-	10.022.407,28	-	-	10.022.407,28	-
RECURSOS DE EMPENHOS (VIII)	329.513.650,18	339.513.650,18	47.761.738,12	1.78.894.854,71	181.098.012,79	48.712.379,08	156.387.788,65	182.807.084,25	150.668.088,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (IX)	530.000,00	530.000,00	7.954,94	7.954,94	532.045,06	7.954,94	7.954,94	532.045,06	7.954,94
Amortização da Dívida Interna	530.000,00	530.000,00	7.954,94	7.954,94	532.045,06	7.954,94	7.954,94	532.045,06	7.954,94
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra Dívida	530.000,00	530.000,00	7.954,94	7.954,94	532.045,06	7.954,94	7.954,94	532.045,06	7.954,94
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (IX) (VIII+IX)	330.043.650,18	339.513.650,18	47.769.713,06	1.78.894.813,65	181.630.057,85	48.720.334,02	156.395.743,59	183.339.336,81	150.676.043,70
SUPERÁVIT (X)	-	-	-	-	-	-	28.238.944,53	-	-
TOTAL (XI) (VI+X)	330.043.650,18	339.513.650,18	47.769.713,06	1.78.894.813,65	181.630.057,85	48.720.334,02	156.395.743,59	183.339.336,81	150.676.043,70
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	488.049,16	-	3.372.954,79	-	-3.372.954,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	488.049,16	-	3.372.954,79	-	-3.372.954,79
ALIENAÇÃO DE BENS	418.600,00	418.600,00	-	-	-	-	418.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	418.600,00	418.600,00	-	-	-	-	418.600,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.730,00	38.730,00	3.490.455,89	9.012,28	7.585.512,20	19.585,62	-7.546.782,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.730,00	38.730,00	-	-	-	-	38.730,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	3.490.455,89	-	7.585.512,20	-	-7.585.512,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	44.676.103,14	13,54	185.624.589,12	56,24	144.419.061,06

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas	
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)
ADMINISTRAÇÃO (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	840.838.404,18	848.028.664,34	47.769.713,06	178.098.012,79
Liquidat.	6.874.500,00	6.874.500,00	0,00	0,00
Aglo Liquidat.	6.874.500,00	6.874.500,00	0,00	0,00
Judicial	281.912,31	281.912,31	5.124,07	122.249,09
Defesa do Interesse Público no Processo Judicial	281.912,31	281.912,31	5.124,07	122.249,09
Essencial à Justiça	1.205.500,00	1.062.871,97	388.149,36	610.515,73
Defesa da Ordem Jurídica	1.205.500,00	1.062.871,97	388.149,36	610.515,73
Administração	24.497.344,54	21.861.933,02	2.047.270,82	3.285.519,79
Administração Geral	8.128.823,34	6.188.101,54	598.290,82	1.273.818,68
Administração de Recursos	8.790.346,00	7.805.884,75	946.249,79	1.273.818,68
Controle Interno	205.750,00	205.750,00	12.707,54	51.849,19
Ordenamento Territorial	300.000,00	150.000,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	3.044.000,00	2.913.942,02	383.915,41	1.557.240,49
Administração de Recursos	1.046.000,00	1.058.881,55	110.171,48	362.892,82
Comunicação Social	1.942.730,00	1.862.730,00	42.137,55	770.437,69
Defesa do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	979.962,75	0,00	0,00
Segurança Pública	1.506.775,00	1.006.775,00	263.249,84	117.320,36
Defesa Civil	318.775,00	318.775,00	28.246,84	117.320,36
Informação e Interação	990.000,00	490.000,00	0,00	0,00
Assistência Social	10.422.480,00	11.252.226,34	982.354,01	5.539.423,34
Assistência ao Idoso	80.765,00	80.765,00	0,00	20.400,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	19.500,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	723.885,00	948.469,89	85.616,98	385.816,98
Assistência Comunitária	9.557.750,00	10.855.251,11	896.497,89	3.690.318,27
Habitatção Urbana	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
Saúde	106.484.206,96	113.459.761,70	20.298.566,47	84.762.705,74
Administração de Área	8.888.990,00	9.103.380,91	1.292.813,18	5.722.236,13
Atenção Básica	20.609.622,00	25.022.018,10	4.115.189,27	16.010.219,91

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas	
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	84.333.150,96	88.589.283,21	13.446.734,71	56.044.089,44
Suporte Profilático e Terapêutico	7.253.770,00	7.465.282,41	1.024.150,69	4.814.899,74
Vigilância Sanitária	2.236.422,00	2.418.239,52	235.386,41	830.404,93
Vigilância Epidemiológica	1.976.313,00	1.962.284,55	274.116,10	1.120.816,16
Trabalho	1.338.880,00	1.401.241,00	118.747,19	404.667,67
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	221.000,00	264.435,06	35.487,86	127.222,47
Emprego/Educação	1.121.080,00	1.040.805,95	83.249,33	287.445,20
Fomento aos Trabalhos	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
Educação	63.807.014,07	66.585.217,09	10.612.988,57	38.344.022,13
Alimentação e Nutrição	2.421.000,00	2.421.000,00	427.987,85	1.712.359,91
Ensino Fundamental	51.998.626,07	56.521.679,28	8.580.652,09	32.472.586,93
Ensino Superior	697.000,00	254.482,40	412,00	6.311,91
Educação Infantil	8.068.400,00	9.286.122,44	1.623.956,66	4.132.578,12
Educação Cultural	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00
Cultura	5.674.000,00	3.774.000,00	241.140,30	578.300,11
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	38.000,00	18.000,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	9.696.000,00	3.756.000,00	241.140,30	578.300,11
Direitos de Cidadania	308.944,47	383.343,34	37.568,04	187.353,34
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	308.944,47	383.343,34	37.568,04	187.353,34
Urbanismo	21.431.510,00	36.577.824,79	8.040.833,42	14.027.304,84
Infra-Estrutura Urbana	16.263.500,00	31.758.953,70	5.887.046,58	13.424.450,11
Serviços Urbanos	4.888.010,00	4.418.928,09	353.788,84	398.454,74
Transportes Coletivos Urbanos	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
Habitatção	1.800.146,00	1.195.837,12	1.429,00	7.135,39
Habitatção Urbana	1.800.146,00	1.195.837,12	1.429,00	7.135,39

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Proteção e Benefícios ao Trabalhador	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	46.000,00	41.240,32	0,00	0,00	0,00	41.240,32	0,00	0,00	0,00	41.240,32	0,00
Educação	9.282.900,00	5.354.852,02	0,00	0,00	0,00	5.354.852,02	0,00	0,00	0,00	5.354.852,02	0,00
Educação Fundamental	8.057.000,00	4.801.538,85	0,00	0,00	0,00	4.801.538,85	0,00	0,00	0,00	4.801.538,85	0,00
Educação Superior	59.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
Educação Infantil	1.172.900,00	400.323,17	0,00	0,00	0,00	400.323,17	0,00	0,00	0,00	400.323,17	0,00
Cultura	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Difusão Cultural	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Dezinhos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Urbanismo	568.000,00	528.381,25	0,00	0,00	0,00	528.381,25	0,00	0,00	0,00	528.381,25	0,00
Infra-Estrutura Urbana	418.000,00	434.153,27	0,00	0,00	0,00	434.153,27	0,00	0,00	0,00	434.153,27	0,00
Serviços Urbanos	150.000,00	114.227,98	0,00	0,00	0,00	114.227,98	0,00	0,00	0,00	114.227,98	0,00
Saneamento	700.000,00	584.449,79	0,00	0,00	0,00	584.449,79	0,00	0,00	0,00	584.449,79	0,00
Saneamento Básico Urbano	700.000,00	584.449,79	0,00	0,00	0,00	584.449,79	0,00	0,00	0,00	584.449,79	0,00
Saúde Ambiental	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
Ciência e Tecnologia	103.000,00	98.940,90	0,00	0,00	0,00	98.940,90	0,00	0,00	0,00	98.940,90	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	103.000,00	98.940,90	0,00	0,00	0,00	98.940,90	0,00	0,00	0,00	98.940,90	0,00
Agricultura	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
Extensão Rural	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00
Indústria	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
Comércio e Serviços	64.000,00	53.163,76	0,00	0,00	0,00	53.163,76	0,00	0,00	0,00	53.163,76	0,00
Promoção Comercial	28.000,00	17.163,76	0,00	0,00	0,00	17.163,76	0,00	0,00	0,00	17.163,76	0,00
Turismo	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00
Energia	100.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Energia Elétrica	100.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Transporte	344.000,00	224.244,18	0,00	0,00	0,00	224.244,18	0,00	0,00	0,00	224.244,18	0,00
Transporte Rodoviário	344.000,00	224.244,18	0,00	0,00	0,00	224.244,18	0,00	0,00	0,00	224.244,18	0,00
Desporto e Lazer	100.000,00	84.506,28	0,00	0,00	0,00	84.506,28	0,00	0,00	0,00	84.506,28	0,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		
DEDUÇÕES(II)		
Disponibilidade de Caixa		
Disponibilidade de Caixa Bruta		
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)		
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)		
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)		

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Administração Geral	100.000,00	84.506,28	0,00	0,00	0,00	84.506,28	0,00	0,00	0,00	84.506,28
TOTAL	19.519.246,00	10.052.407,29	0,00	0,00	0,00	10.052.407,29	0,00	0,00	0,00	10.052.407,29

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 14h e 51m.

RESULTADO NOMINAL

VALOR

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS

DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 14h e 51m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2016 a Agosto/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, Inciso I)

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (OUTRAS ATUALIZADA)	PREVISÃO ATUALIZADA
	Setembro/2016 Maio/2017	Outubro/2016 Junho/2017	Novembro/2016 Julho/2017	Dezembro/2016 Agosto/2017	Janeiro/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	16.934.171,52	18.775.180,89	22.717.238,04	30.641.397,88	28.703.519,10	21.907.269,30	277.266.649,89	351.918.637,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.313.188,19	19.595.003,87	24.393.119,12	19.346.656,69	22.820.555,38	20.719.349,91	47.403.412,27	80.208.507,04
IPU	2.869.440,86	2.881.876,31	3.054.863,23	4.415.676,31	2.350.175,07	2.279.563,53		
IRPJ	9.578.136,31	3.713.071,75	3.709.778,71	3.914.232,01	4.368.135,54	3.867.362,64		
IRPF	301.199,42	291.256,60	309.049,82	389.629,60	4.678,67	386.034,34		
IRME	4.978.257,29	880.013,13	589.397,27	500.033,21	481.924,73	473.345,73	9.580.819,71	19.600.000,00
IRMF	1.329.835,53	1.378.637,85	1.335.163,63	1.461.239,69	1.377.099,84	1.192.667,62		
ITR	1.295.009,48	1.872.474,27	1.365.064,44	1.427.807,81	1.416.539,56	1.452.651,43	16.954.336,15	28.600.000,00
IOF	356.283,75	413.334,92	509.743,12	904.535,26	256.518,87	348.726,01		
Outras Receitas Tributárias	439.976,71	367.339,19	630.889,63	516.120,09	431.665,09	483.551,12	5.678.663,76	14.332.999,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	632.996,36	620.233,63	668.674,83	1.276.651,74	633.738,06	11.784,85		
RECEITA PATRIMONIAL	1.257.834,64	638.447,95	645.303,71	680.898,25	677.281,42	692.349,84	8.393.586,28	10.440.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	249.125,80	228.416,31	232.231,83	389.640,02	98.239,63	340.350,51		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.990.067,49	457.397,21	479.123,66	809.371,65	1.350.725,74	767.464,52	7.386.156,37	7.235.508,00
RECEITA PATRIMONIAL	541.784,86	520.278,82	538.738,69	540.938,94	552.651,04	542.971,90		
RECEITA PATRIMONIAL	650.526,64	651.014,48	523.685,80	600.417,80	478.335,98	583.559,65	6.724.874,50	3.881.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	137.599,85	129.212,21	130.138,46	212.209,58	175.415,97	177.430,38		
RECEITA PATRIMONIAL	262.498,74	233.702,31	264.331,04	218.145,10	192.289,84	168.681,73	2.321.714,21	2.385.200,00
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-		
RECEITA PATRIMONIAL	17.193,07	42.872,29	62.939,56	46.266,18	35.840,77	52.121,55		
RECEITA PATRIMONIAL	30.535,33	58.107,85	76.642,35	52.468,61	39.149,86	37.123,43	571.301,05	1.287.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.294.447,41	13.063.498,53	16.863.390,59	21.776.882,49	24.980.337,41	18.460.807,61		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.953.662,20	14.477.810,90	18.899.489,91	13.882.039,85	17.068.795,53	15.296.829,77	206.214.045,61	254.303.325,14
Cota-Parte do FPM	2.039.455,98	2.475.684,69	4.516.852,34	7.069.936,80	3.008.952,61	3.857.396,25		
Cota-Parte do ICMS	2.416.895,12	2.911.947,69	3.303.102,06	2.145.499,64	4.825.966,99	2.666.721,62	41.233.411,63	51.568.213,00
Cota-Parte do ICMS	3.046.841,13	2.774.315,05	3.904.811,18	3.495.299,31	6.434.475,48	2.548.828,35		
Cota-Parte do IPVA	3.987.285,42	3.168.364,05	4.204.250,54	3.254.934,99	3.188.326,36	4.250.681,33	44.238.413,19	56.928.000,00
Cota-Parte do IPVA	265.768,67	233.497,47	256.384,77	303.871,27	7.168.124,54	2.539.099,46		

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2016 a Agosto/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, Inciso I)

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	R Até o Bln 2017
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	327.735.120,18	173.12
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	34.18
IPTU	19.600.000,00	8.29
ISS	28.600.000,00	10.89
ITBI	14.332.999,04	3.49
IRRF	10.440.000,00	5.19
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	6.29
Receita de Contribuição	3.881.200,00	4.58
Receita Previdenciária	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	4.58
Receita Patrimonial Líquida	544.000,00	15
Receita Patrimonial	2.395.200,00	1.69
(-)Aplicações Financeiras	1.851.200,00	1.53
Transferências Correntes	231.971.008,14	128.58
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	20.42
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	12.32
Cota-Parte do ICMS	46.764.000,00	24.81
Convênios	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	71.01
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	5.62
Dívida Ativa	4.393.005,00	2.15

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

Prefeitura Municipal de Pato Branco
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, Inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
Pessoal e Encargos Sociais	151.396.205,62	77.351.236,60	79.629.468,67	77.351.236,60	79.629.468,67
Juros e Encargos da Dívida(D)	3.750.000,00	1.841.995,66	1.526.782,25	1.841.995,66	1.464.228,98
Outras Despesas Correntes	150.856.514,60	89.304.897,75	69.664.932,64	67.319.250,79	62.216.180,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(XI)-(VII+IX)	302.252.720,22	160.656.134,35	149.294.401,31	144.670.487,39	135.845.648,70
DESPESAS DE CAPITAL(XII)	52.512.351,28	15.543.883,64	22.902.050,96	9.783.261,54	10.140.852,33
Investimentos	45.671.351,28	13.816.550,14	21.285.499,21	8.055.928,04	8.563.845,95
Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	6.430.000,00	1.727.333,50	1.616.551,75	1.727.333,50	1.577.006,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)-(XII-XIII-XIV)	46.082.351,28	13.816.550,14	21.285.499,21	8.055.928,04	8.563.845,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	1.140.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)-(XI+XV+XVI+XVII)	349.475.071,50	174.472.684,49	164.579.900,52	152.726.415,43	144.409.494,65
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)-(VII-XVIII)	-21.701.221,32	6.240.718,47	-9.220.764,27	27.986.987,53	10.949.641,60
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	4.586.303,38	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VL. CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O					10.901.400,00
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 16h e 22m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

FUNDEB	RECURSOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES					RECURSOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total	
	Em Exercício Anterior (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)	Pago (c)	Cancelado (d)	Saldo em 31 de dezembro de 2016 (e)	Em Exercício Anterior (f)	Em 31 de dezembro de 2016 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo em 31 de dezembro de 2016 (k)
RECURSOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E NÃO LIQUIDADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES	1.086.705,18	11.218.542,79	11.903.729,67	3.990,00	500.816,30	14.318.594,70	14.047.913,87	13.771.023,84	12.788.879,74	1.115.000,97	14.891.744,88	15.389.396,18
RECURSOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E NÃO LIQUIDADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES - FONTE LEGISLATIVA	-	-	-	-	-	14.318.594,70	14.047.913,87	13.771.023,84	12.788.879,74	1.115.000,97	14.891.744,88	15.389.396,18
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	1.086.705,18	11.218.542,79	11.903.729,67	3.990,00	500.816,30	14.318.594,70	14.047.913,87	13.771.023,84	12.788.879,74	1.115.000,97	14.891.744,88	15.389.396,18

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 16h e 47m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (a)	% (b)=(a)/c*100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	78.968.804,04	78.968.804,04	20.288.322,05	27,37
1.1-Recosta Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.427.005,00	22.427.005,00	9.517.612,12	40,74
1.1.1-IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	8.299.684,27	42,35
1.1.1.1-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.827.005,00	2.827.005,00	897.327,85	29,62
1.2-Recosta Resultante do Imposto sobre Transmissão Intero-Vivos - ITR	14.379.799,04	14.379.799,04	3.651.190,39	25,25
1.2.1-ITR	14.332.999,04	14.332.999,04	3.494.786,71	24,38
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	46.800,00	46.800,00	156.403,68	291,46
1.3-Recosta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.122.000,00	31.122.000,00	11.320.090,72	36,37
1.3.1-ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	10.899.314,45	38,11
1.3.1.1-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.522.000,00	2.522.000,00	430.776,27	15,68
1.4-Recosta Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	5.186.028,72	46,76
1.5-Recosta Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 159, §4º, Inciso II)	-	-	-	-
1.5.1-ITR	-	-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.766.213,00	130.766.213,00	72.242.285,66	55,25
2.1-Cota-Parte FPM	51.568.213,00	51.568.213,00	25.140.481,98	46,75
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	49.068.213,00	49.068.213,00	23.560.853,30	48,02
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.500.000,00	2.500.000,00	-	-
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	1.579.628,68	-
2.2-Cota-Parte IDMS	58.828.000,00	58.828.000,00	31.017.146,32	54,41
2.3-CMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	1.400.000,00	1.400.000,00	297.507,34	14,92
2.4-Cota-Parte IPF-Importação	1.420.000,00	1.420.000,00	438.115,35	30,15
2.5-Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	56.813,36	12,62
2.6-Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	15.412.121,41	81,12
2.7-Cota-Parte IOF-Outros	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	209.735.017,04	209.735.017,04	101.530.608,61	48,55

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (a)	% (b)=(a)/c*100
4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.279.000,00	5.279.000,00	2.650.529,91	50,21
5.1-Transferências do Salário-Educação	3.855.000,00	3.855.000,00	1.838.790,91	47,70

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	32.400.000,00
13.1-Com Educação Infantil	-
13.2-Com Ensino Fundamental	32.400.000,00
14-OUTRAS DESPESAS	7.954.000,00
14.1-Com Educação Infantil	-
14.2-Com Ensino Fundamental	7.954.000,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	40.354.000,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	
16-RESCOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
16.1- FUNDEB 60%	-
16.2- FUNDEB 40%	-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
17.1- FUNDEB 60%	-
17.2- FUNDEB 40%	-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-

INDICADORES DO FUNDEB	
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	-
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remanejamento do Magistério [(13 - (13.1 + 17.1)) / (11) x 100] %	-
19.2-Médimo de 40% em Despesa com MDE, que não Remanejamento do Magistério [(14 - (14.2 + 17.2)) / (11) x 100] %	-
19.3-Médimo de 3% não Aplicado no Exercício [(20 - (18.1 + 18.2)) %]	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 14 TRIMESTRE DE 2017*	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	
22-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-
23-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 22 ATÉ O 14 TRIMESTRE DE 2017*	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	
46-RESPONSABILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-
47-IMBRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-
48-IMBRESSOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	-
48.1-Orçamento do Exercício	-
48.2-Reserva a Pagar	-
49-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-
50-RESPONSABILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-
51-Parcial	-
51.1-Reservas	-
51.2-Condição Bancária	-
52-SALDO FINANCEIRO CONDIÇÃO	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	
46-RESPONSABILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-
47-IMBRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-
48-IMBRESSOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	-
48.1-Orçamento do Exercício	-
48.2-Reserva a Pagar	-
49-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-
50-RESPONSABILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-
51-Parcial	-
51.1-Reservas	-
51.2-Condição Bancária	-
52-SALDO FINANCEIRO CONDIÇÃO	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto/2017

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Em Reais				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
		Até o Bimestre		%		
		(b)	(c)	(d)	(e)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	418.600,00	-	-	-	-	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	418.600,00	-	-	-	-	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (f)	2017 (g) = (b) - (c) + (h)			SALDO ATUAL (h) = (f) - (g)	
VALOR (III)						

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 16h e 29m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00			
RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	78.368.804,04	78.368.804,04	29.283.322,93	37,37	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.600.000,00	15.600.000,00	8.299.684,27	42,35	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intangíveis - ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	3.494.786,71	24,39	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	10.899.314,45	38,11	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	5.195.029,72	49,76	
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	630.000,00	630.000,00	67.725,53	10,92	
Dívida Ativa dos Impostos	3.976.405,00	3.976.405,00	1.158.822,74	29,14	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	799.400,00	799.400,00	167.950,53	21,01	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	128.266.213,00	128.266.213,00	70.662.098,98	55,09	
Cota-Parte FPM	49.068.213,00	49.068.213,00	23.560.895,90	48,02	
Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	36.913,38	8,20	
Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	15.412.121,41	81,12	
Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	31.027.146,52	54,48	
Cota-Parte IPI-Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	428.115,35	30,15	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.400.000,00	1.400.000,00	207.507,04	14,82	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.400.000,00	1.400.000,00	207.507,04	14,82	
Outras	-	-	-	-	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	206.635.017,04	206.635.017,04	99.946.021,93	48,37	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	103.271.801,00	103.271.801,00	63.998.257,05	61,98
Provenientes de União	62.500.289,00	62.500.289,00	36.443.735,11	58,31
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	5.338.660,48	1.203,90
Provenientes de Outros Municípios	40.328.000,00	40.328.000,00	21.814.861,46	54,09
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	8.963,60	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	103.271.801,00	103.271.801,00	69.807.218,55	67,59

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	110.477.846,98	111.860.370,01	84.249.151,72	75,32	69.089.364,06	61,76
Pessoal e Encargos Sociais	45.868.758,00	46.174.393,83	28.931.280,65	62,66	28.931.280,65	62,66
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64.609.088,98	65.685.976,18	55.317.871,07	84,22	40.158.083,41	61,14
DESPESAS DE CAPITAL	1.845.360,00	1.737.023,83	496.585,35	28,59	293.742,33	16,91
Investimentos	1.785.360,00	1.677.023,83	496.585,35	29,61	293.742,33	17,52
Inversões Financeiras	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	112.323.206,98	113.597.393,84	84.745.737,07	74,80	69.383.106,39	61,08

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00				
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/v) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	59.174.731,00	59.797.577,80	51.512.722,91	60,79	38.349.892,71	55,26
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	59.174.731,00	59.797.577,80	51.512.722,91	60,79	38.349.892,71	55,26
Recursos de Outras Fontes de Crédito	-	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §§ 1º e 2º	Saldo Inicial
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	56.243,5
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,8
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.341,1
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,8
Total (VII)	921.817,2

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 23 E 24	Saldo Inicial
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,0
Total (IX)	13.414.343,0

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Atenção Básica	23.478.822,00	25.197.817,7
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	67.103.660,0
Supporto Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	7.965.580,0
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	2.250.626,0
Vigilância Epidemiológica	1.976.912,00	1.962.299,9
Alimentação e Nutrição	-	-
Outras Subfunções	10.319.980,00	9.117.413,9
TOTAL	112.323.206,98	113.597.393,84

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 16h e 29m.

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último Bimestre do exercício em que ocorrer a extinção do exercício financeiro. Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

2 O valor apresentado na Intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado na coluna "a" ou com a coluna "b".
3 O valor apresentado na Intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado na coluna "a" ou com a coluna "b".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa empenhada.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2017/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
RECEITAS
Previsão Inicial da Receita
Previsão Atualizada da Receita
Receitas Realizadas
Déficit Orçamentário
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)
DESPESAS
Dotação Inicial
Créditos Adicionais
Dotação Atualizada
Despesas Empenhadas
Despesas Liquidadas
Despesas Pagas
Superávit Orçamentário

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Despesas Empenhadas
Despesas Liquidadas
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL
Receita Corrente Líquida
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)
Resultado Previdenciário (VI) = (IV) - (V)

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO
Resultado Nominal
Resultado Primário
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
Podar Executivo
Podar Legislativo
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
Podar Executivo
Podar Legislativo
TOTAL

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Feveiro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre		Até o Bimestre		
			(b/a)	(c)	(c/a)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	320.043.650,18	320.043.650,18	47.515.764,42	14,40	47.515.764,42	14,40	282.527.885,76
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	45.447.616,55	13,79	45.447.616,55	13,79	284.138.703,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	4.631.087,71	5,77	4.631.087,71	5,77	75.577.419,33
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	4.190.651,37	5,74	4.190.651,37	5,74	68.782.347,67
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	440.436,34	7,45	440.436,34	7,45	5.475.071,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	347.598,61	14,51	347.598,61	14,51	2.047.601,39
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	37.627,36	6,92	37.627,36	6,92	506.372,64
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	309.971,25	16,74	309.971,25	16,74	1.541.228,75
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	88.551,82	6,88	88.551,82	6,88	1.198.448,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.004,13	231.971.004,13	38.295.543,30	16,51	38.295.543,30	16,51	193.675.460,84
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	38.198.728,56	17,08	38.198.728,56	17,08	185.482.099,40
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	61.748,40	15,63	61.748,40	15,63	333.251,60
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	-	-	96.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	35.066,34	0,45	35.066,34	0,45	7.763.813,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	989.212,27	11,44	989.212,27	11,44	7.654.192,73
MULTAS E JUROS DE MOROSIDADE	2.456.000,00	2.456.000,00	276.124,28	11,24	276.124,28	11,24	2.179.875,72
INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	6.103,79	2,73	6.103,79	2,73	217.296,21
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	4.393.005,00	4.393.005,00	583.646,04	13,29	583.646,04	13,29	3.809.358,96
RECEITAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	123.338,16	7,85	123.338,16	7,85	1.447.661,84
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	2.068.147,87	452,22	2.068.147,87	452,22	-1.610.817,87

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Feveiro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre		Até o Bimestre		
			(b/a)	(c)	(c/a)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	320.043.650,18	320.043.650,18	47.515.764,42	14,40	47.515.764,42	14,40	282.527.885,76
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	45.447.616,55	13,79	45.447.616,55	13,79	284.138.703,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	4.631.087,71	5,77	4.631.087,71	5,77	75.577.419,33
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	4.190.651,37	5,74	4.190.651,37	5,74	68.782.347,67
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	440.436,34	7,45	440.436,34	7,45	5.475.071,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	347.598,61	14,51	347.598,61	14,51	2.047.601,39
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	37.627,36	6,92	37.627,36	6,92	506.372,64
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	309.971,25	16,74	309.971,25	16,74	1.541.228,75
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	88.551,82	6,88	88.551,82	6,88	1.198.448,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.004,13	231.971.004,13	38.295.543,30	16,51	38.295.543,30	16,51	193.675.460,84
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	38.198.728,56	17,08	38.198.728,56	17,08	185.482.099,40
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	61.748,40	15,63	61.748,40	15,63	333.251,60
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	-	-	96.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	35.066,34	0,45	35.066,34	0,45	7.763.813,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	989.212,27	11,44	989.212,27	11,44	7.654.192,73
MULTAS E JUROS DE MOROSIDADE	2.456.000,00	2.456.000,00	276.124,28	11,24	276.124,28	11,24	2.179.875,72
INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	6.103,79	2,73	6.103,79	2,73	217.296,21
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	4.393.005,00	4.393.005,00	583.646,04	13,29	583.646,04	13,29	3.809.358,96
RECEITAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	123.338,16	7,85	123.338,16	7,85	1.447.661,84
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	2.068.147,87	452,22	2.068.147,87	452,22	-1.610.817,87

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Feveiro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre		Até o Bimestre		
			(b/a)	(c)	(c/a)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	320.043.650,18	320.043.650,18	47.515.764,42	14,40	47.515.764,42	14,40	282.527.885,76
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	45.447.616,55	13,79	45.447.616,55	13,79	284.138.703,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	4.631.087,71	5,77	4.631.087,71	5,77	75.577.419,33
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	4.190.651,37	5,74	4.190.651,37	5,74	68.782.347,67
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	440.436,34	7,45	440.436,34	7,45	5.475.071,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	347.598,61	14,51	347.598,61	14,51	2.047.601,39
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	37.627,36	6,92	37.627,36	6,92	506.372,64
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	309.971,25	16,74	309.971,25	16,74	1.541.228,75
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	88.551,82	6,88	88.551,82	6,88	1.198.448,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.004,13	231.971.004,13	38.295.543,30	16,51	38.295.543,30	16,51	193.675.460,84
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	38.198.728,56	17,08	38.198.728,56	17,08	185.482.099,40
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	61.748,40	15,63	61.748,40	15,63	333.251,60
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	-	-	96.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	35.066,34	0,45	35.066,34	0,45	7.763.813,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	989.212,27	11,44	989.212,27	11,44	7.654.192,73
MULTAS E JUROS DE MOROSIDADE	2.456.000,00	2.456.000,00	276.124,28	11,24	276.124,28	11,24	2.179.875,72
INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	6.103,79	2,73	6.103,79	2,73	217.296,21
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	4.393.005,00	4.393.005,00	583.646,04	13,29	583.646,04	13,29	3.809.358,96
RECEITAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	123.338,16	7,85	123.338,16	7,85	1.447.661,84
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	2.068.147,87	452,22	2.068.147,87	452,22	-1.610.817,87

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Feveiro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre		Até o Bimestre		
			(b/a)	(c)	(c/a)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	320.043.650,18	320.043.650,18	47.515.764,42	14,40	47.515.764,42	14,40	282.527.885,76
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	45.447.616,55	13,79	45.447.616,55	13,79	284.138.703,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	4.631.087,71	5,77	4.631.087,71	5,77	75.577.419,33
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	4.190.651,37	5,74	4.190.651,37	5,74	68.782.347,67
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	440.436,34	7,45	440.436,34	7,45	5.475.071,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.095.622,84	28,23	1.095.622,84	28,23	2.785.577,16
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	347.598,61	14,51	347.598,61	14,51	2.047.601,39
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	37.627,36	6,92	37.627,		

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SAUDO	Despesa Liquidada			Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	
Serviço da Dívida Interna	9.400.000,00	9.400.000,00	810.207,83	810.207,83	2,11	838.792,18	810.207,83	2,25	8.591.792,18	
Outros Encargos Especiais	2.444.000,00	2.444.000,00	692.770,07	692.770,07	2,83	1.751.229,93	688.712,09	2,25	1.755.287,91	
Reserva de Contingência	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	1.140.000,00	0,00	0,00	1.140.000,00	
Reserva de Contingência	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	1.140.000,00	0,00	0,00	1.140.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	19.518.246,00	19.242.310,12	0,00	0,00	0,00	19.242.310,12	0,00	0,00	19.242.310,12	
TOTAL (III+IV)	330.093.650,18	334.091.956,64	38.399.033,04	38.399.033,04	100,00	295.695.923,60	30.596.823,18	100,00	303.495.133,46	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	19.518.246,00	19.242.310,12	0,00	0,00	0,00	19.242.310,12	0,00	0,00	19.242.310,12	
Legislativa	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	
Outra Legislativa	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	
Judiciária	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
Essencial à Justiça	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Defesa da Ordem Jurídica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Administração	729.396,00	729.396,00	0,00	0,00	0,00	729.396,00	0,00	0,00	729.396,00	
Administração Geral	169.396,00	169.396,00	0,00	0,00	0,00	169.396,00	0,00	0,00	169.396,00	
Administração Financeira	235.000,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00	0,00	0,00	235.000,00	
Controle Interno	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	
Formação de Recursos Humanos	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	
Administração de Receitas	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
Comunicação Social	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
Segurança Pública	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	
Defesa Civil	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	
Assistência Social	618.950,00	618.950,00	0,00	0,00	0,00	618.950,00	0,00	0,00	618.950,00	
Atividade de Prevenção e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	
Assistência Comunitária	588.950,00	588.950,00	0,00	0,00	0,00	588.950,00	0,00	0,00	588.950,00	
Saúde	5.885.000,00	5.787.962,93	0,00	0,00	0,00	5.787.962,93	0,00	0,00	5.787.962,93	
Administração Geral	688.000,00	654.356,13	0,00	0,00	0,00	654.356,13	0,00	0,00	654.356,13	
Atenção Básica	2.889.000,00	2.828.111,33	0,00	0,00	0,00	2.828.111,33	0,00	0,00	2.828.111,33	

Página: 5 de 6
20/03/2017 15:31

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SAUDO	Despesa Liquidada			Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.800.000,00	1.780.316,95	0,00	0,00	0,00	1.780.316,95	0,00	0,00	1.780.316,95	
Suporte Profilático e Terapêutico	193.000,00	193.000,00	0,00	0,00	0,00	193.000,00	0,00	0,00	193.000,00	
Vigilância Sanitária	240.000,00	232.178,51	0,00	0,00	0,00	232.178,51	0,00	0,00	232.178,51	
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Trabalho	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00	0,00	0,00	56.000,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00	0,00	0,00	56.000,00	
Emergência	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00	46.000,00	
Educação	9.280.900,00	9.104.101,20	0,00	0,00	0,00	9.104.101,20	0,00	0,00	9.104.101,20	
Educação Fundamental	8.057.000,00	7.878.101,20	0,00	0,00	0,00	7.878.101,20	0,00	0,00	7.878.101,20	
Educação Superior	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	
Educação Infantil	1.172.900,00	1.172.900,00	0,00	0,00	0,00	1.172.900,00	0,00	0,00	1.172.900,00	
Cultura	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	
Oficinas Culturais	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
Urbanismo	588.000,00	588.000,00	0,00	0,00	0,00	588.000,00	0,00	0,00	588.000,00	
Infra-Estrutura Urbana	418.000,00	418.000,00	0,00	0,00	0,00	418.000,00	0,00	0,00	418.000,00	
Serviços Urbanos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	
Saneamento	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00	
Saneamento Básico Urbano	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00	
Qualidade Ambiental	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	
Ciência e Tecnologia	103.000,00	103.000,00	0,00	0,00	0,00	103.000,00	0,00	0,00	103.000,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	103.000,00	103.000,00	0,00	0,00	0,00	103.000,00	0,00	0,00	103.000,00	
Agricultura	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	
Extensão Rural	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	
Indústria	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	
Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	

Página: 6 de 6
20/03/2017 15:31

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SAUDO	Despesa Liquidada			Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	
Comércio e Serviços	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	64.000,00	
Turismo	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	
Energia	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	
Energia Elétrica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Energia Elétrica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Transporte	344.000,00	344.000,00	0,00	0,00	0,00	344.000,00	0,00	0,00	344.000,00	
Transporte Rodoviário	344.000,00	344.000,00	0,00	0,00	0,00	344.000,00	0,00	0,00	344.000,00	
Desporto e Lazer	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
Administração Geral	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	
TOTAL	19.518.246,00	19.242.310,12	0,00	0,00	0,00	19.242.310,12	0,00	0,00	19.242.310,12	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 30m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Março/2016 a Fevereiro/2017

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2017
	Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016		
	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	26.944.328,56	17.906.458,54	19.868.681,91	19.772.027,30	17.436.276,24	19.890.395,77	161.012.870,50	351.918.637,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.334.171,52	18.775.180,89	22.717.481,69	30.774.657,79	28.703.515,41	21.889.702,86	3.988.359,44	-
IFPU	8.372.173,29	3.382.961,06	3.184.918,45	3.387.864,42	3.393.757,87	3.288.159,44	-	-
ITR	2.869.440,86	2.881.876,31	3.054.883,23	4.415.676,31	2.350.275,07	2.020.812,64	43.562.972,95	80.208.507,04
ISS	4.081.927,17	689.842,00	378.317,68	352.448,48	322.825,17	350.177,77	-	-
ISL	301.199,42	291.256,60	309.049,82	389.629,60	4.678,67	388.034,54	7.857.382,92	19.600.000,00
ITBI	1.128.551,27	1.311.236,19	1.282.951,51	1.321.157,40	1.331.489,03	1.346.331,93	-	-
IRRF	1.329.835,53	1.328.632,85	1.335.163,63	1.461.239,69	1.377.099,84	1.192.070,53	15.745.750,40	28.600.000,00
IRPJ	396.283,75	413.334,92	509.743,12	904.515,26	256.518,87	348.726,03	5.232.837,72	14.332.999,04
IRPF	1.044.582,61	995.346,87	624.348,92	619.909,33	39.997,20	1.022.013,39	-	-
Outras Receitas Tributárias	633.996,36	620.233,82	608.816,83	1.278.651,74	613.738,06	11.794,85	7.949.977,19	10.440.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.711.971,73	426.308,85	45					

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR			-		
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA		
DO RPPS	Jan/17		2017	2016	

Página: 3 de 3
20/03/2017 15:32

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-	-	-
Recursos de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Recursos Patrimoniais	-	-	-	-	-
Recursos de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)-(VII)+(X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)-(XIII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 32m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 31/Dez/2016 (b)	Em 28/Fev/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	8.096.022,38	8.096.022,38	22.286.260,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.776.553,27	16.776.553,27	34.234.238,83
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.680.530,89	8.680.530,89	11.947.978,10
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-8.096.022,38	-8.096.022,38	-22.286.260,73
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-8.096.022,38	-8.096.022,38	-22.286.260,73
PERÍODO DE REFERÊNCIA			
RESULTADO NOMINAL	No Bimestre (c-b)		Até o Bimestre (c-a)
	-14.190.238,35		-14.190.238,35
VALOR	-14.190.238,35		

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016	Em 31/Dez/2016	Em 28/Fev/2017
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 33m.

Página: 1 de 2
20/03/2017 15:34

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	327.735.120,18	45.137.645,30	39.154.994,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	4.631.087,71	4.318.490,01
IPTU	19.600.000,00	390.713,21	435.123,67
ISS	28.600.000,00	2.569.170,37	2.234.127,48
ITBI	14.332.999,04	605.244,88	687.091,81
IRRF	10.440.000,00	625.522,91	518.797,43
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	440.436,34	443.349,62
Recursos de Contribuição	3.881.200,00	1.095.622,84	735.391,74
Recursos Previdenciários	-	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	1.095.622,84	735.391,74
Recursos Patrimoniais Líquidos	544.000,00	37.627,36	40.545,11
Recursos Patrimoniais	2.395.200,00	347.598,61	343.980,59
(-)Aplicações Financeiras	1.851.200,00	309.971,25	303.435,48
Transferências Correntes	231.971.008,14	38.295.543,30	33.131.713,38
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	5.493.079,16	5.059.976,78
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	7.523.723,74	7.812.986,12
Cota-Parte do ICMS	46.764.000,00	-	4.705.861,43
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	25.278.740,40	15.552.889,05
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	1.077.764,09	928.854,74
Dívida Ativa	4.393.005,00	583.646,04	388.683,47
Diversas Receitas Correntes	6.737.400,00	494.118,05	540.171,27
RECEITAS DE CAPITAL(II)	457.330,00	2.068.147,87	582.981,82
Operações de Crédito(III)	-	1.404.001,79	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-
Alienação de Bens(V)	418.600,00	-	-
Transferências de Capital	38.730,00	664.146,08	582.981,82
Convênios	-	664.146,08	552.906,63
Outras Transferências de Capital	38.730,00	-	30.075,19
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	38.730,00	664.146,08	582.981,82
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	327.773.850,18	45.801.791,38	39.737.976,80

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES(VIII)	299.433.708,54	36.577.538,27	37.608.181,85	30.039.831,97	28.944.404,93

Página: 2 de 2
20/03/2017 15:34

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
Pessoal e Encargos Sociais	150.041.395,70	18.368.677,93	16.040.821,71	18.368.677,93	15.996.022,48
Juros e Encargos da Dívida(IX)	3.750.000,00	396.506,56	355.888,08	396.506,56	355.888,08
Outras Despesas Correntes	145.642.312,84	17.812.353,78	21.211.472,06	11.274.647,48	12.592.494,37
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	296.583.708,54	36.181.031,71	37.252.293,77	29.643.315,41	28.588.516,85
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	33.518.248,10	1.821.494,77	1.567.307,94	556.991,21	485.865,96
Investimentos	26.677.248,10	1.356.672,95	1.122.509,64	92.169,39	41.067,66
Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-

Table with 5 columns: Description, 6430.000,00, 464.821,82, 444.798,30, 464.821,82, 444.798,30. Rows include Amortização da Dívida(XIV), DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV), RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI), RESERVA DO RPPS(XVII), DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII).

Table with 5 columns: Description, 3.861.893,54, 8.264.086,72, 1.363.173,39, 16.066.296,58, 11.108.392,29. Row: RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)-(VII-XVIII).

Table with 5 columns: Description, 589.606,46. Row: SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Table with 2 columns: Description, VL CORRENTE. Row: META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O.

Table with 2 columns: Description, 10.901.400,00. Row: EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

FONTE: PRONAM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 34m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Table with 12 columns: Poder/Órgão, Restos a Pagar Processados e Não Processados, Saldo (R\$), etc. Rows include GOVERNO MUNICIPAL, PRODUÇÃO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, etc.

FONTE: PRONAM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 39m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Table with 10 columns: Descrição, Receitas do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, RECEITAS DE IMPOSTOS, RECEITAS DE OUTROS ENCARGOS, etc.

Página: 2 de 8 20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Table with 10 columns: Descrição, Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, etc.

Página: 3 de 8 20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Table with 10 columns: Descrição, Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE, etc.

Table with 6 columns: Descrição, Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS DESTINADAS AO FUNDER, RECEITAS DE OUTROS ENCARGOS, etc.

Página: 4 de 8 20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

REO - ANEXO VIII(LOB, art. 72) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS (12) - (8) - ACESSO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDER

REO - ANEXO VIII(LOB, art. 72) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS (12) - (9) - DESEIO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDER

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

REO - ANEXO VIII(LOB, art. 72) DESPESAS EMPENHADAS

Table with 10 columns: Descrição, Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas, etc. Rows include PAGAMENTO DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO, OUTRAS DESPESAS, etc.

Página: 6 de 8 20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Table with 10 columns: Descrição, Receitas do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, RECEITAS DE IMPOSTOS, etc.

Página: 6 de 8 20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Table with 10 columns: Descrição, Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE, etc.

Página: 7 de 8 20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Table with 10 columns: Descrição, Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE, etc.

Página: 7 de 8 20/03/2017 15:40

Table with 10 columns: Descrição, Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino, Receitas Realizadas, etc. Rows include RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE, etc.

Página: 8 de 8
20/03/2017 15:40

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 6,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8.071.369,07
48-INÍCIOS DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.034.194,07
49-IMPAGAMENTOS DEVIDOS ATÉ O BIMESTRE	3.034.236,28
49.1-Orçamento do Exercício	3.034.236,28
49.2-Restos a Pagar	23.957,79
50-RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-
51-SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.814.715,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 39m.
 *Últimos minutos analisados a serem cumpridos no encerramento do exercício.
 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos a conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
 *Caput do artigo 212 da CF/1988.
 4- Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
 5-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	-	1.404.000,79	-1.404.000,79

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	33.518.248,10	1.821.494,77	556.991,21	-	31.696.753,33
() Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-	-	-
() Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDA (II)	33.518.248,10	1.821.494,77	556.991,21	-	31.696.753,33
RESULTADO PARA APLICAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-33.518.248,10	-417.492,98	-	-	-33.300.755,12

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 41m.
 Notas:
 1-Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

Página: 1 de 1
20/03/2017 15:42

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2017 a 2017

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior)+(c)
2016	-	-	-	-
2017	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 41m.

Página: 1 de 1
20/03/2017 15:43

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro/2017

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	418.600,00	-	418.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	418.600,00	-	418.600,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A PAGAR (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
INVERSES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (b)	2017 (i) = (b) - (IIe + III)					SALDO ATUAL (j) = (III) + III
VALOR (III)	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 42m.
 Página: 1 de 3
20/03/2017 15:45

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (b/a) x 100
			Até o Bimestre (b)	%	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	78.388.804,04	78.388.804,04	4.585.732,82	5,85	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	390.713,21	1,99	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	605.244,88	4,22	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	2.569.170,37	8,98	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	625.522,91	5,99	
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-	
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	620.000,00	620.000,00	21.156,39	3,41	
Dívida Ativa dos Impostos	3.976.405,00	3.976.405,00	332.404,93	8,36	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	799.400,00	799.400,00	41.520,13	5,19	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	128.266.213,00	128.266.213,00	16.794.705,26	13,07	
Cota-Parte FPM	49.088.213,00	49.088.213,00	6.966.148,86	14,09	
Cota-Parte FPE	450.000,00	450.000,00	28.432,35	6,32	
Cota-Parte FPA	19.000.000,00	19.000.000,00	9.707.224,00	51,09	
Cota-Parte ICMS	56.528.000,00	56.528.000,00	-	-	
Cota-Parte IP-Estado	1.420.000,00	1.420.000,00	110.821,71	7,80	

Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.400.000,00	1.400.000,00	51.876,76	3,71
Dessoneação ICMS (LC 87/96)	1.400.000,00	1.400.000,00	51.876,76	3,71
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	206.635.017,04	206.635.017,04	21.500.438,08	10,33

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	103.271.801,00	103.271.801,00	16.796.751,31	16,26
Provenientes da União	62.500.269,00	62.500.269,00	8.523.421,75	13,64
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	1.400.217,89	315,70
Provenientes de Outros Municípios	40.328.000,00	40.328.000,00	6.872.909,67	17,04
Outras Recargas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	103.271.801,00	103.271.801,00	16.796.751,31	16,26

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/f) x 100
DESPESAS CORRENTES	110.477.846,96	110.477.846,96	18.589.951,15	16,83	14.007.609,73	12,68
Pessoal e Encargos Sociais	45.868.758,00	45.868.758,00	7.121.482,00	15,53	7.121.482,00	15,53
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64.609.088,96	64.609.088,96	11.468.469,15	17,75	6.886.127,73	10,66
DESPESAS DE CAPITAL	1.845.360,00	1.845.360,00	101.849,22	5,52	88.365,22	3,70
Investimentos	1.785.360,00	1.785.360,00	101.849,22	5,70	68.365,22	3,83
Inversões Financeiras	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	112.323.206,96	112.323.206,96	18.691.800,37	16,64	14.075.974,95	12,53

Página: 2 de 3
20/03/2017 15:45

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/h) x 100
DESPESAS COM MATUTOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	112.323.206,96	112.323.206,96	18.691.800,37	100,00	14.075.974,95	100,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI) / (III) x 100% - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% e 5

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII) = (15 x III) / 100]6

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (II)	Saldo Final (não aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	7.123,85	-	7.123,85
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,87	-	299.773,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81
Total (VIII)	872.497,67	-	872.497,67

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (I)	Saldo Final (não aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-	13.414.343,07
Total (IX)	13.414.343,07	-	13.414.343,07

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (I)	% (I/Total I) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	23.478.622,00	23.507.265,87	4.306.439,92	23,04	4.095.504,76	29,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	66.333.150,96	11.330.253,37	17,08	7.595.410,51	53,96
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	7.746.770,00	1.514.997,78	8,11	846.356,63	6,72
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	2.468.422,00	244.379,07	13,11	210.922,89	1,50
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.976.312,00	273.339,32	14,4	243.008,60	1,73
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	10.319.930,00	10.291.286,13	1.022.390,91	5,47	984.771,54	7,00
TOTAL	112.323.206,96	112.323.206,96	18.691.800,37	100,00	14.075.974,95	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 44m.

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

Página: 3 de 3
20/03/2017 15:45

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R\$ 1,00

- O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
- O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder à despesa empenhada.
- Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município Sulina UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2016
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	2.304.103,40	1.455.526,15	PASSIVO CIRCULANTE	1.336.793,94	1.251.268,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.208.031,43	1.365.218,99	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAS A P FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	603.704,96	93.811,84
CREDITOS A CURTO PRAZO	82.490,68	86.422,97	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	542.121,80	1.021.598,64
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	3.884,19	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	86.523,10
ESTOQUES	12.681,29	0,00		14,04	49.335,21
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	13.918.686,91	12.831.177,78	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.262.661,04	1.608.286,53
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	74.577,79	16.924,37	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	548.890,64	696.813,78
INVESTIMENTOS	22.729,54	21.484,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	713.770,40	911.472,75
IMOBILIZADO	13.821.379,58	12.792.768,51	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.623.335,33	11.427.146,61
			RESULTADOS ACUMULADOS	13.623.335,33	11.427.146,61
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	13.623.335,33	11.427.146,61
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	(23.525.477,64)	(12.346.041,16)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	(41.586.738,23)	(30.424.959,95)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.611.744,17	17.611.744,17
			ANTERIORES	249.516,42	467.174,62
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFBS	(1.422.019,22)	(864.210,51)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	(1.697.192,37)	(1.139.389,96)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	275.173,15	275.173,15
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFBS - UN	26.581.892,98	16.945.691,78
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	32.052.388,62	22.416.185,42
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(5.470.493,64)	(5.470.493,64)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFBS - ES	11.988.939,21	7.691.706,54
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	16.091.538,25	11.794.305,54
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(4.102.599,04)	(4.102.599,04)
TOTAL	16.222.790,31	14.286.703,93	TOTAL	16.222.790,31	14.286.703,93

Página: 1 de 2
20/03/2017 15:48

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial da Receita		330.043.650,18	
Previsão Atualizada da Receita		330.043.650,18	
Receitas Realizadas		47.518.999,32	
Déficit Orçamentário			
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		589.606,46	
DESPESAS			
Dotação Inicial		330.043.650,18	
Créditos Adicionais		4.048.306,46	
Dotação Atualizada		334.091.956,64	
Despesas Empenhadas		38.399.033,04	
Despesas Liquidadas		30.596.823,18	
Despesas Pagas		22.375.914,05	
Superávit Orçamentário		16.922.176,14	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			
		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		38.399.033,04	
Despesas Liquidadas		30.596.823,18	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
		Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida		241.706.634,38	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO			
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-14.193.473,25	
Resultado Primário	10.901.400,00	16.069.993,48	147,41
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO			
	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
	8.680.530,89	3.990,00	5.391.471,44 3.285.069,45
Poder Executivo	8.680.530,89	3.990,00	5.391.471,44 3.285.069,45
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
	28.982.949,65	115.393,91	3.483.536,39 25.384.019,35
Poder Executivo	28.982.949,65	115.393,91	3.483.536,39 25.384.019,35
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00 0,00
TOTAL	37.663.480,54	119.383,91	8.875.007,83 28.669.088,80

Página: 2 de 2
20/03/2017 15:48

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO			
	Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.833.426,27	25%	22,64
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	4.621.175,19	60%	67,24
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
	Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	14.075.974,95	15%	65,93
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas/RCL (%)			

FRONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 20/Mar/2017, 15h e 48m.

Município Sulina UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2016
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	2.304.103,40	1.455.526,15	PASSIVO CIRCULANTE	1.336.793,94	1.251.268,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.208.031,43	1.365.218,99	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAS A P FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	603.704,96	93.811,84
CREDITOS A CURTO PRAZO	82.490,68	86.422,97	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	542.121,80	1.021.598,64
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	3.884,19	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	86.523,10
ESTOQUES	12.681,29	0,00		14,04	49.335,21
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	13.918.686,91	12.831.177,78	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.262.661,04	1.608.286,53
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	74.577,79	16.924,37	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	548.890,64	696.813,78
INVESTIMENTOS	22.729,54	21.484,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	713.770,40	911.472,75
IMOBILIZADO	13.821.379,58	12.792.768,51	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.623.335,33	11.427.146,61
			RESULTADOS ACUMULADOS	13.623.335,33	11.427.146,61
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	13.623.335,33	11.427.146,61
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	(23.525.477,64)	(12.346.041,16)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	(41.586.738,23)	(30.424.959,95)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.611.744,17	17.611.744,17
			ANTERIORES	249.516,42	467.174,62
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFBS	(1.422.019,22)	(864.210,51)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	(1.697.192,37)	(1.139.389,96)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	275.173,15	275.173,15
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFBS - UN	26.581.892,98	16.945.691,78
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	32.052.388,62	22.416.185,42
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(5.470.493,64)	(5.470.493,64)
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFBS - ES	11.988.939,21	7.691.706,54
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	16.091.538,25	11.794.305,54
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(4.102.599,04)	(4.102.599,04)
TOTAL	16.222.790,31	14.286.703,93	TOTAL	16.222.790,31	14.286.703,93

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	2.208.931,43	1.365.218,99
ATIVO PERMANENTE	14.013.858,88	12.921.484,94
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	743.392,95	3.671.474,95
PASSIVO PERMANENTE	2.131.563,45	1.610.004,77
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	13.247.843,91	8.999.224,21

PRONIM CP - Contabilidade Pública
Emitido em: 20/03/2017 10:56:20

Município Sulina UF: Estado do Paraná
Período: Exercício de 2016
Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias recebidas	80,00	80,00
Direitos Convidados e outros instrumentos congêneres	80,00	80,00
Direitos Contratados	80,00	80,00
Outros atos potenciais ativos	80,00	80,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	80,00	80,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias concedidas	80,00	80,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	80,00	80,00
Obrigações contratuais	80,00	80,00
Outros atos potenciais passivos	80,00	80,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	80,00	80,00

PRONIM CP - Contabilidade Pública
Emitido em: 20/03/2017 10:56:20
Página 3 de 4

NOTA EXPLICATIVA:
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
NOTA 1 - O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município de Sulina no exercício de 2016. Mediante a observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) desta municipalidade, conforme segue:
a) Ativo - São recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial serviços;
b) Passivo - São obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos;
c) Patrimônio Líquido - É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos;
d) Contas de Compensação 1 Compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade.
NOTA 2 - Ativo Circulante - Possui um saldo de Bancos Conta Movimento no valor de R\$ 420.926,35, e nas aplicações financeiras de liquidez imediata valor de R\$ 1.788.005,08, tendo um total de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 2.208.931,43.
NOTA 3 - Créditos Tributários a Receber - Está contabilizado para conforme informações da tributação que possui alguns saldos referente a Taxas pela prestação de serviços no valor de R\$ 12.077,16, taxas pelo exercício do poder de polícia de R\$ 2.929,18 e ISS no valor de R\$ 227,82, totalizando esses créditos em R\$ 15.234,16.
NOTA 4 - Dívida Ativa Tributária - Está contabilizado para conforme informações da tributação que possui alguns saldos referente a IPTU valor de R\$ 19.007,52, ISS R\$ 3.493,99 e Taxas de pelo exercício do poder de polícia de R\$ 42.802,17 totalizando R\$ 65.303,78.
NOTA 5 - Dívida Ativa Não Tributária - Está contabilizado para conforme informações da tributação que possui alguns saldos referente a Contribuição de Iluminação Pública - COSIP no valor de R\$ 3.507,73.
NOTA 6 - (-) Ajuste de Perda de Crédito a Curto Prazo - Está contabilizado para conforme informações da tributação que possui alguns saldos referente a ajuste de perdas de créditos a curto prazo consolidada no valor de R\$ 1.554,99 e ajuste de perdas da dívida ativa tributária no valor estimado R\$ 1.180,50.
NOTA 7 - Estoques - Apresentou saldo em 31 de dezembro de 2016 um saldo de combustível tipo diesel no valor de R\$ 12.681,29 dividido pelo valor de 2,95 por litro totalizando em 4.298,74 litros em estoque do referido combustível.
NOTA 8 - Ativo Não-Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo - Podemos destacar os créditos tributários a receber de taxas no valor de R\$ 721,08, dívida ativa tributária temos valores apurados de IPTU valor de R\$ 38.066,44, Taxas valor de R\$ 20.326,86 e Contribuição de Melhoria valor de R\$ 337,67, tendo como dívida ativa tributária com Contribuição de Iluminação Pública - COSIP no valor de R\$ 229,59 e Dívida Ativa de demais Créditos não Tributários no valor de R\$ 11.738,07, somando-se a Demais Créditos e Valores a Longo Prazo de R\$ 3.157,88 totalizando com o Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 74.577,79.
NOTA 9 - Investimentos - Valor referente a participação em Consórcios Públicos como: Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - SAMU inscrito sob CNPJ nº 14.896.759/0001-09 e Consórcio Intermunicipal de Saúde inscrito sob CNPJ nº 00.136.858/0001-68.
NOTA 10 - Imobilizado - Engloba os Bens Móveis tais como: Máquinas, Aparelhos Eletrônicos, Ferramentas, Bens de Informática, Móveis e Utensílios, Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação, Veículos e Demais Bens Móveis totalizando um valor de R\$ 6.872.276,50. Já os Bens Imóveis são: Edifícios, Terrenos/Clebas, Ruas, Logradouros e Estradas, Praças, Parques e Bosques, Pontes e Viadutos e Outros Bens de uso Comum do Povo tendo seu valor de R\$ 6.949.103,08.
NOTA 11 - Passivo Circulante - Possui saldos referentes a despesas de curto prazo a pagar:
NOTA 12 - Passivo Não-Circulante - Em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo temos as seguintes Operações de Crédito Internas em Contratos:
a) Empréstimo celebrado entre a Agência de Fomento do Paraná S.A. inscrita no CNPJ nº 03.584.906/0001-99 e o Município de Sulina, no valor de R\$ 138.364,59 tendo por objetivo o financiamento do Projeto de PONTE, contrato APRRSFM Nº 1964/2008, assinado em 21 de maio de 2008. Sendo que o valor de R\$ 11.524,35 remanescente de 2015 foi integralmente pago no dia 10 de maio de 2016.
b) Empréstimo celebrado entre a Agência de Fomento do Paraná S.A. inscrita no CNPJ nº 03.584.906/0001-99 e o Município de Sulina, no valor de R\$ 542.000,00, tendo por objetivo o financiamento para adquirir Equipamentos Rodoviários - Caminhões Caçambas Basculante 6x2, contrato

19/05/2017 09:50

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RECEITAS REALIZADAS

PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				SAZDO
		INICIAL	ATUALIZADA	Em Reais		
				No Bimestre	%	
				(b)	(b/a)	(c/a)
				Até o Bimestre	%	(e-c)
				(d)	(d/a)	
TOTAL						

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS LIQUIDADAS

DESPESAS LIQUIDADAS	INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RECEITAS REALIZADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS LIQUIDADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS LIQUIDADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

RECEITAS REALIZADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS LIQUIDADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS LIQUIDADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS LIQUIDADAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOAÇÃO INICIAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				SAZDO
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	%	No Bimestre	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(d-c)
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(e-c)
			(d)	(d/a)	(e)	(e/a)	
TOTAL							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio/2016 a Abril/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (VLTOTAL) 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
	Maio/2016 Novembro/2016	Junho/2016 Dezembro/2016	Julho/2016 Janeiro/2017	Agosto/2016 Fevereiro/2017	Setembro/2016 Março/2017	Outubro/2016 Abril/2017	Novembro/2016 Maio/2017	Dezembro/2016 Junho/2017	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Março/2017	Abril/2017			
RECEITAS CORRENTES (I)	19.868.681,01	19.772.027,30	17.436.276,36	19.890.395,77	16.334.171,52	18.775.180,89	16.510.242,29	19.000.000,00							
Cota-Parte do ITR	256.384,77	303.871,27	7.168.124,54	2.539.099,46	3.312.535,44	769.974,82	16.510.242,29	19.000.000,00							
Transferências de LIC 87/2006	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99							
Transferências de LIC 62/2009	49.587,11	29.506,60	40.091,24	40.511,83	44.382,87	46.889,25	303.832,96	1.400.000,00							
Transferências de FUNDEB	49.002,93	52.134,43	52.782,75	58.039,96	45.609,20	55.073,24	563.591,41	1.420.000,00							
Transferências de FUNDOS	2.274.659,82	2.330.323,02	1.734.878,15	2.361.767,78	1.873.370,92	1.872.084,26	2.295.680,72	40.328.000,00							
Outras Receitas Correntes	2.709.605,12	2.683.849,80	3.925.734,02	2.947.185,65	3.012.582,09	2.225.950,09	29.952.682,72	40.328.000,00							
Outras RECEITAS CORRENTES	4.957.238,20	6.371.736,44	4.948.436,15	5.374.404,68	4.983.328,61	5.563.252,16	68.390.360,56	83.209.112,14							
DEDUÇÕES (II)	5.396.520,93	7.784.045,30	4.356.033,93	6.484.192,33	6.851.553,14	5.319.618,69	68.390.360,56	83.209.112,14							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	14.472.160,08	11.987.981,99	13.080.242,43	13.406.203,44	9.482.618,38	13.455.562,20	16.119.881,73	10.790.887,86							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	18.286.402,01	18.500.573,36	16.397.772,34	18.533.578,15	15.246.622,01	17.650.068,53	247.516.608,55	329.586.320,18							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 50m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 28/Fev/2017 (b)	Em 30/Abr/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	31.097.980,13	30.695.093,30	30.258.572,62
DEDUÇÕES (II)	7.149.420,46	21.318.299,04	28.799.142,41
Disponibilidade de Caixa	7.149.420,46	21.318.299,04	28.799.142,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.829.951,35	33.266.277,14	33.143.512,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.680.530,89	11.947.978,10	4.344.369,60
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	23.948.559,67	9,00	1.459.430,21
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III) - (IV) + (V)	23.948.559,67	9,00	1.459.430,21

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso III)

Em Reais

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Até o Bimestre (Vic - V1a)
VALOR	1.459.421,21	-22.489.129,46

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 51m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, inciso III)

Em Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	327.735.120,18	92.265.264,50	80.488.229,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	18.323.992,76	16.073.624,36
IPTU	19.600.000,00	6.247.196,81	5.206.892,84
ISS	28.600.000,00	5.237.251,21	4.673.914,94
ITRF	14.332.999,04	1.432.560,78	1.451.458,87
IRRF	10.440.000,00	5.159.195,50	2.158.726,51
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	2.887.788,46	2.582.631,20
Receita de Contribuição	3.881.200,00	2.397.163,96	1.903.282,48
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	2.397.163,96	1.903.282,48
Receita Patrimonial Líquida	544.000,00	85.205,11	79.032,64
Receita Patrimonial	2.395.200,00	849.042,40	817.459,69
(-) Aplicações Financeiras	1.851.200,00	763.837,29	738.427,05
Transferências Correntes	231.971.008,14	69.082.662,65	60.202.909,18
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	9.756.153,47	8.799.820,34
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	11.031.787,31	10.760.553,73
Cota-Parte do ICMS	46.764.000,00	12.895.162,72	10.238.584,58
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	35.399.559,15	30.403.950,53
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	2.376.240,02	2.229.380,82
Dívida Ativa	4.393.005,00	1.116.153,40	949.550,62
Diversas Receitas Correntes	6.737.400,00	1.260.086,62	1.279.830,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	457.330,00	6.804.066,42	1.165.887,80
Operações de Crédito (III)	-	2.884.905,63	63.215,46
Amortização de Empréstimos (IV)	-	-	-
Alienação de Bens (V)	418.000,00	-	-
Transferências de Capital	38.730,00	3.919.160,79	1.102.672,34
Convênios	-	3.919.160,79	837.597,15
Outras Transferências de Capital	38.730,00	-	265.075,19
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II) - (III) - (IV) - (V)	38.730,00	3.919.160,79	1.102.672,34
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I) + (VI)	327.773.850,18	96.184.425,29	81.590.901,82

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, inciso III)

Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	300.477.884,56	75.325.581,02	71.790.794,42	66.907.477,66	64.713.386,27

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, inciso III)

Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
Pessoal e Encargos Sociais	150.288.974,92	36.653.199,67	33.870.803,28	36.653.199,67	33.870.803,28
Juros e Encargos da Dívida (X)	3.750.000,00	887.971,51	727.690,56	817.094,14	727.690,56
Outras Despesas Correntes	146.438.709,64	37.984.409,84	37.192.300,59	29.437.183,85	30.114.892,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII) - (X)	296.727.684,56	74.637.609,51	71.063.103,87	66.090.383,52	63.985.695,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	40.330.357,65	7.089.838,81	5.899.072,52	4.732.568,70	2.685.845,10
Investimentos	33.489.357,65	6.187.896,31	5.019.286,15	3.857.143,35	1.846.058,73
Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos (XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado (XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	6.430.000,00	901.942,50	839.786,37	875.425,35	839.786,37
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (XI) - (XII) - (XIII) - (XIV)	33.000.357,65	6.187.896,31	5.019.286,15	3.857.143,35	1.846.058,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIAS (XV)	1.140.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVI)	-	-	-	-	-
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X) + (XI) + (XV) + (XVI)	331.768.042,21	80.825.505,82	76.082.390,02	69.947.526,87	65.831.754,44
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII) = (VII) - (XVII)	-3.994.192,03	15.358.919,47	5.508.511,80	26.236.898,42	15.759.147,38
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	886.558,10	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	-	-	-	-	VL CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/D	-	-	-	-	10.901.400,00
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 52m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LRF, art. 53, inciso VI)

Em Reais

POSSIBILIDADE	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				SALDO TOTAL	
	Em Exercício Anterior	Em 31/Dez/2016	Pagos	Cancelado	Em Exercício Anterior	Em 31/Dez/2016	Liquidado	Pagos		
RECEITA DE MANUTENÇÃO (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (I)	1.088.791,14	7.051.791,11	7.549.791,11	2.999,00	1.088.791,14	14.918.094,10	3.848.944,10	5.541.000,00	978.007,10	22.482.102,04
RECEITA DE MANUTENÇÃO (INTER-ORÇAMENTÁRIA) (II)	1.088.791,14	7.051.791,11	7.549.791,11	2.999,00	1.088.791,14	14.918.094,10	3.848.944,10	5.541.000,00	978.007,10	22.482.102,04
RECEITA DE CAPITAL (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CAPITAL (III) - (I) - (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (IV) = (I) + (II) - (III)	1.088.791,14	7.051.791,11	7.549.791,11	2.999,00	1.088.791,14	14.918.094,10	3.848.944,10	5.541.000,00	978.007,10	22.482.102,04

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 53m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 13 (LDB, art. 72)

Em Reais

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (c)/(b) x 100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	106.030,00	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	-	-	-	-
5.2 - Transferências Diretas - FODE	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - FPAE	-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - FPAE	-	-	-	-
5.5 - Outras Transferências do FNDE	-	-	106.030,00	-
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênio	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (8.1+8.2+8.3)	-	-	-	-
8 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (8.1+8.2+8.3)	-	-	106.030,00	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 14 (LDB, art. 72)

Em Reais

RECEITAS DE FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (c)/(b) x 100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	22.332.317,00	22.332.317,00	6.489.955,47	29,06
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1)	8.700.000,00	8.700.000,00	2.439.038,00	28,03
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	10.164.000,00	10.164.000,00	3.223.798,58	31,72
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	203.000,00	203.000,00	20.750,00	10,22
10.4 - Cota-Parte ITR Arrecadação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	158.400,00	158.400,00	42.303,00	26,77
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadação Destinada ao FUNDEB (20% de (1.2 + 2.5))	43.917,00	43.917,00	6.	

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)							R\$ 1,00	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV x 100)	Até o Bimestre (i)	% (i/VI x 100)		
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	59.174.731,00	59.535.656,00	23.839.854,46	61,26	18.707.737,72	57,04		
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	59.174.731,00	59.535.656,00	23.839.854,46	61,26	18.707.737,72	57,04		
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (IV)	59.174.731,00	59.535.656,00	23.839.854,46	61,26	18.707.737,72	57,04		

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	53.148.475,96	53.161.405,85	15.075.281,19	38,74	14.090.049,81	42,96		
--	----------------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	--------------	--	--

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100)* - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%* e *	34,03
---	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUCIONADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII - (IX x IIIb) / 100)	5.295.503,48
--	---------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (I)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	7.178,85	-	7.178,85
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,87	-	299.773,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81
Total (VIII)	872.552,67	-	872.552,67

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (X)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-	13.414.343,07
Total (IX)	13.414.343,07	-	13.414.343,07

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (I)	% (I/Total I) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	23.478.622,00	23.935.611,46	7.734.528,18	19,88	7.406.451,33	22,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	66.264.484,96	24.861.950,49	63,89	19.762.203,56	60,25
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	7.766.041,57	2.591.394,47	6,66	2.071.511,16	6,32
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	2.468.422,00	456.136,42	1,17	432.756,65	1,32
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.988.710,24	533.243,27	1,37	495.677,75	1,51
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	10.319.930,00	10.273.791,62	2.737.882,82	7,04	2.631.187,08	8,02
TOTAL	112.323.206,96	112.697.061,85	38.915.135,65	100,00	32.797.787,53	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 57m.

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

Página: 3 de 3
19/05/2017 09:58

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00	
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total J".			
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".			
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012			
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012			
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.			

Página: 1 de 2
19/05/2017 10:01

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)		Em Reais	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial da Receita		330.043.650,18	
Previsão Atualizada da Receita		330.043.650,18	
Receitas Realizadas		99.833.168,21	
Déficit Orçamentário			
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		886.558,10	
DESPESAS			
Dotação Inicial		330.043.650,18	
Créditos Adicionais		11.904.392,03	
Dotação Atualizada		341.948.042,21	
Despesas Empenhadas		82.615.419,83	
Despesas Liquidadas		71.640.046,36	
Despesas Pagas		68.745.068,87	
Superávit Orçamentário		28.193.121,85	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		82.615.419,83	
Despesas Liquidadas		71.640.046,36	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida		247.516.658,55	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal	0,00	-22.489.129,46	
Resultado Primário	10.901.400,00	26.236.898,42	240,67

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	8.680.530,89	3.990,00	7.569.706,61	1.106.834,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	28.982.949,65	976.507,16	5.524.291,45	22.482.151,04
Poder Executivo	28.982.949,65	976.507,16	5.524.291,45	22.482.151,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	37.663.480,54	980.497,16	13.093.998,06	23.588.985,32

Página: 2 de 2
19/05/2017 10:01

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48)		Em Reais	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	11.400.692,63	25%	19,45
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	9.494.883,58	60%	78,40
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	14.090.049,81	15%	24,03
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas/RCL (%)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 10h e 00m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	120.343.524,23	-
Pessoal Ativo	118.622.258,17	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.721.266,06	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	120.343.524,23	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		247.516.658,55	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)		-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		247.516.658,55	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)		120.343.524,23	48,62
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		133.658.995,62	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		126.976.045,84	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		120.293.096,06	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 30m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	971.759,24	1.002.611,65	-	-
Dívida Mobiliária	-	26.517,15	-	-
Dívida Contratual	971.759,24	976.094,50	-	-
Empréstimos	24.136,69	104.922,98	-	-
Internos	24.136,69	104.922,98	-	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	947.622,55	871.171,52	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-32.730,42	-32.730,42	-	-
De Demais Contribuições Sociais	980.352,97	903.901,94	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	14.727.584,17	32.023.077,73	-	-
Disponibilidade de Caixa¹	14.727.584,17	32.023.077,73	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.829.951,35	33.143.512,01	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	1.102.367,18	1.120.434,28	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	235.714.213,29	247.516.658,55	-	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,41	0,41	-	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000* (Não incluídos na DCL)	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	15.045.484,28	22.463.023,80	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

Fonte: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 37m.

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios".

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS (II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	235.714.213,29	247.516.658,55	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	-	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS (VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 38m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	2.884.905,63	2.884.905,63
Empréstimos	2.884.905,63	2.884.905,63
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º e § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º e § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
TOTAL (I)	2.884.905,63	2.884.905,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	247.516.658,55	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (I + II)	2.884.905,63	1,17
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 40m.

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.

No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DO INSCRIÇÃO EM NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPEENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEBITOS EM CARTEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	56.984.698,52	463.337,04	1.699.307,14	17.994.860,63	30.860.117,82	-107.993.249,11	7.528.015,90	-	
AP RIDE - Cadastro das Entidades Correlatas	123.255,42	-	-	-	-	123.255,42	-	-	
Atenção Básica	-974.422,57	-	211.803,13	93,00	1.167.893,43	-2.354.212,13	165.795,87	-	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambu	1.201.247,84	678,60	239.021,20	26.126,22	238.888,20	696.533,56	4.871.915,69	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social B	-15.796,16	-	4.289,34	-	31.243,11	-51.328,61	61.630,93	-	
Bloco de financiamento da Proteção Social B	-44.542,87	-	-	13.747,74	12.248,33	-703,84	-	-	
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços d	-191.616,73	-	-	30.647,67	9.555,25	-231.819,65	79.974,20	-	
Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atende	-84.466,54	-	600,00	-	626,40	-85.692,94	-	-	
C/C - 213-8 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Exo	-21.822,28	-	-	-	-2.125,59	-19.696,69	-	-	
C/C 647171-6 Conv.Const.de 77 Casas - Consi	-486,71	-	-	-	-	-486,71	-	-	
C/C65267-9 PAR ÔNIBUS ESC.ACESSÍVEL CON	-11.675,75	-	-	-	-	-11.675,75	-	-	
Compensação entre Regime Previdenciários	-18.595,93	-	-	-	-	-18.595,93	-	-	
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GEST	-67.251,85	-	-	-	-507,62	-66.744,23	-	-	
Const canal drenagem no Córrego Fundo trech	481.439,06	-	-	482.010,85	34.646,97	-85.280,76	-	-	
Const. esmeraldrado e canalização Rio Lageiro, I	-	-	-	5.851.605,75	-	-5.851.605,75	-	-	
Construção de 3 Escolas - PAR Nº 32469/2014	96.280,60	-	-	5.522.315,56	38.957,08	-5.494.982,04	-	-	
Construção de Creche Proinfância - Bairro São	-511.379,87	-	-	-	6.203,38	-517.583,25	-	-	
Construção do Complexo Esportivo de Pato Br	102.000,14	-	-	147.754,56	11.640,71	-57.395,13	-	-	
Conv. 100879-50/2013 Recuperação de via	5.850,98	-	-	-	-	-	-	-	
Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Esper	-	-	-	-	5.477,28	-5.477,28	-	-	
Conv. PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos	28.081,06	-	-	-	-9.229,56	37.310,62	-	-	
Conv. Pavim. Polidráulica de 10,9 km de Estr	35.133,16	-	-	307.261,04	2.441,92	-276.369,80	-	-	
Conv.Const.de U.S.de Saúde - Primavera	1.945,17	-	-	-	-	1.945,17	-	-	
Conv.Const.do Conjunto Habitacional Nossa T	-4.780,81	-	-	-	-	-4.780,81	-	-	
Conv.FMAS Piso Básico Variável "I" Rec.Projeo	-5.442,67	-	-	-	-	-5.442,67	-	-	
Conv.FMAS-FIXO DE MÉDIA COMPLEXID	-37.842,97	-	-	-	-5.168,19	-32.674,78	-	-	
Conv.implantação de Parque Tecnológico de P	160.752,81	-	-	696.208,43	-	-535.455,62	-	-	
Conv.Prog.de Apoio a Pesquisa Física	-2.207,74	-	-	-	-	-2.207,74	-	-	
Convênio 397/2013 - Projeto AFAI	-39.349,08	-	-	-	-2.240,00	-37.109,08	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS	-99.124,90	-	-	-	-	-99.124,90	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS - 2017	79.096,73	-	-	-	-	79.096,73	-	-	
Convênio Const. URS - Bairro Novo Horizonte	-43.023,48	-	-	-	-	-43.023,48	-	-	
Convênio Construção da Praça dos Esportes e	-167.925,56	-	-	-	-40.242,02	-127.687,54	-	-	
Convênio de Trafegabilidade de Estradas Rura	-43.856,67	-	-	-	-	-43.856,67	-	-	
Convênio Estadual Recape Asfáltico Conv. 023	934.546,90	-	-	-	-913.637,71	1.848.184,61	-	-	
Convênio FMAS Piso Básico Fixo	-1.266,10	-	-	-	-	-1.266,10	-	-	
Convênio FMAS Piso Básico Variável II	-2.719,48	-	-	-	-11.238,56	8.509,08	-	-	
Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-63	-161,81	-	-	-	-	-161,81	-	-	
Convênio Habitacional Sloboda - 0361866-96/2	-109,73	-	-	-	-	-109,73	-	-	
Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02	-303.780,09	-	-	-	7.416,24	-311.196,33	-	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2017

RGF - ANEXO 5 (RF, Art. 55, Inciso III, alínea "A")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	(A)	(B)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-56.984.666,52	463.337,04	1.690.307,14	17.994.880,63	30.860.117,82	-107.993.249,15	7.528.015,90	-	-	-	-	
Convênio PAR 115030/2013 - Escola Sênior Vên	9.709,18	-	-	11.840,27	-10.633,00	35.983,93	-	-	-	-	-	
Convênio PAR Educação (Plano de Ação Anual	-56.732,74	-	-	-	-	-56.732,74	-	-	-	-	-	
Convênio Recuperação Asfáltico - 0004/2013	-11.970,29	-	-	-	-	-14.768,35	-	-	-	-	-	
Convênio Reservatório das Cheias	-28.934,65	-	-	-	7.030,65	-19.000,94	-	-	-	-	-	
CONVENIO SEAB - PROJETO DE FORTALECIME	25.002,68	-	-	-	-	-28.934,65	-	-	-	-	-	
CONVENIO SETI - ESTRUTURAS INCLUIBILIDADE	-14.383.079,78	-	105.613,39	6.817,98	3.063.044,26	-17.558.555,42	45,00	-	-	-	-	
Educação 25% sobre impostos	2.761.407,78	116.950,91	1.509.539,39	8.197,15	1.582.853,71	902.896,62	158.886,89	-	-	-	-	
Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar	35.621,69	-	-	-	240,50	35.381,19	-	-	-	-	-	
Estado de Infra Estrutura Urbana - Convênio	4.371,13	-	-	-	16.590,40	-12.218,97	-	-	-	-	-	
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	386,33	-	-	-	480,92	-94,59	-	-	-	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do F	148.177,45	-	3.565,51	-	3.565,51	141.046,43	6.931,45	-	-	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	92.084,53	-	7.513,85	-	7.513,85	77.056,83	29.079,54	-	-	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	20.779,53	-	1.022,76	-	1.022,76	22.746,68	21.486,03	562,71	-	-	-	
FNDE - MANUTENÇÃO	-138.876,13	-	-	-	-	-138.876,13	-	-	-	-	-	
FNUNLIV MORUMBI	978,72	-	-	-	-	978,72	-	-	-	-	-	
FUNDEF 40%	15.494.145,98	-	57.458,93	-	1.847.505,44	13.589.181,61	-	-	-	-	-	
FUNDEF 60%	-12.183.076,66	-	355.304,49	-	11.679.389,50	-24.217.770,65	-	-	-	-	-	
Gestão de SUAS	142.252,86	-	-	-	-	142.252,86	-	-	-	-	-	
IGD BOA Família	-874,93	-	-	-	-	-874,93	-	-	-	-	-	
IGD SUAS	-22.697,48	-	-	-	-564,76	-22.132,72	-	-	-	-	-	
IGD SUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONV	1.128,96	-	1.104,00	-	1.104,00	-1.079,04	6.848,54	-	-	-	-	
Implantação Parque Estadual Vitorino Passos	-230.823,44	292.485,79	-	-	3.342.072,16	346.887,51	-4.202.223,90	-	-	-	-	
Indenizações Recebidas por Bens Similares e	90.619,25	-	-	-	-	90.619,25	-	-	-	-	-	
MDE/Conv.Construção da Creche Municipal de	-4.882,97	-	-	-	-	-4.882,97	-	-	-	-	-	
MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulin	-6.509,86	-	-	-	-	-6.509,86	-	-	-	-	-	
MDE/Convênio Merenda Escolar	155.177,65	-	-	-	-	155.177,65	-	-	-	-	-	
Op. Crédito Pav Af Ruias Inv, Marília e Testad	29.859,59	-	-	-	-	29.859,59	-	-	-	-	-	
Operação de Crédito - BRDE - Municípios - R5	583.811,40	-	-	-	-	583.811,40	-	-	-	-	-	
Operação de Crédito - BRDE Municípios - R5.2	820.150,39	-	-	-	-	820.150,39	-	-	-	-	-	
Operação de Crédito Construção 03 Creches -	7.183,47	-	-	-	-	7.183,47	-	-	-	-	-	
Prog. de Apoio a Pessoa Port.Dific.	-2.664,02	-	-	-	-	-2.664,02	-	-	-	-	-	
Programa Coeser em Família - Alinhamento I	-15.532,76	-	-	-	-	-15.532,76	-	-	-	-	-	
PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVENIO 3	-12.408,63	-	-	-	-	-12.408,63	-	-	-	-	-	
Projeto Produção de Ovinos	282.433,59	-	-	-	-	282.433,59	-	-	-	-	-	
Recap. Asfáltico Com. 1013728-52/2013 - TER	-123.235,42	-	-	-	-	-123.235,42	-	-	-	-	-	
Recuperação Asfáltico sobre Pavimentação	1.004.695,01	-	-	-	3.271,87	1.007.966,88	-	-	-	-	-	
Recursos de Alienação de Ativos	-228.868,96	-	-	-	-	-228.868,96	-	-	-	-	-	
Salário Educação	-1.385.862,92	-	20.589,58	-	259.296,36	-1.195.574,71	-	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2017

RGF - ANEXO 5 (RF, Art. 55, Inciso III, alínea "A")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	(A)	(B)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-56.984.666,52	463.337,04	1.690.307,14	17.994.880,63	30.860.117,82	-107.993.249,15	7.528.015,90	-	-	-	-	
Saneap-Compensação Financeira ao Meio Am	-220.110,35	-	-	51.093,08	-10.024,98	-261.178,43	2.845,99	-	-	-	-	
Saúde/percentual Vinc. sobre taxa imposto	-49.823.375,01	53.155,68	496.926,78	167.063,07	12.813.894,39	-63.354.414,93	936.717,07	-	-	-	-	
Vigilância em Saúde	-364.089,20	66,06	34.984,73	-	126.430,35	-525.570,34	62.855,54	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	93.298.790,28	586.055,07	1.204.670,35	4.144.712,58	25.948.203,85	112.911.556,13	3.447.357,57	-	-	-	-	
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	29.653,86	-	-	-	-	29.653,86	-	-	-	-	-	
Contribuição de Iluminação Pública	-167.009,08	696,98	35.486,92	3.845,00	266.819,78	-473.857,76	499.376,32	-	-	-		
Contribuições e Legados de Entidades não Gov	90.311,28	-	-	1.797,22	1.000,68	90.619,38	994,10	-	-	-	-	
Gestão de Trânsito	114.841,70	-	43.730,11	-	8.335,04	62.776,55	27.760,78	-	-	-	-	
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Ur	56.286,04	218.957,73	-	-	-2.435,32	-160.236,37	-	-	-	-	-	
Recursos Ordinários (Livres)	88.650.035,52	336.311,07	972.887,47	2.630.958,30	23.037.989,52	61.671.889,16	2.854.816,83	-	-	-	-	
Retenções em caráter consignatório ocorridas	-189.676,43	-	-	-	-51.212.710,84	51.212.710,84	-	-	-	-	-	
Royalties e Outras Compensações Financeiras	-	-	-	-	-36.557,93	-153.618,50	57.830,00	-	-	-	-	
Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.452.693,10	1.743,17	23.367,36	45.599,89	638.577,35	743.405,33	240,75	-	-	-	-	
Taxas - Prestação de Serviços	3.253.834,29	428.346,12	129.198,49	1.457.112,17	1.351.177,87	-111.980,36	66.329,79	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I)+(II)	36.314.143,76	1.449.392,11	2.894.977,49	22.139.593,21	4.911.913,97	4.918.306,98	10.975.373,47	-	-	-	-	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2017

LRF, Art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	247.516.658,55
DESPESA COM PESSOAL	VALOR
Despesa Total com Pessoal DTP	120.343.524,23
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	133.658.995,62
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	126.976.045,84
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR
Dívida Consolidada Líquida	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR
Total das Garantias	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR
Operações de Crédito Internas e Externas	2.884.905,63
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-

FORNE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 42m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA - PR

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 RESULTADO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cuja classificação dá-se da seguinte forma:

Fica credenciada a empresa Belly Administradora de Bens Ltda interessada em vender os terrenos constantes das matrículas nº 7.801 pelo valor de R\$ 120,00 m², 9.503 pelo valor de R\$ 95,00 m², e 8.780 pelo valor de R\$ 120,00 m².

Renascença, 17 de maio de 2017.

LURES DALL AGNOL STIZ
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 4.804, DE 19 DE MAIO DE 2017.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público de 2015 para cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais.

A publicação na íntegra dos Atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: AM-SOP.DIOEMS.COM.BR, Edição do dia 22-05-17, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 1.387, de 29/11/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 4.805, DE 19 DE MAIO DE 2017.

Atribui carga horária extraordinária a professores municipais.

PORTARIA Nº 4.806, DE 19 DE MAIO DE 2017.

Concede Gratificação de Dedicção Exclusiva aos servidores Luis Fernando Simoca e José Ferreira da Silva.

A publicação na íntegra dos Atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: AM-SOP.DIOEMS.COM.BR, Edição do dia 22-05-17, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 1.387, de 29/11/11.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

LEI DE Nº 2763/2017, de 19 de maio de 2017. Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 2528/2013 (PPA 2014 a 2017), nº 2728/2016 (LDO para 2017), e nº 2738/2016 (LOA para 2017). A publicação na íntegra do ato acima se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.dioems.com.br - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

Decreto 6219/2017, de 19 de maio de 2017. Súmula: Abre Crédito Adicional Especial. A publicação na íntegra do ato acima se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.dioems.com.br - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato de Contrato Nº 2065/2017

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR

Contratado: A. Picolotto - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.447.746/0001-55.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de peças e prestação de serviços de mão-de-obra para consertos e reparos em geral, para manutenção de aparelhos de ar condicionados nos Departamentos e Unidades pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme Edital de Pregão Presencial Nº. 014/2017.

Valor do Contrato: Até R\$ 68.182,92 (Sessenta e oito mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Vigência do contrato: De 19 (dezenove) de Maio de 2017 a 19 (dezenove) de Maio de 2018.

Data do Contrato: 19 (dezenove) de Maio 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA - PR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2017 - PMM REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: A COSTA CONSTRUÇÃO CIVIL ME

CNPJ nº 26.945.467/0001-06

OBJETO: Contratação de serviço de mão de obra para construção de boca de lobo no bairro Jardim Europa, conforme solicitação da Secretaria de Educação e Planejamento desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 6.325,00 (seis mil trezentos e vinte e cinco reais).

RECURSOS FINANCEIROS: 06005.4.122.6.2.45.339039210000(2642)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: Imediato

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2017 - PMM REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: ÁGUA BOA POÇOS ARTESIANOS LTDA ME

CNPJ nº 02.486.286/0001-92

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar estudos geológicos/hidro geológicos de poço tubular, a pedido do Departamento de Obras e Engenharia desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

RECURSOS FINANCEIROS: 06005.4.122.6.2.45.3390390000 (2659)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2017 - PMM REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: IVANA CECILIA MALDANER

CNPJ nº 22.816.030/0001-03

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios domésticos para atender a todas as secretarias desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 7.663,40 (sete mil seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).

RECURSOS FINANCEIROS: 06001.4.122.6.2.50.339030160000 (826)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2017 - PMM REFERENTE INEXIGIBILIDADE Nº 010-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU DE MANGUEIRINHA LTDA

CNPJ nº 75.526.756/001-78

OBJETO: Contratação de serviços médicos hospitalares, serviço de assistência médica nas áreas específicas de cirurgia geral, obstetrícia e ginecologia, serviço de plantões médicos por especialidades em pediatria, obstetrícia e clínico geral, visando atender solicitação do Departamento de Saúde desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 1.273.598,80 (Um milhão, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

RECURSOS FINANCEIROS: 10003.10.302.10.2.16.339039501000 (2580)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: 31 de dezembro de 2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2018

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre					
			No Bimestre	%	(c/a)	%		
	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/a)	(a-c)		
RECEITAS [EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS] (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	41.118.419,58	12,46	140.951.510,99	42,71	188.092.139,19	
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	40.942.524,06	12,42	133.971.549,05	40,65	195.614.771,13	
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	7.624.035,73	9,51	25.946.082,39	32,35	54.262.424,65	
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	6.335.515,41	8,68	21.771.507,23	29,84	51.201.491,81	
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	1.288.520,32	21,78	4.174.575,16	70,57	1.740.932,84	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	485.476,14	20,27	1.334.518,54	55,72	1.060.681,46	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	36.123,53	6,64	121.328,64	22,30	422.671,36	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	449.352,61	24,27	1.213.189,90	65,54	638.010,10	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00	
JURAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	129.131,16	10,03	325.756,66	25,31	961.243,34	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.004,14	231.971.004,14	29.980.307,00	12,92	99.062.969,65	42,70	132.988.034,49	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	27.516.448,80	12,30	96.368.468,42	43,08	127.312.359,54	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	57.307,78	14,51	180.223,69	45,63	214.776,31	
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	-	-	96.300,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	2.406.555,42	30,86	2.514.277,54	32,24	5.284.602,64	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	1.599.470,43	18,51	3.780.954,25	43,74	4.862.450,75	
MULTAS E JUROS DE MORA	2.456.000,00	2.456.000,00	253.077,49	10,30	776.275,17	31,61	1.679.724,83	
INDENIZACÃO E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	11.418,21	5,11	192.989,03	13,61	192.989,03	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.393.005,00	4.393.005,00	383.837,82	8,74	1.503.111,04	34,22	2.889.893,96	
RECEITAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	951.136,91	60,54	1.471.157,07	93,64	99.842,93	
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	175.895,52	38,46	6.979.961,94	1.526,24	-6.522.631,94	

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre					
			No Bimestre	%	(c/a)	%		
	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/a)	(a-c)		
RECEITAS [EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS] (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	41.118.419,58	12,46	140.951.510,99	42,71	188.092.139,19	
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	40.942.524,06	12,42	133.971.549,05	40,65	195.614.771,13	
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	7.624.035,73	9,51	25.946.082,39	32,35	54.262.424,65	
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	6.335.515,41	8,68	21.771.507,23	29,84	51.201.491,81	
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	1.288.520,32	21,78	4.174.575,16	70,57	1.740.932,84	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	485.476,14	20,27	1.334.518,54	55,72	1.060.681,46	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	36.123,53	6,64	121.328,64	22,30	422.671,36	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	449.352,61	24,27	1.213.189,90	65,54	638.010,10	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00	
JURAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	129.131,16	10,03	325.756,66	25,31	961.243,34	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.004,14	231.971.004,14	29.980.307,00	12,92	99.062.969,65	42,70	132.988.034,49	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	27.516.448,80	12,30	96.368.468,42	43,08	127.312.359,54	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	57.307,78	14,51	180.223,69	45,63	214.776,31	
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	-	-	96.300,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	2.406.555,42	30,86	2.514.277,54	32,24	5.284.602,64	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	1.599.470,43	18,51	3.780.954,25	43,74	4.862.450,75	
MULTAS E JUROS DE MORA	2.456.000,00	2.456.000,00	253.077,49	10,30	776.275,17	31,61	1.679.724,83	
INDENIZACÃO E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	11.418,21	5,11	192.989,03	13,61	192.989,03	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.393.005,00	4.393.005,00	383.837,82	8,74	1.503.111,04	34,22	2.889.893,96	
RECEITAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	951.136,91	60,54	1.471.157,07	93,64	99.842,93	
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	175.895,52	38,46	6.979.961,94	1.526,24	-6.522.631,94	

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre					
			No Bimestre	%	(c/a)	%		
	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/a)	(a-c)		
RECEITAS [EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS] (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	41.118.419,58	12,46	140.951.510,99	42,71	188.092.139,19	
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	40.942.524,06	12,42	133.971.549,05	40,65	195.614.771,13	
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	7.624.035,73	9,51	25.946.082,39	32,35	54.262.424,65	
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	6.335.515,41	8,68	21.771.507,23	29,84	51.201.491,81	
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	1.288.520,32	21,78	4.174.575,16	70,57	1.740.932,84	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	485.476,14	20,27	1.334.518,54	55,72	1.060.681,46	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	36.123,53	6,64	121.328,64	22,30	422.671,36	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	449.352,61	24,27	1.213.189,90	65,54	638.010,10	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00	
JURAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	129.131,16	10,03	325.756,66	25,31	961.243,34	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.004,14	231.971.004,14	29.980.307,00	12,92	99.062.969,65	42,70	132.988.034,49	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	27.516.448,80	12,30	96.368.468,42	43,08	127.312.359,54	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	57.307,78	14,51	180.223,69	45,63	214.776,31	
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	-	-	96.300,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	2.406.555,42	30,86	2.514.277,54	32,24	5.284.602,64	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	1.599.470,43	18,51	3.780.954,25	43,74	4.862.450,75	
MULTAS E JUROS DE MORA	2.456.000,00	2.456.000,00	253.077,49	10,30	776.275,17	31,61	1.679.724,83	
INDENIZACÃO E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	11.418,21	5,11	192.989,03	13,61	192.989,03	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.393.005,00	4.393.005,00	383.837,82	8,74	1.503.111,04	34,22	2.889.893,96	
RECEITAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	951.136,91	60,54	1.471.157,07	93,64	99.842,93	
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	175.895,52	38,46	6.979.961,94	1.526,24	-6.522.631,94	

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS					SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre					
			No Bimestre	%	(c/a)	%		
	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/a)	(a-c)		
RECEITAS [EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS] (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	41.118.419,58	12,46	140.951.510,99	42,71	188.092.139,19	
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	40.942.524,06	12,42	133.971.549,05	40,65	195.614.771,13	
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	7.624.035,73	9,51	25.946.082,39	32,35	54.262.424,65	
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	6.335.515,41	8,68	21.771.507,23	29,84	51.201.491,81	
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	1.288.520,32	21,78	4.174.575,16	70,57	1.740.932,84	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	-	-	1.320.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.124.103,60	28,96	3.521.267,56	90,73	359.932,44	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00						

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

R\$ 1.00													
RREO - ANEXO III (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "C")													
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Despesas Empenhadas		%		SALDO		Despesas Liquidadas		%		SALDO		
	Inicial	Atualizada	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)			
	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017			
TOTAL (III)=(IV)	330.043.656,14	343.379.916,17	45.480.380,17	13,48%	130.273.306,59	39,12%	213.107.615,52	64,24%	40.934.744,21	12,28%	112.575.411,57	34,10%	230.865.546,60
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	19.518.246,00	14.369.170,00	0,00	0,00	14.369.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.369.170,00	0,00	14.369.170,00
Legislativa	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Ação Legislativa	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Judiciária	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Essencial à Justiça	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Defesa da Ordem Jurídica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Administração	729.396,00	603.978,16	0,00	0,00	603.978,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	603.978,16	0,00	603.978,16
Administração Geral	169.396,00	161.181,91	0,00	0,00	161.181,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.181,91	0,00	161.181,91
Administração Financeira	235.000,00	230.388,64	0,00	0,00	230.388,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.388,64	0,00	230.388,64
Controle Interno	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
Formação de Recursos Humanos	90.000,00	87.407,61	0,00	0,00	87.407,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.407,61	0,00	87.407,61
Administração de Recursos	200.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Comunicação Social	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Segurança Pública	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
Defesa Civil	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
Assistência Social	618.500,00	612.174,42	0,00	0,00	612.174,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	612.174,42	0,00	612.174,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Assistência Comunitária	588.500,00	582.174,42	0,00	0,00	582.174,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	582.174,42	0,00	582.174,42
Saúde	5.835.000,00	3.435.649,40	0,00	0,00	3.435.649,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.435.649,40	0,00	3.435.649,40
Administração Geral	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
Atenção Básica	2.860.000,00	2.105.023,18	0,00	0,00	2.105.023,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.105.023,18	0,00	2.105.023,18
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.800.000,00	713.265,11	0,00	0,00	713.265,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713.265,11	0,00	713.265,11
Suporte Profilático e Terapêutico	193.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	240.000,00	209.196,93	0,00	0,00	209.196,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.196,93	0,00	209.196,93
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	56.000,00	41.240,32	0,00	0,00	41.240,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.240,32	0,00	41.240,32

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

R\$ 1.00													
RREO - ANEXO III (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "C")													
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Despesas Empenhadas		%		SALDO		Despesas Liquidadas		%		SALDO		
	Inicial	Atualizada	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)			
	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017			
TOTAL (III)=(IV)	100.000,00	84.506,28	0,00	0,00	84.506,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.506,28	0,00	84.506,28
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	46.000,00	41.240,32	0,00	0,00	41.240,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.240,32	0,00	41.240,32
Emprego	9.282.900,00	6.930.052,98	0,00	0,00	6.930.052,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.930.052,98	0,00	6.930.052,98
Educação	8.057.000,00	6.006.729,81	0,00	0,00	6.006.729,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.006.729,81	0,00	6.006.729,81
Ensino Fundamental	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	53.000,00
Ensino Superior	1.172.900,00	870.323,17	0,00	0,00	870.323,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870.323,17	0,00	870.323,17
Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
Cultura	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
Educação Cultural	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	588.000,00	528.381,25	0,00	0,00	528.381,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528.381,25	0,00	528.381,25
Urbanismo	418.000,00	414.153,27	0,00	0,00	414.153,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	414.153,27	0,00	414.153,27
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	114.227,98	0,00	0,00	114.227,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.227,98	0,00	114.227,98
Serviços Urbanos	700.000,00	648.883,54	0,00	0,00	648.883,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648.883,54	0,00	648.883,54
Saneamento	700.000,00	648.883,54	0,00	0,00	648.883,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648.883,54	0,00	648.883,54
Saneamento Básico Urbano	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Gestão Ambiental	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	100.000,00	98.940,90	0,00	0,00	98.940,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.940,90	0,00	98.940,90
Ciência e Tecnologia	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
Educação de Conhecimento Científico e Tecnológico	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
Agricultura	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00
Extensão Rural	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Indústria	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Promoção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
Comércio e Serviços	28.000,00	17.163,76	0,00	0,00	17.163,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.163,76	0,00	17.163,76
Promoção Comercial	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00
Turismo	90.955,53	90.955,53	0,00	0,00	90.955,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.955,53	0,00	90.955,53
Energia	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Energia Elétrica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Transporte	34.000,00	274.243,18	0,00	0,00	274.243,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.243,18	0,00	274.243,18
Transporte Rodoviário	100.000,00	84.506,28	0,00	0,00	84.506,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.506,28	0,00	84.506,28
Desporto e Lazer	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

R\$ 1.00											
RREO - ANEXO III (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "C")											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Despesas Empenhadas		%		SALDO		Despesas Liquidadas		%		SALDO
	Inicial	Atualizada	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)	% (b)/(a)	Até o Bimestre (a)				

Alienação de Bens(V)	418.600,00	-	-
Transferências de Capital	38.730,00	4.095.056,31	2.136.217,03
Convênios	-	4.095.056,31	1.700.275,84
Outras Transferências de Capital	38.730,00	-	435.941,19
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(V)=(II+III+IV+V)	38.730,00	4.095.056,31	2.136.217,03
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(VI+V)	327.773.850,18	136.853.415,46	119.015.002,60

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/		Até o Bimestre/	
		2017	2016	2017	2016
DESPESAS CORRENTES(VIII)	301.061.313,11	122.208.406,07	110.645.897,64	107.117.989,43	103.426.028,18

Página: 2 de 2
25/07/2017 14:02

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VII(RF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
Pessoal e Encargos Sociais	150.788.991,34	58.339.925,92	55.292.345,97	58.339.925,92	55.247.546,74
Juros e Encargos da Dívida(IX)	3.750.000,00	1.348.110,87	1.159.504,65	1.348.110,87	1.096.902,19
Outras Despesas Correntes	146.520.321,77	62.520.369,28	54.194.047,02	47.429.952,64	47.081.579,25
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII+IX)	297.311.313,11	120.860.295,20	109.486.392,99	105.769.878,56	102.329.125,99
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	41.139.983,06	8.063.894,52	16.435.682,70	5.457.422,14	5.292.571,63
Investimentos	34.298.983,06	6.766.085,39	15.209.879,63	4.159.613,01	4.088.523,85
Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	6.430.000,00	1.297.809,13	1.225.803,07	1.297.809,13	1.204.047,78
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI+XII+XIII+XIV)	34.709.983,06	6.766.085,39	15.209.879,63	4.159.613,01	4.088.523,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	1.140.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XI+XVI+XVII)	333.161.296,17	127.626.380,59	124.696.272,62	109.929.491,57	106.417.649,84
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-5.877.445,99	9.227.034,87	-5.681.270,02	26.923.923,89	12.597.352,76
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	2.155.531,96	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	-	-	-	-	VL CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/D	-	-	-	-	10.901.400,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 01m.

Página: 1 de 1
25/07/2017 15:08

RREO - ANEXO VIII(RF, art. 53, inciso VI) R\$ 1,00

FONTE/ORGÃO	RESCISÃO A PAGAR PROCESSADA E NÃO PROCESSADA						RESCISÃO A PAGAR NÃO PROCESSADA						Saldo Total
	Processada			Não Processada			Processada			Não Processada			
	De Exercício Anterior	De 01 de Janeiro de 2017	Pagou	Cancelada	Saldo	De Exercício Anterior	De 01 de Janeiro de 2017	Utilizada	Pagou	Cancelada	Saldo		
RESCISÃO A PAGAR RESULTANTE DE CONTRATO DE EMPREGO	1.088.707,34	13.318.562,79	11.901.229,67	1.399,00	505.630,30	14.018.934,76	14.947.943,97	9.782.981,39	9.681.753,11	985.743,80	18.833.750,43	18.833.344,34	
RESCISÃO A PAGAR RESULTANTE DE CONTRATO DE EMPREGO	1.088.707,34	13.318.562,79	11.901.229,67	1.399,00	505.630,30	14.018.934,76	14.947.943,97	9.782.981,39	9.681.753,11	985.743,80	18.833.750,43	18.833.344,34	
RESCISÃO A PAGAR RESULTANTE DE CONTRATO DE EMPREGO	1.088.707,34	13.318.562,79	11.901.229,67	1.399,00	505.630,30	14.018.934,76	14.947.943,97	9.782.981,39	9.681.753,11	985.743,80	18.833.750,43	18.833.344,34	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 15h e 07m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 de Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ (b)	% (b)/(a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	78.368.804,04	78.368.804,04	22.756.799,18	29,04
1.1-Receta Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.427.005,00	22.427.005,00	7.909.407,70	35,27
1.1.1- IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	7.236.414,81	37,43
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.827.005,00	2.827.005,00	573.992,89	20,32
1.2-Receta Resultante do Imposto sobre Transmissão Interoct - ITBI	14.379.799,04	14.379.799,04	2.703.977,95	18,80
1.2.1-ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	2.579.973,30	18,00
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	46.800,00	46.800,00	124.407,65	265,93
1.3-Receta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.122.000,00	31.122.000,00	8.310.057,07	26,73
1.3.1-ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	6.800.123,46	23,78
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.522.000,00	2.522.000,00	287.881,61	11,42
1.4-Receta Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRPF	10.400.000,00	10.400.000,00	3.825.398,46	36,64
1.5-Receta Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1-ITR	-	-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.766.213,00	130.766.213,00	56.451.162,40	43,17
2.1-Cota-Parte FPM	51.568.213,00	51.568.213,00	17.467.793,37	34,22
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	49.068.213,00	49.068.213,00	17.467.793,37	35,97
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.500.000,00	2.500.000,00	-	-
2.2-Cota-Parte ICMS	56.918.000,00	56.918.000,00	23.578.138,83	41,42
2.3-ICMS-Desoneração - LC nº 87/1996	1.400.000,00	1.400.000,00	155.630,28	11,12
2.4-Cota-Parte IPI Exportação	1.400.000,00	1.400.000,00	315.134,24	22,19
2.5-Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	348.840,80	77,63
2.6-Cota-Parte PVA	19.000.000,00	19.000.000,00	14.702.012,38	77,47
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	209.135.017,04	209.135.017,04	79.207.961,58	37,87

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ (b)	% (b)/(a)x100
4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.279.000,00	5.279.000,00	1.943.056,46	36,81
5.1-Transferência do Salário-Educação	3.855.000,00	3.855.000,00	1.408.077,26	36,53
5.2-Transferência Direta - PGOE	-	-	-	-
5.3-Transferência Direta - PNATE	1.279.600,00	1.279.600,00	505.247,60	39,48
5.4-Transferência Direta - PNATE	144.400,00	144.400,00	29.730,60	20,59
5.5-Outras Transferências do FNDE	-	-	-	-
5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	478.400,00	478.400,00	393.712,02	82,30
6.1-Transferência de Convênios	478.400,00	478.400,00	393.712,02	82,30

6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios

7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)

10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB

10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)

10.2-Cota-Parte PVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)

10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)

10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)

10.5-Cota-Parte ITR do ITR Arrecado Destinada ao FUNDEB (20% de 2.5 + 2.6)

10.6-Cota-Parte PVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)

11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB

11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB

11.2-Complementação da União ao FUNDEB

11.3-Receta de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB

12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11-10)

13-RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)+0)- ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

14-RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12)+0)- DECRESCIDO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ (b)	% (b)/(a)x100	Até o Bimestre/ (c)	% (c)/(a)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	39.096.000,00	39.096.000,00	39.096.000,00	99,19	35.321.579,54	89,19
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	39.096.000,00	39.096.000,00	39.096.000,00	99,19	35.321.579,54	89,19
14-OUTRAS DESPESAS	1.258.000,00	1.258.000,00	560.903,10	44,59	560.903,10	44,59
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	1.258.000,00	1.258.000,00	560.903,10	44,59	560.903,10	44,59
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	40.354.000,00	40.354.000,00	39.656.903,10	98,26	35.882.482,64	89,16
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-
16-RETOCOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-
16.1-FUNDEB 60%	-	-	-	-	-	-
16.2-FUNDEB 40%	-	-	-	-	-	-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-
17.1-FUNDEB 60%	-	-	-	-	-	-
17.2-FUNDEB 40%	-	-	-	-	-	-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-	-	-	-	-	-
INDICADORES DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	-	-	-	-	15.882.480,64	89,61
19.1-Mínimo de 80% do FUNDEB na Remuneração do Magistério(13- (16.1 + 17.1)) / (13+ 17.1) x 100%	-	-	-	-	39,36	39,36
19.2-Mínimo de 80% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério(14- (16.2 + 17.2)) / (14 + 17.2) x 100%	-	-	-	-	39,36	39,36
19.3-Mínimo de 5% não Aplicada no Exercício(15-19.1 + 19.2) %	-	-	-	-	6,172.293,86	34,39

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-	-23.957,79
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017	-	-

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ (b)	% (b)/(a)x100	Até o Bimestre/ (c)	% (c)/(a)x100
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	9.894.800,00	9.890.077,20	2.456.020,39	23,81	2.443.644,89	24,61
22.1-Creche	9.894.800,00	9.890.077,20	2.456.020,39	23,81	2.443.644,89	24,61
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.894.800,00	9.890.077,20	2.456.020,39	23,81	2.443.644,89	24,61
22.2-Pré-Escola	690.000,00	690.000,00	313.905,09	45,51	313.905,09	45,51
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	690.000,00	690.000,00	313.905,09	45,51	313.905,09	45,51
23-ENSINO FUNDAMENTAL	57.735.610,00	57.738.725,95	23.054.774,69	39,93	23.060.943,73	39,96
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	40.354.000,00	40.354.000,00	39.656.903,10	98,26	35.882.480,64	89,16
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	17.381.610,00	17.384.725,95	6.172.293,86	35,50	5.978.463,07	34,39
24-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
25-ENSINO SUPERIOR	12.000,00					

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	-	2.884.905,63	-2.884.905,63			
DESPESAS						
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	SALDO NÃO EXECUTADO (h)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	41.139.983,06	8.063.894,52	5.457.422,14	-	33.076.088,54	
- Inscritos Fiscais a Contribuinte						
- Inscritos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras						
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	41.139.983,06	8.063.894,52	5.457.422,14	-	33.076.088,54	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(II)-(I)	-41.139.983,06	-5.178.988,89	-	-	-35.960.994,17	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 04m.
Notas:
* Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2017 a 2017

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					R\$ 1,00	
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c)		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 05m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho/2017

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)					Em Reais		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c)=(a-b)				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	418.600,00	-	418.600,00				
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	418.600,00	-	418.600,00				
DESPESAS							
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS PAGAS (g)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (i)	SALDO (j)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital							
- INVESTIMENTOS							
- INVERSÕES FINANCEIRAS							
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							
SALDO FINANCEIRO A APLICAR							SALDO ATUAL (k) = (III + IIII)
	2016 (l)		2017 (j) = (b - (f + g + h + i))				
VALOR (III)							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 11m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)						R\$ 1,00	
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	(b/a) x 100
			Até o Bimestre (b)	%			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	78.368.804,04	78.368.804,04	22.756.799,18			29,04	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	7.336.414,81			37,43	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	2.579.570,50			18,00	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	8.030.123,46			28,08	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	3.825.398,46			36,64	
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-			-	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	620.000,00	620.000,00	46.574,00			7,51	
Dívida Ativa dos Impostos	3.976.405,00	3.976.405,00	802.309,01			20,18	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	799.400,00	799.400,00	136.408,88			17,06	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	128.266.213,00	128.266.213,00	56.451.162,40			44,01	
Cota-Parte FPM	49.068.213,00	49.068.213,00	17.647.793,37			35,97	
Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	34.349,40			7,63	
Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	14.720.116,28			77,47	
Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	23.578.138,83			41,42	
Cota-Parte IPI-Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	315.134,24			22,19	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.400.000,00	1.400.000,00	155.630,28			11,12	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.400.000,00	1.400.000,00	155.630,28			11,12	
Outras	-	-	-			-	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	206.635.017,04	206.635.017,04	79.207.961,58			38,33	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		%	(d/c) x 100	
			Até o Bimestre (d)	%			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	103.271.801,00	103.271.801,00	48.422.973,75			46,89	
Provenientes da União	62.500.269,00	62.500.269,00	27.291.642,22			43,67	
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	4.032.935,48			909,28	
Provenientes de Outros Municípios	40.328.000,00	40.328.000,00	17.098.396,05			42,40	
Outras Receitas do SUS	-	-	-			-	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-			-	

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	8.961,60	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	103.271.801,00	103.271.801,00	48.431.935,35	46,90

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	110.477.846,96	111.637.312,70	64.213.778,62	57,52	50.470.883,18	45,21
Pessoal e Encargos Sociais	45.868.758,00	45.692.380,66	21.800.334,46	47,71	21.800.334,46	47,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64.609.088,96	65.944.932,04	42.413.444,16	64,32	28.670.548,72	43,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.845.360,00	1.987.023,83	250.358,63	12,60	226.170,86	11,38
Investimentos	1.785.360,00	1.927.023,83	250.358,63	12,99	226.170,86	11,74
Inversões Financeiras	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	112.323.206,96	113.624.336,53	64.464.137,25	56,73	50.697.054,04	44,62

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)						R\$ 1,00	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	59.174.731,00	59.641.052,00	39.499.020,66	61,27	27.778.361,62	54,79	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	59.174.731,00	59.641.052,00	39.499.020,66	61,27	27.778.361,62	54,79	
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS PARA PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	59.174.731,00	59.641.052,00	39.499.020,66	61,27	27.778.361,62	54,79	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	53.148.475,96	53.983.284,53	24.965.116,59	38,73	22.918.692,42	45,21	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII) = (VI) / (IIIb x 100)* - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% * e ⁴						28,93	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII - (15 x IIIb) / 100) ⁵						11.037.498,18	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Total	-	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º							
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)				
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	14.710,54	-	14.710,54				
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,87	-	299.773,87				
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14				
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81				
Total (VIII)	880.084,36		880.084,36				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)				
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-	13.414.343,07				
Total (IX)	13.414.343,07		13.414.343,07				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (l)	% (l/Total) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total) x 100	
Atenção Básica	23.478.622,00	25.374.185,65	11.895.031,62	38,45	11.713.180,41	23,10	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	66.514.539,11	42.597.354,76	66,88	30.057.269,26	59,29	
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	7.683.145,80	3.900.789,06	6,05	3.227.002,57	6,37	
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	2.468.422,00	734.838,14	1,14	712.963,15	1,41	
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.933.943,85	846.700,30	1,31	829.113,24	1,64	
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-	
Outras Subfunções	10.319.930,00	9.650.100,12	4.489.423,37	6,96	4.157.525,41	8,20	
TOTAL	112.323.206,96	113.624.336,53	64.464.137,25	100,00	50.697.054,04	100,00	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 16m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)						R\$ 1,00	
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			%	(d/c) x 100
			Até o Bimestre (d)	%			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	103.271.801,00	103.271.801,00	48.422.973,75			46,89	
Provenientes da União	62.500.269,00	62.500.269,00	27.291.642,22			43,67	
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	4.032.935,48			909,28	
Provenientes de Outros Municípios	40.328.000,00	40.328.000,00	17.098.396,05			42,40	
Outras Receitas do SUS	-	-	-			-	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-			-	

² O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2017

RS 100

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	NOME DO CONTRATADO	2017		VALOR TOTAL
			Até o Bimestre	Até o Bimestre	
TOTAL DE FUNÇÕES					
TOTAL DE SUBFUNÇÕES					
TOTAL DE NOME DO CONTRATADO					
SALDO DE 2016					
SALDO DE 2017					
SALDO DE 2018					
SALDO DE 2019					
SALDO DE 2020					
SALDO DE 2021					
SALDO DE 2022					
SALDO DE 2023					
SALDO DE 2024					
SALDO DE 2025					
SALDO DE 2026					
SALDO DE 2027					
SALDO DE 2028					
SALDO DE 2029					
SALDO DE 2030					
SALDO DE 2031					
SALDO DE 2032					
SALDO DE 2033					
SALDO DE 2034					
SALDO DE 2035					
SALDO DE 2036					
SALDO DE 2037					
SALDO DE 2038					
SALDO DE 2039					
SALDO DE 2040					
SALDO DE 2041					
SALDO DE 2042					
SALDO DE 2043					
SALDO DE 2044					
SALDO DE 2045					
SALDO DE 2046					
SALDO DE 2047					
SALDO DE 2048					
SALDO DE 2049					
SALDO DE 2050					
SALDO DE 2051					
SALDO DE 2052					
SALDO DE 2053					
SALDO DE 2054					
SALDO DE 2055					
SALDO DE 2056					
SALDO DE 2057					
SALDO DE 2058					
SALDO DE 2059					
SALDO DE 2060					
SALDO DE 2061					
SALDO DE 2062					
SALDO DE 2063					
SALDO DE 2064					
SALDO DE 2065					
SALDO DE 2066					
SALDO DE 2067					
SALDO DE 2068					
SALDO DE 2069					
SALDO DE 2070					
SALDO DE 2071					
SALDO DE 2072					
SALDO DE 2073					
SALDO DE 2074					
SALDO DE 2075					
SALDO DE 2076					
SALDO DE 2077					
SALDO DE 2078					
SALDO DE 2079					
SALDO DE 2080					
SALDO DE 2081					
SALDO DE 2082					
SALDO DE 2083					
SALDO DE 2084					
SALDO DE 2085					
SALDO DE 2086					
SALDO DE 2087					
SALDO DE 2088					
SALDO DE 2089					
SALDO DE 2090					
SALDO DE 2091					
SALDO DE 2092					
SALDO DE 2093					
SALDO DE 2094					
SALDO DE 2095					
SALDO DE 2096					
SALDO DE 2097					
SALDO DE 2098					
SALDO DE 2099					
SALDO DE 2100					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 17m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial da Receita	330.043.650,18
Previsão Atualizada da Receita	330.043.650,18
Receitas Realizadas	140.951.510,99
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	2.155.531,96
DESPESAS	
Dotação Inicial	330.043.650,18
Créditos Adicionais	13.297.645,99
Dotação Atualizada	343.341.296,17
Despesas Empenhadas	130.272.300,59
Despesas Liquidadas	112.575.411,57
Despesas Pagas	109.338.387,75
Superávit Orçamentário	28.736.099,42

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	130.272.300,59
Despesas Liquidadas	112.575.411,57

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	251.540.329,94

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	0,00	
Resultado Primário	10.901.400,00	26.923.923,85	246,98

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Executivo	12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	28.966.238,57	985.749,30	9.661.755,21	18.318.734,06
Poder Executivo	28.966.238,57	985.749,30	9.661.755,21	18.318.734,06
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	41.373.568,54	989.739,30	21.563.484,88	18.820.344,36

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48) Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18.495.424,88	25%	23,35
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	15.882.480,64	60%	89,61

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	22.918.692,42	15%	28,93

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	0,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 25/Jul/2017, 14h e 28m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA - PR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 - PMR

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Torno pública a Homologação do Pregão Presencial nº 052/2017 - PMR. Objetivando a Contratação de empresa para fornecimento de material pedagógico e material de artesanato, para atender as necessidades das secretarias solicitantes, de acordo com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, em favor da seguinte empresa:

A J Novaki-Comercio- ME, no valor total de R\$ 787,50 (setecentos e oitenta e sete reais com cinquenta centavos);
Armazém de Arte LTDA no valor total de 731,00 (setecentos e trinta e um reais);
Augusto Henrique Alves- ME, no valor total de 6.159,85 (seis mil cento e cinquenta e nove reais com oitenta e cinco centavos);
Onede Diva Godoi dos Santos, no valor total de 360,80 (trezentos e sessenta reais com oitenta centavos);
Papeleria KJL Distribuidora LTDA, no valor total de 1.731,30 (um mil setecentos e trinta e um reais com trinta centavos);
Rosteca Comercio de Aparelhos Eletrônicos LTDA, no valor total de 1.622,81 (um mil seiscentos e vinte dois reais com oitenta e um centavos);

Renascença, 25 de julho de 2017.

LESSIR CANAN BORTOLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Expirando o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a seguinte empresa:
Pavimar Construtora de Obras Ltda, no valor total de R\$ 253.715,15 (duzentos e cinquenta e três mil setecentos e quinze reais e quinze centavos);

Renascença, 25 de julho de 2017.

Lessir Canan Bortoli
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ.

Edital nº. 026 de 25/07/2017. Súmula: Fica excluída a Candidata Simone Barp, habilitada no cargo público de Fisioterapeuta, do Concurso Público aberto através do Edital nº. 042 de 21/11/2013, por não comparecer ou se pronunciar no prazo estabelecido no instrumento convocatório. A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.dioems.com.br> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017. Edital nº. 027 de 25/07/2017. Súmula: Fica excluído o Candidato Delfino Nunes de Almeida, habilitado no cargo público de Médico Clínico Geral, do Concurso Público aberto através do Edital nº. 118/2016 Publicação nº. 001 de 09/06/2016, por não comparecer ou se pronunciar no prazo estabelecido no Edital de Convocação.

A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.dioems.com.br> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.



EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2107
OBJETO: Implantação de registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza e produtos de higienização. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, para as proponentes:

NOME DO FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL DO FORNECEDOR
SIPROLIMP - SIMONIANO PRODUTOS DE LIMPEZA	05.340.608/0001-89	R\$ 5.914,80
SALVI, LOPES & CIA LTDA - ME	82.478.140/0001-34	R\$ 1.839,80
MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	12.811.487/0001-71	R\$ 1.505,40
HB SUL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	22.094.574/0001-09	R\$ 13.097,50
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	10.573.408/0001-06	R\$ 4.035,00
ALIRIO FERREIRA BARBOSA	77.578.524/0001-90	R\$ 2.120,00
LIMPESUL COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	01.846.273/0001-14	R\$ 1.103,70

TOTAL GERAL HOMOLOGADO: R\$ 29.616,20

Pato Branco, 14 de Julho de 2017. Raul Camilo Isotton - Presidente do CIRUSPAR



EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2107
OBJETO: Implantação de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de escritório e afins para o CIRUSPAR e SAMU 192 Sudeste/PR. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, para as proponentes:

NOME DO FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL DO FORNECEDOR
RACA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA	09.449.195/0001-26	R\$ 6.600,00
DIGITO INFORMÁTICA LTDA	00.061.511/0001-13	R\$ 5.603,50
DAGEAL COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA	07.245.458/0001-50	R\$ 7.911,53

TOTAL GERAL HOMOLOGADO: R\$ 20.115,03

Pato Branco, 20 de Julho de 2017. Raul Camilo Isotton - Presidente do CIRUSPAR

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2017
PROCESSO Nº 141/2017

O Município de Pato Branco, através da pregoeira Loreci Dolores Bim, torna público aos interessados devidamente inscritos no seu cadastro de fornecedores o que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento, que realizará Licitação na modalidade de Pregão Presencial, com itens de participação exclusiva para microempresa, empresa de pequeno porte, itens com preferência para microempresa e empresa de pequeno porte, e itens de ampla participação de empresas em geral, objetivando a implantação de registro de preços para futura e eventual aquisição de gases industriais e medicinais, com fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia Obras e Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas no edital, sendo a licitação do tipo "menor preço", com critério de julgamento "menor preço por item", em conformidade com as disposições contidas na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 5.155/07, Decreto Municipal nº 5.081/07, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e demais legislação pertinente a matéria. Data e Horário da sessão pública: às 09H (NOVE HORAS), DO DIA 10 DE AGOSTO DE 2017, na Sala de Abertura de Licitações da Prefeitura Municipal de Pato Branco, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR. O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Pato Branco, no horário de expediente, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, em Pato Branco - PR, ou pelo site: www.patobranco.pr.gov.br. Para retirada do edital e seus anexos em mídia digital, os interessados deverão apresentar cd-rom ou pendrive. Demais informações, fones: (46) 3220-1511/1534, e-mail: loreci@patobranco.pr.gov.br. Pato Branco, 25 de julho de 2017. Loreci Dolores Bim - Pregoeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Elpidio dos Santos, S/N - Telefax (46) 3245-1130 e 3245-1122
CEP. 85.548-000 - Honório Serpa - Paraná

PORTARIA Nº 29/2017, de 24 de julho de 2017.

O Prefeito Municipal, Luciano Dias, no uso das atribuições previstas no artigo 280 da Lei Municipal nº 43/94, e tendo em vista o disposto nos artigos 279 e seguintes da Lei Municipal 43/94.

Resolve:

Art. 1º Designar Bruna Maria Costella Boldori, enfermeira do quadro de pessoal do município de Honório Serpa, matrícula funcional nº 366.201, para, em substituição ao Josemar do Nascimento, fiscal de tributos do quadro de pessoal do município de Honório Serpa, matrícula funcional nº 78701, integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2017, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito de Honório Serpa em 24 de julho de 2017.

Luciano Dias
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	330.043.650,18	330.043.650,18	38.342.844,07	11,62	223.967.433,19	67,86	106.076.216,99
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	35.956.305,41	10,91	210.622.427,54	63,91	118.963.892,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	6.498.688,81	8,10	40.680.244,37	50,72	35.528.262,67
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	5.992.730,82	8,21	33.881.545,97	46,43	39.091.453,07
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	505.957,99	8,55	6.798.698,40	114,93	-883.190,40
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	1.320.000,00	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.030.762,74	26,56	5.613.925,93	144,64	-1.732.725,93
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.030.762,74	26,56	5.613.925,93	144,64	-1.732.725,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	234.820,54	9,80	1.927.320,65	80,47	467.879,35
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	57.467,31	10,56	211.736,05	38,92	332.263,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	177.353,23	9,58	1.715.584,60	92,67	135.615,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	79.810,86	6,20	481.840,81	37,44	805.159,19
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.008,14	231.971.008,14	26.585.595,47	11,48	155.170.882,72	66,89	76.800.125,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	26.452.609,08	11,83	152.151.138,96	68,02	71.529.689,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	61.424,71	15,55	363.771,86	92,09	31.228,14
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	96.300,00	-	96.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	71.561,68	0,92	2.655.971,90	34,06	5.142.908,28
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	1.526.626,99	17,66	6.748.216,00	78,07	1.895.191,94
MULTAS E JUROS DE MORA	2.456.000,00	2.456.000,00	353.664,42	14,40	1.591.474,14	64,80	864.525,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	9.317,23	4,17	97.298,19	43,55	126.101,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.399.000,00	4.399.000,00	869.302,15	19,79	3.019.970,97	68,74	1.379.029,03
RECEITAS DE OUTRAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	294.343,19	18,74	2.039.469,76	129,82	-468.469,76
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	2.386.538,66	521,84	13.345.005,65	2.918,03	-12.887.675,65

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	330.043.650,18	330.043.650,18	38.342.844,07	11,62	223.967.433,19	67,86	106.076.216,99
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	35.956.305,41	10,91	210.622.427,54	63,91	118.963.892,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	6.498.688,81	8,10	40.680.244,37	50,72	35.528.262,67
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	5.992.730,82	8,21	33.881.545,97	46,43	39.091.453,07
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	505.957,99	8,55	6.798.698,40	114,93	-883.190,40
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	1.320.000,00	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.030.762,74	26,56	5.613.925,93	144,64	-1.732.725,93
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.030.762,74	26,56	5.613.925,93	144,64	-1.732.725,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	234.820,54	9,80	1.927.320,65	80,47	467.879,35
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	57.467,31	10,56	211.736,05	38,92	332.263,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	177.353,23	9,58	1.715.584,60	92,67	135.615,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	79.810,86	6,20	481.840,81	37,44	805.159,19
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.008,14	231.971.008,14	26.585.595,47	11,48	155.170.882,72	66,89	76.800.125,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	26.452.609,08	11,83	152.151.138,96	68,02	71.529.689,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	61.424,71	15,55	363.771,86	92,09	31.228,14
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	96.300,00	-	96.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	71.561,68	0,92	2.655.971,90	34,06	5.142.908,28
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	1.526.626,99	17,66	6.748.216,00	78,07	1.895.191,94
MULTAS E JUROS DE MORA	2.456.000,00	2.456.000,00	353.664,42	14,40	1.591.474,14	64,80	864.525,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	9.317,23	4,17	97.298,19	43,55	126.101,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.399.000,00	4.399.000,00	869.302,15	19,79	3.019.970,97	68,74	1.379.029,03
RECEITAS DE OUTRAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	294.343,19	18,74	2.039.469,76	129,82	-468.469,76
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	2.386.538,66	521,84	13.345.005,65	2.918,03	-12.887.675,65

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	330.043.650,18	330.043.650,18	38.342.844,07	11,62	223.967.433,19	67,86	106.076.216,99
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	35.956.305,41	10,91	210.622.427,54	63,91	118.963.892,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	6.498.688,81	8,10	40.680.244,37	50,72	35.528.262,67
IMPOSTOS	72.972.999,04	72.972.999,04	5.992.730,82	8,21	33.881.545,97	46,43	39.091.453,07
TAXAS	5.915.508,00	5.915.508,00	505.957,99	8,55	6.798.698,40	114,93	-883.190,40
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.320.000,00	1.320.000,00	-	-	1.320.000,00	-	1.320.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	1.030.762,74	26,56	5.613.925,93	144,64	-1.732.725,93
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.881.200,00	3.881.200,00	1.030.762,74	26,56	5.613.925,93	144,64	-1.732.725,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	234.820,54	9,80	1.927.320,65	80,47	467.879,35
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	544.000,00	544.000,00	57.467,31	10,56	211.736,05	38,92	332.263,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.851.200,00	1.851.200,00	177.353,23	9,58	1.715.584,60	92,67	135.615,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.200.000,00	1.200.000,00	-	-	-	-	1.200.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	79.810,86	6,20	481.840,81	37,44	805.159,19
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.008,14	231.971.008,14	26.585.595,47	11,48	155.170.882,72	66,89	76.800.125,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	223.680.827,96	223.680.827,96	26.452.609,08	11,83	152.151.138,96	68,02	71.529.689,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	395.000,00	395.000,00	61.424,71	15,55	363.771,86	92,09	31.228,14
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	96.300,00	96.300,00	-	-	96.300,00	-	96.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	7.798.880,18	7.798.880,18	71.561,68	0,92	2.655.971,90	34,06	5.142.908,28
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	1.526.626,99	17,66	6.748.216,00	78,07	1.895.191,94
MULTAS E JUROS DE MORA	2.456.000,00	2.456.000,00	353.664,42	14,40	1.591.474,14	64,80	864.525,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	223.400,00	223.400,00	9.317,23	4,17	97.298,19	43,55	126.101,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.399.000,00	4.399.000,00	869.302,15	19,79	3.019.970,97	68,74	1.379.029,03
RECEITAS DE OUTRAS DIVERSAS	1.571.000,00	1.571.000,00	294.343,19	18,74	2.039.469,76	129,82	-468.469,76
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	2.386.538,66	521,84	13.345.005,65	2.918,03	-12.887.675,65

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 09m.

27/11/2017 09:16

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demostrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	310.528.404,						

27/11/2017 09:16

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demostriativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		Saldo	
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre (a)	% Substituição	(b)	(c)	No Bimestre	Até o Bimestre (a)	% Negligido
DESPESAS INTRACORPORATIVAS (II)	19.518.245,00	7.480.115,29	0,00	0,00	0,00	7.480.115,29	0,00	0,00	0,00	7.480.115,29
TOTAL (III)=(II)+(I)	330.043.626,14	369.909.998,57	39.145.800,00	217.189.061,37	100,00	152.718.937,24	41.935.042,12	198.180.021,67	100,00	171.727.976,90

Página: 5 de 6
27/11/2017 09:16

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demostriativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Novembro/2016 a Outubro/2017

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES					TOTAL (X) (Y) (Z) (W) (V)	PREVISÃO ATUALIZADA (2017)
	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Março/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	22.717.238,04	30.641.397,88	28.703.519,10	21.907.295,94	31.311.188,19	18.555.000,87	18.555.000,87
Receita-Parte do FPM	548.166,88	382.212,14	374.800,46	317.304,57	296.102,84	222.211,77	16.490.692,06
Transferências de IC 87/1996	5.203,39	3.435,56	28.305,70	137,23	1.263,41	943,94	450.000,00
Transferências de IC 87/1989	672,16	3.036,96	769,98	1.793,98	13.371,31	-	62.923,62
Transferências de IC 87/1989	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	309.403,66
Transferências de IC 87/1989	49.002,93	52.134,43	52.782,75	58.039,96	45.609,20	55.073,24	1.400.000,00
Transferências de FUNDOS	51.674,08	51.955,01	58.365,05	54.616,06	58.336,36	70.676,67	1.420.000,00
Outras Transferências Correntes	2.709.605,12	2.883.949,80	3.925.724,02	2.947.385,65	3.012.582,09	2.225.950,09	31.776.646,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.783.755,87	2.223.200,33	2.070.763,85	2.645.305,58	2.138.106,78	2.402.123,34	40.318.000,00
Outras Receitas Correntes	5.396.520,93	7.652.245,30	4.356.033,93	6.484.193,33	6.851.553,14	5.319.618,69	63.209.112,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.067.187,51	4.149.374,47	608.998,84	394.374,43	716.817,97	461.296,58	8.643.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	920.191,11	679.279,32	673.838,63	766.793,19	985.604,45	541.022,54	12.964.775,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.751.452,87	1.868.146,65	3.339.715,83	1.805.885,89	1.957.905,38	1.386.448,37	22.332.317,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.626.760,38	1.173.516,38	1.378.916,05	1.463.393,15	1.205.644,65	1.445.215,89	20.402.999,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.751.452,87	1.868.146,65	3.339.715,83	1.805.885,89	1.957.905,38	1.386.448,37	22.332.317,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.626.760,38	1.173.516,38	1.378.916,05	1.463.393,15	1.205.644,65	1.445.215,89	20.402.999,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I) - (III)	22.766.336,74	18.173.140,11	21.441.630,33	19.255.998,76	17.600.142,16	18.358.215,25	329.586.320,18

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 17m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demostriativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demostriativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		Saldo	
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre (a)	% Substituição	(b)	(c)	No Bimestre	Até o Bimestre (a)	% Negligido
DESPESAS INTRACORPORATIVAS (II)	19.518.245,00	7.480.115,29	0,00	0,00	0,00	7.480.115,29	0,00	0,00	0,00	7.480.115,29
TOTAL (III)=(II)+(I)	330.043.626,14	369.909.998,57	39.145.800,00	217.189.061,37	100,00	152.718.937,24	41.935.042,12	198.180.021,67	100,00	171.727.976,90

Página: 5 de 6
27/11/2017 09:16

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 31/Ago/2017 (b)	Em 31/Out/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.925.001,04	38.346.906,89	37.909.390,28
DEDUÇÕES(II)	8.137.751,23	27.208.163,82	20.923.384,91
Disponibilidade de Caixa	8.137.751,23	27.208.163,82	20.923.384,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.545.081,20	27.709.774,12	21.424.995,21
(-)Restos a Pagar Processados (Exercícios Preteritórios)	12.407.329,97	501.610,30	501.610,30
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I)-(II)	17.787.249,81	11.138.743,07	16.986.005,37
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(V)=(III)-(IV)-(V)	17.787.249,81	11.138.743,07	16.986.005,37

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Até o Bimestre (Vic - Via)
VALOR	5.847.262,30	-801.244,44

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL VALOR CORRENTE

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS -

DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA -

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 35m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demostriativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demostriativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		Saldo	
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre (a)	% Substituição	(b)	(c)	No Bimestre	Até o Bimestre (a)	% Negligido
DESPESAS INTRACORPORATIVAS (II)	19.518.245,00	7.480.115,29	0,00	0,00	0,00	7.480.115,29	0,00	0,00	0,00	7.480.115,29
TOTAL (III)=(II)+(I)	330.043.626,14	369.909.998,57	39.145.800,00	217.189.061,37	100,00	152.718.937,24	41.935.042,12	198.180.021,67	100,00	171.727.976,90

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 16m.

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
		2017	2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	327.735.120,18	208.906.842,94	184.118.008,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	40.680.244,37	35.779.835,71
IPJTU	19.600.000,00	9.168.742,45	7.203.113,96
ISS	28.600.000,00	13.820.351,78	12.614.313,19
ITBI	14.332.999,04	4.330.913,36	3.900.426,27
IRRF	10.440.000,00	6.561.538,38	5.897.925,14
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	6.798.698,40	6.164.057,15
Receita de Contribuição	3.881.200,00	5.613.925,93	5.155.271,58
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	5.613.925,93	5.155.271,58
Receita Patrimonial Líquida	544.000,00	211.736,05	199.626,30
Receita Patrimonial	2.395.200,00	1.927.320,65	1.927.291,68
(-)Aplicações Financeiras	1.851.200,00	1.715.584,60	1.723.665,38
Transferências Correntes	231.971.008,14	155.170.882,72	135.766.561,40
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	24.249.696,62	22.039.318,09
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	12.751.755,72	12.888.755,15
Cota-Parte do ICMS	46.764.000,00	31.061.557,63	25.789.027,12
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	87.107.872,75	75.449.461,04
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	6.723.053,87	7.216.713,06
Dívida Ativa	4.393.000,00	3.019.970,97	2.056.989,77
Diversas Receitas Correntes	6.737.400,00	4.210.082,90	5.159.723,29
RECEITAS DE CAPITAL(II)	457.330,00	13.345.065,95	9.209.951,80
Operações de Crédito(III)	-	3.372.954,79	3.049.896,18
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-
Alienação de Bens(V)	418.600,00	-	24.090,00
Transferências de Capital	38.730,00	9.972.050,86	6.135.965,62
Convênios	-	9.972.050,86	5.700.024,43
Outras Transferências de Capital	38.730,00	-	435.941,19
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II)-(III)-(IV)-(V)	38.730,00	9.972.050,86	6.135.965,62
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I)+(VI)	327.773.850,18	218.878.893,80	190.253.973,67

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS PRIMÁRIAS	311.958.847,29	200.723.676,69	178.103.596,48	185.325.517,68	171.281.237,47

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: DESPESAS PRIMÁRIAS, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS (Até o Bimestre/ 2017, Até o Bimestre/ 2016), DESPESAS LIQUIDADAS (Até o Bimestre/ 2017, Até o Bimestre/ 2016). Includes sub-totals for RESULTADO PRIMÁRIO and SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 50m.

Página: 1 de 1 27/11/2017 09:52

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: PODER/ÓRGÃO, RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. Includes sub-totals for RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 52m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: RECEITAS DO ENSINO, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS (Até o Bimestre/ 2017, % Lic./Incl./2010). Includes sub-totals for RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS and RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA, RECEITAS REALIZADAS (Até o Bimestre/ 2017, % Lic./Incl./2010). Includes sub-totals for RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB and RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB.

Table with columns: DESPESAS DO FUNDEB, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS (Até o Bimestre/ 2017, % (Incl/Incl)100), DESPESAS LIQUIDADAS (Até o Bimestre/ 2017, % (Incl/Incl)100). Includes sub-totals for DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB and INDICADORES DO FUNDEB.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: RECORRIMENTOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS, DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017.

Table with columns: DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS (Até o Bimestre/ 2017, % (Incl/Incl)100), DESPESAS LIQUIDADAS (Até o Bimestre/ 2017, % (Incl/Incl)100). Includes sub-totals for DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS (Até o Bimestre/ 2017, % (Incl/Incl)100), DESPESAS LIQUIDADAS (Até o Bimestre/ 2017, % (Incl/Incl)100). Includes sub-totals for RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Table with columns: CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA, FUNDEB, SALÁRIO EDUCAÇÃO. Includes sub-totals for DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 and PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 09h e 52m.
*Limites mínimos analisados foram cumpridos no encerramento do exercício.
**Até o 21 de 21 de 11.994.000,74m % dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
**Caput do artigo 212 da CF/1988.
**Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último do exercício.
**Limites mínimos analisados a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação programática, conforme LDB, art. 11, V.
**Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita		330.043.650,18		
Previsão Atualizada da Receita		330.043.650,18		
Receitas Realizadas		223.967.433,19		
Déficit Orçamentário				
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.766.178,26		
DESPESAS				
Dotação Inicial		330.043.650,18		
Créditos Adicionais		39.864.348,39		
Dotação Atualizada		369.907.998,57		
Despesas Empenhadas		217.189.061,37		
Despesas Liquidadas		198.180.021,67		
Despesas Pagas		192.532.224,27		
Superávit Orçamentário		25.787.411,52		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas		217.189.061,37		
Despesas Liquidadas		198.180.021,67		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida		260.361.463,94		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VII)=[IV-V]		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO				
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Aparentado Até o Bimestre	% em Relação à Meta	
	(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-801.244,44		
Resultado Primário	10.901.400,00	24.969.687,54	229,05	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Executivo	12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	28.966.238,57	1.414.353,32	14.162.004,02	13.889.881,23
Poder Executivo	28.966.238,57	1.414.353,32	14.162.004,02	13.889.881,23
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	41.373.568,54	1.418.343,32	26.063.733,69	13.891.491,53

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo XIV (LRF, Art. 48) Em Reais

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	31.844.961,55	25%	26,22
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	21.928.290,91	60%	83,11
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	39.663.897,75	15%	33,09
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Total das Despesas/RCL (%)		Valor Apurado no Exercício Corrente	
		0,00	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 27/Nov/2017, 10h e 22m.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Contrato nº 211/2017/GP. Dispensa nº 96/2017. PARTES: Município de Pato Branco e FAMILIA PAGANINI LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de apresentação cultural no evento de abertura do Natal de Pato Branco que se realizará no dia 25 de Novembro de 2017, na Praça Getulio Vargas, atendendo às necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO: O serviço será executado na Abertura do Natal de Pato Branco no dia 25 de Novembro de 2017, na Praça Getulio Vargas com duração de uma hora e meia, de acordo com o Cerimonial do Evento. VALOR: O valor certo e ajustado para a execução do objeto é de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: O período de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 15º dia útil do mês após a execução dos serviços, com apresentação da Nota fiscal. DOT. ORÇ: 07.04.13.39200402.180.00 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (560-6218). Reserva de Saldo 651. GESTOR DO CONTRATO: O Diretor de Departamento de Gabinete. Pato Branco, 24 de novembro de 2017. Augustinho Zucchi - Prefeito. Giovanni Paganini - Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS - PR

PORTARIA Nº 174/2017 - Data: 27/11/2017 SÚMULA: Designação Comissão Especial para Avaliação de Títulos e de Desempenho do Quadro do Magistério Público Municipal." A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: Amsop.dioems.com.br. edição do dia 28/11/2017, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 06/2012 de 25/01/2012.

transitada em julgado;	
VII - Não estar sendo processado perante o juízo da infância e juventude ou ter contra si sentença transitada em julgado;	. Certidão do cartório, expedida pelo Fórum da comarca de Pato Branco;
VIII - Comprovação de experiência, pelo período mínimo de 01 ano, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.	. Declaração, descrevendo claramente a atuação do candidato, de Entidades ou Instituições de atendimento à criança e/ou adolescente.
IX - 01 (uma) fotografia (3x4), recente.	. 1 foto 3x4 atual
X - Carteira de Trabalho e número do PIS	. Cópia da folha de rosto e registro e cartão do PIS.
XI - Noções Básicas em Informática.	. Certificado
XII - Possuir Carteira de Motorista	. Cópia da CNH
XIII - Submeter-se à entrevista com Psicóloga, a ser designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de verificar a adequação do perfil do candidato com o exercício do cargo.	. Laudo com a avaliação do Psicólogo.
XIV - Declaração de ciência dos requisitos deste Edital.	. No ato da inscrição

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
As inscrições preliminares serão avaliadas pela Comissão Eleitoral e encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Serão homologadas as inscrições dos candidatos que preencherem os requisitos fixados nos itens acima citados.

V - DAS ELEIÇÕES
O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá se assim entender prudente, suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

VI - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR
As atribuições do Conselho Tutelar são aquelas a que se refere o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90) e suas respectivas atualizações, disponível publicamente on-line no site do Palácio do Planalto. Além desta, cita-se a Lei Federal 12.696/2012 e suas alterações, que determina a Dedicativa Exclusiva dos Conselheiros Tutelares ao exercício de suas atribuições, não podendo exercer outra atividade remunerada, bem como aquelas atribuições decorrentes do Regimento Interno.

VII - DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS
Os registros das candidaturas deverão obedecer aos arts. 32, 33, 34, da Lei Municipal nº 1205/2010 de 17.11.2010.

VIII - DAS VEDAÇÕES
São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive. Estende-se o impedimento ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Pato Branco.

IX - DA COMPANHIA
A campanha poderá ser feita por meios físicos (impressão) ou digital, distribuídos até o último dia útil que antecede a votação.

É vedado em qualquer hipótese, o abuso do poder econômico e político;
No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive por meio de boca de urna;

Aos candidatos é vedado oferecer, favorecer ou contratar qualquer tipo de transporte a os eleitores no dia da eleição, bem como distribuição de brindes;

É expressamente proibida a formação de chapas entre os candidatos;
É vedado aos órgãos das administrações públicas federal, estadual ou municipal realizarem propaganda favorável a qualquer candidato durante o processo de eleição para o Conselho Tutelar.

O descumprimento das disposições acima ensejará na exclusão do candidato do processo seletivo dos membros do Conselho Tutelar.

X - DA COMISSÃO ESPECIAL
Será designada, mediante resolução do CMDCA, uma Comissão Especial para operacionalização do processo seletivo dos membros do Conselho Tutelar.

XI - DO DIA, LOCAL E HORÁRIO DA VOTAÇÃO
A votação será realizada no dia 04 Março 2018, a partir das 08horas até às 12 horas, e será realizada na Casa da Cultura.

XII - DA MESA RECEPTORA
Caberá à Comissão Especial designar o Presidente da Mesa para atuar na mesa receptora, sendo que estão impedidos de atuarem na Mesa Receptora parentes próximos dos candidatos, como marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro, genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadado, sobrinho, padrao ou madrastra e enteados.

XIII - DA APURAÇÃO E DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS
Encerrada a votação, será iniciada a apuração dos votos, feita sob a coordenação do Presidente do CMDCA, sendo facultado aos candidatos acompanhar a apuração, mantendo distância mínima, a critério da Mesa Apuradora, de modo a permitir o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.

Encerrados os trabalhos de contagem dos votos e lavrada a competente Ata pelo Presidente da Mesa, será encaminhado o resultado final da apuração ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Após o final de todo o processo, a Comissão Especial divulgará o nome dos eleitos, sendo que todos os candidatos que receberam, no mínimo, um voto, serão considerados classificados.

XIV - DOS RECURSOS
Serão admitidos recursos após a divulgação oficial da homologação das inscrições no processo seletivo. O recurso será individual, por escrito, e deverá ser apresentado de forma presencial ou por procuração com firma reconhecida, devidamente fundamentado e protocolado na sede do CMDCA.

Recursos interpostos em desacordo com o acima indicado, bem como interpostos por fax, telex, telegrama, internet, via postal ou outro meio que não o previsto acima não serão conhecidos. Os recursos serão julgados pela Comissão Especial, sendo divulgadas as decisões acerca dos recursos interpostos.

XV - DISPOSIÇÕES FINAIS
Os itens desta Edital poderão sofrer eventuais alterações, prorrogações de data, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

Os Conselheiros Tutelares Suplentes ficam à disposição do CMDCA e do Conselho Tutelar para serem convocados conforme necessidade, disposto na Lei nº 1205/2010. Quando convocados, será feita a inclusão do Conselheiro Tutelar na folha de pagamento do município, sob a nomenclatura de cargo eletivo, estendendo aos mesmos o direito à remuneração salarial e a garantias sociais e trabalhistas, como: cobertura previdenciária gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade e paternidade e gratificação natalina.

O valor salarial bruto de referência para a data de hoje é de R\$ 1.222,34 (Hum mil duzentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos) existindo a possibilidade de abono assiduidade a critério da administração municipal.

O referido Edital corresponde a uma eleição de caráter extraordinário, devido ao pedido de desligamento de conselheiros eleitos sob o edital 001/2015, 001/2016 e 001/2017, sendo que os candidatos devem ter ciência de que o mandato será até o término de 2019. Um novo edital, conforme prevê a lei para o mandato 2020/2024, será publicado no decorrer dos próximos anos.

Os conselheiros que realizaram o pedido de afastamento no período de 2016 a 2019 não estarão aptos a se inscrever novamente.

Os casos omissoes serão resolvidos pela Comissão Especial e Conselho Municipal dos Direitos e da Criança e do Adolescente.

Aran Klein Fernandes
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Avenida Manoel Ribas, nº 643
CEP 85.580-000 - Itapejara D'Oeste - PR

RESOLUÇÃO Nº 019/2017
Data: 27.11.2017
Súmula: Aprovação do Edital 003/2017, para inscrições à Eleição de Conselheiros Tutelares Suplentes;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1205/2010,

Considerando a Deliberação da Plenária realizada em 20.11.2017, ata 019/2017, na qual o parecer do conselho foi FAVORÁVEL,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o edital nº 003/2017, para inscrições à Eleição de Conselheiros Tutelares Suplentes, do Município de Itapejara D'Oeste/PR;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

27 de Novembro de 2017

Aran Klein Fernandes
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Avenida Manoel Ribas, nº 643, centro.
CEP 85.580-000 - Itapejara D'Oeste - PR

EDITAL Nº 003/2017
CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR CONSELHEIROS SUPLENTES

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ITAPEJARA D'OESTE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que estarão abertas as inscrições para eleição ao cargo de Titular e Suplentes de Conselheiro Tutelar, a realizar-se no dia 04 de março de 2018.

I - DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

- Este Edital objetiva o preenchimento de vagas para Conselheiro Tutelar Suplente, referente ao mandato de 2016/2019;
- A escolha dos suplentes a conselheiros serão realizadas por meio de sufrágio universal e direto, e pelo voto facultativo e secreto dos eleitos do Município;
- Após a inscrição dos candidatos, o CMDCA fará a homologação, juntamente com a Comissão Especial Eleitoral, seguindo os critérios do item "d" abaixo descrito;
- Serão utilizados como critérios de desempate: maior tempo comprovado de experiência no atendimento de crianças, maior nível de formação, comprovado com certificados e diplomas e maior idade, nesta ordem.

II - DO PERÍODO DAS INSCRIÇÕES:
As inscrições serão no período de 27 de Novembro de 2017 à 23 de Fevereiro de 2018, nas dependências usadas provisoriamente pelo CMDCA, Avenida Manoel Ribas nº 643, no Departamento Municipal de Assistência Social, das 08h30min às 11h30min e 13h30min às 17h.

III - DOS REQUISITOS EXIGIDOS
Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados dos originais para que seja feita a conferência dos mesmos.

Requisitos	Documentos
I - Reconhecida idoneidade moral	- Certidão criminal (da Vara Criminal e do Juizado Especial Criminal, bem como da Vara Criminal Federal) e do Juizado Especial Criminal Federal) e civil, expedida pela Justiça Estadual e Federal de Pato Branco.
II - Idade superior a 21 (vinte um) anos;	- Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF).
III - Residir no município de Itapejara D'Oeste;	- Certificado de reservista.
IV - Ser eleitor do Município de Itapejara D'Oeste;	- Cópia da conta de água, luz ou telefone.
V - Ter concluído o ensino médio;	- Título de Eleitor
VI - Não estar sendo processado Criminalmente ou ter contra si sentença criminal condenatória	- Cópia do certificado de conclusão da Instituição.
	- Certidão do cartório, expedida pelo Fórum da comarca de Pato Branco;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.442.718,90	-
Pessoal Ativo	121.729.749,89	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.712.969,01	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	13.300,00	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	13.300,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	123.429.418,90	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	261.310.666,14	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	261.310.666,14	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)	123.429.418,90	47,23
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	141.107.759,72	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	134.052.371,73	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	126.996.983,75	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 28/Fev/2018, 17h e 09m.
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b") R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	25.925.001,04	35.489.613,40	38.346.906,89	34.991.503,61
Dívida Mobiliária	-	209.425,77	1.107.501,58	239.344,52
Dívida Contratual	25.925.001,04	27.739.180,47	26.319.443,09	23.832.196,87
Empréstimos	24.947.174,72	26.875.106,49	25.614.249,63	23.127.003,41
Internos	24.947.174,72	26.875.106,49	25.614.249,63	23.127.003,41
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	977.826,32	864.073,98	705.193,46	705.193,46
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	977.826,32	864.073,98	705.193,46	705.193,46
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	7.541.007,16	10.919.962,22	10.919.962,22
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	8.137.751,23	33.029.074,94	27.208.163,82	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa ¹	8.137.751,23	33.029.074,94	27.208.163,82	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.545.081,20	34.135.909,22	27.709.774,12	21.924.029,28
(-) Restos a Pagar Processados	12.407.329,97	1.106.834,28	501.610,30	5.820.128,79
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	17.787.249,81	2.460.538,46	11.138.743,07	18.887.603,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	235.580.709,83	247.383.078,29	257.301.849,07	261.310.666,14
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	11,00	14,35	14,50	13,39
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	7,55	0,99	4,33	7,23
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 ² (Não incluídos na DCL)	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	28.966.238,57	22.466.143,31	14.881.748,86	30.439.118,22
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 28/Fev/2018, 17h e 10m.
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pretatórios".

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS(II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	235.580.709,83	247.383.078,29	257.301.849,07	261.310.666,14
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS(VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 08h e 46m.
Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	3.372.954,79
Interna	-	3.372.954,79
Empréstimos	-	3.372.954,79
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
TOTAL (I)	-	3.372.954,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	261.310.666,14	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (I + II)	3.372.954,79	1,29
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.291.746,63	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 08h e 50m.
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Relatório de Gestão Fiscal - Prefeitura Municipal de Pató Branco - PR - Poder Executivo

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2017

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-81.679.901,47	162.647,84	2.293.005,14	11.189.372,08	34.463.620,85	-129.788.547,38	15.619.053,37	-	
AP REDE - Catálogos das Entidades Correlatas	123.255,42	-	-	-	-	123.255,42	-	-	
Aquisição de Plano Hidráulico Reveladora Nov	97.530,26	-	-	-	-	97.530,26	-	-	
Atenção Básica	913.728,67	-	46.287,68	-	1.008.719,72	-141.278,73	100.601,32	-	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambu	-1.634.704,83	166,11	934.115,84	3.487,64	346.779,42	-2.919.253,84	8.728.267,06	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social B	135.632,47	-	560,00	-	26.993,77	106.116,70	1.426,76	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social Es	-81.802,64	-	-	-	19.306,09	-61.130,73	567,90	-	
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços d	-277.966,64	-	-	-	41.762,27	-319.728,91	-	-	
Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atende	-265.360,85	-	2.274,00	-	26,40	-267.661,25	17.719,84	-	
CIC 2138 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Exec	-1.822,28	-	-	-	-	-1.822,28	-	-	
CIC 48713 E de Conv Conv. de 77 Casas - Conju	-484,71	-	-	-	-	-484,71	-	-	
CIC-65267-9 PAR ÔNIBUS ESC-ACESSÍVEL CON	-11.675,75	-	-	-	-	-11.675,75	-	-	
Compensação entre Regime Previdenciários	-17.452,52	-	-	-	-	-17.452,52	-	-	
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GEST	-47.251,85	-	-	-	924,38	-46.176,23	-	-	
Const canal drenagem no Córrego Fundo traç	162.501,01	-	-	-	156.676,66	56.383,58	-	-	
Const. reservatório e canalização Rio Ligeiro, c	-	-	-	-	5.851.605,75	-5.851.605,75	-	-	
Construção de 3 Escolas - PAR Nº 3248/2014	104.870,36	-	-	4.127.431,49	41.119,76	-4.063.680,39	-	-	
Construção de Creche Prontinha - Bairro São	-508.213,70	-	-	-	6.203,38	-514.417,08	512.516,83	-	
Construção de Complexo Esportivo do Pató Br	-80.443,65	-	-	-	11.640,71	-92.002,26	-	-	
Conv. 1008576-59/2013 Recapeamento de via	5.856,98	-	-	-	10.868,77	-5.011,79	-	-	
Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Esper	-	-	-	-	5.477,28	-5.477,28	-	-	
Conv. Curso Medicina FADP - Município de P	105.748,26	-	-	-	-	105.748,26	-	-	
Conv. Execução de Infra Estrutura Esportiva	3.896,74	-	-	-	-	3.896,74	-	-	
Conv. Implantação de Quadra de Esportes con	972.182,58	-	-	-	-	972.182,58	779.555,58	-	
Conv. PAR 20130617 - Brinquedos Didáticos	28.663,33	-	-	-	-	28.663,33	-	-	
Conv. Paviment. Polidutora de 10,8 km de Estr	-142.913,92	-	549,89	-	4.241,92	-200.617,73	-	-	
Conv.Const. de U.B. de Saúde - Polidutora	-2.232,46	-	-	-	-	-2.232,46	-	-	
Conv.Const.do Conjunto Habitacional Nossa Tr	-4.780,81	-	-	-	-	-4.780,81	-	-	
Conv.FMAS Pós Básico Variável 7º Rec.Prog	-5.442,67	-	-	-	-	-5.442,67	-	-	
Conv.FMAS PÓS FUND. DE MÉRITO CONVÊNIO E	-97.242,97	-	-	-	-	-97.242,97	-	-	
Conv.Implantação de Parque Tecnológico de	-373.076,73	-	-	-	126.962,34	-500.039,07	129.499,00	-	
Conv.Prog.de Apoio a Pessoa Idosa	-2.207,74	-	-	-	-	-2.207,74	-	-	
Convênio 399/2013 - Projeto AFAI	-55.327,53	-	-	-	-	-55.327,53	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS	-95.124,96	-	-	-	-	-95.124,96	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS - 2017	80.844,17	-	-	-	-	80.844,17	77.272,88	-	
Convênio Const. UBS - Bairro Novo Horizonte	-83.023,48	-	-	-	-	-83.023,48	-	-	
Convênio Construção da Praça dos Esportes e	-167.929,56	-	-	-	410,41	-168.339,97	-	-	
Convênio de Transferibilidade de Estradas Rura	-43.856,67	-	-	-	-	-43.856,67	-	-	
Convênio Estado de Paraná - Apoio de Contor	42.232,27	-	-	-	-	42.232,27	-	-	
Convênio Estadual Recape Asfalto Conv. 033	934.546,90	-	-	-	20.909,19	913.637,71	-	-	

Relatório de Gestão Fiscal - Prefeitura Municipal de Pató Branco - PR - Poder Executivo

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2017

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-81.679.901,47	162.647,84	2.293.005,14	11.189.372,08	34.463.620,85	-129.788.547,38	15.619.053,37	-	
Convênio FMAS Pós Básico Fio	-1.264,10	-	-	-	-	-1.264,10	-	-	
Convênio FMAS Pós Básico Variável II	-2.719,48	-	-	-	-	-2.719,48	-	-	
Convênio Gov. Estado - Recape Asfáltico na Ps	-	-	-	-	-	-	2.415.966,09	-	
Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-60	-161,81	-	-	-	-	-161,81	-	-	
Convênio Habitacional Soboba - 0361866-96/2	-109,73	-	-	-	-	-109,73	-	-	
Convênio PAC 04443/2013 Construção de 02	-303.780,09	-	-	-	7.416,24	-311.196,33	-	-	
Convênio PAR 17830/2013 - Escola Bairro Ven	66.439,80	11.603,46	-	-	12.809,38	42.026,96	-	-	
Convênio PAR Educação (Plano de Ação Anu	-56.723,74	-	-	-	14.768,35	-14.768,35	-	-	
Convênio Reservatório das Chieias	-11.970,29	-	-	-	15.276,15	-27.246,44	-	-	
CONVENIO SEAP - PROJETO DE FORTALECIMEN	-28.934,65	-	-	-	-	-28.934,65	-	-	
CONVENIO SETI - ESTRUTURAS INCLUIDAS NOS	-50.955,55	-	-	-	-	-50.955,55	-	-	
Crescer em Família - Equipamento e material	120.102,80	-	-	-	120.102,80	-	-	-	
Educação 10% ultracrescência Constituc.	-17.542.469,00	188,07	6.817,88	-	3.096.582,77	-20.646.027,82	578.587,90	-	
Educação 25% sobre impostos	2.976.886,00	120.180,21	473.370,44	-	1.865.123,52	518.211,83	369.935,11	-	
Estudial MDC/Convênio Transporte Escolar	162,15	-	-	-	313,89	-147,74	-	-	
Educação de Infra Estrutura Educacional - Convêni	5.024,42	-	-	-	16.590,10	-11.565,68	-	-	
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	-	-	-	-	48,92	-48,92	-	-	
FMAS - Bloco de Financiamento da Gestão do P	224.453,46	-	2.125,08	-	14,50	222.328,38	8.095,64	-	
FMAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	216.114,83	-	4.478,11	-	14,50	216.622,40	43.790,58	-	
FMAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	188.150,67	-	21.573,72	-	10.937,06	155.639,89	403,94	-	
FNDE - MANUTENÇÃO	-18.876,11	-	-	-	-	-18.876,11	-	-	
FNDE/INV MUDRUM/BI	1.123,25	-	-	-	-	1.123,25	-	-	
FUNDEB 60%	20.102.128,28	3.732,25	-	-	1.909.447,75	18.196.952,28	-	-	
FUNDEB 60%	-16.883.301,74	1.036,96	-	-	11.545.117,13	-28.429.455,73	-	-	
Fundo do Imo. inclusive art. 9º in RFB nº 11	80.026,74	-	-	-	-	80.026,74	263,80	-	
Gestão de SUS	20,38	-	358,93	-	-	-155,55	-	-	
IGD-Bolsa Família	-827,93	-	-	-	-	-827,93	-	-	
IGD-SIAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONS	26.944,44	-	950,00	-	-	25.994,44	950,00	-	
Implantação Parque Estadual Vitória Passa - C	145.684,74	-	-	689.418,07	101.611,36	645.344,69	-	-	
Indenização recebidas por Bens Sinistrados d	609,11	-	-	-	-	609,11	-	-	
Inscrição - Aquisição de	85.164,41	-	53.725,00	-	-	85.164,41	-	-	
MDE/Conv.Construção da Creche Municipal de	-4.882,97	-	-	-	-	-4.882,97	-	-	
MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulin	6.509,86	-	-	-	-	6.509,86	-	-	
MDE/Convênio Merenda Escolar	100.671,58	-	-	-	100.671,58	-	59.931,75	-	
Op. Crédito Pav Asf Rua Vil. Marília e Teatón	28.954,59	-	-	-	46.964,51	-18.009,92	-	-	
Operação de Crédito - BME Municípios - RS 2	-	-	-	-	27.679,93	-27.679,93	-	-	
Operação de Crédito Construção Q3 Creches -	7.183,47	-	-	-	13.948,50	-6.765,03	-	-	

Relatório de Gestão Fiscal - Prefeitura Municipal de Pató Branco - PR - Poder Executivo

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro de 2017

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-81.679.901,47	162.647,84	2.293.005,14	11.189.372,08	34.463.620,85	-129.788.547,38	15.619.053,37	-	
Prog. de Apoio a Pessoa Port. Defic.	2.664,02	-	-	-	-	2.664,02	-	-	
Programa Crescer em Família - Acabamento	-15.537,68	-	-	-	-	-15.537,68	-	-	
PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVENIO 3º	-19.140,07	-	-	-	-	-19.140,07	-	-	
Projeto Produção de Ovinos	-13.800,04	-	-	-	-	-13.800,04	-	-	
Projeto Técnico Social Loteamento Vila São Pe	-8.736,70	-	8.756,70	-	-	-17.513,40	1.282,90	-	
Recap. Asfalto Conv. 1013728-5/2013 - 1ª Et	-129.254,42	-	-	-	718,50	-129.532,92	-	-	
Recap. Asfalto Contrato de Recape MLCIad	199.041,16	-	-	-	-	199.041,16	384.200,00	-	
Recapamento Asfáltico - 82843916 - MLCIad	13.272,47	-	-	-	-	13.272,47	-	-	
Recapamento Asfáltico - Convênio 828469/16	3.311,22	-	-	-	-	3.311,22	-	-	
Recapamento Asfáltico sobre Pavimentação d	-	-	-	-	3.271,87	-3.271,87	-	-	
Recursos de Alisenção de Ativos	-224.600,37	-	-	-	-	-224.600,37	-	-	
Sala de Educação	-1.405.383,60	-	5.227,70	224.455,99	123.503,52	-1.758.570,81	207.947,73	-	
Saneap. Compensação Financeira no Meio Am	-172.977,45	-	-	-	7.271,29	-180.246,74	-	-	
Serviço de Custos Compensação Financeira	-68.868,62	30.688,06	677.183,00	2.514,16	13.720.109,85	-83.293.001,30	1.183.296,10	-	
Taxa de Convênção e Fortalecimento de Vi	62.643,62	-	-	-	-	62.643,62	-	-	
Termo de Compromisso PAR nº 201403095 - A	136.004,17	-	-	-	-	136.004,17	-	-	
Vigilância em Saúde	-343.281,50	-	9.035,68	-	299.584,71	-645.881,87	6.942,85	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	106.842.852,67	359.410,50	3.005.065,31	1.168.807,97	-34.405.999,50	136.715.568,39	2.461.884,80	-	
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	-2.289,05	-	-	-	-	-2.289,05	-	-	
Contribuição de Iluminação Pública	244.479,94	-	179.581,73	-	253.586,60	-188.688,39	228.963,89	-	
Contribuições e Legados de Entidades não Gov	161.198,26	-	8.152,66	-	1.600,68	159.957,58	-	-	
Gerência de Tráfego	1.038.809,54	-	-	-	1.885,98	1.037.720,91	21.635,52	-	
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Ur	65.472,00	218.973,73	-	-	-	-153.485,73	-	-	
Operações Ordinárias (Livres)	109.714.285,53	138.709,60	2.724.794,53	1.043.193,64	16.349.366,19	89.			

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: DEPENDENCIA, DOTACAO INICIAL, DOTACAO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Includes sub-totals for DEPENDENCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I), DEPENDENCIAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (II), and SUPERÁVIT (III).

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Lists various functional areas like Vigilância Sanitária, Trabalho, Educação, etc.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS, RECEITAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS, RECEITAS REALIZADAS, SALDO. Includes sub-totals for RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I), RECEITAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (II), and TOTAL (III).

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Lists various functional areas like Abastecimento, Energia, Saúde, etc.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: DEPENDENCIA, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Includes sub-totals for DEPENDENCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I), DEPENDENCIAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (II), and TOTAL (III).

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Lists various functional areas like DEPENDENCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I), DEPENDENCIAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (II), and TOTAL (III).

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Lists various functional areas like LEGISLATIVO, EXECUTIVO, JUDICIÁRIO, etc.

Table with columns: FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, DOTAÇÃO INICIAL, DOTAÇÃO ATUALIZADA, DESPESAS EMPENHADAS, SALDO, DESPESAS LIQUIDADAS, SALDO, DESPESAS PAGAS ATÉ O Bimestre, DESPESAS A PAGAR NO Bimestre, INSCRITAS EM RESTOS POR PAGAR NÃO PROCESSADAS. Lists various functional areas like DEPENDENCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I), DEPENDENCIAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (II), and TOTAL (III).

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2017 a Dezembro/2017

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Janeiro/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017	Março/2017 Setembro/2017	Abril/2017 Outubro/2017	Maió/2017 Novembro/2017	Junho/2017 Dezembro/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	28.703.519,10	21.907.269,30	31.313.188,19	19.595.003,87	24.393.119,12	19.946.656,69	280.927.271,31	351.918.637,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.800.555,38	20.719.349,91	18.805.796,31	20.351.194,06	20.271.014,32	13.800.634,56	280.927.271,31	351.918.637,18
ICMS	1.360.275,07	2.278.563,53	9.979.136,31	3.213.071,75	3.709.778,71	3.914.232,01	-	-
IPVA	4.368.135,54	3.867.362,64	3.258.903,37	3.239.786,44	3.411.682,09	4.552.914,67	48.644.841,13	80.208.507,04
IPTU	4.678,67	386.034,54	4.976.257,99	880.013,13	589.397,27	500.033,21	-	-
ISS	491.923,73	471.245,73	440.318,74	428.739,44	457.582,24	451.425,15	10.117.749,94	19.600.000,00
ISS	1.377.099,64	1.192.667,62	1.295.009,48	1.372.474,27	1.365.064,44	1.427.807,81	-	-
ITR	1.416.539,54	1.452.651,49	1.443.388,17	1.477.669,16	1.540.553,68	1.569.926,53	16.930.831,99	28.600.000,00
IRRF	256.518,87	348.726,01	459.976,71	367.339,19	630.889,63	516.120,09	-	-
IRRF	431.665,09	483.551,12	407.900,63	428.226,02	483.606,08	745.927,47	5.560.446,91	14.332.999,04
ITBI	613.738,06	11.784,85	1.257.824,64	635.847,95	645.303,71	660.899,25	-	-
Outras Receitas Tributárias	677.281,42	692.349,84	682.219,66	684.289,00	690.196,74	1.394.397,97	8.646.133,09	10.440.000,00
Outras Receitas Tributárias	98.239,63	340.350,51	1.990.067,49	457.397,21	479.123,66	809.371,65	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.350.725,74	767.464,52	285.095,17	220.862,82	239.743,35	351.237,55	7.389.679,30	7.235.508,00
RECEITA PATRIMONIAL	562.651,04	542.971,80	606.526,64	651.014,48	523.685,80	600.417,80	6.700.894,15	3.881.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	478.335,98	583.555,65	533.456,35	497.306,39	549.557,46	537.410,76	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	175.415,97	177.430,38	362.493,74	233.703,31	264.331,04	218.145,10	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	192.299,84	168.881,73	147.511,26	133.403,38	108.527,59	191.458,31	2.273.400,65	2.395.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	35.840,37	52.121,55	50.555,33	58.107,85	76.642,55	52.488,61	-	-
TRANSFÊRENCIAS CORRENTES	39.149,86	37.123,43	35.856,07	44.103,04	14.444,88	72.820,02	569.253,94	1.287.000,00
Cota-Parte do FPM	24.980.337,41	18.800.807,01	19.653.662,20	14.477.810,00	18.898.489,91	13.882.093,85	-	-
Cota-Parte do FPM	17.068.195,51	15.295.829,27	13.844.456,31	15.573.079,33	15.442.460,59	21.328.770,82	208.906.593,73	254.363.325,14
Cota-Parte do ICMS	3.008.952,61	3.857.396,25	2.416.895,12	2.911.947,69	3.303.102,06	2.149.499,64	-	-
Cota-Parte do ICMS	4.825.966,99	2.666.721,62	2.239.147,98	2.537.593,75	2.610.092,89	5.021.965,45	37.549.282,05	51.568.213,00
Cota-Parte do ICMS	6.414.475,48	2.848.526,35	3.987.285,42	3.168.364,05	4.204.250,54	3.254.934,99	-	-
Cota-Parte do ICMS	3.188.326,36	4.250.681,33	3.391.326,58	4.418.473,70	3.662.606,77	3.358.217,07	45.847.770,64	56.938.000,00
Cota-Parte do IPVA	7.168.124,54	2.539.099,46	3.312.535,44	769.974,82	548.164,88	382.217,14	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2017 a Dezembro/2017

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	327.735.120,18	259.327.624,79	233.559.079,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	48.644.841,13	43.250.375,25
IPVA	19.600.000,00	10.117.749,84	7.901.793,38
ISS	28.600.000,00	16.930.831,99	15.410.716,51
ITBI	14.332.999,04	5.560.446,91	5.314.684,65
IRRF	10.440.000,00	8.646.133,09	7.843.251,71
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	7.389.679,30	6.779.929,00
Receita de Contribuição	3.881.200,00	6.700.894,15	6.234.919,21
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	6.700.894,15	6.234.919,21
Receita Patrimonial Líquida	4.504.000,00	294.359,30	244.068,90
Receita Patrimonial	2.395.200,00	2.273.400,65	2.265.699,72
(-) Aplicações Financeiras	1.851.200,00	1.983.041,35	2.021.630,82
Transferências Correntes	231.971.008,14	189.289.988,56	170.287.234,87
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	30.661.543,67	31.621.540,24
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	13.306.004,21	12.936.959,94
Cota-Parte do ICMS	36.674.000,00	36.678.216,73	31.709.115,54
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	108.644.223,95	94.019.619,15
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	14.401.541,65	13.542.480,78
Diversa Ativa	4.393.005,00	3.660.123,23	2.431.464,14
Outras Receitas Correntes	6.737.400,00	10.741.418,42	11.111.016,64
RECEITAS DE CAPITAL(II)	457.330,00	16.411.103,09	8.644.470,63
Operações de Crédito(III)	-	3.372.954,79	3.049.896,18
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Janeiro/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017	Março/2017 Setembro/2017	Abril/2017 Outubro/2017	Maió/2017 Novembro/2017	Junho/2017 Dezembro/2017		
Cota-Parte do IR	374.800,46	317.204,67	296.102,84	231.470,61	244.228,45	448.582,20	16.632.505,51	19.000.000,00
Transferências da IC 87/1998	28.305,70	127,23	1.263,41	943,84	672,16	3.036,96	-	-
Transferências da IC 87/1998	769,98	1.793,98	17.371,31	80.054,19	12.270,17	3.056,01	149.665,04	450.000,00
Transferências da IC 87/1998	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	-	-
Transferências da IC 87/1998	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	311.260,56	1.400.000,00
Transferências da IC 87/1998	52.782,75	58.039,96	45.609,20	55.073,24	51.674,08	51.955,01	-	-
Transferências da IC 87/1998	38.565,05	54.616,06	58.336,36	73.621,84	60.116,39	82.943,18	703.133,12	1.420.000,00
Transferências da FUNDEB	3.925.724,02	2.947.185,65	3.012.582,09	2.225.950,09	2.763.753,87	2.223.200,33	-	-
Outras Transferências Correntes	2.070.763,85	2.445.701,56	2.138.106,78	2.430.123,34	2.644.337,97	2.360.151,18	91.407.599,73	40.328.000,00
Outras Transferências Correntes	4.356.033,33	6.484.192,33	6.851.553,14	5.319.610,69	8.003.533,94	5.791.311,40	-	-
Outras Receitas Correntes	6.523.864,46	5.333.171,67	5.678.126,09	5.775.803,52	6.182.849,57	10.007.918,35	76.305.377,08	83.209.112,14
Outras Receitas Correntes	698.998,84	394.374,43	716.813,97	461.296,58	320.191,11	679.279,32	-	-
Outras Receitas Correntes	673.838,63	766.793,19	985.694,45	763.515,48	744.341,71	6.117.239,94	13.832.287,99	6.643.405,00
DEBÍCIOS(III)	3.339.715,83	1.805.885,89	1.957.905,38	1.386.448,37	1.626.760,38	1.173.516,38	-	-
DEBÍCIOS(III)	1.378.916,05	1.463.391,15	1.205.644,65	1.474.430,43	1.323.050,58	1.481.940,08	19.616.605,17	22.332.317,00
DEBÍCIOS(III)	3.339.715,83	1.805.885,89	1.957.905,38	1.386.448,37	1.626.760,38	1.173.516,38	-	-
DEBÍCIOS(III)	1.378.916,05	1.463.391,15	1.205.644,65	1.474.430,43	1.323.050,58	1.481.940,08	19.616.605,17	22.332.317,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	25.363.803,27	20.101.383,41	29.355.282,81	18.208.555,50	22.766.358,74	18.173.140,31	311.318.674,48	329.586.320,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	21.441.639,33	19.255.858,76	17.600.142,16	18.777.763,63	18.947.963,74	13.318.674,48	261.330.666,14	329.586.320,18

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 17m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016	Em 31/Out/2017	Em 31/Dez/2017
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.925.001,04	37.909.390,28	34.991.503,61
DEBÍCIOS(II)	8.137.751,23	21.520.970,40	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa	8.137.751,23	21.520.970,40	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.545.081,20	22.022.580,70	21.924.029,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	12.407.329,97	501.610,30	5.820.128,79
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I)-(II)	17.787.249,81	16.388.419,88	18.887.603,12
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(V)=(III)-(IV)-(V)	17.787.249,81	16.388.419,88	18.887.603,12
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Até o Bimestre (Vic - Vlb)	
VALOR	2.499.183,24	1.100.353,31	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE		
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 18m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES(VIII)	321.732.456,61	245.505.532,19	239.273.470,06	233.693.618,52	214.936.276,79	11.811.913,67	4.337.193,87
Pessoal e Encargos Sociais	157.390.809,73	123.442.718,90	117.561.127,84	122.442.718,90	117.561.127,84	-	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	3.750.000,00	2.702.937,09	2.227.095,21	2.702.937,09	2.227.095,21	-	-
Outras Despesas Correntes	160.591.649,90	119.359.896,20	99.485.247,61	107.547.962,53	95.148.055,74	11.811.913,67	4.337.193,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(VIII)-(IX)	317.982.459,63	242.802.615,10	217.046.375,45	230.990.701,43	212.709.1		

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RECEITAS					DESPESAS					SALDO TOTAL
	PREVISÃO					PREVISÃO					
	INICIAL	ATUALIZADA	ANEXO	RECORRIDO	%	INICIAL	ATUALIZADA	ANEXO	RECORRIDO	%	
RECEITAS DE IMPOSTOS (1)	1.088.707,38	11.318.562,79	11.902.729,67	9.900,00	50,635,30	14.958.156,70	14.047.443,37	14.858.083,13	14.837.626,19	31.378.626,09	12.880.238,39
DESPESAS (2)	1.088.707,38	11.318.562,79	11.902.729,67	9.900,00	50,635,30	14.958.156,70	14.047.443,37	14.858.083,13	14.837.626,19	31.378.626,09	12.880.238,39
TOTAL	1.088.707,38	11.318.562,79	11.902.729,67	9.900,00	50,635,30	14.958.156,70	14.047.443,37	14.858.083,13	14.837.626,19	31.378.626,09	12.880.238,39

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 21m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		-23.957,79
21 DESPESAS CUSTEADAS COM SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E Bimestre de 2017		-

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (P)
			Até o Bimestre (H)	% (H/A) x100	Até o Bimestre (I)	% (I/A) x100	
22 EDUCAÇÃO INFANTIL	9.900.000,00	8.401.598,44	6.588.201,11	79,83	6.578.241,78	79,83	6.113,53
22.1 Creche	9.204.800,00	8.163.643,35	6.517.701,52	79,84	6.511.587,99	79,84	6.113,53
22.1.1 Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
22.1.2 Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.204.800,00	8.163.643,35	6.517.701,52	79,84	6.511.587,99	79,84	6.113,53
22.2 Pna Escola	695.000,00	241.955,09	66.665,79	27,56	66.665,79	27,56	-
22.2.1 Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
22.2.2 Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	695.000,00	241.955,09	66.665,79	27,56	66.665,79	27,56	-
23 ANEXO FUNDAMENTAL	17.715.616,00	50.702.707,07	47.070.000,00	80,34	47.034.571,31	80,34	946,426,63
23.1 Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	40.354.000,00	40.354.000,00	31.828.836,13	78,87	31.828.836,13	78,87	-
23.1.2 Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	17.361.616,00	19.348.707,07	16.142.163,89	83,06	15.195.745,08	83,06	946,426,63
24 ANEXO MÉDIO	-	-	-	-	-	-	-
25 ANEXO SUPERIOR	12.000,00	12.000,00	-	-	-	-	-
26 ANEXO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO REGIM REGULAR	12.000,00	2.000,00	1.824,84	90,72	1.824,84	90,72	-
27 OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-
28 TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE FUNDEB (22+23+24+25+26+27)	67.684.616,00	68.207.271,51	54.557.174,60	79,99	53.604.416,51	79,99	362.540,14

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONDICIONAL		VALOR
29 RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (12)		11.790.994,56
30 DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
31 RESTOS DE ANÁLISES FINANCEIRAS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE - (H)		-
32 DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPRAMENTO FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
33 RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ANEXO 3*		1.430.837,76
34 CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS AO ANEXO 3**		-
35 PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM REDES, SEMPRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (19/20) x100 (1) - LIMITE CONDICIONAL 20%*		26,92
36 TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONDICIONAL (29+30+31+32+33+34+35)		13.221.832,32
37 RESTOS A PAGAR INSCRITOS PARA FINS DE LIMITE CONDICIONAL (33+34)		4.138.528,99
38 PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM REDES, SEMPRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (19/20) x100 (1) - LIMITE CONDICIONAL 20%*		26,92

OUTRAS INSCRIÇÕES PARA CONTROLE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (P)
			Até o Bimestre (H)	% (H/A) x100	Até o Bimestre (I)	% (I/A) x100	
39 DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ANEXO 3	-	-	-	-	-	-	-
40 DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.281.500,00	3.041.108,85	2.389.886,50	78,59	2.385.195,90	78,59	203.930,60
41 DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
42 DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.500.000,00	2.842.478,86	2.524.739,07	89,17	1.946.146,85	89,17	590.170,21
43 TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	4.781.500,00	5.883.587,71	4.914.625,57	83,73	4.331.341,75	83,73	794.100,81
44 TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+43)	72.949.916,00	74.090.859,22	59.491.800,16	81,54	51.735.164,10	81,54	1.746.640,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ANEXO 3	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO ATÉ O BIMESTRE
45 RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM ANEXO 3	-	-	-	-	-	-	-
45.1 Exercícios com Recursos de Impostos Vinculados ao Anexo 3	-	-	-	-	-	-	-
45.2 Exercícios com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		-	-
47 INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		31.407.599,73	2.709.937,48
48 PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		31.848.024,91	2.239.271,57
48.1 Orçamento do Exercício		31.848.024,91	2.239.271,57
48.2 Restos a Pagar		23.957,79	58.543,37
49 RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-	-
50 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		-440.425,18	470.665,91
51 - (A) Ajustes		-	-
51.1 Retenções		-	-
51.2 Contribuição Social		-440.425,18	470.665,91
52 SALDO FINANCEIRO CONCLUÍDO		-440.425,18	470.665,91

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 24m.

*Valores mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

**Valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos em um subprojeto financeira vinculada à educação devendo ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

***Valores mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme CF, art. 11, V.

****Nos cinco primeiros bimestres de exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

*****Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS DE CAPITAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO
() Incentivos Fiscais a Contribuinte	54.709.067,93	22.258.446,52	15.989.422,02	6.269.024,50	32.450.621,41
() Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	54.709.067,93	22.258.446,52	15.989.422,02	6.269.024,50	32.450.621,41
RESULTADO PARA APLICAÇÃO DA REGRAS DE CUPRO (III)-(IV)	-54.709.067,93	-18.885.491,73	-	-	-35.823.576,20

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 42m.

Notas:

*Operações de Crédito descritas no CF, art. 167, inciso III;

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (H)	% (H/A)x100
1 RECEITAS DE IMPOSTOS	78.368.804,04	78.368.804,04	43.748.292,36	55,82
1.1 Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.427.005,00	22.427.005,00	11.632.533,13	51,87
1.1.1 IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	10.117.749,84	51,62
1.1.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.827.005,00	2.827.005,00	1.514.783,29	53,58
1.2 Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	14.379.799,04	14.379.799,04	5.715.320,86	39,75
1.2.1 ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	5.560.446,91	38,79
1.2.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	46.800,00	46.800,00	154.873,95	330,93
1.3 Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.122.000,00	31.122.000,00	17.754.366,28	57,05
1.3.1 ISS	28.000.000,00	28.000.000,00	16.300.351,99	58,20
1.3.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.122.000,00	3.122.000,00	1.453.914,29	46,57
1.4 Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.139,06	82,82
1.5 Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1 ITR	-	-	-	-
1.5.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.766.213,00	130.766.213,00	101.193.619,92	77,39
2.1 Cota-Parte FPM	51.568.213,00	51.568.213,00	37.549.282,05	72,81
2.1.1 Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea b	49.068.213,00	49.068.213,00	34.849.637,67	71,19
2.1.2 Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea d	2.500.000,00	2.500.000,00	1.331.001,70	60,24
2.1.3 Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea e	-	-	1.579.586,68	-
2.2 Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	45.847.704,64	80,54
2.3 ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	1.400.000,00	1.400.000,00	31.260,56	2,23
2.4 Cota-Parte IP Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	703.133,12	49,52
2.5 Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	149.605,04	33,26
2.6 Cota-Parte PIS	19.000.000,00	19.000.000,00	16.822.505,51	88,54
2.7 Cota-Parte COF-Cam	-	-	-	-
3 TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	209.135.017,04	209.135.017,04	144.941.912,28	69,31

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (H)	% (H/A)x100
4 RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	4.816,78	-
5 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.279.000,00	5.279.000,00	4.038.736,32	76,51
5.1 Transferências do Salário-Educação	3.855.000,00	3.855.000,00	2.709.937,48	70,30
5.2 Transferências Diretas - FODE	-	-	-	-
5.3 Transferências Diretas - FNAE	1.279.600,00	1.279.600,00	1.253.306,80	97,95
5.4 Transferências Diretas - FNAIE	144.000,00	144.000,00	74.326,50	51,47
5.5 Outras Transferências do FNDE	-	-	1.165,54	-
5.6 Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	478.400,00	478.400,00	2.054.006,88	429,35
6.1 Transferências de Convênios	478.400,00	478.400,00	2.054.006,88	429,35
6.2 Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
7 RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
9 TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	5.757.400,00	5.757.400,00	6.097.559,96	105,91

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (H)	% (H/A)x100
10 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	22.332.317,00	22.332.317,00	19.616.691,17	87,84
10.1 Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	8.700.000,00	8.700.000,00	6.887.738,38	79,17
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	10.154.000,00	10.154.000,00	9.169.553,91	90,32
10.3 ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	120.000,00	120.000,00	62.252,04	51,88
10.4 Cota-Parte IP Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	158.400,00	158.4		

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		418.600,00					418.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		418.600,00					418.600,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS PAGAS (g)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (i)	SALDO (j)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
INVESTIMENTOS							
INVERSOES FINANCEIRAS							
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016	2017	SALDO ATUAL (k) = (III + IIII)
	(l)	(m) = (II) - (III + IIII)	
VALOR (III)			

FORNTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 43m.

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (II)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-	13.414.343,07
TOTAL (IV)	13.414.343,07	-	13.414.343,07

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados?
			Até o Bimestre (I)	% (II/Total) x 100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total) x 100	
Atenção Básica	23.476.622,00	29.994.140,38	25.514.176,89	20,75	25.308.762,95	23,18	205.413,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	82.580.663,28	78.872.182,40	6,71	65.930.468,28	60,39	12.941.714,12
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	8.872.516,86	7.035.225,10	5,12	6.608.640,37	6,05	426.588,73
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	3.067.542,90	1.456.653,43	1,18	1.454.873,58	1,33	1.779,85
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.951.137,55	1.592.754,31	1,30	1.587.593,31	1,45	5.163,00
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	10.319.930,00	9.632.680,91	8.496.674,72	6,91	8.282.878,91	7,59	213.795,81
TOTAL	112.323.206,96	136.098.681,78	122.967.670,85	100,00	109.173.215,40	100,00	13.794.455,45

FORNTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 47m.

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "Total".
- O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "Total".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	78.368.804,04	78.368.804,04	43.748.292,36	55,82
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	10.117.749,84	51,62
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervenios - ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	5.560.446,91	38,79
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	16.930.831,99	59,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.133,09	82,82
Imposto Territorial Rural - ITR	620.000,00	620.000,00	123.529,29	19,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.976.405,00	3.976.405,00	2.095.747,85	52,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	799.400,00	799.400,00	273.853,39	34,26
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	128.266.213,00	128.266.213,00	98.083.028,54	76,47
Cota-Parte FPM	49.068.213,00	49.068.213,00	34.438.693,67	70,19
Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	149.665,04	33,26
Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	16.632.505,21	87,54
Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	45.847.770,84	80,54
Cota-Parte IPM-Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	703.133,12	49,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.400.000,00	1.400.000,00	911.260,56	65,08
Diferença/Retenção/ICMS (LC 87/94)	1.400.000,00	1.400.000,00	311.360,56	22,23
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	206.635.017,04	206.635.017,04	141.831.320,90	68,64

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	103.271.801,00	103.271.801,00	96.734.236,60	93,67
Provenientes da União	62.500.269,00	62.500.269,00	57.307.194,89	91,69
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	8.019.441,58	1.808,09
Provenientes de Outros Municípios	40.328.000,00	40.328.000,00	31.407.599,73	77,88
Outras Receitas da SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	13.482,40	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	103.271.801,00	103.271.801,00	96.747.679,00	93,68

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados?
			Até o Bimestre (I)	% (II/a) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h/a) x 100	
DESPESAS CORRENTES	130.477.866,96	134.047.998,18	122.389.685,87	91,30	108.604.216,41	81,00	13.795.469,45
Pessoal e Encargos Sociais	45.868.758,00	50.467.793,83	45.486.414,75	90,13	45.486.414,75	90,13	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64.609.088,96	83.580.204,95	76.903.271,12	92,01	63.117.801,67	75,52	13.795.469,45
DESPESAS DE CAPITAL	1.846.360,00	2.050.083,40	577.984,98	28,18	558.990,98	27,75	8.986,00
Investimentos	1.785.300,00	1.990.683,40	577.984,98	28,05	568.998,98	28,58	8.986,00
Inversões Financeiras	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	132.323.206,96	136.098.681,78	122.967.670,85	90,35	109.173.215,40	80,22	13.794.455,45

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados?
			Até o Bimestre (I)	% (II/IV) x 100	Até o Bimestre (j)	% (k/IV) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	59.174.731,00	75.733.121,70	71.797.442,71	58,39	59.263.820,04	54,28	12.533.622,67
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	59.174.731,00	75.733.121,70	71.797.442,71	58,39	59.263.820,04	54,28	12.533.622,67
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Outras Recursos	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDUALMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS?	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES?	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	59.174.731,00	75.733.121,70	71.797.442,71	58,39	59.263.820,04	54,28	12.533.622,67
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV) + (V)	191.448.477,96	211.811.802,78	214.765.113,56	101,84	168.437.035,44	79,59	26.328.067,34
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII) = (VI) / (III + IIII) x 100% - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% * e *	36,08						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII) = (15 x III) / 100%	29.895.530,01						

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	SALDO
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §3º E 2º	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (I)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	56.401,16	-	56.401,16
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,87	-	299.773,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81
TOTAL (VIII)	921.774,98	-	921.774,98

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre			
RECEITAS		330.043.650,18			
Previsão Inicial da Receita		330.043.650,18			
Previsão Atualizada da Receita		277.721.769,23			
Recursos Realizados		8.878.141,40			
Déficit Orçamentário		-			
Saldo de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-			
DESPESAS		330.043.650,18			
Dotação Inicial		47.537.877,38			
Créditos Adicionais		377.581.527,56			
Dotação Atualizada		267.763.978,71			
Despesas Empenhadas		249.683.040,54			
Despesas Liquidadas		244.384.970,09			
Despesas Pagas		9.957.790,52			
Superávit Orçamentário		-			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre			
Despesas Empenhadas		267.763.978,71			
Despesas Liquidadas		249.683.040,54			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre			
Receita Corrente Líquida		261.310.656,14			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores		-			
Recursos Previdenciários Realizados (VI)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (VI)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI)-(IV)-(V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	1.100.353,31	-	
Resultado Primário		10.901.400,00	27.987.965,06	256,74	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Executivo		12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		28.966.238,57	1.749.975,19	14.837.635,29	12.378.628,09
Poder Executivo		28.966.238,57	1.749.975,19	14.837.635,29	12.378.628,09
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		41.373.568,54	1.753.965,19	26.739.364,96	12.880.238,39

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO		Limites Constitucionais Anuais		
Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	25%	28,52	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	60%	60%	84,78	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	60%	60%	84,78	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	3.372.954,79		-3.372.954,79	
Despesa de Capital Líquida	22.258.446,52		32.450.621,41	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Previdenciários (IV)	0,00	0,0		

19/05/2017 09:50

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RECEITAS REALIZADAS

PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				SAZDO
		INICIAL	ATUALIZADA	Em Reais		
		(a)	(b)	(c/a)	(c/b)	(a-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

DESPESAS REALIZADAS

PREVISÃO	PREVISÃO	DESPESAS REALIZADAS				SAZDO
		INICIAL	ATUALIZADA	Em Reais		
		(a)	(b)	(c/a)	(c/b)	(a-c)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-
TOTAL	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Maio/2017, 09h e 46m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

REDE - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II §1º)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
DESPESAS CORRENTES	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
TOTAL	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

REDE - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
DESPESAS CORRENTES	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
TOTAL	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

REDE - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
DESPESAS CORRENTES	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
TOTAL	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60

REDE - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	19.518.246,00	17.385.456,60	0,00	0,00	0,00	0,00	17.385.456,60	0,00	0,00	0,00	0,00	17.385.456,60
Legislativa	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Ação Legislativa	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Judiciária	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Essencial à Justiça	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Defesa da Ordem Jurídica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Administração	729.396,00	729.396,00	0,00	0,00	0,00	0,00	729.396,00	0,00	0,00	0,00	0,00	729.396,00
Administração Geral	169.396,00	169.396,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.396,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.396,00
Administração Financeira	235.000,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Controle Interno	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Formação de Recursos Humanos	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
Administração de Recursos	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Comunicação Social	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Segurança Pública	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Defesa Civil	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Assistência Social	618.950,00	618.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618.950,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Assistência Comunitária	588.950,00	588.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588.950,00
Saúde	1.875.000,00	1.875.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.875.000,00
Administração Geral	288.000,00	288.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.000,00
Atenção Básica	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.800.000,00	1.347.147,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.347.147,19	0,00	0,00	0,00	0,00	1.347.147,19
Suporte Profilático e Terapêutico	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Vigilância Sanitária	240.000,00	232.178,51	0,00	0,00	0,00	0,00	232.178,51	0,00	0,00	0,00	0,00	232.178,51
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Trabalho	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

REDE - ANEXO III (LRF, Art. 52, inciso II §1º)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
DESPESAS CORRENTES	46.000,00	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	46.000,00	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00
TOTAL	46.000,00	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

REDE - ANEXO III (LRF, Art. 52, inciso II §1º)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
DESPESAS CORRENTES	46.000,00	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	46.000,00	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00
TOTAL	46.000,00	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00	-	-	-	-	46.000,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguradade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

REDE - ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas				SALDO	Despesas Liquidadas				Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	%	(c/a)		No Bimestre	Até o Bimestre	%	(d/a)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS												
DESPESAS CORRENTES	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
DESPESAS DE INVERSÕES SOCIAIS	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60
TOTAL	19.518.246,00	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60	-	-	-	-	17.385.456,60

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio/2016 a Abril/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (VLT/ANOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
	Maio/2016 Novembro/2016	Junho/2016 Dezembro/2016	Julho/2016 Janeiro/2017	Agosto/2016 Fevereiro/2017	Setembro/2016 Março/2017	Outubro/2016 Abril/2017	Novembro/2016 Maio/2017	Dezembro/2016 Junho/2017	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Março/2017	Abril/2017			
RECEITAS CORRENTES (I)	19.868.681,01	19.772.027,30	17.436.276,32	19.890.395,77	16.334.171,52	18.775.180,89	16.510.242,29	19.000.000,00							
Cota-Parte do IPTU	256.384,77	303.871,27	7.168.124,54	2.539.099,46	3.312.535,44	769.974,82	16.510.242,29	19.000.000,00							
Transferências de LIC 87/2006	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99	25.009,99							
Transferências de LIC 62/2009	49.587,11	29.506,60	40.091,24	40.511,83	44.382,87	46.889,25	303.832,96	1.400.000,00							
Transferências de FUNDEB	49.002,93	52.134,43	52.782,75	58.039,96	45.609,20	55.073,24	563.591,41	1.420.000,00							
Transferências de FUNDOS	2.274.659,82	2.330.323,02	1.734.878,15	2.361.767,78	1.873.370,92	1.872.084,26	2.295.680,72	40.328.000,00							
Outras Receitas Correntes	2.709.605,12	2.683.849,80	3.925.734,02	2.947.185,65	3.012.582,09	2.225.950,09	29.952.682,72	40.328.000,00							
Outras RECEITAS CORRENTES	4.957.238,20	6.371.736,44	4.948.436,15	5.374.404,68	4.983.328,61	5.563.252,16	68.390.360,56	83.209.112,14							
DEDUÇÕES (II)	5.396.520,93	7.784.045,30	4.356.033,93	6.484.192,33	6.851.553,14	5.319.618,69	68.390.360,56	83.209.112,14							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	14.472.160,08	11.987.981,99	13.080.242,39	13.406.203,44	9.482.618,38	13.455.562,20	16.119.881,73	10.790.887,86							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	18.286.402,01	18.500.573,36	16.397.772,34	18.533.578,15	15.246.622,01	17.650.068,53	247.516.608,55	329.586.320,18							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	20.966.028,82	20.966.028,82	20.966.028,82	20.966.028,82	20.966.028,82	20.966.028,82	20.966.028,82	20.966.028,82							

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 50m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 28/Fev/2017 (b)	Em 30/Abr/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	31.097.980,13	30.695.093,30	30.258.572,62
DEDUÇÕES (II)	7.149.420,46	21.318.299,04	28.799.142,41
Disponibilidade de Caixa	7.149.420,46	21.318.299,04	28.799.142,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.829.951,35	33.266.277,14	33.143.512,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.680.530,89	11.947.978,10	4.344.369,60
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	23.948.559,67	9,00	1.459.430,21
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III) - (IV) + (V)	23.948.559,67	9,00	1.459.430,21

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 52m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Até o Bimestre (Vic - V1a)
VALOR	1.459.421,21	-22.489.129,46

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 51m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 28/Fev/2017 (b)	Em 30/Abr/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	31.097.980,13	30.695.093,30	30.258.572,62
DEDUÇÕES (II)	7.149.420,46	21.318.299,04	28.799.142,41
Disponibilidade de Caixa	7.149.420,46	21.318.299,04	28.799.142,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.829.951,35	33.266.277,14	33.143.512,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.680.530,89	11.947.978,10	4.344.369,60
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	23.948.559,67	9,00	1.459.430,21
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III) - (IV) + (V)	23.948.559,67	9,00	1.459.430,21

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 51m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 7 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	327.735.120,18	92.265.264,50	80.488.229,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	18.323.992,76	16.073.624,36
IPTU	19.600.000,00	6.247.196,81	5.206.892,84
ISS	28.600.000,00	5.237.251,21	4.673.914,94
ITBI	14.332.999,04	1.432.560,78	1.451.458,87
IRRF	10.440.000,00	2.519.195,50	2.158.726,51
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	2.887.788,46	2.582.631,20
Receita de Contribuição	3.881.200,00	2.397.163,96	1.903.282,48
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	2.397.163,96	1.903.282,48
Receita Patrimonial Líquida	544.000,00	85.205,11	79.032,64
Receita Patrimonial	2.395.200,00	849.042,40	817.459,69
(-) Aplicações Financeiras	1.851.200,00	763.837,29	738.427,05
Transferências Correntes	231.971.008,14	69.082.662,65	60.202.909,18
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	9.756.153,47	8.799.820,34
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	11.031.787,31	10.760.553,73
Cota-Parte do ICMS	46.764.000,00	12.895.162,72	10.238.584,58
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	35.399.559,15	30.403.950,53
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	2.376.240,02	2.229.380,82
Dívida Ativa	4.393.005,00	1.116.153,40	949.550,62
Diversas Receitas Correntes	6.737.400,00	1.260.086,62	1.279.830,20
RECEITAS DE CAPITAL (II)	457.330,00	6.804.066,42	1.165.887,80
Operações de Crédito (III)	-	2.884.905,63	63.215,46
Amortização de Empréstimos (IV)	-	-	-
Alienação de Bens (V)	418.000,00	-	-
Transferências de Capital	38.730,00	3.919.160,79	1.102.672,34
Convênios	-	3.919.160,79	837.597,15
Outras Transferências de Capital	38.730,00	-	265.075,19
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II) - (III) - (IV) - (V)	38.730,00	3.919.160,79	1.102.672,34
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I) + (VI)	327.773.850,18	96.184.425,29	81.590.901,82

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 8 (LDB, Art. 72)

Em Reais

RECEITAS DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (c)/b*(100)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	-	-	-	-
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	78.368.804,04	78.368.804,04	16.180.530,69	20,65
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.427.000,00	22.427.000,00	6.665.261,61	29,72
1.1.1- IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	6.247.196,81	31,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.827.000,00	2.827.000,00	418.064,80	14,79
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	14.379.799,04	14.379.799,04	1.559.509,49	10,85
1.2.1- ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	1.432.560,78	9,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	46.800,00	46.800,00	326.948,71	701,26
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.122.000,00	31.122.000,00	5.436.564,09	17,47
1.3.1- ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	5.237.251,21	18,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.522.000,00	2.522.000,00	199.312,88	7,90
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	2.519.195,50	24,13
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1- ITR	-	-	-	-
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.765.213,00	130.765.213,00	42.440.778,18	32,45
2.1- Cota-Parte FPM	51.568.213,00	51.568.213,00	12.195.193,67	23,65
2.1.1- Parcela referente a CF, art. 158, I, alínea b	49.068.213,00	49.068.213,00	12.195.193,67	24,85
2.1.2- Parcela referente a CF, art. 158, I, alínea d	2.500.000,00	2.500.000,00	-	-
2.1.3- Parcela referente a CF, art. 158, I, alínea e	-	-	-	-
2.2- Cota-Parte ICMS	56.528.000,00	56.528.000,00	16.118.959,30	28,31
2.3- ICMS-Desoneração - LC nº 87/1996	1.400.000,00	1.400.000,00	169.733,52	12,11
2.4- Cota-Parte IP-Exportação	1.400.000,00	1.400.000,00	211.505,15	14,89
2.5- Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	30.640,28	6,81
2.6- Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	13.789.734,26	72,58
2.7- Cota-Parte IR-Quero	209.135.017,04	209.135.017,04	58.630.308,87	28,03
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	209.135.017,04	209.135.017,04	58.630.308,87	28,03

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 53m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (c)/b*(100)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	106.030,00	-
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	-	-	-
5.2- Transferências Diretas - FODE	-	-	-	-
5.3- Transferências Diretas - FINE	-	-	-	-
5.4- Transferências Diretas - FNAE	-	-	-	-
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	-	106.030,00	-
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-
6.1- Transferências de Convênio	-	-	-	-
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (1+4+5+6+7)	-	-	-	-
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	-	-	106.030,00	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 54m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 10 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre	% (c)/b*(100)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	22.332.317,00	22.332.317,00	6.489.955,47	29,02
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1)	8.700.000,00	8.700.000,00	2.439.038,00	28,03
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	10.164.000,00	10.164.000,00	3.223.798,58	31,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	200.000,00	200.000,00	20.700,00	10,35
10.4- Cota-Parte IP-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	158.400,00	158.400,00	42.303,00	26,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecado Destinada ao FUNDEB (20% de (1.2 + 2.5))	43.917,00	43.917,00	6.128,01	13,95
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)				

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RS 1,00						
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV x 100)	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	59.174.731,00	59.535.656,00	23.839.854,46	61,26	18.707.737,72	57,04
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	59.174.731,00	59.535.656,00	23.839.854,46	61,26	18.707.737,72	57,04
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (IV)	59.174.731,00	59.535.656,00	23.839.854,46	61,26	18.707.737,72	57,04

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V) = (IV - V)	53.148.475,96	53.161.405,85	15.075.281,19	38,74	14.090.049,81	42,96
---	----------------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	--------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%) = (VI / IIIb x 100)* - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% * e *	24,03
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VII - (IX x IIIb) / 100)	5.295.503,48
--	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (I)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	7.178,85	-	7.178,85
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,87	-	299.773,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81
Total (VIII)	872.552,67	-	872.552,67

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (X)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-	13.414.343,07
Total (IX)	13.414.343,07	-	13.414.343,07

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (I)	% (I/Total I) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	23.478.622,00	23.935.611,46	7.734.528,18	19,88	7.406.451,33	22,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	66.264.484,96	24.861.950,49	63,89	19.762.203,56	60,25
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	7.766.041,57	2.591.394,47	6,66	2.071.511,16	6,32
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	2.468.422,00	456.136,42	1,17	432.756,65	1,32
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.988.710,24	533.243,27	1,37	493.677,75	1,51
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	10.319.930,00	10.273.791,62	2.737.882,82	7,04	2.631.187,08	8,02
TOTAL	112.323.206,96	112.697.061,85	38.915.135,65	100,00	32.797.787,53	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 57m.

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

Página: 3 de 3
19/05/2017 09:58

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

RS 1,00						
---------	--	--	--	--	--	--

- O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total J".
- O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

Página: 1 de 2
19/05/2017 10:01

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		330.043.650,18
Previsão Atualizada da Receita		330.043.650,18
Receitas Realizadas		99.833.168,21
Déficit Orçamentário		-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		886.558,10
DESPESAS		
Dotação Inicial		330.043.650,18
Créditos Adicionais		11.904.392,03
Dotação Atualizada		341.948.042,21
Despesas Empenhadas		82.615.419,83
Despesas Liquidadas		71.640.046,36
Despesas Pagas		68.745.068,87
Superávit Orçamentário		28.193.121,85
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		
		Até o bimestre
Despesas Empenhadas		82.615.419,83
Despesas Liquidadas		71.640.046,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
		Até o bimestre
Receita Corrente Líquida		247.516.658,55
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		
		Até o bimestre
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-22.489.129,46	-
Resultado Primário	10.901.400,00	26.236.898,42	240,67

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	8.680.530,89	3.990,00	7.569.706,61	1.106.834,28
Poder Legislativo	8.680.530,89	3.990,00	7.569.706,61	1.106.834,28
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	28.982.949,65	976.507,16	5.524.291,45	22.482.151,04
Poder Executivo	28.982.949,65	976.507,16	5.524.291,45	22.482.151,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	37.663.480,54	980.497,16	13.093.998,06	23.588.985,32

Página: 2 de 2
19/05/2017 10:01

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2017/Bimestre Março-Abril

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	% Aplicado Até o Bimestre
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO			
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	11.400.692,63	25%	19,45
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	9.494.883,58	60%	78,40
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	14.090.049,81	15%	24,03
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 10h e 00m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	120.343.524,23	-
Pessoal Ativo	118.622.258,17	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.721.266,06	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	120.343.524,23	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	247.516.658,55	-
(-)-Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	247.516.658,55	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	120.343.524,23	48,62
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	133.658.995,62	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	126.976.045,84	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	120.293.096,06	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 30m.

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	971.759,24	1.002.611,65	-	-
Dívida Mobiliária	-	26.517,15	-	-
Dívida Contratual	971.759,24	976.094,50	-	-
Empréstimos	24.136,69	104.922,98	-	-
Internos	24.136,69	104.922,98	-	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	947.622,55	871.171,52	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-32.730,42	-32.730,42	-	-
De Demais Contribuições Sociais	980.352,97	903.901,94	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	14.727.584,17	32.023.077,73	-	-
Disponibilidade de Caixa¹	14.727.584,17	32.023.077,73	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.829.951,35	33.143.512,01	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	1.102.367,18	1.120.434,28	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	235.714.213,29	247.516.658,55	-	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,41	0,41	-	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000* (Não incluídos na DCL)	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	15.045.484,28	22.463.023,80	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 37m.

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios".

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS (II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	235.714.213,29	247.516.658,55	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	-	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
INTERNAS (VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 38m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	2.884.905,63	2.884.905,63
Empréstimos	2.884.905,63	2.884.905,63
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º e § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º e § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
TOTAL (I)	2.884.905,63	2.884.905,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	247.516.658,55	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (I + II)	2.884.905,63	1,17
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 40m.

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DO INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEBITOS EM CARTEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	56.984.698,52	463.337,04	1.699.307,14	17.994.860,63	30.860.117,82	-107.993.249,11	7.528.015,90	-	
AP RIDE - Cadastro das Entidades Correlatas	123.255,42	-	-	-	-	123.255,42	-	-	
Atenção Básica	-974.422,57	-	211.803,13	93,00	1.167.893,43	-2.354.212,13	165.795,87	-	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambu	1.201.247,84	678,60	239.021,26	26.126,22	238.888,20	696.533,56	4.871.915,69	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social B	-15.796,16	-	4.289,34	-	31.243,11	-51.328,61	61.630,93	-	
Bloco de financiamento da Proteção Social B	-44.542,87	-	-	13.747,74	12.248,33	-703,84	-	-	
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços d	-191.616,73	-	-	30.647,67	9.555,25	-231.819,65	79.974,20	-	
Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atende	-84.466,54	-	600,00	-	626,40	-85.692,94	-	-	
C/C - 213-8 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Exo	-21.822,28	-	-	-	-2.125,59	-19.696,69	-	-	
C/C 647171-6 Conv.Const.de 77 Casas - Consi	-486,71	-	-	-	-	-486,71	-	-	
C/C/65267-9 PAR ÔNIBUS ESC.ACESSÍVEL CON	-11.675,75	-	-	-	-	-11.675,75	-	-	
Compensação entre Regime Previdenciários	-18.595,93	-	-	-	-	-18.595,93	-	-	
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GEST	-67.251,85	-	-	-	-507,62	-66.744,23	-	-	
Const canal drenagem no Córrego Fundo trech	481.439,06	-	-	482.010,89	34.646,97	-85.280,76	-	-	
Const. esportivo e analógico Rio Lageiro, I	-	-	-	5.851.605,75	-	-5.851.605,75	-	-	
Construção de 3 Escolas - PAR Nº 32469/2014	96.280,60	-	-	5.522.315,56	38.957,08	-5.494.982,04	-	-	
Construção de Creche Proinfância - Bairro São	-511.379,87	-	-	-	6.203,38	-517.583,25	-	-	
Construção do Complexo Esportivo de Pato Br	102.000,14	-	-	147.754,56	11.640,71	-57.395,13	-	-	
Conv. 100876-50/2013 Recuperação de via	5.856,98	-	-	-	-	-	-	-	
Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Esper	-	-	-	-	5.477,28	-5.477,28	-	-	
Conv. PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos	28.081,06	-	-	-	-9.229,56	37.310,62	-	-	
Conv. Pavim. Polidécica de 10,9 km de Estr	35.133,16	-	-	307.261,04	1.640,71	-276.369,80	-	-	
Conv.Const.de U.S.de Saúde - Primavera	1.945,17	-	-	-	10.868,79	-1.945,17	-	-	
Conv.Const.do Conjunto Habitacional Nossa T	-4.780,81	-	-	-	-	-4.780,81	-	-	
Conv.FMAS Piso Básico Variável "I" Rec.Proje	-5.442,67	-	-	-	-	-5.442,67	-	-	
Conv.FMAS-FIXO DE MÉDIA COMPLEXID	-37.842,97	-	-	-	-5.168,19	-32.674,78	-	-	
Conv.implantação de Parque Tecnológico de P	160.752,81	-	-	696.208,43	-	-535.455,62	-	-	
Conv.Prog.de Apoio a Pesquisa Física	-2.207,74	-	-	-	-	-2.207,74	-	-	
Convênio 397/2013 - Projeto AFAI	-39.349,08	-	-	-	-2.240,00	-37.109,08	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS	-99.124,90	-	-	-	-	-99.124,90	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS - 2017	79.096,73	-	-	-	-	79.096,73	-	-	
Convênio Const. URS - Bairro Novo Horizonte	-43.023,48	-	-	-	-	-43.023,48	-	-	
Convênio Construção da Praça dos Esportes e	-167.925,56	-	-	-	-40.242,02	-127.683,54	-	-	
Convênio de Trafegabilidade de Estradas Rura	-43.856,67	-	-	-	-	-43.856,67	-	-	
Convênio Estadual Recape Asfáltico Conv. 023	934.546,90	-	-	-	-913.637,71	1.848.184,61	-	-	
Convênio FMAS Piso Básico Fixo	-1.266,10	-	-	-	-	-1.266,10	-	-	
Convênio FMAS Piso Básico Variável II	-2.719,48	-	-	-	-11.238,54	8.509,08	-	-	
Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-63	-161,81	-	-	-	-	-161,81	-	-	
Convênio Habitacional Sloboda - 0361866-96/2	-109,73	-	-	-	-	-109,73	-	-	
Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02	-303.780,09	-	-	-	7.416,74	-311.196,83	-	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2017

RGF - ANEXO 5 (RF, Art. 55, Inciso III, alínea "A")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA		RESTOS A PAGAR		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS	
	(A)	(B)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(F) = (A) - [(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)]	(G)	(H)	(I)	(J)
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-56.984.606,52	463.337,04	1.690.307,14	17.994.880,63	30.860.117,82	-107.993.249,15	7.528.015,90	-	-	-	-	
Convênio PAR 115030/2013 - Escola Sênior Vên	9.709,18	-	-	11.840,27	-10.633,00	35.983,93	-	-	-	-	-	
Convênio PAR Educação (Plano de Ação Anual	-56.732,74	-	-	-	-	-56.732,74	-	-	-	-	-	
Convênio Recuperação Asfáltico - 0004/2013	-11.970,29	-	-	-	-	-14.768,35	-	-	-	-	-	
Convênio Reservatório das Cheias	-28.934,65	-	-	-	7.030,65	-19.000,94	-	-	-	-	-	
CONVENIO SEAB - PROJETO DE FORTALECIME	25.002,68	-	-	-	-	-28.934,65	-	-	-	-	-	
CONVENIO SETI - ESTRUTURAS INCLUIÇÕES	-14.383.079,78	-	105.613,39	6.817,98	3.063.044,26	-17.558.555,42	45,00	-	-	-	-	
Educação 25% sobre impostos	2.761.407,78	116.950,91	1.509.539,39	8.197,15	1.582.853,71	902.896,62	158.886,89	-	-	-	-	
Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar	35.621,69	-	-	-	240,50	35.381,19	-	-	-	-	-	
Estado de Infra Estrutura Urbana - Convênio	4.371,13	-	-	-	16.590,40	-12.218,97	-	-	-	-	-	
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	386,33	-	-	-	480,92	-94,59	-	-	-	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do	148.177,45	-	3.565,51	-	3.565,51	141.046,43	6.931,45	-	-	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	92.084,53	-	7.513,85	-	7.513,85	77.056,83	29.079,54	-	-	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	20.779,53	-	1.022,76	-	17.978,10	22.746,68	-21.488,03	562,71	-	-	-	
FNDE - MANUTENÇÃO	-138.876,13	-	-	-	-	-138.876,13	-	-	-	-	-	
FNRS/UNU MORUMBI	978,72	-	-	-	-	978,72	-	-	-	-	-	
FUNDEF 40%	15.494.145,98	-	57.458,93	-	1.847.505,44	13.589.181,61	-	-	-	-	-	
FUNDEF 60%	-12.183.076,66	-	355.304,49	-	11.679.389,50	-24.217.770,65	-	-	-	-	-	
Genêse do SUS	142.252,86	-	-	-	-	142.252,86	-	-	-	-	-	
IGD BOA Família	-874,93	-	-	-	-	-874,93	-	-	-	-	-	
IGD SUAS	-22.697,48	-	-	-	-	-22.132,72	-	-	-	-	-	
IGD SUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONV	1.128,96	-	1.104,00	-	1.104,00	-1.079,04	6.848,54	-	-	-	-	
Implantação Parque Estadual Vitorino Passos	-220.823,44	292.485,79	-	-	3.342.027,16	346.887,51	-4.202.223,90	-	-	-	-	
Indenizações Recebidas por Bens Similares	90.619,25	-	-	-	-	90.619,25	-	-	-	-	-	
MDE/Conv.Construção da Creche Municipal d	-4.882,97	-	-	-	-	-4.882,97	-	-	-	-	-	
MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulin	-6.509,86	-	-	-	-	-6.509,86	-	-	-	-	-	
MDE/Convênio Merenda Escolar	155.177,65	-	-	-	-	172.192,52	227.370,17	-	-	-	-	
Op. Crédito Pav Afuz Ruas Inv, Marília e Testad	29.859,59	-	-	-	-	46.964,51	-18.009,92	-	-	-	-	
Operação de Crédito - BRDE - Municípios - R5	583.811,40	-	-	-	-	-583.811,40	1.167.622,80	203.752,38	-	-	-	
Operação de Crédito - BRDE Municípios - R5	820.150,39	-	-	-	-	-792.510,46	1.612.700,85	284.296,78	-	-	-	
Operação de Crédito Construção 03 Creches -	7.183,47	-	-	-	-	13.948,50	-6.765,03	-	-	-	-	
Prog. de Apoio e Passagem Fort.Dedic.	-2.664,02	-	-	-	-	-2.664,02	-	-	-	-	-	
Programa Coeser em Família - Alinhamento	-15.532,76	-	-	-	-	-15.532,76	-	-	-	-	-	
PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVENIO 3	-12.408,63	-	-	-	-	-12.408,63	-	-	-	-	-	
Projeto Produção de Ovinos	282.433,59	-	-	-	-	282.433,59	-	-	-	-	-	
Recap. Asfáltico Com. 1013728-52/2013 - TER	-123.235,42	-	-	-	-	918,80	-123.979,92	-	-	-	-	
Recapamento Asfáltico sobre Pavimentação	1.004.650,01	-	-	-	-	3.271,87	16.626,48	-	-	-	-	
Recitas de Alienação de Ativos	-228.868,96	-	-	-	-	-6.540,19	-222.328,77	-	-	-	-	
Salário Educação	-1.385.862,92	-	20.589,58	-	-	259.296,36	119.574,71	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Abril de 2017

RGF - ANEXO 5 (RF, Art. 55, Inciso III, alínea "A")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA		RESTOS A PAGAR		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS	
	(A)	(B)	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	(F) = (A) - [(B)+(C)+(D)+(E)+(F)+(G)+(H)]	(G)	(H)	(I)	(J)
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO								
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-56.984.606,52	463.337,04	1.690.307,14	17.994.880,63	30.860.117,82	-107.993.249,15	7.528.015,90	-	-	-	-	
Saneap-Compensação Financeira ao Meio Am	-220.110,35	-	-	-	-	-10.024,98	-	-	-	-	-	
Saúde/percentual Vinc. s/creche imposto	-49.823.375,01	53.155,68	496.926,78	167.063,07	12.813.894,39	-63.354.414,93	936.717,07	-	-	-	-	
Vigilância em Saúde	-364.089,20	66,06	34.984,73	-	-	126.430,35	-525.570,34	62.855,54	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	93.298.790,28	586.055,07	1.204.670,35	4.144.712,58	25.948.203,85	112.911.556,13	3.447.357,57	-	-	-	-	
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	29.653,86	-	-	-	-	29.653,86	-	-	-	-	-	
Contribuição de Iluminação Pública	-167.009,08	696,98	35.486,92	3.848,00	266.819,78	-473.857,76	499.376,32	-	-	-	-	
Contribuições e Legados de Entidades não Gov	90.311,28	-	-	7.197,22	1.000,68	90.619,38	994,10	-	-	-	-	
Gerência de Trânsito	114.841,70	-	43.730,11	-	-	8.335,04	62.776,55	27.760,78	-	-	-	
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Ur	56.286,04	218.957,73	-	-	-	-2.435,32	-160.236,37	-	-	-	-	
Recursos Ordinários (Livres)	88.650.035,52	336.311,07	972.887,47	2.630.958,30	23.037.989,52	61.671.889,16	2.854.816,83	-	-	-	-	
Retenções em caráter consignatório ocorridas	-189.676,43	-	-	-	-	-51.212.710,84	51.212.710,84	-	-	-	-	
Royalties e Outras Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-36.557,93	-153.618,50	57.830,00	-	-	-	
Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.452.693,10	1.743,17	23.367,36	45.599,89	638.577,35	743.405,33	240,75	-	-	-	-	
Taxas - Prestação de Serviços	3.253.834,29	428.346,12	129.198,49	1.457.112,17	1.351.177,87	-111.980,36	66.329,79	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (II)+(I)	36.314.183,76	1.449.392,11	2.894.977,49	22.139.593,21	4.911.913,97	4.918.306,98	10.975.373,47	-	-	-	-	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2017

LRf, Art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	247.516.658,55	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	120.343.524,23	48,62
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	133.658.995,62	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	126.976.045,84	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	2.884.905,63	1,17
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

FORNE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 19/Mai/2017, 09h e 42m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA - PR

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2017 RESULTADO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cuja classificação dá-se da seguinte forma:

Fica credenciada a empresa Belly Administradora de Bens Ltda interessada em vender os terrenos constantes das matrículas nº 7.801 pelo valor de R\$ 120,00 m², 9.503 pelo valor de R\$ 95,00 m², e 8.780 pelo valor de R\$ 120,00 m².

Renascença, 17 de maio de 2017.

LURES DALL AGNOL STIZ
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 4.804, DE 19 DE MAIO DE 2017.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público de 2015 para cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais.

A publicação na íntegra dos Atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: AM-SOP.DIOEMS.COM.BR, Edição do dia 22-05-17, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 1.387, de 29/11/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

PORTARIA Nº 4.805, DE 19 DE MAIO DE 2017.

Atribui carga horária extraordinária a professores municipais.

PORTARIA Nº 4.806, DE 19 DE MAIO DE 2017.

Concede Gratificação de Dedicção Exclusiva aos servidores Luis Fernando Simoca e José Ferreira da Silva.

A publicação na íntegra dos Atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: AM-SOP.DIOEMS.COM.BR, Edição do dia 22-05-17, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 1.387, de 29/11/11.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ

LEI DE Nº 2763/2017, de 19 de maio de 2017. Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, a incluir ações orçamentárias, criar rubricas de despesas, bem como as fontes de recursos a elas vinculadas e os respectivos valores nas Leis Municipais nº 2528/2013 (PPA 2014 a 2017), nº 2728/2016 (LDO para 2017), e nº 2738/2016 (LOA para 2017). A publicação na íntegra do ato acima se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.dioems.com.br - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

Decreto 6219/2017, de 19 de maio de 2017. Súmula: Abre Crédito Adicional Especial. A publicação na íntegra do ato acima se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.dioems.com.br - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato de Contrato Nº 2065/2017

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR

Contratado: A. Piccolotto - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.447.746/0001-55.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de peças e prestação de serviços de mão-de-obra para consertos e reparos em geral, para manutenção de aparelhos de ar condicionados nos Departamentos e Unidades pertencentes a Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, conforme Edital de Pregão Presencial Nº. 014/2017.

Valor do Contrato: Até R\$ 68.182,92 (Sessenta e oito mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Vigência do contrato: De 19 (dezenove) de Maio de 2017 a 19 (dezenove) de Maio de 2018.

Data do Contrato: 19 (dezenove) de Maio 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA - PR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2017 - PMM REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº056-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: A COSTA CONSTRUÇÃO CIVIL ME

CNPJ nº 26.945.467/0001-06

OBJETO: Contratação de serviço de mão de obra para construção de boca de lobo no bairro Jardim Europa, conforme solicitação da Secretaria de Educação e Planejamento desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 6.325,00 (seis mil trezentos e vinte e cinco reais).

RECURSOS FINANCEIROS: 06005.4.122.6.2.45.339039210000(2642)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: Imediato

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2017 - PMM REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº057-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: ÁGUA BOA POÇOS ARTESIANOS LTDA ME

CNPJ nº 02.486.286/0001-92

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar estudos geológicos/hidro geológicos de poço tubular, a pedido do Departamento de Obras e Engenharia desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

RECURSOS FINANCEIROS: 06005.4.122.6.2.45.3390390000 (2659)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2017 - PMM REFERENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº058-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: IVANA CECILIA MALDANER

CNPJ nº 22.816.030/0001-03

OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e utensílios domésticos para atender a todas as secretarias desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 7.663,40 (sete mil seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).

RECURSOS FINANCEIROS: 06001.4.122.6.2.50.339030160000 (826)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2017 - PMM REFERENTE INEXIGIBILIDADE Nº010-2017-PMM

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR.

CONTRATADA: HOSPITAL SÃO JUDAS TADEU DE MANGUEIRINHA LTDA

CNPJ nº 75.526.756/001-78

OBJETO: Contratação de serviços médicos hospitalares, serviço de assistência médica nas áreas específicas de cirurgia geral, obstetrícia e ginecologia, serviço de plantões médicos por especialidades em pediatria, obstetrícia e clínico geral, visando atender solicitação do Departamento de Saúde desta municipalidade.

VALOR TOTAL: R\$ 1.273.598,80 (Um milhão, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

RECURSOS FINANCEIROS: 10003.10.302.10.2.16.339039501000 (2580)

PRAZO DE FINAL DE EXECUÇÃO: 31 de dezembro de 2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2018

DATA DE ASSINATURA: 19 de maio de 2017.

Mangueirinha, 19 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE

DIVISÃO CONTRAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	121.282.895,77	-
Pessoal Ativo	119.574.222,54	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.708.673,23	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	121.282.895,77	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	257.303.552,53	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	257.303.552,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	121.282.895,77	47,14
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	138.943.918,37	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	131.996.722,45	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	125.049.526,53	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 08h e 21m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

20/09/2017 0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b") R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	25.925.001,04	35.489.613,40	38.326.976,73	-
Dívida Mobiliária	-	209.425,77	1.107.501,58	-
Dívida Contratual	25.925.001,04	27.739.180,47	26.299.512,93	-
Empréstimos	24.947.174,72	26.875.106,49	25.594.319,47	-
Internos	24.947.174,72	26.875.106,49	25.594.319,47	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	977.826,32	864.073,98	705.193,46	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	977.826,32	864.073,98	705.193,46	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	7.541.007,16	10.919.962,22	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	8.137.751,23	33.029.074,94	27.204.446,28	-
Disponibilidade de Caixa ¹	8.137.751,23	33.029.074,94	27.204.446,28	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.545.081,20	34.135.909,22	27.706.056,58	-
(-) Restos a Pagar Processados	12.407.329,97	1.106.834,28	501.610,30	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	17.787.249,81	2.460.538,46	11.122.530,45	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	235.582.413,29	247.384.781,75	257.303.552,53	-
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	11,00	14,35	14,90	-
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	7,55	0,99	4,32	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-

ZU/U9/ZU1/U8:Z/U

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 ² (Não incluídos na DCL)	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	14.918.594,70	22.466.143,31	14.881.748,86	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 08h e 23m.

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pretatórios".

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS (II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	235.582.413,29	247.384.781,75	257.303.552,53	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA	-	-	-	-
(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS (VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 08h e 28m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	488.049,16	3.372.954,79
Interna	488.049,16	3.372.954,79
Empréstimos	488.049,16	3.372.954,79
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º e 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º e 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
TOTAL (I)	488.049,16	3.372.954,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	257.303.552,53	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (I + II)	3.372.954,79	1,31
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.011.248,68	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Reconposição do Principal de Dívidas	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 20/Set/2017, 08h e 30m.

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Agosto de 2017

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-70.733.474,76	144.343,90	3.668.283,23	13.207.630,17	33.952.402,80	-121.706.134,86	18.629.806,44	-	
AF FEDE - Cabotagem das Entidades Correlatas	123.255,42	-	-	-	-	123.255,42	-	-	
Atenção Básica	-687.770,50	-	178.965,41	-	1.135.080,09	-2.001.816,00	106.210,43	-	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul	58.003,26	228,90	279.031,64	9.035,74	284.823,47	-515.116,49	10.544.018,78	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social Bás	-92.666,42	-	-	-	26.933,77	-119.620,19	452,00	-	
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de	-30.842,89	-	-	-	-4.351,67	-29.594,20	-	-	
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de	-164.077,66	-	-	-	9.555,92	-173.632,91	120.000,00	-	
Brazil Carlinhos - Apoio a Creches para atende	-186.012,51	-	761,86	-	788,26	-187.562,63	56.205,27	-	
C/C 213-8 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Exec	-21.822,28	-	-	-	-2.125,59	-19.696,69	-	-	
C/C 64717-6 Conv.Const.de 77 Casas - Conjuq	-484,71	-	-	-	-	-484,71	-	-	
CC5257-PAR OMBUS E-ACCESS/REL CONV	-11.675,75	-	-	-	-	-11.675,75	-	-	
Compensação entre Regime Previdenciários	-18.028,99	-	-	-	-	-18.028,99	-	-	
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GEST	-67.231,85	-	-	-	-507,62	-66.744,23	-	-	
Const canal drenagem no Córrego Fundo Trech	160.257,83	-	-	-	156.678,66	56.383,58	-	-	
Const.reservatório e canalização Rio Ligeiro, I	2.137,69	-	-	-	5.851.605,75	-5.852.804,41	-	-	
Const. de 3 Escolas - PAR Nº 22469/2014	102.519,46	-	-	-	5.334.007,36	-5.172.607,16	-	-	
Construção de Creche Proinfância - Bairro Sui	-509.645,42	-	-	-	6.203,38	-515.848,80	512.518,63	-	
Construção do Complexo Esportivo de Pato Br	38.713,52	-	-	-	11.640,71	-27.072,81	-	-	
Conv. 1008576-59/2013 Recapeamento de via	5.856,98	-	-	-	10.868,77	-5.011,79	-	-	
Conv. Const. Gênisio do Distrito de Nova Esper	-	-	-	-	5.477,28	-5.477,28	-	-	
Conv. Execução de Infra Estrutura Urbana 088	-422.267,66	-	854.079,02	-	854.079,02	-2.130.425,70	-	-	
Conv. Implantação de Quadra de Esportes com	-	-	-	-	-9.229,56	37.680,01	-	-	
Conv. PAR 201306177 - brinquedos Didáticos	28.450,45	-	-	-	121.766,28	4.241,92	-	-	
Conv. Pavim. Polidécica de 10,9 km de Estr	32.760,78	-	-	-	-	-93.247,42	-	-	
Conv.Conv.de U.R.de Saúde - Profeineiro	2.137,69	-	-	-	-	2.137,69	-	-	
Conv.Conv.do Conjunto Habitacional Nossa Te	-4.780,81	-	-	-	-	-4.780,81	-	-	
Conv.FMAS Piso Básico Variável 1º Rec.Projeo	-5.442,67	-	-	-	-	-5.442,67	-	-	
Conv.FMAS-PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDA	-37.842,97	-	-	-	-5.168,19	-32.674,78	-	-	
Conv.Implantação de Parque Tecnológico de P	-384.446,46	-	-	-	126.962,34	-511.408,80	-	-	
Conv.Prog.de Apoio a Pessoa Idosa - Convênio	-2.207,74	-	-	-	-	-2.207,74	-	-	
Convênio 397/2013 - Projeto AFAl	-38.850,20	-	-	-	-2.240,00	-36.610,20	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS	-99.124,90	-	-	-	-	-99.124,90	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS - 2017	157.421,44	-	-	-	-	157.421,44	154.545,76	-	
Convênio Const. UBS - Bairro Novo Horizonte	-83.023,48	-	-	-	22.953,50	-105.376,98	-	-	
Convênio Construção da Praça dos Esportes	-167.909,56	-	-	-	-40.242,02	-212.887,54	-	-	
Convênio de Trafegabilidade de Estradas Rural	-43.856,67	-	-	-	-	-43.856,67	-	-	
Convênio Estadual Recape Asfáltico Conv. 023	934.546,90	-	-	-	-913.637,71	1.848.184,61	-	-	
Convênio FMAS Piso Básico Fixo	-1.264,10	-	-	-	-	-1.264,10	-	-	
Convênio FMAS Piso Básico Variável II	-2.710,48	-	-	-	-11.228,56	-8.509,08	-	-	
Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-63	-161,81	-	-	-	-	-161,81	-	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Agosto de 2017

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-70.733.474,76	144.343,90	3.668.283,23	13.207.630,17	33.952.402,80	-121.706.134,86	18.629.806,44	-	
Convênio Habitacional Sloboda - 0361866-96/	-109,73	-	-	-	-	-109,73	-	-	
Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02	-303.300,09	-	-	-	7.416,24	-311.196,33	-	-	
Convênio PAR 17630/2013 - Escola Bairro Ven	37.338,58	-	-	-	-11.840,27	16.131,31	-	-	
Convênio PAR Educação (Plano de Ações Artic	-56.723,74	-	-	-	-	-56.723,74	-	-	
Convênio Recapeamento Asfáltico - 0004/201	-	-	-	-	14.768,35	-14.768,35	-	-	
Convênio Reservatório da Chelva	-11.970,29	-	-	-	7.030,65	-19.000,94	-	-	
CONVENIO SENB - PROJETO DE FORTALECIMEN	-28.934,65	-	-	-	-	-28.934,65	-	-	
CONVENIO SETI - ESTRUTURAR INCLIBDAS	-550,55	-	-	-	-	-550,55	-	-	
Educação 10% v/transferências Construc.	-16.479.310,84	-	111.784,92	6.817,98	3.069.215,79	-19.667.129,53	605.056,16	-	
Educação 25% sobre impostos	3.205.557,12	132.147,00	546.808,32	8.197,15	1.945.934,76	-592.469,89	319.159,73	-	
Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar	35.539,84	-	-	-	910,89	35.229,95	-	-	
Execução de Infra Estrutura Urbana - Convên	4.973,09	-	-	-	16.590,19	-11.617,10	-	-	
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	96,65	-	-	-	480,92	-384,27	-	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do	181.904,77	-	3.185,80	-	3.185,80	175.533,17	3.252,00	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	63.135,05	-	3.114,72	-	3.129,22	56.891,11	42.861,28	-	
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	-15.232,17	-	-	-	10.937,06	-26.169,23	21.573,72	-	
FNDE - MANUTENÇÃO	-138.876,11	-	-	-	-	-138.876,11	-	-	
FNLSINV MORUMBI	1.075,58	-	-	-	-	1.075,58	-	-	
FUNDEB 40%	17.885.937,84	-	53.583,04	-	1.843.629,55	15.988.725,25	-	-	
FUNDEB 60%	-13.632.153,91	-	377.130,16	-	11.701.215,17	-25.710.499,24	-	-	
Garantias de SUS	6.071,59	-	629,94	-	629,94	4.811,71	864,93	-	
IGD Bolsa Família	497,93	-	-	-	-	497,93	-	-	
IGD SUAS	-22.697,48	-	-564,76	-	-564,76	-22.132,72	-	-	
IGD SUAS PORTARIA MDS 337/2011 [3% CONS	-6.811,65	-	950,00	-	-	-8.711,65	1.900,00	-	
Implantação Parque Estadual Vitorino Passa - C	116.606,50	-	-	-	1.323.572,26	-1.206.965,76	-	-	
Indenização Recebidas por Bens Simétricos d	52.655,17	-	-	-	-	52.655,17	-	-	
MDE/Conv.Construção da Creche Municipal de	-4.882,97	-	-	-	-	-4.882,97	-	-	
MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulin	-6.509,86	-	-	-	-	-6.509,86	-	-	
MDE/Convênio Merenda Escolar	61.696,50	-	35.445,50	-	36.747,02	62.998,02	131.554,56	-	
Op. Crédito Pav Asf Ruas Ivaí, Manilla e Teotón	28.954,59	-	-	-	46.964,51	-18.009,92	-	-	
Operação de Crédito - BIDE de Municípios - R5.2	-	-	-	-	27.679,93	-27.679,93	-	-	
Operação de Crédito Construção 03 Crechas -	7.183,47	-	-	-	13.948,50	-6.765,03	-	-	
Prog.de Apoio a Pessoa Port.Defic.	-2.644,02	-	-	-	-	-2.644,02	-	-	
Programa Crescer em Família - Acoplimento In	-15.537,63	-	-	-	-	-15.537,63	-	-	
PROGRAMA AGRICULTOR CIDADÃO-CONVÊNIO S	16.790,41	-	685,00	-	685,00	2.560,72	-	-	
Projeto Produção de Ovinos	281.178,43	-	-	-	-	281.178,43	-	-	
Projeto Técnico Social Lotamento Vila São Pe	-1.252,00	-	1.252,00	-	-	-3.756,00	17,00	-	
Recap. Asfáltico Conv. 1013728-52/2013 - TER	-123.255,42	-	-	-	1.252,00	-123.973,92	-	-	
Recap. Asfáltico Contrato de Repasse MCI&S	-	-	-	-	-	-	394.200,00	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Agosto de 2017

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-70.733.474,76	144.343,90	3.668.283,23	13.207.630,17	33.952.402,80	-121.706.134,86	18.629.806,44	-	
Recapamento Asfáltico - 828439/16 - MCI&S	1.272.048,36	-	-	-	1.272.048,36	-	2.608.684,22	-	
Recapamento Asfáltico sobre Pavimentação	3.715,54	-	-	-	3.271,07	-18.075,87	-	-	
Recuperação de Alagamentos de Ativos	-226.098,37	-	-	-	-6.540,31	-219.468,18	-	-	
Salário Educação	-2.041.138,76	-	283.356,54	246.146,42	382.938,04	-2.953.579,76	351.972,80	-	
Sanear-Compensação Financeira ao Meio Am	-157.127,56	-	-	-	-9.796,71	-147.330,85	300.625,68	-	
Sinal/percentual vjuo/vreceita impositiva	-58.884.374,42	31.968,00	879.448,74	10.994,96	13.180.014,63	-72.986.800,75	2.015.042,44	-	
Vigilância em Saúde	-368.904,53	-	58.070,62	-	148.338,36	-275.513,51	26.774,75	-	

TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	96.839.811,69	359.410,50	1.959.496,66	1.671.974,59	-25.823.975,79	118.672.905,73	3.116.292,62	-
CDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	37.331,84	-	-	-	-	37.331,84	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	90.783,26	-	-	-	-	78.534,70	-	-
Contribuições e Legados de Entidades não Gov	156.695,30	-	-	-	-	100,68	156.594,62	981,50
Gerência de Trânsito	418.640,75	-	-	-	5.785,72	-29.609,35	442.464,38	31.808,35
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Ur	62.113,64	218.973,73	-	-	-	-2.435,32	-154.408,77	-
Recursos Ordinários (Livres)	98.681.580,09	138.709,60	-	-	1.721.750,06	1.546.360,26	23.626.275,23	71.648.484,94
Retenções em caráter consignatório ocorridas	-7.930.337,05	-	-	-	-	-51.254.589,11	43.324.252,06	-
Rojões e Outras Compensações Financeiras	-202.796,50	-	-	-				

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.442.718,90	-
Pessoal Ativo	121.729.749,89	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.712.969,01	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	13.300,00	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	13.300,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	123.429.418,90	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	261.310.666,14	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	261.310.666,14	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)	123.429.418,90	47,23
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 29 da LRF)	141.107.759,72	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	134.052.371,73	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	126.996.983,75	48,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 28/Fev/2018, 17h e 09m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	25.925.001,04	35.489.613,40	38.346.906,89	34.991.503,61
Dívida Mobiliária	-	209.425,77	1.107.501,58	239.344,52
Dívida Contratual	25.925.001,04	27.739.180,47	26.319.443,09	23.832.196,87
Empréstimos	24.947.174,72	26.875.106,49	25.614.249,63	23.127.003,41
Internos	24.947.174,72	26.875.106,49	25.614.249,63	23.127.003,41
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	977.826,32	864.073,98	705.193,46	705.193,46
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	977.826,32	864.073,98	705.193,46	705.193,46
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	7.541.007,16	10.919.962,22	10.919.962,22
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	8.137.751,23	33.029.074,94	27.208.163,82	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa ¹	8.137.751,23	33.029.074,94	27.208.163,82	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.545.081,20	34.135.909,22	27.709.774,12	21.924.029,28
(-) Restos a Pagar Processados	12.407.329,97	1.106.834,28	501.610,30	5.820.128,79
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	17.787.249,81	2.460.538,46	11.138.743,07	18.887.603,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	235.580.709,83	247.383.078,29	257.301.849,07	261.310.666,14
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	11,00	14,35	14,50	13,39
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	7,55	0,99	4,33	7,23
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 ² (Não incluídos na DCL)	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	28.966.238,57	22.466.143,31	14.881.748,86	30.439.118,22
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 28/Fev/2018, 17h e 10m.

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pretatórios".

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS(II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	235.580.709,83	247.383.078,29	257.301.849,07	261.310.666,14
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS(VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 08h e 46m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	-	3.372.954,79
Interna	-	3.372.954,79
Empréstimos	-	3.372.954,79
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
TOTAL (I)	-	3.372.954,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	261.310.666,14	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	3.372.954,79	1,29
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.291.746,63	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 08h e 50m.

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.

No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Relatório Municipal de Pató Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)	(G)	(H)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-81.679.901,47	162.647,84	2.293.005,14	11.189.372,08	34.463.620,85	-129.788.547,38	15.619.053,37	-	
AP REDE - Catálogos das Entidades Correlatas	123.255,42	-	-	-	-	123.255,42	-	-	
Aquisição de Plano Hidráulico Reveladora Nova	97.530,26	-	-	-	-	97.530,26	-	-	
Atenção Básica	913.728,67	-	46.287,68	-	1.008.719,72	-141.278,73	100.601,32	-	
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambu	-1.634.704,83	166,11	934.115,84	3.487,64	346.779,42	-2.919.253,84	8.728.267,06	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social B	135.632,47	-	560,00	-	26.953,77	106.116,70	1.426,76	-	
Bloco de Financiamento da Proteção Social Es	-81.802,64	-	-	-	19.306,09	-61.130,73	567,90	-	
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços d	-277.966,64	-	-	-	41.762,27	-319.728,91	-	-	
Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atende	-265.360,85	-	2.274,00	-	26,40	-267.661,25	17.719,84	-	
CIC 2138 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Exec	-1.822,28	-	-	-	-	-1.822,28	-	-	
CIC 48711 E de Conv. Conv. de 77 Casas - Conju	-484,71	-	-	-	-	-484,71	-	-	
CIC-65267-9 PAR ÔNIBUS ESC-ACESSÍVEL CON	-11.675,75	-	-	-	-	-11.675,75	-	-	
Compensação entre Regime Previdenciários	-17.452,52	-	-	-	-	-17.452,52	-	-	
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GEST	-47.251,85	-	-	-	924,38	-46.176,23	-	-	
Const canal drenagem no Córrego Fundo traç	162.571,01	-	-	-	156.676,66	56.383,58	-	-	
Const. reservatório e canalização Rio Ligeiro, c	-	-	-	-	5.851.605,75	-5.851.605,75	-	-	
Construção de 3 Escolas - PAR Nº 3248/2014	104.870,36	-	-	4.127.431,49	41.119,76	-4.063.680,39	-	-	
Construção de Creche Prontinha - Bairro São	-508.213,70	-	-	-	6.203,38	-514.417,08	512.516,83	-	
Construção de Complexo Esportivo de Pató Br	-80.443,65	-	-	-	11.640,71	-92.002,26	-	-	
Conv. 1008576-59/2013 Recapeamento de via	5.856,98	-	-	-	10.868,77	-5.011,79	-	-	
Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Esper	-	-	-	-	5.477,28	-5.477,28	-	-	
Conv. Curso Medicina FADP - Município de P	10.748,26	-	-	-	-	10.748,26	-	-	
Conv. Execução de Infra Estrutura Esportiva	3.896,74	-	-	-	-	3.896,74	-	-	
Conv. Implantação de Quadra de Esportes con	972.182,58	-	-	-	-	972.182,58	779.555,58	-	
Conv. PAR 20130617 - Brinquedos Didáticos	28.663,33	-	-	-	-	28.663,33	-	-	
Conv. Paviment. Polidutora de 10,8 km de Estr	-142.519,92	-	549,89	-	4.241,92	-200.617,73	-	-	
Conv. Const. de U.B. de Saúde - Polidutora	-2.232,46	-	-	-	-	-2.232,46	-	-	
Conv. Const. do Conjunto Habitacional Nossa Tr	-4.780,81	-	-	-	-	-4.780,81	-	-	
Conv.FMAS Pós Básico Variável 7º Rec. Progr	-5.442,67	-	-	-	-	-5.442,67	-	-	
Conv.FMAS Pós Básico Variável 7º Rec. Progr	-97.242,97	-	-	-	-	-97.242,97	-	-	
Conv.FMAS Pós Básico Variável 7º Rec. Progr	-373.076,73	-	-	-	126.962,34	-500.039,07	129.499,00	-	
Conv.Prog. de Apoio a Pessoa Idosa	-2.207,74	-	-	-	-	-2.207,74	-	-	
Convênio 399/2013 - Projeto AFAI	-55.327,53	-	-	-	-	-55.327,53	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS	-95.124,96	-	-	-	-	-95.124,96	-	-	
Convênio Acesso - CONIMS - 2017	80.844,17	-	-	-	-	80.844,17	77.272,88	-	
Convênio Const. UBS - Bairro Novo Horizonte	-83.023,48	-	-	-	-	-83.023,48	-	-	
Convênio Construção da Praça dos Esportes e	-167.929,56	-	-	-	410,41	-168.339,97	-	-	
Convênio de Transferibilidade de Estradas Rura	-43.856,67	-	-	-	-	-43.856,67	-	-	
Convênio Estado de Paraná - Acesso de Contor	42.232,27	-	-	-	-	42.232,27	-	-	
Convênio Estadual Recape Asfalto Conv. 033	934.546,90	-	-	-	20.909,19	913.637,71	-	-	

Relatório Municipal de Pató Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)	(G)	(H)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-81.679.901,47	162.647,84	2.293.005,14	11.189.372,08	34.463.620,85	-129.788.547,38	15.619.053,37	-	
Convênio FMAS Pós Básico Fio	-1.264,10	-	-	-	-	-1.264,10	-	-	
Convênio FMAS Pós Básico Variável II	-2.719,48	-	-	-	-	-2.719,48	-	-	
Convênio Gov. Estado - Recape Asfáltico na P	-	-	-	-	-	-	2.415.966,09	-	
Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-60	-161,81	-	-	-	-	-161,81	-	-	
Convênio Habitacional Soboba - 0361866-96/2	-109,73	-	-	-	-	-109,73	-	-	
Convênio PAC 04443/2013 Construção de 02	-303.780,09	-	-	-	7.416,24	-311.196,33	-	-	
Convênio PAR 17830/2013 - Escola Bairro Ven	66.439,80	11.603,46	-	-	12.809,38	42.026,96	-	-	
Convênio PAR Educação (Plano de Ação Anu	-56.723,74	-	-	-	14.768,35	-14.768,35	-	-	
Convênio Reservatório das Chieias	-11.970,29	-	-	-	15.276,15	-27.246,44	-	-	
CONVENIO SEAP - PROFILO DE FORTALECIMEN	-28.934,65	-	-	-	-	-28.934,65	-	-	
CONVENIO SETI - ESTRUTURAS INCLIBUÍDAS DO	-59.055,55	-	-	-	-	-59.055,55	-	-	
Crescer em Família - Equipamento e material	120.102,80	-	-	-	120.102,80	-	-	-	
Educação 10% ultraterceiros Constituc.	-17.542.469,00	18,07	6.817,88	-	3.096.582,77	-20.646.027,82	578.587,90	-	
Educação 25% sobre impostos	2.976.886,00	120.180,21	473.370,44	-	1.865.123,52	518.211,83	369.935,11	-	
Estudial MDC/Convênio Transporte Escolar	162,15	-	-	-	312,89	-150,74	-	-	
Educação de Infra Estrutura Educacional - Conv	5.024,42	-	-	-	16.590,10	-11.565,68	-	-	
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	224.453,46	-	-	-	48,92	-224,38	-	-	
FMAS - Bloco de Financiamento da Gestão do	226.114.828,11	-	2.125,08	-	14,50	226.122,38	8.095,64	-	
FMAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	188.150,67	-	4.478,11	-	14,50	192.622,69	43.780,58	-	
FMAS - Bloco de Financiamento da Proteção S	-188.716,11	-	-	-	10.937,06	-156.639,89	403,94	-	
FND - MANUTENÇÃO	1.123,25	-	-	-	-	1.123,25	-	-	
FNDE/INSTRUM/MDURMI	20.102.128,28	3.732,25	-	-	1.909.447,75	18.196.952,28	-	-	
FUNDEB 60%	-16.883.301,74	1.036,96	-	-	11.545.117,13	-28.429.455,73	-	-	
Fundo do Imo. inclusive art. 9º in RFB nº 11	80.026,74	-	-	-	-	80.026,74	263,80	-	
Gestão de SUS	20,38	-	358,93	-	-	-155,55	-	-	
IGD-Bolsa Família	-429,93	-	-	-	-	-429,93	-	-	
IGD-SUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONS	26.944,44	950,00	-	-	25.994,44	950,00	-	-	
Implantação Parque Estadual Vitória Passa - C	145.684,74	-	-	689.418,07	101.611,36	645.344,69	-	-	
Indenização de créditos por Bens Situações d	609,11	-	-	-	-	609,11	-	-	
Indenização - Cessão - FIA - Estadual - Aquisi	85.164,41	-	53.725,00	-	-	85.164,41	-	-	
MDE/Conv.Construção da Creche Municipal d	-4.882,97	-	-	-	-	-4.882,97	-	-	
MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulin	6.509,86	-	-	-	-	6.509,86	-	-	
MDE/Convênio Merenda Escolar	100.671,58	-	-	-	100.671,58	-	59.931,75	-	
Op. Crédito Pav Asf Ruas Vila, Marília e Teat	28.954,59	-	-	-	46.964,51	-18.009,92	-	-	
Operação de Crédito - BMDE Municípios - RS 2	-	-	-	-	27.679,93	-27.679,93	-	-	
Operação de Crédito Construção Q3 Creches -	7.183,47	-	-	-	13.948,50	-6.765,03	-	-	

Relatório Municipal de Pató Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F) = (A) - (B+C+D+E)	(G)	(H)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	-81.679.901,47	162.647,84	2.293.005,14	11.189.372,08	34.463.620,85	-129.788.547,38	15.619.053,37	-	
Prog. de Apoio a Pessoa Port. Defic.	2.664,02	-	-	-	-	2.664,02	-	-	
Programa Crescer em Família - Acabamento	-15.537,68	-	-	-	-	-15.537,68	-	-	
PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVENIO 3º	-19.140,07	-	-	-	-	-19.140,07	-	-	
Projeto Produção de Ovinos	-13.800,04	-	-	-	-	-13.800,04	-	-	
Projeto Técnico Social Loteamento Vila São P	-8.736,70	-	8.756,70	-	-	-17.513,40	1.282,90	-	
Recap. Asfalto Conv. 1013728-5/2013 - 1ª Et	-129.254,42	-	-	-	718,50	-129.532,92	-	-	
Recap. Asfalto Contrato de Recape MLCIad	199.041,16	-	-	-	-	199.041,16	384.200,00	-	
Recapamento Asfáltico - 82843916 - MLCIad	13.272,47	-	-	-	-	13.272,47	-	-	
Recapamento Asfáltico - Convênio 828469/16	3.311,22	-	-	-	-	3.311,22	-	-	
Recapamento Asfáltico sobre Pavimentação	-	-	-	-	3.271,87	-3.271,87	-	-	
Recursos de Aterramento de Ativos	-224.600,37	-	-	-	-	-224.600,37	-	-	
Saída Educação	-1.405.383,60	5.227,70	224.455,99	-	123.503,52	-1.758.570,81	207.947,73	-	
Saneap. Compensação Financeira no Meio Am	-172.977,45	-	-	-	7.271,29	-180.246,74	-	-	
Recuperação de Obras Comprometidas Imposto	-68.864,62	30.698,06	677.183,00	2.514,16	13.720.109,85	-83.289.001,30	1.183.296,10	-	
Serviço de Convênção e Fortalecimento de Vi	62.643,62	-	-	-	-	62.643,62	-	-	
Termo de Compromisso PAR nº 201403095 - A	136.004,17	-	-	-	-	136.004,17	-	-	
Vigilância em Saúde	-343.281,50	9.035,66	-	-	299.584,71	-645.881,87	6.942,85	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(I)	106.842.852,67	359.410,50	3.005.065,31	1.168.807,97	-34.405.999,50	136.715.568,39	2.461.884,80	-	
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	-2.289,05	-	-	-	-	-2.289,05	-	-	
Contribuição de Iluminação Pública	244.479,94	-	179.581,73	-	253.586,60	-188.688,39	228.963,89	-	
Contribuições e Legados de Entidades não Gov	161.198,26	-	8.152,66	-	1.600,68	159.957,58	-	-	
Gerência de Tráfego	1.038.809,54	-	-	-	1.885,98	1.037.723,56	21.635,52	-	
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Ur	65.472,00	218.973,73	-	-	-	-153.481,73	-	-	
Operações Ordinárias (Livres)	109.714.285,53	138.709,60	2.724.794,53	1.043.193,64	16.349.366,19	89.458.221,57			

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b") and RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "a" e "b"). It contains financial data for various categories like Despesas Operacionais, Despesas de Capital, and Despesas com Pessoal.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table showing the breakdown of expenditures by function and subfunction, including categories like Saúde, Educação, and Cultura.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b") and RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "a" e "b"). It contains financial data for various categories like Despesas Operacionais, Despesas de Capital, and Despesas com Pessoal.

Table showing the breakdown of expenditures by function and subfunction, including categories like Saúde, Educação, and Cultura.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table with columns: RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b") and RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "a" e "b"). It contains financial data for various categories like Despesas Operacionais, Despesas de Capital, and Despesas com Pessoal.

Table showing the breakdown of expenditures by function and subfunction, including categories like Saúde, Educação, and Cultura.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

Table showing the breakdown of expenditures by function and subfunction, including categories like Saúde, Educação, and Cultura.

Table showing the breakdown of expenditures by function and subfunction, including categories like Saúde, Educação, and Cultura.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2017 a Dezembro/2017

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jan/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017	Março/2017 Setembro/2017	Abril/2017 Outubro/2017	Mai/2017 Novembro/2017	Junho/2017 Dezembro/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	28.703.519,10	21.907.269,30	31.315.188,19	19.595.003,87	24.393.119,12	19.946.656,69	280.927.271,31	351.918.637,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.800.555,38	20.719.349,91	18.805.796,31	20.351.194,06	20.271.014,32	13.800.634,56	280.927.271,31	351.918.637,18
ICMS	1.360.275,07	2.278.563,53	9.979.136,31	3.213.071,75	3.709.778,71	3.914.232,01	-	-
IPVA	4.368.135,54	3.867.362,64	3.258.902,37	3.239.786,44	3.411.682,09	4.552.914,67	48.644.841,13	80.208.507,04
Outras Receitas Tributárias	4.678,67	386.034,54	4.976.257,99	880.013,13	589.397,27	500.033,21	-	-
ISS	491.923,73	471.245,73	440.318,74	428.739,44	457.582,24	451.425,15	10.117.749,94	19.600.000,00
ISS	1.377.099,64	1.192.667,62	1.295.009,48	1.372.474,27	1.365.064,44	1.427.807,81	-	-
ITR	1.416.539,54	1.452.651,49	1.443.388,17	1.477.669,16	1.540.553,68	1.569.926,53	16.930.831,99	28.600.000,00
IRRF	256.518,87	348.726,01	459.976,71	367.339,19	630.889,63	516.120,09	-	-
Outras Receitas Tributárias	431.665,09	483.551,12	407.900,63	428.226,02	483.606,08	745.927,47	5.560.446,91	14.332.999,04
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	613.738,06	11.784,85	1.257.824,64	635.847,95	645.303,71	660.899,25	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	613.738,06	11.784,85	1.257.824,64	635.847,95	645.303,71	660.899,25	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	175.415,97	177.430,38	262.493,74	233.703,31	264.331,04	218.145,10	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	192.299,84	168.881,73	147.511,26	133.403,38	108.527,59	191.458,31	2.273.400,65	2.395.200,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	562.651,04	542.971,80	660.526,64	651.014,48	523.685,80	600.417,80	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	478.335,98	583.555,65	533.456,35	497.306,39	549.557,46	537.410,76	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	192.299,84	168.881,73	147.511,26	133.403,38	108.527,59	191.458,31	2.273.400,65	2.395.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	37.149,86	37.123,43	35.856,07	44.103,04	14.444,88	72.820,02	569.253,94	1.287.000,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.980.337,41	18.800.807,61	19.653.662,20	14.477.810,00	18.898.489,91	13.882.093,85	208.906.593,73	254.303.325,14
Cota-Parte do FPM	3.008.952,61	3.857.396,25	2.416.895,12	2.911.947,69	3.303.102,06	2.149.499,64	-	-
Cota-Parte do ICMS	4.825.966,99	2.667.721,62	2.239.147,98	2.537.593,75	2.610.092,89	5.021.965,45	37.549.282,05	51.568.213,00
Cota-Parte do IPVA	6.414.475,48	2.548.826,35	3.987.285,42	3.168.364,05	4.204.250,54	3.254.934,99	-	-
Cota-Parte do ICMST	3.188.326,36	4.250.681,33	3.391.326,58	4.418.473,70	3.662.606,77	3.358.217,07	45.847.770,64	56.938.000,00
Cota-Parte do IPIA	7.168.124,54	2.539.099,46	3.312.535,44	769.974,82	548.164,88	382.217,14	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2017 a Dezembro/2017

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	327.735.120,18	259.327.624,79	233.559.079,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	48.644.841,13	43.250.375,25
IPVA	19.600.000,00	10.117.749,84	7.901.793,38
ISS	28.600.000,00	16.930.831,99	15.410.716,51
ITBI	14.332.999,04	5.560.446,91	5.314.684,65
IRRF	10.440.000,00	8.646.133,09	7.843.251,71
Outras Receitas Tributárias	7.235.508,00	7.389.679,30	6.779.929,00
Receita de Contribuição	3.881.200,00	6.700.894,15	6.234.919,21
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	3.881.200,00	6.700.894,15	6.234.919,21
Receita Patrimonial Líquida	544.000,00	290.359,30	244.068,90
Receita Patrimonial	2.395.200,00	2.273.400,65	2.265.699,72
(-) Aplicações Financeiras	1.851.200,00	1.983.041,35	2.021.630,82
Transferências Correntes	231.971.008,14	189.289.988,56	170.287.234,87
Cota-Parte do FPM	42.868.213,00	30.661.543,67	31.621.540,24
Cota-Parte do IPVA	15.854.000,00	13.306.004,21	12.936.959,94
Cota-Parte do ICMST	46.764.000,00	36.678.216,73	31.709.115,54
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	126.484.795,14	108.644.223,95	94.019.619,15
Demais Receitas Correntes	11.130.405,00	14.401.541,65	13.542.480,78
Diversa Ativa	4.393.005,00	3.660.123,23	2.431.464,14
Outras Receitas Correntes	6.737.400,00	10.741.418,42	11.111.016,64
RECEITAS DE CAPITAL(II)	457.330,00	16.411.103,09	8.644.470,63
Operações de Crédito(III)	-	3.372.954,79	3.049.896,18
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jan/2017 Julho/2017	Fevereiro/2017 Agosto/2017	Março/2017 Setembro/2017	Abril/2017 Outubro/2017	Mai/2017 Novembro/2017	Junho/2017 Dezembro/2017		
Cota-Parte do IR	374.800,46	317.204,67	296.102,84	231.470,61	244.228,45	448.582,20	16.632.505,51	19.000.000,00
Transferências da UC 87/1998	28.305,70	127,23	1.263,41	943,84	672,16	3.036,96	149.665,04	450.000,00
Transferências da UC 82/1998	769,98	1.793,98	17.371,31	80.054,19	12.270,17	3.056,01	311.260,56	1.400.000,00
Transferências da UC 82/1999	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	25.938,38	311.260,56	1.400.000,00
Transferências da FUNDEB	52.782,75	58.039,96	45.609,20	55.073,24	51.674,08	51.955,01	703.133,12	1.420.000,00
Outras Transferências Correntes	3.925.724,02	2.947.185,65	3.012.582,09	2.225.950,09	2.763.753,87	2.223.200,33	91.407.599,73	40.328.000,00
Outras Receitas Correntes	2.070.763,85	2.445.701,56	2.138.106,78	2.430.123,34	2.644.337,97	2.361.150,18	76.305.377,88	83.209.112,14
Outras Receitas Correntes	4.356.033,33	6.484.402,33	6.851.553,14	5.219.610,69	8.003.533,94	5.791.311,40	76.305.377,88	83.209.112,14
Outras Receitas Correntes	6.523.864,46	5.333.171,67	5.678.126,09	5.775.803,52	6.182.849,57	10.007.918,35	76.305.377,88	83.209.112,14
Outras Receitas Correntes	698.998,84	394.374,43	716.813,97	461.296,58	320.191,11	679.279,32	13.832.287,99	6.643.405,00
DEBÍCIOS(III)	673.838,63	766.793,19	985.694,45	763.515,48	744.341,71	6.117.239,94	19.616.605,17	22.332.317,00
DEBÍCIOS(III)	3.339.715,83	1.805.885,89	1.957.905,38	1.386.448,37	1.626.760,38	1.173.516,38	19.616.605,17	22.332.317,00
DEBÍCIOS(III)	1.378.916,05	1.463.391,15	1.205.644,65	1.474.430,43	1.323.050,58	1.481.940,08	19.616.605,17	22.332.317,00
DEBÍCIOS(III)	3.339.715,83	1.805.885,89	1.957.905,38	1.386.448,37	1.626.760,38	1.173.516,38	19.616.605,17	22.332.317,00
DEBÍCIOS(III)	1.378.916,05	1.463.391,15	1.205.644,65	1.474.430,43	1.323.050,58	1.481.940,08	19.616.605,17	22.332.317,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	25.363.803,27	20.101.383,41	29.355.282,81	18.208.555,50	22.766.358,74	18.173.140,31	261.310.666,14	329.586.320,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	21.441.639,33	19.255.858,76	17.600.142,16	18.777.763,63	18.947.963,74	31.318.674,48	261.310.666,14	329.586.320,18

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 17m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2016	Em 31/Out/2017	Em 31/Dez/2017
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	25.925.001,04	37.909.390,28	34.991.503,61
DEBÍCIOS(II)	8.137.751,23	21.520.970,40	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa	8.137.751,23	21.520.970,40	16.103.900,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.545.081,20	22.022.580,70	21.924.029,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	12.407.329,97	501.610,30	5.820.128,79
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I)-(II)	17.787.249,81	16.388.419,88	18.887.603,12
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(V)=(III)-(IV)-(V)	17.787.249,81	16.388.419,88	18.887.603,12
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Até o Bimestre (Vic - Vla)	
VALOR	2.499.183,24	1.100.353,31	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE		
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 18m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII (LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES(VIII)	321.732.456,61	245.505.532,19	219.273.470,06	233.693.618,52	214.936.276,79	11.811.913,67	4.337.193,87
Pessoal e Encargos Sociais	157.390.809,73	123.442.718,90	117.561.127,84	122.442.718,90	117.561.127,84	-	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	3.750.000,00	2.702.937,09	2.227.095,21	2.702.937,09	2.227.095,21	-	-
Outras Despesas Correntes	160.591.646,90	119.359.896,20	99.485.247,61	107.547.962,53	95.148.055,74	11.811.913,67	4.337.193,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(VIII)-(IX)	317.982.456,61	242.802.615,10	217.046.375,45	230.990.701,43	212.709.183,58	11.811.913,67	4.337.193,87
DESPESAS DE CAPITAL(X)	54.709.067,93	22.258.446,52	30.593.463,80	15.989.422,02	20.883.011,80	6.269.024,50	9.710.452,00
Investimentos	47.868.067,93	19.656.131,10	28.168.406,27	13.387.106,60	18.457.954,27	6.269.024,50	9.710.452,00
Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	411.000,00	-	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RECEITAS					DESPESAS					SALDO TOTAL
	RECEITAS					DESPESAS					
	Em Exercício Anterior (R)	Em 2017 (S)	Até o Bimestre (T)	Até o Bimestre (U)	Até o Bimestre (V)	Em Exercício Anterior (R)	Em 2017 (S)	Até o Bimestre (T)	Até o Bimestre (U)	Até o Bimestre (V)	
RECEITAS DE FUNDOS ORÇAMENTÁRIOS (I)	1.088.707,38	11.318.562,79	11.902.729,67	9.990,00	50.435,30	14.918.156,70	14.047.443,37	14.858.083,13	14.837.626,19	12.378.626,19	12.880.238,39
PODER LEGISLATIVO	1.088.707,38	11.318.562,79	11.902.729,67	9.990,00	50.435,30	14.918.156,70	14.047.443,37	14.858.083,13	14.837.626,19	12.378.626,19	12.880.238,39
CÂMARA MUNICIPAL	1.088.707,38	11.318.562,79	11.902.729,67	9.990,00	50.435,30	14.918.156,70	14.047.443,37	14.858.083,13	14.837.626,19	12.378.626,19	12.880.238,39

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 21m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		-23.957,79
21 DESPESAS CUSTEADAS COM SALDO DO FUNDOS DE FINEC (12) E (13) Bimestre de 2017		-

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (P)
			Até o Bimestre (H)	% (H/A)*100	Até o Bimestre (I)	% (I/A)*100	
22 EDUCAÇÃO INFANTIL	9.900.800,00	8.401.598,44	6.588.201,11	79,83	6.078.241,18	79,83	6.113,53
22.1 Creche	9.204.800,00	8.163.643,35	6.512.701,52	79,84	6.512.587,59	79,84	6.113,53
22.1.1 Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
22.1.2 Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.204.800,00	8.163.643,35	6.512.701,52	79,84	6.512.587,59	79,84	6.113,53
22.2 Pna Escola	690.000,00	241.955,09	66.665,79	27,56	66.665,79	27,56	-
22.2.1 Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
22.2.2 Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	690.000,00	241.955,09	66.665,79	27,56	66.665,79	27,56	-
23 ANEXO FUNDAMENTAL	17.215.616,00	50.702.707,07	47.870.909,94	88,34	47.034.571,11	88,34	946.426,63
23.1 Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	40.284.000,00	40.284.000,00	31.828.836,13	78,87	31.828.836,13	78,87	-
23.1.2 Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	17.181.616,00	19.418.707,07	16.142.153,69	83,06	15.195.743,08	83,06	946.426,63
24 ANEXO MÉDIO	-	-	-	-	-	-	-
25 ANEXO SUPERIOR	12.000,00	12.000,00	-	-	-	-	-
26 ANEXO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO REGIME REGULAR	12.000,00	2.000,00	1.824,84	90,72	1.824,84	90,72	-
27 OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-
28 TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE FUNDEB (22+23+24+25+26+27)	67.604.616,00	68.207.271,51	54.557.179,68	79,99	53.064.416,51	79,99	162.540,14

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINE DE LIMITE CONDICIONAL		VALOR
29 RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (12)		11.790.994,56
30 DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPENSAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-
31 RESTOS DE ANÁLISES FINANCEIRAS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE - (H)		-
32 DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPRAJEITADO FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		-
33 RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ANEXO 3*		1.430.837,76
34 CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS AO ANEXO 3**		-
35 PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM REDES, SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (10/1000000) - LIMITE CONDICIONAL 2017		41.328.528,99
36 TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINE DE LIMITE CONDICIONAL (29+30+31+32+33+34+35)		13.221.832,52
37 PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM REDES, SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (10/1000000) - LIMITE CONDICIONAL 2017		26,52

OUTRAS INSCRIÇÕES PARA CONTROLE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (P)
			Até o Bimestre (H)	% (H/A)*100	Até o Bimestre (I)	% (I/A)*100	
39 DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ANEXO 3	-	-	-	-	-	-	-
40 DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.281.500,00	3.041.108,85	2.389.886,50	78,59	2.385.155,90	78,59	203.930,60
41 DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
42 DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECURSOS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.500.000,00	2.842.478,86	2.524.739,07	89,17	1.946.148,85	89,17	590.170,21
43 TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	4.781.500,00	5.883.587,71	4.914.625,57	83,70	4.331.304,75	83,70	794.100,81
44 TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28+43)	72.949.916,00	74.090.859,22	59.491.805,25	81,54	51.735.164,10	81,54	1.746.640,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ANEXO 3							
45 RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM ANEX	-	-	-	-	-	-	-
45.1 Exercícios com Recursos de Impostos Vinculados ao Anexo	-	-	-	-	-	-	-
45.2 Exercícios com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		-	-
47 INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		31.407.599,73	2.709.937,48
48 PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		31.848.024,91	2.239.271,57
48.1 Orçamento do Exercício		31.848.024,91	2.239.271,57
48.2 Restos a Pagar		23.957,79	58.543,37
49 RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		-	-
50 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		-440.425,18	470.665,91
51 - (A) Ajustes		-	-
51.1 Retenções		-	-
51.2 Constituição Bancária		-440.425,18	470.665,91

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 24m.

*Valores mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

**Caput do artigo 112 da CF/1988.

***Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

****Valores mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação do prioritário, conforme CF, art. 11, V.

*****Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

*****Esta coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS DE CAPITAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO
() Incentivos Fiscais a Contribuinte	54.709.067,93	22.258.446,52	15.989.422,02	6.269.024,50	32.450.621,41
() Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	54.709.067,93	22.258.446,52	15.989.422,02	6.269.024,50	32.450.621,41
RESULTADO PARA APLICAÇÃO DA REGRA DE DURO (III)+(I)-(J)	-54.709.067,93	-18.885.491,73	-	-	-35.823.576,20

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 42m.

Notas:

*Operações de Crédito descritas no CF, art. 167, inciso III;

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (B)	% (B/A)*100
1 RECEITAS DE IMPOSTOS	78.368.804,04	78.368.804,04	43.748.292,36	55,82
1.1 Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.427.005,00	22.427.005,00	11.632.533,13	51,87
1.1.1 IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	10.117.749,84	51,62
1.1.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.827.005,00	2.827.005,00	1.514.783,29	53,58
1.2 Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	14.379.799,04	14.379.799,04	5.715.320,86	39,75
1.2.1 ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	5.560.446,91	38,79
1.2.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	46.800,00	46.800,00	154.873,95	330,93
1.3 Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.122.000,00	31.122.000,00	17.754.366,28	57,05
1.3.1 ISS	28.000.000,00	28.000.000,00	16.500.311,59	59,20
1.3.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.122.000,00	3.122.000,00	1.253.954,69	40,16
1.4 Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.139,06	82,82
1.5 Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1 ITR	-	-	-	-
1.5.2 Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.716.213,00	130.716.213,00	101.193.619,92	77,39
2.1 Cota-Parte FPM	51.568.213,00	51.568.213,00	37.549.282,05	72,81
2.1.1 Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea b	49.068.213,00	49.068.213,00	34.849.637,67	71,19
2.1.2 Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea d	2.500.000,00	2.500.000,00	1.331.001,70	60,24
2.1.3 Parcela referente a CF, art. 159, I, alínea e	-	-	-	-
2.2 Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	45.847.710,64	80,54
2.3 ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	1.400.000,00	1.400.000,00	31.260,56	2,23
2.4 Cota-Parte IP Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	703.133,12	49,52
2.5 Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	149.605,04	33,26
2.6 Cota-Parte PIS	19.000.000,00	19.000.000,00	16.822.505,51	88,54
2.7 Cota-Parte COF-Cam	-	-	-	-
3 TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	209.135.017,04	209.135.017,04	144.941.912,28	69,31

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (B)	% (B/A)*100
4 RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	4.816,78	-
5 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.279.000,00	5.279.000,00	4.038.736,32	76,51
5.1 - Transferências do Salário-Educação	3.855.000,00	3.855.000,00	2.709.937,48	70,30
5.2 - Transferências Diretas - FODE	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - FPAE	1.279.600,00	1.279.600,00	1.253.306,80	97,95
5.4 - Transferências Diretas - FPAE2	144.400,00	144.400,00	74.326,50	51,47
5.5 - Outras Transferências do FNDE	-	-	1.165,54	-
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-
6 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	478.400,00	478.400,00	2.054.006,88	429,35
6.1 - Transferências de Convênios	478.400,00	478.400,00	2.054.006,88	429,35
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
7 RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
9 TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	5.757.400,00	5.757.400,00	6.097.559,96	105,91

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (B)	% (B/A)*100
10 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	22.332.317,00	22.332.317,00	19.616.691,17	87,84
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	8.700.000,00	8.700.000,00	6.887.738,38	79,17
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	10.154.000,00	10.154.000,00	9.169.553,91	90,32
10.3 - ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	120.000,00	120.000,00	62.252,04	51,88
10.4 - Cota-Parte IP Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	158.400,00	158.400,00	140.625,68	88,78
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.5 + 1.5.3)	43.917,00	43.917,00	29.932,86	68,16
10.6 - Cota-Parte PIS/COF-Cam Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	3.146.000,00	3.146.000,00	3.326.501,30	105,74
11 RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	40.			

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		418.600,00	-		418.600,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS		418.600,00	-		418.600,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)	DESPESAS PAGAS (g)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (i)	SALDO (j)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
INVESTIMENTOS							
INVERSOES FINANCEIRAS							
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016	2017	SALDO ATUAL (k) = (III + IIII)
	(I)	-	(j) = (b) - (f) + (i)

FORNTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 43m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	78.368.804,04	78.368.804,04	43.748.292,36	55,82
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	10.117.749,84	51,62
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervenios - ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	5.560.446,91	38,79
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	16.930.831,99	59,20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.133,09	82,82
Imposto Territorial Rural - ITR	620.000,00	620.000,00	123.529,29	19,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.976.405,00	3.976.405,00	2.095.747,85	52,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	799.400,00	799.400,00	273.853,39	34,26
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	128.266.213,00	128.266.213,00	98.083.028,54	76,47
Cota-Parte FPM	49.068.213,00	49.068.213,00	34.438.693,67	70,19
Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	149.665,04	33,26
Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	16.632.505,21	87,54
Cota-Parte ICMS	56.028.000,00	56.028.000,00	45.847.770,84	81,54
Cota-Parte IPI-Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	703.133,12	49,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.400.000,00	1.400.000,00	311.260,56	22,23
Diferencial ICMS (LC 87/96)	1.400.000,00	1.400.000,00	311.260,56	22,23
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	206.635.017,04	206.635.017,04	141.831.320,90	68,64

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	103.271.801,00	103.271.801,00	96.234.236,60	92,67
Provenientes da União	62.500.269,00	62.500.269,00	57.307.194,89	91,69
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	8.019.441,98	1.808,09
Provenientes de Outros Municípios	40.328.000,00	40.328.000,00	31.407.599,73	77,88
Outras Receitas da SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	13.442,40	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	103.271.801,00	103.271.801,00	96.247.679,00	93,68

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)		DESPESAS LIQUIDADAS (c)		Inscritas em Restos a Pagar não Processados*
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	
DESPESAS CORRENTES	130.477.866,96	134.047.998,18	122.389.685,87	91,13	108.604.216,41	81,00	13.795.469,45
Pessoal e Encargos Sociais	45.868.758,00	50.467.793,83	45.486.414,75	90,13	45.486.414,75	90,13	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	64.609.088,96	83.580.204,35	76.903.271,12	92,01	63.117.801,67	75,52	13.795.469,45
DESPESAS DE CAPITAL	1.846.300,00	2.050.083,40	577.984,98	28,18	558.990,98	27,75	8.986,00
Investimentos	1.785.300,00	1.990.683,40	577.984,98	28,03	568.998,98	28,58	8.986,00
Inversões Financeiras	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	132.324.206,96	136.098.081,58	122.967.670,85	93,35	109.173.215,40	80,22	13.794.455,45

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)		DESPESAS LIQUIDADAS (c)		Inscritas em Restos a Pagar não Processados*
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	59.174.731,00	75.733.121,70	71.797.442,71	58,39	59.263.820,04	54,28	12.533.622,67
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	59.174.731,00	75.733.121,70	71.797.442,71	58,39	59.263.820,04	54,28	12.533.622,67
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Outras Recursos	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDUALMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES*	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	59.174.731,00	75.733.121,70	71.797.442,71	58,39	59.263.820,04	54,28	12.533.622,67
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV) + (V)	191.498.478,96	211.831.203,28	204.765.113,56	96,68	168.437.035,44	79,57	26.331.887,92

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII) = (VI) / (III + IIII) x 100*	LIMITES CONSTITUCIONAIS (VIII) = (I + II) / (III + IIII) x 100*
36,08	36,08

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §3º E 2º	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	56.401,16	-
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	299.773,87	-	299.773,87
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81
Total (VII)	921.774,98	-	921.774,98

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (II)
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-
Total (IV)	13.414.343,07	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (I)		DESPESAS LIQUIDADAS (II)		Inscritas em Restos a Pagar não Processados*
			Até o Bimestre (I)	% (I/Total) x 100	Até o Bimestre (II)	% (II/Total) x 100	
Atenção Básica	23.476.622,00	29.994.140,38	25.514.176,89	20,75	25.308.762,95	23,18	205.413,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	82.580.663,28	78.872.182,40	64,14	65.930.468,28	60,39	12.941.714,12
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	8.872.516,86	7.035.225,10	5,71	6.608.640,37	6,05	426.588,73
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	3.067.542,90	1.456.653,43	1,18	1.454.873,58	1,33	1.779,85
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.951.137,55	1.592.754,31	1,30	1.587.593,31	1,45	5.163,00
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	10.319.930,00	9.632.680,91	8.496.674,72	6,91	8.282.878,91	7,59	213.795,81
TOTAL	112.323.206,96	136.098.081,58	122.967.670,85	100,00	109.173.215,40	100,00	13.794.455,45

- FORNTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, 01/Mar/2018, 11h e 47m.
- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
 - O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "Total".
 - O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "Total".
 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre			
RECEITAS		330.043.650,18			
Previsão Inicial da Receita		330.043.650,18			
Previsão Atualizada da Receita		277.721.769,23			
Recostas Realizadas		8.878.141,40			
Déficit Orçamentário		-			
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-			
DESPESAS		330.043.650,18			
Dotação Inicial		47.537.877,38			
Créditos Adicionais		377.581.527,56			
Dotação Atualizada		267.763.978,71			
Despesas Empenhadas		249.683.040,54			
Despesas Liquidadas		244.384.970,09			
Despesas Pagas		9.957.790,52			
Superávit Orçamentário		-			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre			
Despesas Empenhadas		267.763.978,71			
Despesas Liquidadas		249.683.040,54			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o bimestre			
Receita Corrente Líquida		261.310.656,14			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre			
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores		-			
Recostas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	1.100.353,31	-	
Resultado Primário		10.901.400,00	27.987.965,06	256,74	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Executivo		12.407.329,97	3.990,00	11.901.729,67	501.610,30
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		28.966.238,57	1.749.975,19	14.837.635,29	12.378.628,09
Poder Executivo		28.966.238,57	1.749.975,19	14.837.635,29	12.378.628,09
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		41.373.568,54	1.753.965,19	26.739.364,96	12.880.238,39

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2017/Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO		Limites Constitucionais Anuais		
Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	41.333.532,91	25%	28,52	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	26.626.217,46	60%	84,78	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	-	-	-	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	3.372.954,79		-3.372.954,79	
Despesa de Capital Líquida	22.258.446,52		32.450.621,41	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas				



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar **Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2017**, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

Rua Ararigóia, 491, Centro.

Pato Branco - Paraná

Data – 30 de maio de 2017.

Horário – 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 09 de maio de 2017.

Augustinho Zucchi
Prefeito



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar **Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2017**, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

Rua Ararigbóia, 491, Centro.

Pato Branco - Paraná

Data – 30 de maio de 2017.

Horário – 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 09 de maio de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

Publicado em <u>10 / 05 / 2017</u>	Publicado em <u>10 / 05 / 2017</u>
Edição: <u>1352</u>	Edição: <u>6884</u> Pág: "B" <u>4</u>
DIÁRIO ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ - DIOEMS	JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 1º Quadrimestre do ano de 2017, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

Rua Ararigbóia, 491, Centro.

Pato Branco-Paraná

Data – 30 de maio de 2017.

Horário – 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 09 de maio de 2017.

Augustinho Zucchi - Prefeito

Cod234081



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar **Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do ano de 2017**, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

Rua Ararigóia, 491, Centro.

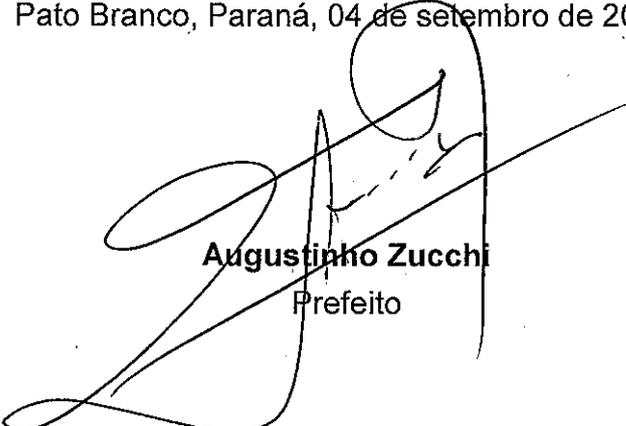
Pato Branco - Paraná

Data – 28 de setembro de 2017.

Horário – 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 04 de setembro de 2017.



Augustinho Zucchi
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PR
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017 - Registro de Preços 437/2017

Em conformidade com a ata de abertura em 01/09/2017 de abertura do processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2017, que teve como objeto o Registro de Preços para aquisição de uniformes de blusa e gravata, destinados aos servidores do Poder Judiciário do Conselho de Justiça Família, que participaram a família serrantes e sua dependentes, incluindo de pais e crianças de 0 a 12 anos de idade, inscritos no CNPJ nº 09.000.000/0001-00, com sede em Curitiba, Paraná, Brasil, em conformidade com o Edital nº 001/2017, em seu artigo 1º, inciso II, do termo de referência que constitui o Edital, homologado por seus próprios fundamentos determinando que seja ADJUDICADO o seu objeto à favor das empresas e especificações e valores abaixo relacionados:

UNIFORMES PARA PROJETO DE DANÇA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNIT. R\$
01	Camisa Básica Regata, com decoreta bordada	100	unidade	24,05,00
02	Saia com fenda Comprida, nas Cores cinza, Preto e Branco, com detalhes bordados	100	unidade	49,00
03	Blusa Básica com 20 botões de Plástico e Elástico, em tons de Branco, Preto e Cinza	100	unidade	28,00
04	Gravata Básica em tons de Branco, Preto e Cinza	100	unidade	27,00
VALOR HOMOLOGADO DO FORNECEDOR				R\$ 14.142,00

ELIAS RAFAEL FREITEN - ME, com o CNPJ nº 27.943.386/0001-00

UNIFORMES PARA PROJETO DE DANÇA CAPOEIRA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UNID.	VALOR UNIT. R\$
01	Camisa em tecido fantasia na cor Branca com detalhes bordados	79	unidade	49,00
02	Camisa em tecido fantasia na cor Branca com detalhes bordados e gravata, em tons de Branco, Preto e Cinza	79	unidade	23,50
VALOR HOMOLOGADO DO FORNECEDOR				R\$ 2.872,00

ELIAS RAFAEL FREITEN - ME, com o CNPJ nº 20.823.893/0001-19

Bom Sucesso do Sul, 06 de Setembro de 2017.
Nelson Antonio Eyssens
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/17, AYO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, ADEMIR JOSÉ GHELLER, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, TORNA PÚBLICO que deu entrada o RESCISÃO, da forma arrolada no contrato particular de fornecimento de refeições (intimaria) nº 02717, de 21/03/2017, proveniente do Pregão Presencial em epígrafe nº 003/17, de 08/03/2017, celebrado com a empresa individual denominada PATRÍCIA ANDELRO ALVES GARDUCCI-ME, inscrita no CNPJ nº 20.314.440/0001-20, com inscrição Estadual nº 00667478-04, localizada à Avenida Nossa Senhora da Luz, 2620, Bairro Vila Vista, nesta cidade de Clevelândia, Estado do Paraná, em razão de não atendimento ao requerimento firmado por esta, do dia 11 do corrente mês de agosto do ano em curso (11/08/2017), conforme lhe autoriza o artigo 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de 21/08/1993. Clevelândia, 04 de setembro de 2017. ADEMIR JOSÉ GHELLER Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2017 - Pregão Presencial nº 64/2017 - Contratante: Município de Coronel Vívda com o Fundo Municipal de Saúde. Detentora: GLOBALPED MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 10.291.271/0001-05. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de tapetes (capachos) para as unidades de saúde. Valor total estimado R\$ 4.550,00. Prazo: 12 meses, de 21.08.2017 a 20.08.2018. Coronel Vívda, 18 de agosto de 2017. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - ESTADO DO PARANÁ
LEI nº 2788, de 04 de setembro de 2017.

Súmula: Institui a Semana de conscientização, prevenção e combate ao uso de drogas ilícitas e lícitas, no Município de Coronel Vívda e dá outras providências. A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diarios.com.br> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

CONSORCIO SUDESTE PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ

Os anexos da LRF denominados: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Consórcio Sudeste Pinhaís - Estado do Paraná, correspondente ao quarto bimestre do ano de 2017, estão publicados na íntegra e encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diarios.com.br> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
Extrato de Termo Aditivo de Contrato Nº 1772/2015

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste
Contratado: Pagnussat Comércio de Combustíveis Ltda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.375.643/0001 - 45.

Objeto: contratação de empresa especializada na comercialização de combustíveis (diesel, gasolina e álcool), para uso nos veículos, ônibus, caminhões e máquinas pertencentes a frota Municipal, conforme objeto do Edital de Pregão Presencial Nº 025/2015. Fica aditivado o valor contratual do Item Nº 02 passando de R\$ 660.103,96 (seiscentos e sessenta mil, cento e três reais e 9 noventa e seis centavos) para R\$ 672.729,91 (seiscentos e setenta e dois mil, setecentos e vinte e nove reais e novecentos e um centavos); Fica aditivado o valor contratual do Item Nº 03 passando de R\$ 52.068,30 (cinquenta e dois mil, sessenta e oito reais e trinta centavos), para R\$ 53.950,70 (cinquenta e três mil novecentos e cinquenta reais e setenta centavos), a partir de 06 de setembro de 2017, devido ao aumento de custo da gasolina e do álcool divulgado pela Petrobras. Itapejara D'Oeste, 05 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017
PROCESSO Nº 425/2017

Em conformidade com o resultado de classificação, apresentado pelo Pregoeiro e, estando o procedimento licitatório de acordo com as disposições contidas na Lei 10.520/2002, subsidiariamente na Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 006/2008 e com fulcro no Decreto Municipal nº 43, de 29 de agosto de 2007, regulamenta o Sistema de Registro de Preços, HOMOLOGO o Edital epígrafe, que tem por objeto a implantação de Registro de Preços para futura eventual aquisição de grama esmeralda em placas de 60x40 centímetros, livres de ervas daninhas que sejam plantadas nos bosques, praças, parques e vias públicas, a empresa: Grameira Negrello Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 78.070.281/0001-46, inscrição estadual nº 4290030590, com o valor total de R\$ 24.280,00 (vinte e quatro mil duzentos e oitenta reais). E determino que sejam elaborados os respectivos Termos de Contrato, nos termos legais. Mariópolis, 06 de Setembro de 2017. Neuri Roque Rossetti Gehlen - PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA - PR
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 004/2017
RESULTADO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cuja classificação dá-se da seguinte forma:

Em primeiro lugar no Item 01 a Associação dos Produtores Associação dos Produtores Rurais de Candeia;

Em primeiro lugar no Item 02 a Associação dos Produtores da Linha Anghinone;

Em primeiro lugar no Item 03 a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Primavera de Junhos;

Declarando-se a associações acima citada, apta a receber em concessão os itens objetos da presente licitação, estando às mesmas em total acordo com o edital.

Renascença, 06 de setembro de 2017.
LURDES DALL AGNOL STIZ
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2017 - FMR
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006.

MODALIDADE: Pregão Presencial do tipo menor preço unitário do lote.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material de escritório e expediente, destinado às necessidades das secretarias solicitantes.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: das 08:30 às 09:00 do dia 26 de setembro de 2017, no Departamento de Compras e Licitações, da Prefeitura Municipal de Renascença, à Rua Getúlio Vargas, nº 901.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:01 do dia 26 de setembro de 2017, junto a sala de reuniões da Administração na Prefeitura Municipal de Renascença - PR.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, Fone (46) 3550-8300 (Prefeitura) / 3550-8316 (Departamento de Licitações), Renascença, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, e pelo site www.renascenca.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais, no endereço e telefone acima citados.

Renascença, 06 de setembro de 2017.
LUANA KRUG
Pregoeira

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2017
PROCESSO Nº 135/2017

Pelo presente Termo, fica ratificado o Parecer 141/2017, elaborado pela Procuradora do Município, nos termos em que opta pela contratação, mediante Inexigibilidade de Licitação fundamentada no artigo 25 da Lei 8666/93, referente ao Credenciamento de Instituições Privadas, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pelo Município de Renascença, para realizar Jantar Italiano em comemoração ao aniversário do Município, através da seguinte empresa:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Renascença.

A contratação acima deve ser concretizada nos termos da elaboração efetuada pela Comissão Permanente de Licitação de 05 de setembro de 2017, como segue:

Credenciamento de Instituições Privadas, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pelo Município de Renascença, para realizar Jantar Italiano em comemoração ao aniversário do Município, que será realizado no Centro Paroquial, no dia 18 de novembro de 2017, contendo no mínimo o seguinte cardápio:

- ENTRADAS: Torresmo, Salame, Moqueijo, Queijo e Fígado de Galinha;
- FRATOS PRINCIPAIS: Galo de Assado, Carne de Porco Frita, Salame Assado, Polenta brostolada com Queijo, Polenta Mole, Macarrão com Molho de Frango e Salsa Bolonhesa, Omelete com Salame e Queijo, Radicci Cotiú, Ovo em Conserva, Salsa em Conserva, Pimentão em Conserva, Almeirão com Cebola.
- Deverá comercializar no mínimo as seguintes bebidas: Vinho, Cerveja, Refrigerante.

O valor do ingresso será de R\$ 40,00 cada.

Obrigação do município:

- Adquirir no mínimo 250 e no máximo 300 jantares, que serão fornecidos a servidores ativos e inativos, estagiários, conselheiros tutelares, vereadores, servidores do legislativo e homenageados, conforme previsto da Lei Municipal nº 1337/2013.
- Fornecer para a realização do evento:
 - Show Musical;
 - Estruturas e Sonorização;
 - Decoração;
 - Utensílios necessários para realização do evento (toalhas, talheres, panelas, pratos, etc), exceto produtos alimentícios.

Obrigações da contratada:

- Arcar com as despesas do aluguel do Centro Paroquial;
- Disponibilizar para a venda no mínimo 850 ingressos e no máximo 1.080 ingressos, no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) cada;
- Preparar e servir o jantar típico italiano com alimentos de boa qualidade e suficiente para o número de ingressos disponibilizados;
- Respeitar as normas da vigilância sanitária.
- Comercializar no mínimo as seguintes bebidas: Vinho, Cerveja, Refrigerante e Água;
- Fornecer todo o pessoal necessário para a realização do jantar, tais como cozinheiros, auxiliares, garçons, todos treinados e uniformizados;
- Tratar com cortesia a todos.

Prazo de vigência: Até 18 DE NOVEMBRO de 2017.
Prazo de execução: Dia 18 DE NOVEMBRO de 2017.

Renascença, 06 de setembro de 2017.
Leisir Canan Bortoli
Prefeito Municipal

MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 004/2017
RESULTADO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 109, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cuja classificação dá-se da seguinte forma:

Em primeiro lugar no Item 01 a Associação dos Produtores Associação dos Produtores Rurais de Candeia;

Em primeiro lugar no Item 02 a Associação dos Produtores da Linha Anghinone;

Em primeiro lugar no Item 03 a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Primavera de Junhos;

Declarando-se a associações acima citada, apta a receber em concessão os itens objetos da presente licitação, estando às mesmas em total acordo com o edital.

Renascença, 06 de setembro de 2017.
LURDES DALL AGNOL STIZ
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
A VIS O - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2017 - PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E INOVADORES PARA PARTICIPAÇÃO DA III FEIRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - INVENTUM 2017

O Município de Pato Branco - PR, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua Caramuru, nº 271, Centro, CEP 85.501-064, através da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI por intermédio da Comissão Especial para realização e julgamento da Chamada Pública para seleção de propostas de projetos científicos, tecnológicos e inovadores para participação da III Feira da Ciência, Tecnologia e Inovação - INVENTUM 2017, designada através da Portaria nº 396/2017, torna público aos interessados que estará selecionando projetos de projetos, objetivando oportunizar às empresas, entidades de fins diversos, associações, instituições de ensino e demais interessados a participação da III Feira da Ciência, Tecnologia e Inovação - INVENTUM 2017, que será realizada entre os dias 13 a 18 de outubro de 2017 no Parque de Exposições de Pato Branco/PR. O inteiro teor do edital e seus anexos poderão ser examinados e retirados, gratuitamente através do site www.inventum.org.br e www.pato-branco.pr.gov.br ou ainda, poderá ser retirado de 2ª a 6ª feira, das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, junto a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, na Rua Lídio Oramari nº 1.628, Bairro Franco, CEP: 85503-381, em Pato Branco - PR. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (46) 3220 - 6060 ou e-mail: sistemas@pato-branco.pr.gov.br; Pato Branco, 06 de setembro de 2017. Géni Natalino Dutra - Presidente da Comissão Especial para realização e julgamento da Chamada Pública da III Feira da Ciência, Tecnologia e Inovação - INVENTUM 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS - PR
Conselho Municipal De Assistência Social de Mariópolis Paraná RESOLUÇÃO 10/2017 SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno. A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diarios.com.br, edição do dia 08/09/2017, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 06/2012 de 25/01/2012.

Conselho Municipal De Assistência Social de Mariópolis Paraná RESOLUÇÃO 11/2017 SUMULA: Dispõe sobre a aprovação do Incentivo Família Paranaense - IFP - AE, repassado para o confinamento das ações da Assistência Social. A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diarios.com.br, edição do dia 08/09/2017, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 06/2012 de 25/01/2012.

Conselho Municipal De Assistência Social de Mariópolis Paraná RESOLUÇÃO 12/2017 SUMULA: Dispõe sobre Aprovação d o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física e Financeira do Sistema Único de Assistência Social executado no Exercício 2016 referente aos recursos repassados pelo FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social ao FNAS - Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016. A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diarios.com.br, edição do dia 08/09/2017, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 06/2012 de 25/01/2012.

Conselho Municipal De Assistência Social de Mariópolis Paraná RESOLUÇÃO 13/2017 SUMULA: Dispõe sobre composição das comissões permanentes do CMAS. A publicação na íntegra, do ato acima, encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.diarios.com.br, edição do dia 08/09/2017, respectivamente, conforme Lei Autorizativa nº 06/2012 de 25/01/2012.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA
ESTADO DO PARANÁ

Os anexos da LRF denominados: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Município de Coronel Vívda, Estado do Paraná, correspondente ao quarto bimestre do ano de 2017, estão publicados na íntegra e encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diarios.com.br> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do ano de 2017, no seguinte local, data e horário:

Local - Plenário da Câmara Municipal de Vereadores
Rua Araribóia, 491, Centro.
Pato Branco - Paraná
Data - 28 de setembro de 2017.
Horário - 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 4 de setembro de 2017.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

CIRUSPAR
EXTRATO DA ATA Nº 04/2017
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às 09h00 da manhã, reuniram-se na sede do CIRUSPAR, os membros do Conselho Deliberativo conforme lista de presença, para tratar da seguinte pauta: 1. Avaliação e definições quanto às vagas em aberto para o cargo de médico. Aprovado a realização de Chamamento Público visando preencher/completar as vagas de Médico Intervencionista para as bases de Realiza e Chopinzinho. Assuntos Gerais: Reforço a preocupação do Presidente em relação ao déficit de receitas em relação à despesa média mensal. Aprovado o pagamento do auxílio alimentação através de cartão alimentação. Finalizados os assuntos, a reunião do Conselho Deliberativo foi encerrada.

Pato Branco, 10 de agosto de 2017.

Raul Camilo Isotton
Presidente
CIRUSPAR

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar **Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do ano de 2017**, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

Rua Ararigbóia, 491, Centro.

Pato Branco - Paraná

Data – 28 de setembro de 2017.

Horário – 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 4 de setembro de 2017.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

Publicado por:
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini
Código Identificador:0C1B0649

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 08/09/2017. Edição 1334

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Municipal nº 2.766, de 09 de maio de 2007, e em atendimento ao artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, ao § 1º do artigo 166 da CF/88, a Instrução Normativa nº 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber a quem interessar possa que fará realizar **Audiência Pública para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do ano de 2017**, no seguinte local, data e horário:

Local – Plenário da Câmara Municipal de Vereadores

Rua Ararigbóia, 491, Centro.

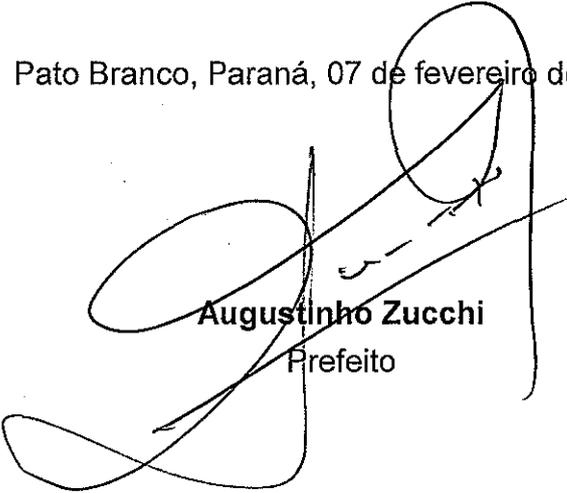
Pato Branco - Paraná

Data – 27 de fevereiro de 2018.

Horário – 13h30min

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Pato Branco, Paraná, 07 de fevereiro de 2018.



Augustinho Zucchi
Prefeito

Ata da Audiência Pública
Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2017

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Fevereiro de 2018 (dois mil e dezoito), com início às 13 horas e 30 minutos, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizado na Rua Araribóia, nº 491, Audiência Pública mediante participação popular, conforme dispõe o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal: - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas casas Legislativas Estaduais e Municipais, e Lei Municipal nº 2.766 de 09 de maio de 2007 que dispõe sobre a realização de audiências públicas no âmbito do Município da administração pública municipal e Instrução Normativa nº 36 de 2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/Pr. A sessão foi aberta pelo Presidente da Câmara Joecir Bernardi e presidida pelo Presidente da Comissão de Orçamentos e Finanças Gilson Feitosa. Vereador Joecir Bernardi fez a citação do embasamento Legal para a realização da Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017, em seguida fez a composição da mesa, vereador Gilson Feitosa. Registrou o Ofício do vereador Marco Augusto Pozza justificando sua ausência. Também convidou os representantes do Executivo Municipal, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças Sr Mauro José Sbarain, o Diretor do Departamento de Contabilidade Marcelo Giasson. Convidou os demais vereadores para compor a mesas. Agradeceu a presença dos Secretários do Município que estavam presentes. Passou a palavra para o vereador Gilson Feitosa que presidiu a audiência Pública. Na seqüência o representante do executivo Sr Mauro iniciou a prestação de contas e passou a palavra ao Sr Cleverson Malagi que fez seus agradecimentos e cumprimentos e deu início a Prestação de Contas. Iniciou demonstrando os valores referentes às Receitas e Despesas Arrecadadas, sendo que as Receitas arrecadadas no Terceiro Quadrimestre de 2017 que foi de R\$ 92.097.180,11 (noventa e dois milhões, noventa e sete mil, cento e oitenta reais e onze centavos) e as Despesas executadas no Terceiro Quadrimestre de 2017 que foi de R\$ 89.720.517,36 (oitenta e nove milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), o Superávit do Município foi de R\$ 2.376.662,75 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos) o total de convênios empenhados a receber no valor de R\$ 2.810.186,09 (dois milhões, oitocentos e dez mil, cento e oitenta e seis reais e nove centavos), sendo que esse convênio está a receber e esta empenhado, portanto integra o montante das despesas, porém a receita ainda não foi contabilizadas, ainda não deu entrada aos cofres da municipalidade, o que aconteceu somente no momento do repasse dos recursos e é referente a convênios de asfalto e o Asfalto do Aeroporto Municipal Juvenal Cardoso. Com o saldo dos Convênios tem-se um Superávit de R\$

5.186.848,84 (cinco milhões, cento e oitenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). Demonstrou também, os valores das Receitas Arrecadadas no Terceiro Quadrimestre de 2017, sendo elas: Receitas Correntes no valor de R\$ 92.358.015,10 (noventa e dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e quinze reais e dez centavos), sendo essa de: - Receitas Tributárias no valor de R\$14.466.287,71(quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos); - Receitas de Contribuição no valor de R\$ 2.117.854,76 (dois milhões, cento e dezessete mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos); - Receitas Patrimoniais, no valor de R\$ 582.261,94 (quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e um e noventa e quatro centavos); Receitas Agropecuárias não houve realização; - Receitas de Serviços no valor de R\$ 167.224,01(cento e sessenta e sete mil e duzentos e vinte e quatro reais e um centavos); - Transferências Correntes no valor de R\$ 66.188.767,05 (sessenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) e as Outras Receitas Correntes no valor de R\$ 8.835.619,63 (oito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e seiscentos e dezenove reais e sessenta e três centavos). As Receitas de Capital são referente as Transferências de Capital no total no valor de R\$5.452.636,10 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e dez centavos), que foram transferências de convênios, no valor de R\$ 5.197.544,58 (cinco milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e transferências intergovernamentais no valor de R\$ 255.091,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) o total geral de Receitas Arrecadas foi de R\$ 97.810.651,20 (noventa e sete milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), as Deduções para o Fundeb no quadrimestre foi de R\$ 5.713.471,09 (cinco milhões negativo, setecentos treze mil, quatrocentos e setenta e um reais e nove centavos), uma Receita total Arrecadada no Quadrimestre de R\$ 92.097.180,11 (noventa e dois milhões, noventa e sete mil, cento e oitenta reais e onze centavos). As Receitas Próprias Arrecadadas Tributárias são referentes aos valores de IPTU no valor de R\$1.819.033,84 (um milhões, oitocentos e dezenove mil, trinta e três reais e oitenta e quatro centavos); IRRF, que é sobre a folha do executivo, do legislativo e de outros rendimentos, no valor de R\$ 3.451.103,37 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e três reais e trinta e sete centavos); o ITBI no valor de R\$2.066.143,77(dois milhões, sessenta e seis mil, cento e quarenta e três reais e setenta e sete centavos); de ISS no valor de R\$ 6.032.473,83 (seis milhões, trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos); As Taxas no valor de R\$1.097.532,90 (um milhão, noventa e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa centavos), que são referentes ao Estar, coleta de lixo, vigilância sanitária, Licenciamento e Funcionamento de Estabelecimentos comerciais, Publicidade Comercial, Aprovação de Projetos de Construção, Emolumentos, Taxas de Serviços da Agricultura (inseminação Artificial), Taxa de inscrição e mensalidade do uso Centro Aquática e demais receitas de prestação de serviços. Assim o total das Receitas Tributárias foi de R\$14.466.287,71(quatorze milhões, quatrocentos e

sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos). A Receita Própria Arrecadada de Contribuições é oriunda de Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$2.117.854,76 (dois milhões, cento e dezessete mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos); Referente às Receitas Próprias Arrecadadas Patrimoniais no total de R\$ 582.261,94 (quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos), foi detalhado que é oriunda de receitas Imobiliárias, no valor de R\$137.421,96 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos) relativas a alugueis da rodoviária, da Lanchonete Café da Praça, Concessão da Lanchonete Ginásio Dolivar Lavarda, Aluguel do Teatro, Aluguel do Box Feira do Produtor, Outras Receitas de Aluguel e Concessão do Espaço ITECB; A Remuneração de Depósitos Bancários vinculados no valor de R\$142.343,19 (cento e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e três reais e dezenove centavos); Remuneração de depósitos bancários não vinculados no valor de R\$301.701,72 (trezentos e um mil e setecentos e um reais e setenta e dois centavos) e de Outros Fundos de Investimentos, que é de aplicações de recursos da Casa Abrigo e Liberdade Cidadã e Liberdade Cidadã, no valor de R\$ 765,07 (setecentos e sessenta e cinco reais e sete centavos). Com relação às receitas próprias Arrecadadas de Serviços no valor total de R\$ 167.224,01(cento e sessenta e sete mil e duzentos e vinte e quatro reais e um centavos) são correspondentes aos Serviços de Transportes no valor de R\$ 14.320,98 (quatorze mil, trezentos e vinte reais e noventa e oito centavos) refere-se a taxas de Embarques e a Receita de Transporte Aéreo; Serviços administrativos no valor de R\$ 1.096,98 (um mil, noventa e seis reais e noventa e oito centavos) referentes à Receita de fotocópias oriundas da Cultura e da Receita de carteirinha da Biblioteca. Serviços Recreativos e Culturais o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) referente a eventos culturais e Serviços de Saúde no valor de R\$ 150.806,05 (cento e cinquenta mil, oitocentos e seis reais e cinco centavos) que compreende as receitas de prestação de serviços para os Municípios de Vitorino, Mariópolis, Palmas, Clevelândia e Bom Sucesso do Sul. Também foram demonstrados os valores das Receitas Correntes, Receitas Estaduais e Federais recebidas no montante de R\$ 66.188.767,05 (sessenta e seis milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), que correspondem ao: - Fundo de Participação dos Municípios - FPM no valor de R\$ 10.877.798,37 (dez milhões, oitocentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos); - ITR no valor de R\$ 112.751,68 (cento e doze mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos), - Transferências - Compensação Financeira no valor de R\$ 139.642,40 (cento e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) referente a receita de Cota-Parte fundo especial de petróleo; - IPI Sobre Exportação no valor de R\$ 275.017,77 (duzentos e setenta e cinco mil, dezessete reais e setenta e sete centavos); - ICMS - Lei 87/96 - ICMS Desoneração valor de R\$ 103.753,52 (cento e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos); - ICMS no valor de R\$ 14.830.624,12 (quatorze milhões, oitocentos e trinta mil, seiscentos e vinte e quatro reais e doze centavos); - IPVA no valor de R\$ 1.220.384,10 (um milhão, duzentos e

vinte mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dez centavos); - Transferências do SUS no valor de R\$ 20.863.459,78 (vinte milhões, oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos); - Transferência Estadual SUS o valor de R\$ 2.679.781,50 (dois milhões, seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos); - Transferência a Assistência Social no valor de R\$ 830.754,78 (oitocentos e trinta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos); - Transferência à Educação no valor de R\$ 1.388.206,41 (um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e seis reais e quarenta e um centavos); - Transferência do FUNDEB no valor de R\$ 9.592.738,27 (nove milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos) e Demais Transferências no valor de R\$ 3.273.854,35 (três milhões,duzentos e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) que compreende a receita de transferências Conims, de Instituições privadas (SANEPAR - FIA), de Programa da União e do Estado (transporte escolar), Parque Ambiental Vitorio Piassa, Convenio combate a erosão, Convenio Fadep e Demais. Foi demonstrado o detalhamento das Receitas Próprias Arrecadadas de Outras Receitas Correntes no valor total de R\$ 8.835.619,63 (oito milhões, oitocentos e trinta e seis mil e seiscentos e dezenove reais e sessenta e três centavos), que são referentes a: - Multas e Juros no valor de R\$ 1.339.877,66 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos); - Receitas da Dívida Ativa no valor de R\$ 1.510.635,45 (um milhão, quinhentos e dez mil e seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); - Indenizações e Restituições no valor de R\$ 5.256.640,80 (cinco milhões,duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e quarenta reais e oitenta centavos)que correspondem á Restituições Correios, Restituição de Convênios, Compensação entre RPPS, Indenização por danos causados ao patrimônio Público, Restituição Pagamentos indevidos, Restituições de salários e Restituições de depósitos judiciais. – Receitas Diversas no valor de R\$ 728.465,72 (setecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos) receitas tais como, Faltas injustificadas, Vale transporte, Multas PROCON, multas Diversas, Patrocínio Inventum (Itaipu), Impugnações e Imposições e Receita Patrocínio Inventum. Referente às Receitas de Capital no valor total de R\$ 5.452.636,10 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e dez centavos), foi detalhado sua composição que correspondem a: - Transferências de Convênios no valor R\$ 5.197.544,58 (cinco milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) que são referentes aos convênios da Construção de três Escolas, Aquisição de Imobiliário, Asfalto, Quadra de grama sintética e aquisição de Plaina hidráulica. – Transferências Intergovernamentais no valor de R\$ 255.091,52 (duzentos e cinquenta e cinco mil noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) que é referente ao convenio Liberdade cidadã e Crescer em Família. Na sequencia da apresentação foram demonstrados os valores das Despesas executadas no Terceiro Quadrimestre no valor total de R\$ 89.720.517,36 (oitenta e nove milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), sendo

de Despesas Correntes R\$ 83.005.954,48 (oitenta e três milhões, cinco mil, novecentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) e Despesas de Capital no valor de R\$ 6.714.562,88 (seis milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Foi detalhado as Despesas Correntes que correspondem a: - Vencimentos e Vantagens Fixas no valor de R\$ 35.170.300,55 (trinta e cinco milhões, cento e setenta mil e trezentos reais e cinqüenta e cinco centavos); - Aposentadorias e reformas no valor de R\$ 493.844,34 (quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos); - Pensões no valor de R\$ 104.986,49 (cento e quatro mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e nove centavos); - Obrigações Patronais no valor de R\$ 8.110.731,66 (oito milhões, cento e dez mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos); - Sentenças Judiciais no valor de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais); - Outras despesas com Pessoal no valor de R\$ 545.115,52 (quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e quinze reais e cinqüenta e dois centavos);- Juros da Divida Contratada no valor de R\$ 860.921,43 (oitocentos e sessenta mil e novecentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos); - Material de Consumo no valor de R\$ 4.122.046,90 (quatro milhões, cento e vinte e dois mil, quarenta e seis reais e noventa centavos); - Transferências a Instituições sem fins Lucrativos no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil); - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 1.639.104,66 (um milhão, seiscentos trinta e nove mil, cento e quatro reais e sessenta e seis centavos); Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica no valor de R\$ 25.206.139,66 (vinte e cinco milhões, duzentos e seis mil, cento e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos); - Obrigações Tributarias e Contributivas no valor de R\$ 884.061,83 (oitocentos e oitenta e quatro mil, sessenta e um reais e oitenta e três centavos); e Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 5.785.401,44(cinco milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e um reais e quarenta e quatro centavos), refere-se as despesas de: Rateio Consórcios (demais e pessoal), Auxilio alimentação, Auxilio transporte (vale fácil), Indenização Restituição, Despesas de locomoção (transporte escolar), Materiais, bens ou serviços para distribuição gratuita e demais. Em sequencia foi apresentado o detalhamento das despesas de Capital que é referente à: - Investimentos em Obras e Instalações no valor de R\$ 5.075.062,57(cinco milhões, setenta e cinco mil, sessenta e dois reais e cinqüenta e cinco centavos), referente a Pavimentações Asfáltica, Pista Skate Planalto, playground Jardim Floresta, Parque Ambiental Vitorio Piassa, CMEI São Francisco; - Equipamentos e Material permanente, no valor de R\$ 760.524,99 (setecentos e sessenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos) referente à Processamento de dados, Material de Proteção e Segurança, Moveis e utensílios, Equipamentos Diversos, RX aeroporto, Detector de metais Aeroporto, radio Digital aeroporto, veiculo Ford Ka para a Engenharia, Cadeiras de rodas, Playground Largo e Ovelhas. Rateio pela participação de consórcios no valor de R\$ 3.993,40 (três mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta centavos); Amortização da Divida no valor de R\$ 874.981,92 (oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), sendo um total de Despesas de Capital de R\$

6.714.562,88 (seis milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos); Em seguida foi apresentado o valor de Saldo Disponível no valor total de R\$ 21.364.749,07 (vinte e um milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e sete centavos) deste o valor do saldo em conta Movimento é de R\$ 3.384.140,37 (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil cento e quarenta reais e trinta e sete centavos), e o saldo em Banco conta Aplicação é de R\$ 17.980.608,70 (dezessete milhões, novecentos e oitenta mil, seiscentos e oito reais e setenta centavos). Também foi apresentado o saldo das Dividas do Passivo Financeiro no valor total de R\$ 35.699.966,80 (trinta e cinco milhões seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) referente a Restos a pagar de 2011 no valor de R\$ 218.957,73 (duzentos e dezoito mil novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos); Restos a pagar de 2012 no valor de R\$ 325.939,73 (trezentos e vinte cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos); Restos a pagar de 2013 no valor de R\$ 389.196,65 (trezentos e oitenta e nove mil cento e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos); Restos a pagar de 2014 no valor de R\$ 80.628,48 (oitenta mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos); restos a pagar de 2015 no valor de R\$ 10.195.665,90 (dez milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos); restos a pagar de 2016 no valor de R\$ 1.669.849,90 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos); Contas a pagar Processadas do exercício no valor de R\$ 4.738.790,24 (quatro milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos) assim escritas Subvenções Sociais, Material de Consumo, Material de distribuição gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Terceira pessoa física, Serviços de Terceira pessoa Jurídica, Equipamentos e material permanente, Obras e Instalações e Contas a Pagar não Processada do exercício no valor de R\$ 18.080.938,17 (dezoito milhões, oitenta mil e novecentos e trinta e oito reais e dezessete centavos) sendo estas de Subvenções Sociais, Material de consumo, Serviços de Pessoa Jurídica, Serviços de Pessoa Física, Material de Distribuição Gratuita, Obras e instalação, Passagens e Despesas com Locomoção e Equipamentos e Material Permanente. Também foi detalhado o saldo da Dívida do Passivo Permanente no valor total de R\$ 34.991.503,61 (trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, quinhentos e três reais e sessenta e um centavos) que é referente a Dividas por Contrato no valor de R\$ 23.366.347,93 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos) que são referentes aos contratos do Produrb, Barracões Industriais, Sedu – Construções Escolas e Pavimentações de vias urbanas e o valor de Precatório Trabalhista de R\$ 11.625.155,68 (onze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e cinqüenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) sendo que o Município possui depósito para pagamento imediato dos Precatórios Inscritos no valor de R\$ 8.229.222,51 (oito milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e cinqüenta e um centavos) de acordo com a Emenda Constitucional 62. Na sequencia foi apresentado os índices Constitucionais Investidos: os

investimentos em pessoal foi de R\$ 123.429.418,90 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa centavos) com uma Receita Corrente líquida de R\$ 261.310.666,14 (duzentos e sessenta e um milhões, trezentos e dez mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos) que corresponde a aplicação de 47,23 (quarenta e sete, vinte e três) por cento nos últimos doze meses; os Investimentos em Saúde foram de R\$ 51.138.171,31 (cinquenta e um milhões, cento e trinta e oito mil, cento e setenta e um reais e trinta e um centavos) que corresponde a 35,28 (trinta e cinco, vinte e oito) por cento aplicado, bem acima do percentual exigido por Lei que é de 15 (quinze) por cento que corresponderia ao valor de R\$ 21.741.286,39 (vinte e um milhões, setecentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos) sendo assim o município investiu um montante de R\$ 29.396.884,92 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) a mais que o exigido pela Lei, no período com média mensal de R\$ 2.449.740,41 (dois milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e um centavos). Já em relação ao Investimento em educação foi investido o montante de R\$ 41.333.532,91 (quarenta e um milhões, trezentos e trinta e três mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos) que corresponde ao percentual de 28,52 (vinte e oito, cinquenta e dois) por cento. Sendo assim o município investiu um montante de R\$ 5.098.055,59 (cinco milhões, noventa e oito mil e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) a mais que o exigido pela Lei, no período com média mensal de R\$ 424.837,96 (quatrocentos e vinte e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos). Com relação aos riscos Fiscais Previsto, em Ações Judiciais de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais); desapropriação de Imóveis no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e Intempéries no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) não houve execução de nenhum risco fiscal no exercício do Terceiro Quadrimestre de 2017. Na sequência foi apresentado o relatório de Obras em andamento no município. Para concluir foi apresentado fotos de todas as obras, Projetos e Atividade desenvolvidos no município. Ao término da apresentação foi aberto espaço para os questionamentos dos vereadores. O vereador Claudemir Zanco questionou sobre os emolumentos que são cobrados no carne de IPTU, que tipo de cobrança se é o serviço de impressão do carne ou outro tipo de taxa. O Secretário Mauro respondeu que não é referente a despesas de impressão de carne e sim pra compensar as tarifas bancarias que se tem com o serviço. O vereador Carlinho Polazzo cita a constituição onde diz ser ilegal a cobrança e que será formalizado esse parecer juridicamente junto ao Município. O vereador questionou o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) de custo do portal do Parque Alvorecer e que será feito uma solicitação junto ao município de detalhamentos da Obra. O Sr Malagi, justificou a ausência do Secretário de Engenharia e Obras, que estava hospitalizado e que essa despesa não seria só do portal e seria de todo o parque e que se for necessário será encaminhado um relatório especificado. O vereador Joecir Bernardi sugeriu uma re-analise do orçamento, pois o serviço recreativo e cultural foi previsto setecentos mil e arrecadado apenas mil reais. O Sr

Marcelo respondeu que existe essa distorção entre a previsão e a realização e que para o exercício de 2018 que já foi feita uma correção desses valores. O vereador Joecir questionou sobre as Transferências Estaduais do SUS, de quatrocentos e poucos mil pra quase três milhões. O Sr Marcelo respondeu que é devido a fixação de convênios e que foram repassados nesse período e que não é possível fazer essa previsão na elaboração do orçamento. O vereador também salientou sobre a restituição do INSS se já foi restituído tudo para ser feito a votação d Fundão. O Sr Mauro afirmou que ate em abril será fechado valor e que em fevereiro já chegou ao montante de sete milhões de reais. Vereador questionou sobre o valor de restos de 2015 que esta com valor muito alto. O Sr Marcelo respondeu que é referente as Obras que estão em execução como o da Escola do Parque do Som e da Escola do São João e a Obra que esta parada da Bacia de contenção do Bonatto. O vereador comentou sobre o percentual aplicado em saúde, que é muito superior a media nacional, o valor investido é muito grande na saúde. O vereador Moacir questionou sobre a receita tributaria, onde foi arrecadado apenas metade do previsto. O Sr Marcelo respondeu que a arrecadação do IPTU nos primeiros quadrimestre é um pouco superior, porem não foi possível executar o valor previsto dentro do exercício, e também foi fito uma correção dessas previsões para o exercício seguinte. O valor de IPTU também não foi arrecadado o montante previsto dentro do orçamento. O vereador questionou sobre a iluminação publica onde foi ao contrario, arrecadou muito mais do que previsto e onde foi aplicado esse valor. Sr Marcelo respondeu que ouve o excesso de arrecadação e que o valor continuou dentro da manutenção de iluminação publica pois com esse aumento o município não precisou desembolsar recursos de outras fontes para manter a iluminação publica, onde a previsão de despesa era bem maior que a arrecadação. O vereador questionou onde é aplicado o recurso oriundo do aluguel da rodoviária. Sr Marcelo responde que é uma receita de fonte livre, mas o gasto com despesas com água, luz, salários seja superior ao arrecadado, ou seja, toda a arrecadação é investida nela mesma. O vereador Maccari questionou sobre a COSIP, cobrança d carne de IPTU e o valor de aquisição de cadeiras de rodas. O Sr Marcelo esclareceu que a iluminação publica, parte dela é cobrada na fatura de energia mensal, a Copel cobra e repassa ao município e parte é cobrada no carne de IPTU que é pago uma vez por ano. O vereador Rodrigo questionou sobre o saldo das dividas, no ano de 2012 que permanece n mesmo valor desde aquele ano sem pagamentos, e os demais anos, todos tiveram algum valor pago. O Sr Marcelo respondeu que o valor de aproximadamente cento e vinte e cinco mil é referente a pavimentação e o restante do valor é referente a empresa de transporte, onde tem um Processo Judicial e depende de uma ordem judicial para o pagamento. O vereador questionou sobre as receitas próprias arrecadadas patrimonial, onde aparece um valor de trezentos e cinquenta reais de aluguel da lanchonete do Ginásio Dolivar Lavarda, se esse valor é mensal ou falta valor. O Sr Marcelo respondeu que existe um problema de classificação do software e que o valor especifico do ginásio é mensal porem o restante do valor esta dentro das outras receitas de aluguel. O vereador questionou sobre o aluguel dos Box da feira do produtor, onde não aparece o valor e da cantina

do Largo da Liberdade também não aparece o valor do aluguel. O Sr Marcelo respondeu que ambas também está incluso no valor dos oitenta e cinco mil reais de outras receitas de aluguel e que esse problema já foi identificado e será solucionado para o exercício de 2018, que já no primeiro quadrimestre essas receitas já estejam separadas por credor. O vereador questionou sobre as taxas de embarque da rodoviária, que no quadrimestre passado havia um valor e nesse não consta valor arrecadado. O Sr Malagi respondeu que também é um erro de parametrização do sistema, onde ficou como taxa em vez de serviço, foi um valor um pouco a mais que sessenta mil reais nesse quadrimestre, mas que já foi visto e será corrigida essa parametrização do sistema. O vereador questionou sobre as obras em andamento, a creche do Parque do som, no quadrimestre passado estava em andamento com 32,71% da obra executada e nesse quadrimestre aparece com 33,45% da obra executada, ou seja, menos de 1% em quatro meses, e qual o motivo dessas escolas do parque do som, escola e creche do Bairro São Francisco e escola do Bairro São João estão quase que paradas ou paradas com mais de quatro anos de obra e nem 50% da execução. O Secretário Carlos Lopes respondeu que a Escola do bairro São João encontra-se praticamente concluída, falta em torno de 05 a 10 % e que em 30 dias será finalizada a obra. Em referencia ao bairro São Francisco, a empresa faliu, e estava com 56% da obra executada, a nova empresa licitada fez mais 5,09% da obra, em 12 de outubro passado ouve um temporal e destruiu a cobertura da mesma, e precisa ser aditado essa obra, mas precisa concluir a parte do contrato com a Follmer. A escola do Bairro São Francisco esta com 70% da obra executada, andando devagar, mas esta andando. A escola do Parque do Som esta com 33% da obra executada e esta parada, a empresa já foi notificada e também há imprevisto do tempo. Os recursos que ao repassados do governo Federal, demoram em media 60 dias pra serem transferidos, como a da Creche do São Francisco que havia uma única planilha com restrição e a prefeitura atendeu a essa restrição e solicitou esse pagamento de 5,09% vai demorar em torno de 40 a 60 dias pra liberar. O município solicitou a empresa para que retorne a obra e solicitou ao FNDE o andamento desse repasse. O vereador Claudemir salientou sobre a questão do valor do portal do Parque, que nesse valor esta a movimentação de terra e os lagos e que será solicitado que seja demonstrado separadamente os valores. O vereador também questionou sobre o valor de desconto em folha dos funcionários do município, com o valor de trezentos e vinte mil reais de desconto de faltas não justificadas e se o município não faz nenhum investimento relacionado ao funcionalismo. O vereador Rodrigo lembrou que a varias audiências é cobrado que seja implantado em nosso município a escola de governo para beneficiar o funcionalismo, e a alegação do município é de que não dispõe de recursos para tal, mas poderia ser utilizado esse valor para implantar essa escola de governo. O vereador Claudemir salientou que é um valor expressivo e qual seria o motivo de tantas faltas dos funcionários. O Sr Marcelo esclareceu que como há o cartão ponto integrado, se o funcionário não bater o ponto, automaticamente gera a falta, porem no mês seguinte se for justificado é feito o reembolso e contabilmente é empenhado como complemento da folha do funcionário. O vereador Fabrício questionou sobre as receitas imobiliárias,

onde no primeiro quadrimestre houve uma arrecadação de sessenta e sete mil reais e nesse quadrimestre uma receita de cento e trinta e sete mil reais, qual o motivo da variação. O Sr Mauro respondeu que é devido ao atraso no pagamento dos alugueis, onde o maior recebimento desses aluguel foi no ultimo quadrimestre. O vereador Fabrício questionou sobre o córrego fundo, e fará um ofício para a Secretaria de Obras solicitando maiores esclarecimentos. O vereador Polazzo questionou sobre as publicações realizadas no dia 30 de janeiro no diário do sudoeste, edição 7066 onde o relatório de gestão Fiscal consta a receita corrente liquida um valor de R\$ 251.024.413,11 e a despesa com pessoal em 49,17% e na prestação de conta consta a Receita Corrente liquida no valor de R\$ 261.310.666,14 e a despesa com pessoal de 47% e o motivo da diferença. O Sr Marcelo respondeu que quando foi publicado os relatórios, a conciliação bancaria de todas as receitas e que em fevereiro foi concluída todas as conciliações e importações das receitas e chegou ao valor real da Receita Corrente Liquida. Também será republicado os relatórios em questão. O vereador Polazzo fez uma reflexão, sobre o ITBI onde a diferença de um quadrimestre para outro é muito grande, bem como o ISS e IR e isso demonstra o momento econômico difícil em que passamos. Também questionou sobre as taxas, a taxa do Estar arrecada quase um milhão por ano para o Município e que deve ser feito um acompanhamento as ações do Depatran, pois a receita esta alta. A coleta de lixo arrecada menos que o estar. A publicidade Comercial é referente a que taxa. O Sr Marcelo respondeu que é referente a taxa cobrada de som de rua. O vereador salientou sobre a taxa de aprovação de projetos de construção, onde não deu nem cinquenta mil reais no quadrimestre, mais uma demonstração do momento de crise da construção civil. Os Emolumentos arrecadou cento e vinte e cinco mil e isso vai gerar polemica. A taxa de mensalidade do centro aquático arrecadou cento e trinta mil reais e custas processuais de setenta e seis mil reais. O vereador questionou sobre a despesa de Iluminação publica, onde ela esta demonstrada. O Sr Marcelo respondeu que a Despesa esta distribuída em vencimentos e vantagens, materiais, serviços, não tem controle especifico na prestação de contas. Se for analisar o histórico da iluminação publica ela é deficitária, o que arrecadava não era o suficiente para pagar a despesa de Iluminação do município, ou seja, tudo o que arrecada paga a despesa de fatura de energia e funcionários que fazem o serviço de iluminação publica . O vereador Polazzo questionou sobre o café da Praça, onde o aluguel esta com R\$ 7.472,61 no quadrimestre, e se é esse o valor médio de R\$ 1.800,00 mensal. O Sr Marcelo respondeu que dentro do valor de outras receitas de aluguel pode ter o valor desse aluguel também. O vereador Gilson Feitosa comentou sobre esses números que não correspondem a realidade, e que fica estranho e deixa a duvida se os demais números apresentado na prestação de contas são corretos ou não. E muitas vezes e questionado números e os mesmos não demonstram o que é de fato. O Sr Marcelo respondeu que isso é devido a um problema do software e que foi conseguido sanar o problema final do ano, mas a data de inicio do problema, onde arrecadava e não contabilizava de forma correta, não se tem a data exata. O Sr Malagi Complementou que os números trazidos podem tem partes separadas nas discriminações, mas que

fique claro que não há falsidade de números, são números reais da contabilidade e do município, que o que houve foi um problema de parametrização do sistema e que a empresa foi notificada para que seja solucionado o problema identificado. E que se for necessário seja solicitado pela casa maiores esclarecimentos que serão respondidos. O vereador Polazzo comentou que o questionamento não é em relação aos números não serem corretos mas no sentido de trazer a informação exatas. Malagi complementou que a treze anos faz prestação de contas na maior clareza e que nem ele e nem o Prefeito permitiriam que fosse repassado informações duvidosas. Polazzo questionou o setor financeiro, onde não havia previsão de arrecadação no serviço de saúde e foi arrecadado cento e cinquenta mil reais em serviços de saúde. O Sr Marcelo respondeu que quando se elabora o orçamento em início de 2016 não existia a fixação desse serviço e que o maior valor é referente a UPA e os convênios firmados com os municípios e que em 2016 não existia essa pactuação. Polazzo questionou sobre a baixa arrecadação do FPM se foi constante declínio em todo o ano ou só no último quadrimestre. O Sr Marcelo respondeu que foi constante o declínio ao longo do ano e foi menor que no exercício anterior, e que o orçamento para 2018 já foi feito a previsão com base nisso e esta menor que o de 2017. O vereador Joecir sugeriu que a despesa de iluminação pública fossem apresentado separado pelo valor expressivo que é, a contabilização individualizada seria muito melhor e facilitaria o entendimento e análise. Polazzo questionou sobre o material de consumo que tinha uma previsão de trinta e oito milhões e executou apenas quatro milhões, qual o motivo dessa diferença. Sr Marcelo respondeu que isso é baseado na receita, porque no ultimo quadrimestre teve uma contenção de despesas e foi comprado somente o básico pra manter as atividades, essa contenção foi em algumas secretarias específicas, porque algumas secretarias não tem como fazer diminuição de gastos. Polazzo questionou que existia uma previsão para aquisição de imóveis de um milhão setecentos e quarenta mil e mais um valor de seiscentos e sessenta e um mil reais e não foi executado, quais seria os imóveis que se pretendia adquirir. Marcelo respondeu que a previsão era para a Secretaria de Desenvolvimento econômico, para aquisição de terrenos para empresas para montar parques industriais. Polazzo questionou se a planilha de obras era atualizada. O Sr Malagi respondeu que sim, que foi a que a Secretaria de Engenharia havia encaminhado referente ao quadrimestre. Vereador Gilson questiona sobre a bacia de contenção que não consta no relatório de obras e se tem informações de quando será concluída. O secretario Carlos respondeu que essa questão é um problema de nível Federal, mas o Prefeito mesmo afirmou que ira concluir com recursos próprios, se não tiver nenhuma definição do governo federal o Município ira absorver esse custo. O convenio do Governo federal se encontra suspenso, não foi aditado ainda e depende da definição do Governo federal se será aditado ou não. O vereador Gilson fala que verificou que houve um superávit de quase cinco milhões no quadrimestre e que já estamos no mês de fevereiro de 2018 e queria saber sobre o pagamento do avanço funcional dos funcionários, porque se tem superávit será pagou ou não, se esta na programação e que desde 2015 os funcionários que protocolaram os pedidos ainda não foram pagos. O Sr Marcelo

respondeu que o superávit é referente as receitas e despesas do período do quadrimestre e que com base nas execuções de obras que o Município tem não significa que esse valor está disponível pro município, portanto não pode ser vinculado com despesas de pessoal. Outra questão é referente ao índice com pessoal, porque o que mais pesava desde a reposição salarial dos funcionários em 2017 era o Índice, e se for analisar o índice desse quadrimestre de 47,23% não é favorável ao município ainda. Desconsiderando as compensações com o INSS o município ainda continua com o índice de alerta. O vereador Gilson respondeu que isso é inaceitável, que existe uma Lei que determina que existe um plano de cargo e salários e que os mesmos se dedicam pra conseguir e não é cumprido a lei. Isso é recorrente desde 2015 está acontecendo e isso é um descrédito e desvalorização do funcionário. Que a questão do orçamento pode ser analisado e pago e a questão do índice é uma questão de administração e que se cumpra a Lei e o que se é de direito dos funcionários. Gilson questionou sobre o antigo Fórum, se já sabem o que será feito, pra que será utilizado o prédio. O Secretário Carlos respondeu que no mês de novembro o município recebeu o repasse do prédio pelo Tribunal de Justiça e que o prédio está ocupado e foi totalmente saqueado. Já está sendo reformado e será destinado para os departamentos do município que hoje pagam aluguel como o Depatran, Procon, CREAS, Conselho Tutelar, departamento administrativo de saúde, mas antes precisa ser feita uma análise do custo pra reformar pois a cedência é pra cinco anos apenas. O vereador Gilson lembrou que o município paga quase um milhão de reais por ano em aluguel e que está aguardando que a Prefeitura passe o termo de cessão recebido do Judiciário, e que as notícias veiculadas é que já faz um ano que foi passado o termo de cessão. O Sr Carlos afirmou que foi no mês de novembro que foi recebido o termo de cessão. O vereador concluiu que existe uma cessão, existe um prédio enorme que servia pra toda a administração do Poder Judiciário da comarca de Pato Branco e que esse investimento com fios e pintura deve ser bem menor do que o custo com aluguéis nos próximos anos e que seja priorizado esses projetos e feito as cotações pra apresentar quanto seria o custo pra reformar o prédio e que espera uma resposta. Vereador questionou sobre a questão do aeroporto, como está a obra e se se ouve que o terminal que está em fase de conclusão foi edificado em local não permitido e se isso é fato ou não. O Secretário Braun respondeu que Projeto do aeroporto foi feito para que se tenha uma linha aérea regular de acordo com as Leis aeroportuária da ANAC e foi feito em duas etapas, a primeira para atender vôos de até 72 lugares. Porém quando for ter um aeroporto de uma classe superior terá que aumentar as laterais e as cabeceiras e que esse estudo feito a um ano e meio atrás era de cinquenta e seis milhões de reais para ser investido. Assim o Prefeito inicialmente decidiu fazer o aeroporto pra atender aos vôos menores com recursos do município, do estado da União e da comunidade, e foi investido em torno de dez milhões de reais. E se um dia for feita essa ampliação pra receber grandes aeronaves, aí sim o hangar que foi construído e todos os hangares privados tem que ser retirados a 150 metros do eixo da pista dos dois lados e será feito esse investimento maior. A obra terminou dia 23 de dezembro, a parte necessária pra

ANAC fazer a inspeção e a certificação. Desde então se vem fazendo obras e instrumentos pra dar comodidade às operadoras de aviação. A cessão contra incêndio final do não era mais exigido para cidades com menos de 200 mil habitantes, mas foi finalizado para dar maior segurança para os usuários e as operadoras. A estação de PTA que é a operação por instrumento – IFR não era obrigatório mais foi feito para atrair as operadoras de todos os regionais que tem problemas. Ato Branco esta criando uma referencia em aviação, em conforto e segurança e não teremos problemas que outros terminais da região tem. Os ensaios que estão sendo realizados é uma antecipação a visita da ANAC, como o asfalto que possui uma rugosidade diferenciada e o DER estava na duvida e com isso foi feito uma analise por uma empresa especializada para sanar essa duvida e quando a ANAC vir vistoriar já temos esse Laudo Pronto antecipadamente. O vereador questionou sobre a Lei que prevê doações para o aeroporto e se tem previsão de quando ser afeita a prestação de contas das receitas/doações e despesas. O secretario disse que assim que finalizar totalmente as obras, os ensaios e pagar todas as contas, a ANAC vistoriar e liberar e a linha aérea estiver funcionando será feita a prestação de contas. Vereador Polazzo lembrou que a Câmara tem obrigação de votar a Lei do Fundão em março e que o Secretario Mauro disse ter uma parcela da compensação do INSS pra receber em abril, assim sugere a administração Municipal se programe pra aprovação dessa Lei. Também questionou sobre o nome do parque ambiental que esta como Parque do Alvorecer. O Sr Malagi respondeu que nome legal é Parque Ambiental Vitorio Piasa e o nome Parque Alvorecer é um nome fantasia. Não havendo mais questionamentos e sem mais assuntos o vereador Gilson agradeceu e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Elizandra Kovalski da Silva, lavrei a presente Ata que será assinada por algumas das pessoas presentes.

Pato Branco, 27 de Fevereiro de 2018.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Lista de presença na Audiência Pública de Prestação de Contas da Administração Pública Municipal, relativa ao 3º Quadrimestre de 2017, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, às 13 horas e 30 minutos, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal de Pato Branco.

Nome	Assinatura
<i>[Handwritten signature]</i>	
SEBASTIÃO F. DE ANDRADE	
Sirlei Andrade	
Aloide Krüger Brasilieri	
Nelson Bertol	
Atanir de Silva	
Ed. Ines Bertol	
Julie Sofia Madado	
<i>[Handwritten signature]</i>	
Edacis Kaspera	
Leila Maria Klaus	
Grute Colombo	<i>[Handwritten signature]</i>
Amurka Guedeski	<i>[Handwritten signature]</i>
Amne Cresterie	<i>[Handwritten signature]</i>
Lucio Magliozzi	
Wesley de Frazgo	
Apediño de Frazgo	
OSMAR BRUNO SABRINHO	
Carlos Lopes	<i>[Handwritten signature]</i>
Elzandra K.N. da Silva	



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Lista de presença na Audiência Pública de Prestação de Contas da Administração Pública Municipal, relativa ao 3º Quadrimestre de 2017, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, às 13 horas e 30 minutos, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal de Pato Branco.

Nome	Assinatura
Gilvino Franco	
Terzinha M. Furlaneto	Terz
Terzinha Bordin	
Antonio Bordin Sobrinho	
Mauro José Steffani	
Adelle Ogomo	
Edso R. Kuttou	
Juciano Beltrame	
Pollyana Politto	Politto
Renato C. Tomogno	
Aline Barão	
Genovissa Colle	
Georgina Simões	
Dulce Maria Schuster P B	
Romilda Colla	
Eugênia Bassolin	
Helena Pauzzi	
Lelia Batistella	
Neana Teresinha Faronim	
Beatriz Duarte	
Alcida Felisberto	



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Lista de presença na Audiência Pública de Prestação de Contas da Administração Pública Municipal, relativa ao 3º Quadrimestre de 2017, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, às 13 horas e 30 minutos, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal de Pato Branco.

Nome	Assinatura
Rodrigo Corrêa	
Walter de Aguiar	
Robson Luiz de Mello	
Marcia F. de Carvalho	
Priscila Balgani	
Leuzinha de Sábina Sargento	
Angela de Sa	
Aparecida Lourenço	
Leuzinha	
Reginilda Turmina	
WID IZUARA	
Diogo Gasparini	
Rovanele Moura Duarte	
Suzana Brito	
Yago Helder	
Roberto Balon	
Ailton Pedro Granjeiro	
Heloi Aparecida de Carl	
Luanna Elias Cardoso	
Esthera Rosa de Mello	



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Lista de presença na Audiência Pública de Prestação de Contas da Administração Pública Municipal, relativa ao 3º Quadrimestre de 2017, realizada no dia 27 de fevereiro de 2018, às 13 horas e 30 minutos, no Plenário de Sessões da Câmara Municipal de Pato Branco.

Nome	Assinatura
MARINES ROFF GERHARDT	
CLAUDEMIR ZANCO	
NEIL ANTONIO DE OLIVEIRA	
UBIRACI DA SILVA	
MARARA DE SAUZA	
NELSON BERTANI	
ELIANA LEONIL AMOIM	
MARILENE D. LOPES	
MAYARA PIZZARINI TECHELO	
EDINE SANDRA RUILE	
ANDERSON CARLOS NERES	
MILTON MANSUETI	
JANICE DE ALBA	
ALMIR MACCARI	
RAIMUNDO D. BLOTT	
PLAUBO GRASSAN	

Ata da Audiência Pública
Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2017

Aos 30 (trinta) dias do mês de Maio de 2017 (dois mil e dezessete), com início às 13 horas e 30 minutos, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizado na Rua Araribóia, nº 491, Audiência Pública mediante participação popular, conforme dispõe o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal: - Até o final dos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, o Poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas casas Legislativas Estaduais e Municipais, e Lei Municipal nº 2.766 de 09 de maio de 2007 que dispõe sobre a realização de audiências públicas no âmbito do Município da administração pública municipal e Instrução Normativa nº 36 de 2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/Pr. A sessão foi aberta pelo Presidente da Câmara Carlinho Antonio Polazzo que fez a citação do embasamento Legal para a realização da Audiência Pública de Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017, em seguida fez a composição da mesa, vereador Marco Antonio Augusto Pozza, Membros da Comissão de Orçamento e Finanças, vereadora Marinez Boff Gehardt, vice presidente vereador Rodrigo José Correa, primeiro secretário vereador Moacir Dalchiavon. Também convidou os representantes do Executivo Municipal, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças Sr Vanderlei Crestani, o Diretor do Departamento de Contabilidade Marcelo Giasson e os demais vereadores presentes, vereador Joecir Bernardi, vereador Vilmar Macarri e vereador Gilson Feitosa para compor a mesa. Registrou a presença dos Secretários Municipais, Diretores, Assessores e Servidores Presentes. A Audiência foi presidida pelo vereador Marco Antonio Augusto Pozza Presidente da Comissão de Orçamentos e Finanças. Na seqüência convidou Sra. Márcia Carvalho, representante do executivo, para fazer parte da mesa, juntamente com o Vice-Prefeito Sr Robson Cantú. Na sequência passou-se a palavra para o Sr Cleverson Malagi que fez seus agradecimentos e cumprimentos e deu início a Prestação de Contas. Iniciou demonstrando os valores referentes às Receitas e Despesas Arrecadadas, sendo que as Receitas arrecadadas no Primeiro quadrimestre de 2017 que foi de R\$ 99.833.168,21 (noventa e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e um centavos) e as Despesas executadas no Primeiro quadrimestre de 2017 que foi de R\$ 82.608.921,01 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais e um centavo), o superávit do Município foi de R\$ 17.224.247,20 (dezessete milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte centavos) o total de convênios empenhados a receber no valor de R\$ 488.049,16 (quatrocentos e oitenta e oito mil e quarenta e nove reais e dezesseis centavos), sendo que esse convênio está a receber e esta empenhado, portanto integra o montante das despesas, porem a receita ainda não foi contabilizadas, o que

acontecera somente no momento do repasse dos recursos e é referente a convênios de asfalto. Demonstrou também, os valores das Receitas Arrecadadas no Primeiro Quadrimestre de 2017, sendo elas: Receitas Correntes no valor de R\$ 99.833.168,21 (noventa e nove milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e um centavos), sendo essa de: - Receitas Tributárias no valor de R\$ 18.595.200,60 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos reais e sessenta centavos); - Receitas de Contribuição no valor de R\$ 2.397.234,52 (dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos); - Receitas Patrimoniais, no valor de R\$ 849.042,40 (oitocentos e quarenta e nove mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos); Receitas Agropecuárias não se realizaram R\$ 0,00 (zero); - Receitas de Serviços no valor de R\$ 197.677,50 (cento e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos); - Transferências Correntes no valor de R\$ 77.572.618,12 (setenta e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e doze centavos) e as Outras Receitas Correntes no valor de R\$ 2.178.870,80 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, oitocentos e setenta reais e oitenta centavos). As Receitas de Capital foram no total o valor de R\$ 6.804.066,42 (seis milhões, oitocentos e quatro mil e quarenta e dois reais e quarenta e dois centavos), sendo essas de: - Operação de Créditos Interna de R\$ 2.804.904,63 (dois milhões, oitocentos e quatro mil, novecentos e cinco reais e sessenta e três centavos) Alienação de Bens não tivemos neste quadrimestre e Transferências de Capital, que foram transferências de convênios, no valor de R\$ 3.919.160,79 (três milhões, novecentos e dezenove mil, cento e sessenta reais e setenta e nove centavos). As Receitas Próprias Arrecadadas Tributárias são referentes aos valores de IPTU no valor de R\$ 6.517.804,57 (seis milhões, quinhentos e dezessete mil, oitocentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos); IRRF, que é sobre a folha do executivo, do legislativo e de outros rendimentos, no valor de R\$ 2.519.195,50 (dois milhões, quinhentos e dezenove mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta centavos); o ITBI no valor de R\$ 1.432.560,78 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e oito centavos); de ISS no valor de R\$ 5.237.393,35 (cinco milhões, duzentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos); As Taxas no valor de R\$ 2.888.246,40 (dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), que são referentes ao Estar, coleta de lixo, vigilância sanitária, Licenciamento e Funcionamento de Estabelecimentos comerciais, Publicidade Comercial, Aprovação de Projetos de Construção, Emolumentos, Taxas de Serviços da Agricultura (inseminação Artificial), Taxa de uso Centro Aquática e demais receitas de prestação de serviços. Assim o total das Receitas Tributárias foi de R\$ 18.595.200,60 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos reais e sessenta centavos). A Receita Própria Arrecadada de Contribuições é oriunda de Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$ 2.397.234,52 (dois milhões, trezentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos); Referente às Receitas Próprias Arrecadadas Patrimoniais no total de R\$ 849.042,40 (oitocentos e quarenta e nove

mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos), foi detalhado que é oriunda de receitas Imobiliárias, no valor de R\$ 85.205,11 (oitenta e cinco mil, duzentos e cinco reais e onze centavos) relativas a alugueis da rodoviária, da Lanchonete Café da Praça, Concessão da Lanchonete Ginásio Dolivar Lavarda, Aluguel do Teatro, Aluguel do Box Feira do Produtor e Outras Receitas de Aluguel; A Remuneração de Depósitos Bancários vinculados no valor de R\$ 402.517,01 (quatrocentos e dois mil quinhentos e dezessete reais e um centavo); Remuneração de depósitos bancários não vinculados no valor de R\$ 359.111,50 (trinta e cinco mil, novecentos e onze reais e cinquenta centavos) e de Outros Fundos de Investimentos, que é de aplicações de recursos da Casa Abrigo e Liberdade Cidadã e Liberdade Cidadã, no valor de R\$ 2.208,78 (dois mil duzentos e oito reais e setenta e oito centavos). Com relação às receitas próprias Arrecadadas de Serviços no valor total de R\$ 197.677,50 (cento e noventa e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) são correspondentes aos Serviços de Transportes no valor de R\$ 79.539,44 (setenta e nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos) Refere-se a taxas de Embarques e a Receita de Transporte Aéreo; Serviços administrativos no valor de R\$ 1.903,75 (um mil, novecentos e três reais e setenta e cinco centavos) Referentes à Receita de fotocópias oriundas da Cultura e da Receita de carteirinha da Biblioteca, Serviços Recreativos e Culturais não tivemos arrecadação no quadrimestre e Serviços de Saúde no valor de R\$ 116.234,31 (cento e dezesseis mil, duzentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos) que compreende as receitas de prestação de serviços para os Municípios de Vitorino, Mariópolis, Palmas, Clevelândia e Bom Sucesso do Sul. Também foram demonstrados os valores das Receitas Estaduais e Federais recebidas de Transferências Correntes no montante de R\$ 77.572.618,12 (setenta e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e doze centavos), que correspondem ao: - Fundo de Participação dos Municípios - FPM no valor de R\$ 12.195.191,67 (doze milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e noventa e um reais e sessenta e sete centavos); - ITR no valor de R\$ 30.640,28 (trinta mil seiscentos e quarenta reais e vinte e oito centavos); - Transferências - Compensação Financeira no valor de R\$ 139.844,77 (cento e trinta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) Referente a receita de Cota-Parte fundo especial de petróleo e a receita de Cota-Parte compensação financeira de recursos minerais; - IPI Sobre Exportação no valor de R\$ 211.505,15 (duzentos e onze mil, quinhentos e cinco reais e quinze centavos); - ICMS - Lei 87/96 - ICMS Desoneração o valor de R\$ 103.753,52 (cento e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos); - ICMS no valor de R\$ 16.118.953,30 (dezesseis milhões, cento e dezoito mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos); - IPVA no valor de R\$ 13.789.734,26 (treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos); - Transferências do SUS no valor de R\$ 18.206512,18 (dezoito milhões, duzentos e seis mil, quinhentos e doze reais e dezoito centavos); - Transferência Estadual SUS o valor de R\$ 2.628.670,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta reais); - Transferência a Assistência Social no

valor de R\$ 173.785,17 (cento e setenta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos); - Transferência à Educação no valor de R\$ 1.239.914,05 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, novecentos e quatorze reais e cinco centavos); - Transferência do FUNDEB no valor de R\$ 12.111.441,85 (doze milhões, cento e onze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos) e Demais Transferências no valor de R\$ 622.671,92 (seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos) que compreende a receita de transferências Conimis, de Instituições privadas (SANEPAR), de Programa da União e do Estado, Projeto Técnico Social Loteamento São Pedro e Cota-Parte intervenção do domínio Público. Foi demonstrado o detalhamento das Receitas Próprias Arrecadadas de Outras Receitas Correntes no valor total de R\$ 2.178.870,80 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, oitocentos e setenta reais e oitenta centavos), que são referentes a: - Multas e Juros no valor de R\$ 523.703,43 (quinhentos e vinte e três mil, setecentos e três reais e quarenta e três centavos); - Receitas da Dívida Ativa no valor de R\$ 1.116.153,40 (um milhão, cento e dezesseis mil, cento e cinquenta e três reais e quarenta centavos); - Indenizações e Restituições no valor de R\$ 18.992,76 (dezoito mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos) que correspondem à Rest. Correios, Restituição de Convênios, Compensação entre RPPS, Indenização por danos causados ao patrimônio Público, Restituição Pagamentos indevidos, Restituição PRODEAGRI e Restituição de Depósitos Judicial; e as Receitas Diversas, no valor de R\$ 520.021,21 (quinhentos e vinte mil e vinte e um reais e vinte e um centavos) receitas tais como, Faltas injustificadas, Vale transporte, Multas PROCON, multas Diversas, Receitas datas Comemorativas, Receitas patrocínio carne de IPTU e Impugnação e Imposições. Referente às Receitas de Capital no valor total de R\$ 6.804.066,42 (seis milhões, oitocentos e quatro mil e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos), foi detalhado sua composição que correspondem a: - Operações de Crédito no valor de R\$ 2.884.905,63 (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinco reais e sessenta e três centavos); - Transferências de Convênios no valor R\$ 3.919.160,79 (três milhões, novecentos e dezenove mil, cento e sessenta reais e setenta e nove centavos) que são referentes aos convênios do Ginásio São Roque do Chopin, Construção de três Escolas, Asfalto Estrada Azelino Dalla Costa, Canal de drenagem do Córrego Fundo e Convenio Infra Estrutura Urbana. Na sequência da apresentação foram demonstrados os valores das Despesas executadas no Primeiro quadrimestre no valor total de R\$ 82.608.921,01 (oitenta e dois milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e vinte e um reais e um centavo), sendo de Despesas Correntes R\$ 75.519.082,00 (setenta e cinco milhões, quinhentos e dezenove mil e oitenta e dois reais) e Despesas de Capital no valor de R\$ 7.089.838,81 (sete milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos). Foi detalhado as Despesas Correntes que correspondem à R\$ 75.519.082,20 (setenta e cinco milhões, quinhentos e dezenove mil, oitenta e dois reais e vinte centavos) que são referentes à: - Vencimentos e Vantagens Fixas no valor de R\$ 27.622.088,71 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e dois mil, oitenta e oito reais e setenta e um

centavos); - Aposentadorias e reformas no valor de R\$ 427.612,24 (quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e doze reais e vinte e quatro centavos); - Obrigações Patronais no valor de R\$ 6.212.323,28 (seis milhões, duzentos e doze mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos); - Outras despesas com Pessoal (pensões) no valor de R\$ 96.128,76 (noventa e seis mil, seiscentos e doze reais e setenta e seis centavos); Obrigações patronais no valor de R\$ 6.212.323,28 (seis milhões, duzentos e doze mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e oito centavos), Outras despesas com Pessoal R\$ 579.068,45 (quinhentos e setenta e nove mil, sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), - Juros da Dívida Contratada no valor de R\$ 887.971,51 (oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e setenta e um reais e cinqüenta e um centavos); - Material de Consumo no valor de R\$ 4.456.309,46 (quatro milhões, quatrocentos e cinqüenta e seis mil, trezentos e nove reais e quarenta e seis centavos); - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 1.785.675,19 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos); Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica no valor de R\$ 26.659.065,09 (vinte e seis milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, sessenta e cinco reais e nove centavos); - Obrigações Tributárias e Contributivas no valor de R\$ 1.149.379,18 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos); e Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 5.643.460,20 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte centavos), refere-se as despesas de: Rateio Consórcios (demais e pessoal), Auxílio alimentação, Auxílio transporte (vale fácil), Indenização Restituição, Despesas de locomoção (transporte escolar), Materiais, bens ou serviços para distribuição gratuita e demais. Em sequência foi apresentado o detalhamento das despesas de Capital que é referente à: - Investimentos em Obras e Instalações no valor de R\$ 5.816.868,93 (cinco milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), referente a Pavimentações Asfáltica, Paisagismo e Infra estrutura do Centro de Convivência Frei Gonçalo, Refeitório e Central de GLP Escola Olavo Bilac, Construção da Unidade de Saúde Novo Horizonte, Canal de Drenagem Córrego Fundo, Parque Ambiental Vitorio Piasa e Manutenção dos CMEIS; - Equipamentos e Material permanente, no valor de R\$ 367.353,46 (trezentos e sessenta e sete mil trezentos e cinqüenta e três reais e quarenta e seis centavos); referente à Processamento de dados, Veículos para o CRAS um Onix e uma Montana para Secretaria de Meio Ambiente, Mobiliário em geral, Parque infantil, Cadeiras de roda, Máquinas e utensílios diversos; - Rateio pela participação de consórcios no valor de R\$ 3.673,92 (três mil seiscentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos); Amortização da Dívida no valor de R\$ 901.942,81 (novecentos e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), sendo um total de Despesas de Capital de R\$ 7.089.838,81 (sete milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos); Em seguida foi apresentado o valor de Saldo Disponível no valor total de R\$ 33.143.512,01 (trinta e três milhões, cento e quarenta e três mil, quinhentos e doze reais e um centavo) deste o valor do saldo em conta Movimento é de R\$ 1.254.700,94 (um milhão, duzentos e cinqüenta e quatro mil,

setecentos reais e noventa e quatro centavos), e o saldo em Banco conta Aplicação é de R\$ 36.888.811,07 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e onze reais e sete centavos). Também foi apresentado o saldo das Dívidas do Passivo Financeiro no valor total de R\$ 27.735.883,94 (vinte e sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos) referente a Restos a pagar de 2011 no valor de R\$ 233.216,61 (duzentos e trinta e três mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos); Restos a pagar de 2012 no valor de R\$ 325.939,73 (trezentos e vinte cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos); Restos a pagar de 2013 no valor de R\$ 535.391,08 (quinhentos e trinta e cinco mil trezentos e noventa e um reais e oito centavos); Restos a pagar de 2014 no valor de R\$ 285.455,57 (duzentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos); restos a pagar de 2015 no valor de R\$ 12.492.028,81 (doze milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, vinte e oito reais e oitenta e um centavos); restos a pagar de 2016 no valor de R\$ 9.716.951,52 (nove milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos); de Consignações no valor de R\$ 1.819.056,28 (um milhões, oitocentos e dezenove mil, cinquenta e seis reais e vinte oito centavos) INSS de fato, Contas a pagar Processadas do exercício no valor de R\$ 2.895.558,49 (dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos) assim escritas Material de distribuição gratuita, Material de consumo, Serviços de Terceira pessoa Jurídica, Equipamentos e material permanente, Obrigações patronais, Obras e equipamentos e Contas a Pagar não Processada do exercício no valor de R\$ 10.968.253,65 (dez milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos) sendo estas de Material de consumo, Serviços de Pessoa Física e Pessoa Jurídica, Distribuição Gratuita, Obras e instalação, Obrigações tributárias e contributivas, Participação em consórcio e juros e encargos da dívida. Também foi detalhado o saldo da Dívida do Passivo Permanente no valor total de R\$ 37.859.015,11 (trinta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quinze reais e onze centavos) que é referente a Dívidas por Contrato no valor de R\$ 29.634.909,59 (vinte nove milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e nove reais e cinquenta e nove centavos) que são referentes aos contratos do Produr, Barracões Industriais, Sedu – Construções Escolas e Pavimentações de vias urbanas e o valor de Precatório Trabalhista de R\$ 8.224.105,52 (oito milhões, duzentos e vinte quatro mil, cento e cinco reais e cinquenta e dois centavos) sendo que o Município possui depósito para pagamento imediato dos Precatórios Inscritos no valor de R\$ 7.541.007,16 (sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, sete reais e dezesseis centavos) de acordo com a Emenda Constitucional 62. Na sequência foi apresentado os Índices Constitucionais Investidos: os investimentos em pessoal foi de R\$ 120.343.524,23 (cento e vinte milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e vinte três centavos) com uma Receita Corrente líquida de R\$ 247.516.658,55 (duzentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) que corresponde a aplicação de 48,62 (quarenta

e oito, sessenta e dois) por cento nos últimos doze meses; os Investimentos em Saúde foram de R\$ 14.090.049,81 (quatorze milhões, noventa mil, quarenta e nove reais e oitenta e um centavos) que corresponde a 24,03 (vinte e quatro, zero três) por cento aplicado, bem acima dos 15 (quinze) por cento exigido, sendo que o percentual exigido por Lei é de 15 (quinze) por cento que corresponderia ao valor de R\$ 8.794.546,33 (oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos) sendo assim o município investiu um montante de R\$ 5.295.503,48 (cinco milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e três reais e quarenta e oito centavos) a mais que o exigido pela Lei, no período com média mensal de R\$ 1.323.875,87 (um milhão, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos). Já em relação ao Investimento em educação foi investido o montante de R\$ 58.630.308,87 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e oito reais e oitenta e sete centavos) que corresponde ao percentual de 19,45 (dezenove, quarenta e cinco) por cento, aplicado. Com relação aos riscos Fiscais Previsto, em Ações Judiciais de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais); desapropriação de Imóveis no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e Intempéries no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) não houve execução de nenhum risco fiscal no exercício do Primeiro Quadrimestre de 2017. Na sequência foi apresentado o relatório de Obras em andamento no município. Para concluir foi apresentado fotos de todas as obras, Projetos e Atividade desenvolvidos no município. Ao término da apresentação foi aberto espaço para os questionamentos dos vereadores. O vereador Marco Antonio Augusto Pozza agradeceu a explanação de Cleverson Malagi em nome do executivo, e iniciaremos pelos questionamentos da Comissão de Finanças, posteriormente passou o questionamento aos Senhores vereadores, e também as pessoas presentes no plenário. Na prestação de contas da Saúde, apresentada na última sexta feira, foi questionado o Sr Marcelo a respeito dos valores que não foram apresentadas sobre os recursos oriundos dos convênios dos municípios terceiros que são atendidos na UPA, os números apresentados não fecha, o valor da prestação não fecha, aonde fora apresentado estes valores. O Sr Vanderlei Crestani respondeu, que o Município tem uma pactuação através da SIBE regional da partilha dos custos dos atendimentos juntos a Unidade de Pronto Atendimento de Pato Branco, que envolve o Município de Vitorino, Mariópolis, Palmas, Clevelândia, Bom Sucesso do Sul e Itapejara do Oeste desde o início de operação da unidade aqui em Pato Branco, teve alguns problemas em relação aos municípios em razão da pontualidade da sua contribuição, fato que gerou uma demanda junto ao Ministério Público Federal tendo em vista que não só a construção mas parte da manutenção da unidade é feita com recursos federais, foi motivo de inquérito com os municípios que não se encontram em dia com o município de Pato Branco, enfim neste primeiro quadrimestre teve uma receita destes convênios de R\$ 101.234,31 (cento e um mil, duzentos e trinta e quatro reais de trinta e um centavos) sendo Vitorino com R\$ 68.300,00 (sessenta e oito mil e trezentos reais), Mariópolis R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais), Palmas R\$ 17.923,20 (dezessete mil, novecentos e vinte e três reais e vinte centavos), Clevelândia de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) e

Bom Sucesso do Sul de R\$ 13.511,11 (treze mil, quinhentos e onze reais e onze centavos) estas receitas não aparecem nas receitas da Secretaria de Saúde porque são receitas livres, então aparece no quadro geral de receitas do município. O vereador Marco Antonio Augusto faz o segundo questionamento referente às dívidas das páginas 20 (vinte) e 21 (vinte e um) da audiência pública, estes restos a pagar de 2011, 2012 e 2013 que não baixaram o saldo em 2017. O Sr Vanderlei Crestani responde que são convênios em andamento, e os de 2015 destes R\$ 12.492.000,00 (doze milhões e quatrocentos e noventa e dois mil), o Sr Marcelo Giasson respondeu que são possivelmente valores de obras e não teve valor de liquidação ou medição no período e não teve a movimentação de valores, baixa de valores. O vereador pediu quais são estes convênios, ficando acordado de fazer o detalhamento de obra por obra proposto pelo Sr Vanderlei Crestani do que esta no empenho, o que esta liquidado e o que não esta liquidado, o que foi aceito pelos demais vereadores. O vereador Marco Antonio Augusto Pozza perguntou dos R\$ 21.656.000 (vinte um milhões, seiscentos e cinqüenta e seis mil) de restos a pagar de 2016 e que foi liquidado mais de 50 (cinqüenta) por cento em 2017, qual a vigência destes convênios, o Sr Vanderlei Crestani respondeu que varia de convênio pra convênio e tem seu aditivo de prazo junto aos ministérios, e junto aos prestadores. O vereador Marco Antonio Augusto Pozza faz um pedido em nome da Comissão de Finanças que seja referenciado desde 2011 até 2016 todas estas posições financeiras, restos a pagar, demais contratos, prazo de vigência e que seja encaminhado para a Comissão, o Sr Vanderlei ressaltou que á vários casos de falta de certidão, que o fornecedor sem certidão não esta habilitado para fazer o recebimento da liquidação, a casos assim não é sua grande maioria. O vereador Gilson Feitosa pede a palavra e ressalva que também gostaria de receber discriminando as respostas desde 2011 a 2016. O vereador Marco Antonio Augusto Pozza pergunta sobre a questão da Publicidade e Propaganda, quanto foi gasto neste quadrimestre, se está incluso na Despesa de outros serviços de terceiros inferior ao do Primeiro Quadrimestre, e se tem o valor exato para passar. O Sr Vanderlei respondeu que a questão da Pessoa Jurídica, e se tem o valor exato para passar. O Sr Vanderlei respondeu que a questão da educação que esta 5,55 (cinco, cinqüenta e cinco) por cento de ser inferior ao do Primeiro Quadrimestre, de que forma isto vai ser recuperado nos próximos dois quadrimestres. O Sr Vanderlei Crestani respondeu que as atividades do Primeiro Quadrimestre as receitas de educação sempre ficam a baixo do índice constitucional, e elas se equivalem depois no segundo e terceiro quadrimestre, isto tem sido uma regra praticamente ao longo dos últimos dois anos, até mesmo porque as atividades da educação de Janeiro praticamente não existem ou são poucas, exceto a folha de pagamento, e as aulas se iniciam meados de fevereiro, então nos outros anos também aconteceram da mesma forma e se equacionam até o final do ano para atingir o valor constitucional, ai vem 13º e tudo agrega a isso. O vereador Antonio Augusto Pozza gostaria pergunta qual é o custo de folha de pagamento mensal da Educação e o percentual que entra junto no montante dos 25 (vinte e cinco) por cento do total e que seja detalhada e entregue posteriormente. Vanderlei questiona se é somente a educação, e o mesmo responde que

porque o investimento em saúde percebe-se que esta em torno de 24,03 (vinte e quatro, zero três) por cento e se tem ciência que a folha da saúde gira em torno de 3 (três) milhões, O Sr Crestani afirma que tem que detalhar para saber com exatidão, ficando acordado em fazer o detalhamento em separado da folha da educação e saúde e quadro geral. O vereador Pozza ressalta sobre o atraso da vinda do PPALDO, de parte disso em função de algumas alterações que houve no Tribunal de Contas, em verificação na corte do tribunal, foi repassado que o ementário de classificação da natureza por receita orçamentária teria que ser baseada em função do atraso dele, na publicação de janeiro de 2017, ou seja, utilizar a mesma base do ano passado, e ainda como casa de leis e nossa acessória de contabilidade um prazo não superior a 10 (dez) dias, para que se possa incluir isto e votar esta matéria anteriormente ao recesso parlamentar, não que isto seja um fator preponderante. O Sr Marcelo responde que em conversa com eles a ultima informação era que até o final de Maio estaria liberado, porém até o momento na havia saído nada, o vereador Pozza diz que houve uma publicação na data de hoje bem na capa do site, e referente ao ensejo não que isto seja referente ao quadrimestre, mas em função da Comissão de Finanças, há uma preocupação muito grande referente ao nosso Projeto do Fundão, e como este projeto vai passar a tramitar, e não existe previsão orçamentária nenhuma ainda em 2017 e 2018 para abrigar o fundão, então se for passado a votar o projeto em 2017 para ter validade ainda em 2017 vai ter que alterar em 2017 também, e havendo concordância em votar tão somente em 2018 solicita que já contemple nesta segunda parte que vem as rubricas inerentes ao projeto do fundão, que hoje não esta compreendendo. Hoje se tem créditos alterados em torno de 15 (quinze) por cento, e se é possível dizer quanto via decreto que foi alterado de crédito suplementar do primeiro quadrimestre, Sr Crestani afirma que o fundão sendo aprovado é automático que seja feito a alteração e que para saber dos decretos haverá de ser feito uma planilha atualizada dos últimos decretos emitidos do ano de 2017 que virá junto em anexo com os demais. O vereador Pozza diz que tem acesso e que foi feito levantamento de rubrica via decreto e que no ano de 2015, aproximadamente R\$ 26.168.968,00 (vinte e seis milhões, cento e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais) de um orçamento de R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões) e em 2016 de R\$ 299.000.000,00 (duzentos e noventa e nove milhões) foi alterado via decreto R\$ 26.142.304,08 (vinte seis milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e quatro reais e oito centavos) de um orçamento que poderia ser alterado R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões) deixou aberto o questionamento dos senhores vereadores. O vereador Moacir Dalchiavan questionou a previsão do IPTU que é de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões) e só teve receita de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) se tem previsão para melhorar a esta arrecadação com REFIS se houver REFIS ou não, o Sr Vanderlei responde que nós temos uma previsão de arrecadar o maximo possível, mas é uma previsão, ela se deu em cota única no mês de Março e esta no decorrer do parcelamento que vai até Dezembro e uma expectativa com o REFIS com parcelamento que esta tramitando na casa com discussão, e a inadimplência chega aos R\$ 9.682.804,87 (nove milhões, seiscentos e oitenta e

quatro reais e oitenta e quatro centavos), o vereador Moacir questiona sobre serviços recreativos e culturais que teve R\$ 00,00 (zero) de arrecadação, e se os eventos que houve no teatro teve arrecadação. O Sr Vanderlei responde que apenas de aluguel. O vereador pergunta sobre o investimento em Educação se os 25(vinte e cinco) por cento é anual e foram investidos até agora 19,04 (dezenove, zero quatro) por cento, o Sr Vanderlei responde que é anual. O vereador Joacir Bernardi questiona sobre a arrecadação, que esta com média de 20 (vinte) por cento no quadrimestre, e se ela esta acompanhando a inflação, e uma receita pontual do SUS, da pagina 11 (onze) que superou a previsão anual, transferência anual SUS que era de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil) e já superou os R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil) se é tendência ou convênio. O Sr Vanderlei responde que a arrecadação não acompanha a inflação e que este valor são convênios que não foram previstos e que foram pactuados depois. O vereador Gilson Feitosa pergunta sobre o reservatório de cheias de canalização do Rio Ligeiro que a obra esta parada e se tem alguma perspectiva de permuta com a família. O Sr Vanderlei responde que houve um contingenciamento das despesas de 2012, e este convenio foi suspenso por parte do Ministério da Integração Nacional, porem não foi excluído o empenho e ele ainda continua empenhado e que esta sendo feito um trabalho junto ao Ministério pra reativar este convenio, a questão da família esta em andamento que parte dela foi permutada e foi feita alteração através de lei por parte da Câmara de alguns terrenos que foram retirados desta permuta, a família esta concluindo a escolha destes novos terrenos pra concluir esta permuta, e outra questão é que o próprio Ministério já sinalizou que reativando este convênio, as faixa ao redor da área que são de preservação permanente que esta contida ao redor do reservatório que também terá que ser indenizada, que esta sendo feito uma análise do todo com o proprietário a família do seu Roque, e em consulta junto a Procuradoria Geral por se tratar de uma área de preservação permanente de como seria feita para discutir qual o valor econômico disto para que seja feita a desapropriação ao a própria permuta com o proprietário destas áreas adjacentes, que vai se concretizar com a reativação do convênio. O vereador Gilson pergunta sobre a reforma do PAN que no quadrimestre passado foi concluído, e na audiência pública da saúde não souberam responder quando efetivamente vai ser reutilizado o espaço, se a Farmácia será passando para La e deixará de pagar aluguel, que fazem mais de dois anos que a UPA mudou e informaram que faltava apenas os móveis. O Sr Vanderlei responde que a Secretaria de Saúde pediu que fosse feito no hall de entrada uma adequação pra servir de sala de espera, que esta sendo feito uma licitação para ser feito o fechamento daquele hall em vidro para não descaracterizar a questão arquitetônica que tem uma autoria sobre isso, que acredito em meados de julho seja concluso este processo, informa ainda que os insumos foram adquiridos pela prefeitura e a confecção dos móveis foram feitos pela marcenaria do município, o que falta em obra é somente o hall de entrada que esta faltando, e que ira funcionar lá a Farmácia, COAS e o CEO. O vereador Gilson pergunta sobre o pontos de embarque e desembarque do município tem cerca de 283 (duzentos e oitenta e três) paradas de ônibus, e consta na licitação que vai ser retomada no plano de investimento 50

(cinquenta) abrigos, sobrando 233 (duzentos e trinta e três) paradas e que já foi feito vários requerimentos ao executivo para que pudesse ser feito um cronograma dos demais pontos de embarque e desembarque, e a resposta tem sido que iram espera a conclusão do processo licitatório para implantação destes pontos de embarque, pensando no cidadão que precisa e que aqui consta R\$ 1.197.000,00 (um milhão, cento e noventa e sete mil). O Sr Crestani responde que tem uma novidade a respeito disto, e teve reunião ontem, do encaminhamento da concessão do transporte coletivo, no início da licitação da concessão um plano de investimento que envolvia a construção de três novos terminais de embarque e desembarque nos pontos já conhecidos e de cinquenta novos pontos de ônibus, com orçamento de R\$ 1.906.000,00 (um milhão, novecentos e seis reais) motivo da outorga mínima exigida no edital de concessão, a empresa vencedora até então e que não foi homologada ainda, ofertou uma outorga de R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil), mais que o dobro, a reunião de ontem teve um sentido de discutir melhor o planejamento para se aumentar o numero de paradas e abrigos neste investimento, sendo que a outorga só pode ser usado no mobiliário do transporte coletivo urbano, não pode ser destinado para outra finalidade, o vereador Rodrigo José Correa pergunta sobre a página 9 (nove) receitas próprias arrecadadas patrimoniais, na descrição de receitas imobiliárias aparece os recursos arrecadados com lanchonete Café da Praça e Lanchonete do Dolivar Lavarda, a questão da lanchonete do Largo da Liberdade se está incluso nas outras receitas de aluguel. O Sr Crestani e o Sr Marcelo informaram que tem que detalhar no balancete para saber, mas esta sendo recebida, e que o contrato é do ano passado e já tem receita neste quadrimestre. O vereador Carlinho Antonio Polazzo questiona a ausência de varias Secretarias que seria importante para auxiliar o secretário nas respostas dos questionamentos. Em vistorias nas escolas e creches temos observado a falta de manutenção, e também questionar a ausência da secretaria de educação que tem um dos maiores orçamentos para auxiliar nos questionamentos, em que ponto aparece os valores investidos em manutenção das unidades escolares. O Sr Crestani responde que esta no bloco de desdobramento e posteriormente passaria, o vereador Carlinho pergunta em relação ao ITBI que esta diretamente ligada ao momento econômico que passa o País e que teve a atualização da planta genérica de valores e se esperava que tivesse um reflexo melhor neste quadrimestre e pelo que se percebe não houve esta melhora, comparando com os resultados anteriores o que se deve este numero tão abaixo deste previsto. O Sr Crestani respondeu que é devido a redução da atividade econômica, como impactou também nas outras receitas como UFPM, ICM o IPTU que era a partir de 2013, 2014 que o pagamento em cota única que era de 43 (quarenta e três) por cento, este ano caiu a menos de 39 (trinta e nove) por cento, e que este valor foi usado de referencia dos últimos anos. O vereador Polazzo perguntou sobre os aluguéis em questão de diminuir o aluguel gasto pelo município e se pretendem usar o antigo prédio do Fórum, se vem para o município o prédio. O Sr Crestani responde que a uma pactuação através de uma lei de quando foi doado o terreno para construção e que condicionou o repasse deste prédio ao Município, informou que grande parte da estrutura do Município será

alocada no prédio que era usado pelo Fórum, todos os imóveis onde o município esta pagando aluguel será transferido para este local, preferencialmente de recurso livres, quando o recurso é vinculado o impacto é menor no orçamento, como, por exemplo, a Junta Militar, PROCON, Agência do Trabalhador, Conselho Tutelar que somente esta sendo aguardado o término da mudança, e a retirada de alguns móveis e equipamentos que lá estão, para ser feito um inventário do imóvel e possíveis reformas, a fim de reduzir os aluguéis que hoje esta em torno de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) mês. O vereador Polazzo pergunta se em relação ao ultimo REFIS foi atingido a expectativa. O Sr Vanderlei responde que foi motivo de um ofício encaminhado para Câmara no dia oito de maio o Ofício 004/17 da divisão de fiscalização, e tivemos dois REFIS, em 2014 tivemos uma arrecadação de R\$ 1.362.134,49 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) e em 2015 uma arrecadação de R\$ 956.429,80 (novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos) totalizando R\$ 2.318.569,29 (dois milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos). O vereador Polazzo questiona que algumas obras que em tese estão em garantia e que estão com problemas e se esta sendo cobrado destas empresas o pós obra, o Sr Vanderlei responde que não consegue detalhar quais delas estão com problema e que varias delas as empresas já receberam a notificação, e que segundo Braun é de cinco anos a responsabilidade da obra para ser feito este ajustes para melhorias e o gestor do contrato acompanha o pós das obras. O vereador Polazzo questionou sobre o Depatran, se o que é arrecadado é investido em que e se foi investido tudo no quadrimestre ou fico saldo para o restante do ano, que o diretor do Depatran não tem conhecimento disto. O Sr Crestani responde que a receita direta não é superavitária, e não se auto-sustenta com suas receitas considerando os investimentos que são feitos, um é do valor cobrado do estacionamento regulamentado e outro referente às muitas cobradas que tem um fim específico, e que necessita de um detalhamento para saber em que é investido, dos dois blocos de receitas, pois o investimento também é diferente, por exemplo, para salários é vedada a utilização. O vereador Polazzo pergunta se devido à questão econômica se houve algum atraso em relação aos repasses pelo Governo Federal e que era para ser repassado no quadrimestre e esta em atraso, se existem algumas obras em atraso ou paradas por falta destes recursos. O Sr Vanderlei responde que é comum este tipo de atraso e que tem que ser feito detalhamento para saber quais repasses são estes, e que existem vários tipos de obras e o Governo Federal faz o aporte por percentual de no mínimo 20, 20 ,20, 20 e 20 ou 40, 40 e 20 e conciliam os aportes de acordo com as medições, todas as vezes que a medição não atingiu o aporte mínimo de convenio não há o repasse e depende de cada Ministério, como os convênios Estaduais estão ligados diretamente a medições específicas, e que estão atrasados por falta de transferência o Parque Ambiental, e que houve a transferência e já foi atualizado as medições e não tem nenhuma parada neste sentido, e outras transferências são em relação a contra partida como FNDE, além das transferências em percentual dentro do convênio existem outras condicionantes que são de contra

partida do município, exemplo, se vai edificar a obra e você precisa revestir o talude, se não revestir o talude não tem a transferência, embora se tenha a medição, são detalhes de cada um dos ministérios e cada um dos fundos. O vereador Polazzo pergunta ainda em relação às garantias de obras em relação do ginásio de esporte de São Roque do Chopin que esta alagado e para não perder a garantia, que não é só a pintura mais, já ta chovendo dentro. O Sr Vanderlei responde que a questão do alagamento não esta vinculada a obra, mas sim as adjacências da obra, terraplanagem o escoamento das águas, externa a obra, em relação a obra é a pintura. O vereador Polazzo pergunta em relação ao aeroporto, da Prefeitura os investimentos com recurso próprio serão além de máquinas, combustível e servidores quais os investimentos do Município. O Sr Vanderlei passa a palavra para o secretário de Desenvolvimento Econômico que foi convidado a fazer parte da mesa Sr Osmar Braun Sobrinho, o qual responde que desde 24 (vinte e quatro) de Janeiro de 2017, quando se iniciou os trabalhos, foi parado somente por estes dias, não houve descontinuidade em nenhum momento, foi combinado que seria uma parceria pública privada com a iniciativa privada, qual foi conversado com vários empresários e sensibilizá-los para que isto acontecesse, o município por vários motivos não teria condições de viabilizar esta linha aérea para o município, então achamos uma forma legal de dividir com a iniciativa privada estes investimentos, empresários doaram o quanto podiam e conseguiram, e conseguimos dar conta da obra, da parte de terraplanagem três empresas se propuseram a fazer, de forma de doação, quando é feita em dinheiro vai direto para uma conta da Associação Comercial, porque quem paga os serventes é a associação comercial, e que ele esta lá apenas administrando a obra como engenheiro, auxiliando a associação comercial que foi a primeira que abriu as portas pra esta parceria, e quando o fluxo de caixa da associação aperta o Sr Crestani autoriza que seja comprada alguma coisa que se tenha licitado pelo município, insumos licitados que tenha registro de preço estamos fazendo uso disto também, O Sr Vanderlei responde que o grande aporte do Município é em questão de combustível e mão de obra, terminal de passageiro, da cerca e outras muitas indiretas como limpeza e demolição das infra estruturas antigas a terraplanagem, será feito posteriormente um detalhamento de quanto foi gasto e o que a associação comercial investiu pra se fazer uma comparação, por exemplo, imaginamos gastar R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no terminal de passageiros e foi gasto bem a menos, porque o Município entrou com alguns insumos, do que gasto com terceiros até então não teve nenhum custo para o município, o custo maior foi na terraplanagem que foi movimentado em torno de 160.000 (cento e sessenta mil) metros cúbicos de terra, na segunda fase que é a fase final a questão dos equipamentos como o IPTA que é os equipamentos com aporte maior que é para pouso por instrumentos e também do Raio X, Pórtico, esteira que vão se complementando e tem custo para o município, e na próxima quinta feira terá uma licitação pra contratação de uma empresa credenciada pela ANAQUE para fazer a documentação da certificação para que tenha uma linha regular operando no nosso município. O vereador Possa falou sobre a conversa que teve com o presidente da associação comercial Sr Luiz Antunes sobre a

preocupação das atribuições do aeroporto, e se já foi celebrado um termo referente aos serviços executados vinculativo a nossa lei, que é importante haja visto que seja impossível de mensura todos os investimentos feitos, principalmente na terraplenagem, porque algumas entraram com doação e outras com intuito de receber da associação comercial, para que mais tarde o Município não acabe respondendo por isso futuramente, ou a pessoa do Prefeito. O vereador Polazzo questiona sobre a questão de área do novo parque industrial, que uma necessidade urgente. O Sr Osmar responde que em conversa com o Prefeito haja visto da previsão do contorno norte, este novo parque seja feito la no contorno norte, com infra estrutura de energia e longe do espaço urbano tirando o fluxo de veículos do centro, puxando um desenvolvimento para aquela região, no momento a única área disponível é o local conhecido como dos jipeiros, que poderia comportar uns 20 a 30 imóveis de 1.500 (um mil e quinhentos) metros, mas isso não resolve, no momento esta difícil pra o município adquirir uma nova área então acredito que seja importante se pensar isso para o contorno norte. O vereador Polazzo pede ao Sr Vanderlei uma relação do que o município pediu aos Deputados Estaduais e Federais pedindo benefícios para o município de convênios e projetos, repassado para Sra. Márcia que é responsável pelos projetos e metas para providenciar isto. O vereador Moacir questionou a respeito do ginásio Dolivar Lavarda que foi gasto R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) e foi tirado os buracos de rede de vôlei e basquete se ver ser monopolizado o ginásio só para salão e se tem algum retorno de ingressos para o Município. O Secretário de Esporte foi convidado responder a pergunta o Sr Paulo Vicente Stefani que respondeu que a prioridade é com a liga Nacional, o problema das goteiras foi terminado hoje a colocação da manta asfáltica, que no momento estão sendo capacitadas as entidades de vôlei, basquete e demais, o vôlei precisa de um anseio maior com competições de auto nível, os jogos dos trabalhadores, por exemplo, no ginásio Dolivar Lavarda, escolinha de handebol, também esta acontecendo no ginásio, o basquete hoje está no ginásio do Cadorim com estrutura, o projeto do voleibol no ginásio do Menino Deus, o município não tem retorno nos ingressos, a arrecadação fica com o clube e seus patrocinadores que são 11 (onze) empresas de grande porte. O vereador Polazzo pergunta sobre a questão que sendo o ginásio público a certos privilégios por parte dos patrocinadores que possuem lugar privativo, o Sr Paulo responde que tem que ser averiguado isto, já que todo torcedor que comprou o pacote antecipadamente não tinha uma área reservada, ele comprou para ajudar o clube, cabe sim o debate e cabe a nós junto com esta casa de leis buscar meios para que seja construída uma nova arena, para que possa passar por lá uns cinco mil torcedores com espaço para os sócios e patrocinadores, a manta asfáltica foi paga por patrocinadores. O vereador Gilson lembra que o REFIS lembrando não foram duas, e sim três vezes 2013, 2014 e 2015 que foi feito, será que não é injusto para o contribuinte que paga em dia, já que todo o ano o município acaba fazendo novamente o REFIS, motivando o cidadão que sabe que vai ser isentado depois a não pagar de juro e multas. O SR Vanderlei responde que vale apenas discutir, mas que o percentual de inadimplência não vem sendo alterado, exceto 2016 que foi agravado, mas em

comparação com o percentual tem um potencial de arrecadação significativa da dívida ativa que tem que ser trabalhado, e os critérios do RIFIS se encontram nesta casa de leis para que se possa discutir, que é um potencial muito grande de receita para o município sendo que o ISS e o IPTU são R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões) passivo de arrecadar ou parte disto. Não havendo mais questionamentos e sem mais assuntos o vereador Marco Antonio Augusto Pozza, agradeceu e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Marcelo Giasson, lavrei a presente Ata que será assinada por algumas das pessoas presentes.

Pato Branco, 30 de Maio de 2017.

Audiência Pública
 1º Quadrimestre 2017 - 30/05/2017 -13:30 horas
 Município de Pato Branco
 Local: Camara Municipal
 Lista de Presença

Seq	Nome	Entidade	Assinatura
1	Cláudia Ranzani	Vigilância em Saúde	[Assinatura]
2	Cleudson Malaj	[Assinatura]	[Assinatura]
3	Márcia V. de Cavallo	Prefeitura	[Assinatura]
4	Vanderlei Crestani	Prefeitura	[Assinatura]
5	Marulô Girona	Prefeitura	[Assinatura]
6	Gean DLANICA	Camara	[Assinatura]
7	Felipe Amf.	CMV. M.	[Assinatura]
8	Ferniel C. Tomago	camara	[Assinatura]
9	Pollyana Poletto	camara	[Assinatura]
10	Aline Zanão	camara	[Assinatura]
11	Felipe C. Cordunel	Prefeitura	[Assinatura]
12	Mariza Medeiros Cunha	Prefeitura	[Assinatura]
13	Márcia D. Collo	União de Bairros	[Assinatura]
14	NELSON BERTAN	SBCA. M. MGP DMB.	[Assinatura]
15	Luciano FERNARDI	RADIO ELITE FM	[Assinatura]
16	Angie Cristine	Soc. Ass. Social	[Assinatura]
17	WILSON RUARO	PREFEITURA	[Assinatura]
18	Márcia Fyrolé	Prefeitura	[Assinatura]
19	USMAR BRAUNSO BRUNHO	BEC. MUN. DE DES. ECONÔMICO	[Assinatura]
20	MEYOR BARRO	CÂMARA	[Assinatura]
21	Jonas Colombo	SAMAS	[Assinatura]
22	Kerly Richardson	CRAS CAROLINA FERRARI AMADORI	[Assinatura]
23	Luciana de O. Copatti	CREAS	[Assinatura]
24	Paulo Vicente Stefan	secretaria de esporte e lazer	[Assinatura]
25	Bruno Fogaça	MISSÃO SOS VIDA NOVA	[Assinatura]
26	Yvaelto Detogni	Sec. Assist. Social	[Assinatura]
27	Márcia de Souza	camara municipal	[Assinatura]
28	Luiz Carlos Neto		[Assinatura]
29	Valma Felsio		[Assinatura]

Audiência Pública
1º Quadrimestre 2017 - 30/05/2017 - 13:30 horas
Município de Pato Branco
Local: Camara Municipal

Lista de Presença

	<i>Nome</i>	<i>Entidade</i>	<i>Ass.</i>
30	BUNITON MORAES	EROS SÃO JOÃO	<i>[assinatura]</i>
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			

Ata da Audiência Pública Prestação de Contas do Segundo Quadrimestre de 2017

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Setembro de 2017 (dois mil e dezessete), com início às 13 horas e 30 minutos, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizado na Rua Araribóia, nº 491, Audiência Pública mediante participação popular, conforme dispõe o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal: - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas casas Legislativas Estaduais e Municipais, e Lei Municipal nº 2.766 de 09 de maio de 2007 que dispõe sobre a realização de audiências públicas no âmbito do Município da administração pública municipal e Instrução Normativa nº 36 de 2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/Pr. A sessão foi aberta pelo Presidente da Câmara Carlinho Antonio Polazzo que fez a citação do embasamento Legal para a realização da Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2017, em seguida fez a composição da mesa, vereador Claudemir Zanco e vereadora Marinez Boff Gehardt membros da Comissão de Orçamento e Finanças, vice presidente vereador Rodrigo José Correa, demais vereadores. Também convidou os representantes do Executivo Municipal, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças Sr Mauro Sr Maurio José Sbarain, o Diretor do Departamento de Contabilidade Marcelo Giasson, a Contadora Elizandra Kovalski da Silva. Agradeceu a presença dos Secretários presentes. Registrou a presença do Sr Enio Ruaro que faz a relação institucional entre os dois Poderes e os demais servidores municipais e servidores da Casa de Leis. Passou a palavra para o vereador Claudemir Zanco que presidiu a audiência Pública. Na seqüência o representante do executivo Sr Mauro iniciou a prestação de contas e passou a palavra ao Sr Cleverson Malagi que fez seus agradecimentos e cumprimentos e deu início a Prestação de Contas. Iniciou demonstrando os valores referentes às Receitas e Despesas Arrecadadas, sendo que as Receitas arrecadadas no Segundo Quadrimestre de 2017 que foi de R\$ 85.788.136,03 (oitenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil, cento e trinta e seis reais e três centavos) e as Despesas executadas no Segundo Quadrimestre de 2017 que foi de R\$ 93.249.923,23 (noventa e três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e três centavos), o Déficit do Município foi de R\$ 7.461.787,20 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) o total de convênios empenhados a receber no valor de R\$ 3.265.217,73 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e dezessete reais e setenta e três centavos), sendo que esse convênio está a receber e esta empenhado, portanto integra o montante das despesas, porém a receita ainda não foi contabilizadas, ainda não deu entrada aos cofres da municipalidade, o que acontecera somente no momento do repasse dos recursos e é referente a

convênios de asfalto, quadras de Grama sintética, Van da Secretaria de Saúde e CMEI São Francisco. Mesmo com o saldo dos Convênios tem-se um Déficit de R\$ 4.196.569,47 (quatro milhões, cento e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos) que é referente aos empenhos elaborados com os recursos dos Hospitais, o Município teve uma Auditoria do Tribunal de Contas do Estado no início do ano e o Município teve uma orientação Tribunal de Contas para que fosse feitos os empenhos das despesas dos Hospitais com antecedência, ou seja, tem dois meses adiantados já, cujas receitas ainda não adentraram aos cofres do Município. Demonstrou também, os valores das Receitas Arrecadadas no Segundo Quadrimestre de 2017, sendo elas: Receitas Correntes no valor de R\$ 87.369.283,72 (oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), sendo essa de: - Receitas Tributárias no valor de R\$ 15.866.162,62 quinze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos); - Receitas de Contribuição no valor de R\$ 2.186.015,32 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil e quinze reais e trinta e dois centavos); - Receitas Patrimoniais, no valor de R\$ 840.806,03 (oitocentos e quarenta mil, oitocentos e seis reais e três centavos); Receitas Agropecuárias não houve realização;- Receitas de Serviços no valor de R\$ 205.054,95 (duzentos e cinco mil e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos); - Transferências Correntes no valor de R\$ 65.145.208,56 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, duzentos e oito reais e cinquenta e seis centavos) e as Outras Receitas Correntes no valor de R\$ 3.126.036,24 (três milhões, cento e vinte e seis mil e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos). As Receitas de Capital foram no total o valor de R\$ 4.154.400,57 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos reais e cinquenta e sete centavos), sendo essas de: - Operação de Créditos Interna de R\$ 488.049,16 (quatrocentos e oitenta e oito mil e quarenta e nove reais e dezesseis centavos) Alienação de Bens não teve neste quadrimestre e Transferências de Capital, que foram transferências de convênios, no valor de R\$ 3.666.351,41 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), o total geral de Receitas Arrecadas foi de R\$ 91.523.684,29 (noventa e um milhões, quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos), as Deduções para o Fundeb no quadrimestre foi de R\$ 5.735.548,26 (cinco milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), uma Receita total Arrecadada no Quadrimestre de R\$ 85.788.136,03 (oitenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil, cento e trinta e seis reais e três centavos), com relação ao Primeiro Quadrimestre o Município arrecadou em torno de quatorze milhões a menos, devido ao período de arrecadação de IPTU, IPVA que são mais acentuadas. As Receitas Próprias Arrecadadas Tributárias são referentes aos valores de IPTU no valor de R\$ 2.055.858,76 (dois milhões, cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos); IRRF, que é sobre a folha do executivo, do legislativo e de outros rendimentos, no valor de R\$ 2.675.834,22 (dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos)

); o ITBI no valor de R\$ 2.063.167,99 (dois milhões, sessenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos); de ISS no valor de R\$ 5.662.878,25 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos); As Taxas no valor de R\$ 3.408.423,40 (três milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos), que são referentes ao Estar, coleta de lixo, vigilância sanitária, Licenciamento e Funcionamento de Estabelecimentos comerciais, Publicidade Comercial, Aprovação de Projetos de Construção, Emolumentos, Taxas de Serviços da Agricultura (inseminação Artificial), Taxa de inscrição e mensalidade do uso Centro Aquática e demais receitas de prestação de serviços. Referente ao Estar havia uma solicitação feita na última Audiência de um detalhamento do mesmo, foi realizado um demonstrativo onde mostra que as receitas totais do Estar no quadrimestre foi de R\$ 1.576.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil reais) sendo desta o valor de R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais) referente a multas e R\$ 761.000,00 (setecentos e sessenta e um mil reais) referente a arrecadação do Estar, e as despesas somam um montante de R\$ 1.702.000,00 (um milhão, setecentos e dois mil reais) gerando um déficit de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) no quadrimestre. Assim o total das Receitas Tributárias foi de R\$ 15.866.162,62 (quinze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, cento e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos). A Receita Própria Arrecadada de Contribuições é oriunda de Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$ 2.186.015,32 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil e quinze reais e trinta e dois centavos); Referente às Receitas Próprias Arrecadadas Patrimoniais no total de R\$ 840.806,03 (oitocentos e quarenta mil, oitocentos e seis reais e três centavos), foi detalhado que é oriunda de receitas Imobiliárias, no valor de R\$ 66.968,67 (sessenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos) relativas a alugueis da rodoviária, da Lanchonete Café da Praça, Concessão da Lanchonete Ginásio Dolivar Lavarda, Aluguel do Teatro, Aluguel do Box Feira do Produtor, Outras Receitas de Aluguel e Concessão do Espaço ITECB; A Remuneração de Depósitos Bancários vinculados no valor de R\$ 305.162,57 (trezentos e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos); Remuneração de depósitos bancários não vinculados no valor de R\$ 467.018,19 (quatrocentos e sessenta e sete mil e dezoito reais e dezenove centavos) e de Outros Fundos de Investimentos, que é de aplicações de recursos da Casa Abrigo e Liberdade Cidadã e Liberdade Cidadã, no valor de R\$ 1.656,60 (um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos). Com relação às receitas próprias Arrecadadas de Serviços no valor total de R\$ 205.054,95 (duzentos e cinco mil e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) são correspondentes aos Serviços de Transportes no valor de R\$ 27.568,31 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos) Refere-se a taxas de Embarques e a Receita de Transporte Aéreo; Serviços administrativos no valor de R\$ 4.119,00 (quatro mil, cento e dezenove reais) referentes à Receita de fotocópias oriundas da Cultura e da Receita de carteirinha da Biblioteca e Inscrição do Concurso. Serviços Recreativos e Culturais o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) referente a eventos culturais e Serviços de Saúde no

valor de R\$ 172.367,64 (cento e setenta e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) que compreende as receitas de prestação de serviços para os Municípios de Vitorino, Mariópolis, Palmas, Clevelândia e Bom Sucesso do Sul. Também foram demonstrados os valores das Receitas Correntes, Receitas Estaduais e Federais recebidas no montante de R\$ 65.145.208,56 (sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, duzentos e oito reais e cinquenta e seis centavos), que correspondem ao: - Fundo de Participação dos Municípios - FPM no valor de R\$ 11.365.703,63 (onze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e três reais e sessenta e três centavos); - ITR no valor de R\$ 6.273,08 (seis mil, duzentos e setenta e três reais e oito centavos), cujo se realiza mais no Terceiro Quadrimestre; - Transferências - Compensação Financeira no valor de R\$ 129.295,35 (cento e vinte e nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos) Referente a receita de Cota-Parte fundo especial de petróleo e a receita de Cota-Parte compensação financeira de recursos minerais; - IPI Sobre Exportação no valor de R\$ 216.610,20 (duzentos e dezesseis mil, seiscentos e dez reais e vinte centavos); - ICMS - Lei 87/96 - ICMS Desoneração o valor de R\$ 103.753,52 (cento e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos); - ICMS no valor de R\$ 14.898.193,22 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cento e noventa e três reais e vinte e dois centavos); - IPVA no valor de R\$ 1.622.384,15 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos); - Transferências do SUS no valor de R\$ 18.237.222,93 (dezoito milhões, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos); - Transferência Estadual SUS o valor de R\$ 2.710.990,48 (dois milhões, setecentos e dez mil, novecentos e noventa reais e quarenta e oito centavos); - Transferência a Assistência Social no valor de R\$ 130.878,44 (cento e trinta mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos); - Transferência à Educação no valor de R\$ 1.410.615,86 (um milhão, quatrocentos e dez mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e seis centavos); - Transferência do FUNDEB no valor de R\$ 9.703.419,61 (nove milhões, setecentos e três mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta e um centavos) e Demais Transferências no valor de R\$ 4.609.868,09 (quatro milhões, seiscentos e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e nove centavos) que compreende a receita de transferências Conims, de Instituições privadas (SANEPAR - FIA), de Programa da União e do Estado (transporte escolar), Cota-Parte intervenção do domínio Público, Parque Ambiental Vitorio Piassa e Demais. Foi demonstrado o detalhamento das Receitas Próprias Arrecadadas de Outras Receitas Correntes no valor total de R\$ 3.126.036,24 (três milhões, cento e vinte e seis mil e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), que são referentes a: - Multas e Juros no valor de R\$ 799.545,12 (setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e doze centavos); - Receitas da Dívida Ativa no valor de R\$ 1.032.085,34 (um milhão, trinta e dois mil e oitenta e cinco reais e trinta e quatro centavos); - Indenizações e Restituições no valor de R\$ 68.988,20 (sessenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e vinte centavos) que correspondem á Rest. Correios, Restituição de Convênios, Compensação entre RPPS, Indenização por danos causados ao

patrimônio Público, Restituição Pagamentos indevidos, Restituição PRODEAGRI e Restituição de Salários; e as Restituições de rendimento de contrapartida de convenio. – Receitas Diversas no valor de R\$ 1.225.417,58 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos) receitas tais como, Faltas injustificadas, Vale transporte, Multas PROCON, multas Diversas, Receitas inscrições corrida de Rua de Pato branco, Impugnações e Imposições e receitas Concessão Funerárias. Referente às Receitas de Capital no valor total de R\$ 4.154.400,57 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos reais e cinquenta e sete centavos), foi detalhado sua composição que correspondem a: - Operações de Crédito no valor de R\$ 488.049,16 (quatrocentos e oitenta e oito mil e quarenta e nove reais e dezesseis centavos); - Transferências de Convênios no valor R\$ 3.666.351,41 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos) que são referentes aos convênios da Construção de três Escolas, Asfalto e Calçamentos. Na sequencia da apresentação foram demonstrados os valores das Despesas executadas no Segundo Quadrimestre no valor total de R\$ 93.249.923,23 (noventa e três milhões, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e três centavos), sendo de Despesas Correntes R\$ 84.769.966,48 (oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos) e Despesas de Capital no valor de R\$ 8.479.956,75 (oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos). Foi detalhado as Despesas Correntes que correspondem a: - Vencimentos e Vantagens Fixas no valor de R\$ 31.354.011,39 (trinta e um milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e onze reais e trinta e nove centavos); - Aposentadorias e reformas no valor de R\$ 483.760,95 (quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta reais e noventa e cinco centavos); - Pensões no valor de R\$ 106.636,23 (cento e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos); - Obrigações Patronais no valor de R\$ 6.266.407,97 (seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e noventa e sete centavos); - Outras despesas com Pessoal no valor de R\$ 578.451,27 (quinhentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos); - Juros da Divida Contratada no valor de R\$ 954.024,15 (novecentos e cinquenta e quatro mil e vinte e quatro reais e quinze centavos); - Material de Consumo no valor de R\$ 5.925.229,38 (cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos); - transferencias a Instituicoes sem fins Lucrativos no valor de R\$ 170.473,74 (cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos); - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 1.721.144,07 (um milhão, setecentos e vinte e um mil, cento e quarenta e quatro reais e sete centavos); Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica no valor de R\$ 30.158.661,07 (trinta milhões, cento e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e sete centavos); - Obrigações Tributarias e Contributivas no valor de R\$ 727.274,13 (setecentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais e treze centavos); e Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 6.323.892,13 (seis milhões, trezentos e vinte e três mil, oitocentos e noventa e

dois reais e treze centavos), refere-se as despesas de: Rateio Consórcios (demais e pessoal), Auxílio alimentação, Auxílio transporte (vale fácil), Indenização Restituição, Despesas de locomoção (transporte escolar), Materiais, bens ou serviços para distribuição gratuita e demais. Em sequência foi apresentado o detalhamento das despesas de Capital que é referente à: - Investimentos em Obras e Instalações no valor de R\$ 7.057.472,39 (sete milhões, cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos), referente a Pavimentações Asfáltica, Canalização Córrego Fundo, Quadra sintética e playground Alvorada, Escola São João, Escola Parque do Som, CMEI São Francisco, Quadra sintética com playground Frei Gonçalo, Reforma PAM e Pórtico de entrada Vitorio Piasa; - Equipamentos e Material permanente, no valor de R\$ 567.188,04 (quinhentos e sessenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e quatro centavos); referente à Processamento de dados, Veículos para a Secretaria de Saúde, Parque infantil, Cadeiras de roda, Mobiliário em Geral, Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos; Instrumentos Musicais; Bebedouro; Maca Emergencial; Containers; - Rateio pela participação de consórcios no valor de R\$ 3.993,40 (três mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta centavos); Amortização da Dívida no valor de R\$ 851.302,92 (oitocentos e cinquenta e um mil, trezentos e dois reais e noventa e dois centavos), sendo um total de Despesas de Capital de R\$ 8.479.956,75 (oito milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos); Em seguida foi apresentado o valor de Saldo Disponível no valor total de R\$ 27.703.111,20 (vinte e sete milhões, setecentos e três mil, cento e onze reais e vinte centavos) deste o valor do saldo em conta Movimento é de R\$ 2.299.681,10 (dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e dez centavos), e o saldo em Banco conta Aplicação é de R\$ 25.403.430,10 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e trinta reais e dez centavos). Também foi apresentado o saldo das Dívidas do Passivo Financeiro no valor total de R\$ 43.910.893,39 (quarenta e três milhões, novecentos e dez mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos) referente a Restos a pagar de 2011 no valor de R\$ 218.957,73 (duzentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos); Restos a pagar de 2012 no valor de R\$ 325.939,73 (trezentos e vinte cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos); Restos a pagar de 2013 no valor de R\$ 389.196,65 (trezentos e oitenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos); Restos a pagar de 2014 no valor de R\$ 80.865,29 (oitenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos); restos a pagar de 2015 no valor de R\$ 11.548.665,13 (onze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e treze centavos); restos a pagar de 2016 no valor de R\$ 2.819.734,63 (dois milhões, oitocentos e dezenove mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos); de Consignações no valor de R\$ 1.878.725,96 (um milhão, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos), Contas a pagar Processadas do exercício no valor de R\$ 5.627.779,89 (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e setenta e nove reais e oitenta e nove centavos) assim escritas Material de

distribuição gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Terceira pessoa Jurídica, Equipamentos e material permanente, Obrigações patronais, Obras e Instalações e Contas a Pagar não Processada do exercício no valor de R\$ 21.021.028,38 (vinte e um milhões, vinte e um mil e vinte e oito reais e trinta e oito centavos) sendo estas de Material de consumo, Serviços de Pessoa Pessoa Jurídica, Distribuição Gratuita, Obras e instalação, Passagens e Despesas com Locomoção e Equipamentos e Material Permanente. Também foi detalhado o saldo da Dívida do Passivo Permanente no valor total de R\$ 44.843.378,53 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e três centavos) que é referente a Dívidas por Contrato no valor de R\$ 33.923.416,31 (trinta e três milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e um centavos) que são referentes aos contratos do Produrb, Barracões Industriais, Sedu – Construções Escolas e Pavimentações de vias urbanas e o valor de Precatório Trabalhista de R\$ 10.919.962,22 (dez milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos) sendo que o Município possui depósito para pagamento imediato dos Precatórios Inscritos no valor de R\$ 7.785.320,79 (sete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte reais e setenta e nove centavos) de acordo com a Emenda Constitucional 62. Na sequência foi apresentado os índices Constitucionais Investidos: os investimentos em pessoal foi de R\$ 121.282.895,77 (cento e vinte e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos) com uma Receita Corrente líquida de R\$ 257.300.190,85 (duzentos e cinquenta e sete milhões, trezentos mil, cento e noventa reais e oitenta e cinco centavos) que corresponde a aplicação de 47,14 (quarenta e sete, quatorze) por cento nos últimos doze meses; os Investimentos em Saúde foram de R\$ 31.039.213,68 (trinta e um milhões, trinta e nove mil, duzentos e treze reais e sessenta e oito centavos) que corresponde a 30,57 (trinta, cinquenta e sete) por cento aplicado, bem acima dos 15 (quinze) por cento exigido, sendo que o percentual exigido por Lei é de 15 (quinze) por cento que corresponderia ao valor de R\$ 15.228.841,29 (quinze milhões, duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos) sendo assim o município investiu um montante de R\$ 15.810.372,39 (quinze milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos) a mais que o exigido pela Lei, no período com média mensal de R\$ 1.976.296,54 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Já em relação ao Investimento em educação foi investido o montante de R\$ 25.251.785,05 (vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) que corresponde ao percentual de 24,87 (vinte e quatro, oitenta e sete) por cento, aplicado. Com relação aos riscos Fiscais Previsto, em Ações Judiciais de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais); desapropriação de Imóveis no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e Intempéries no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) não houve execução de nenhum risco fiscal no exercício do Segundo Quadrimestre de 2017. Na sequência foi apresentado o relatório de Obras em andamento no município. Para

concluir foi apresentado fotos de todas as obras, Projetos e Atividade desenvolvidos no município. Ao termino da apresentação foi aberto espaço para os questionamentos dos vereadores. O vereador Carlinho Polazzo solicitou uma analise sobre a execução Orçamentária, pois no quadrimestre houve um déficit de quatro milhões, considerando o momento que ainda é de crise com déficit de arrecadação e que a receita maior do município é no Primeiro Semestre, ou seja, já se realizou, e que temos ainda mais um quadrimestre com queda nas arrecadações, e como a administração esta tratando isso. O Diretor do Departamento de Contabilidade respondeu que essa analise já foi feita e que esse Déficit se deve pela forma que foi alterada a maneira de pagamento dos Hospitais, que foi empenhado a mais em torno de sete milhões de reais onde essa Receita se realizara com uns dois meses de atraso. Desconsiderando esse valor, a mais, empenhado teríamos um superávit aproximado de três milhões e que é considerado um resultado bom para o Quadrimestre e que não deixa o Município em situação financeira difícil. Polazzo questionu qual a previsão de arrecadação dessa Receita dos Hospitais. O Sr Marcelo respondeu que é um recurso do Fundo municipal de saúde e vem sempre dois meses após a prestação dos serviços pelos Hospitais. É um serviço continuado realizado pelos Hospitais e o repasse das AIHs, e esse valor ficara em restos a pagar e será quitado até fevereiro, e assim sucessivamente nos demais meses. O vereador Polazzo questionou sobre as Receitas que no quadrimestre que ficaram muito abaixo da previsão anual, pois já em 2015 e 2016 já passávamos pela crise e com queda nas arrecadações e mesmo assim foi previsto valores superiores para arrecadação. O Sr Marcelo enfatizou que esses valores apresentados são somente do quadrimestre e isso pode ser uma arrecadação por sazonalidade que varia entre os quadrimestres, mas que realmente estão abaixo do previsto. Polazzo exemplificou sobre a receita de capital que ocorreu o inverso, onde foi previsto trinta mil e arrecadado três milhões. O Sr Marcelo respondeu que é referente a formalização de convênios, como os dos asfaltos que são de valores altos e quando é feito a elaboração do orçamento não é previsto essa arrecadação. Polazzo citou a Operação de Credito Interna que havia uma previsão de zero e foi arrecadado quinhentos mil. O Sr Malagi explicou que é referente a operações que já se realizaram, o a dos asfaltos do BRDE que já foi prevista anteriormente e foi realizada agora, que fica em outra classificação e nomenclatura. O Sr Marcelo explicou que e referente a operação de credito de quatro milhões que foi formalizada em 2016 e ate o momento não foi concluída a obra e conforme é feita as medições é feito os repasses de valores para o Município. Polazzo questionou sobre a previsão e arrecadação de ITBI e que em oito meses não chega nem na metade do previsto para o ano. E com que base é feita essa previsão ou se tinha algo específico previsto nesse valor. O Sr Marcelo respondeu que as previsões são feitas com base nos anos anteriores, em 2015 teve um valor de aproximadamente dez milhões arrecadados e em 2016 a previsão era pra ser maior e com isso foi projetado o valor a ser arrecadado em 2017. Polazzo questionou sobre a publicidade comercial. Marcelo explicou que é uma receita oriundas das taxas cobradas pelos serviços de carro de som de rua. Polazzo enfatizou sobre o valor arrecadado de taxas que é

significativa em coleta de lixo e vigilância sanitária e licenciamento, o que é preocupante é a taxa de aprovação de projetos que é muito baixa. Ou seja, um crescimento de abertura de novas, mas baixa nas edificações. Polazzo questionou sobre as contribuições de melhoria que foi previsto e não se realizou. O Sr Malagi respondeu que o município não teve obras que permitisse essas obras, o município tem essa expectativa, mas nem sempre ela se realiza, pro município isso é bom porque o município esta conseguindo recursos para os projetos e não precisa usar recursos próprios. Marcelo usou o exemplo de asfalto com recursos próprios e ser cobrado. Polazzo questionou sobre a iluminação publica que teve uma arrecadação bem maior, previsto três milhões para o ano e só no quadrimestre já arrecadou mais de dois milhões. O Sr Marcelo respondeu que foi reajustado o valor de contribuição para iluminação publica. Polazzo questionou sobre as receitas próprias onde a receita imobiliária esta bem abaixo do previsto. O Sr Marcelo respondeu que estavam previsto receitas com alugueis de imóveis do município e que não tem a relação de quais receitas de alugueis não se confirmaram. Polazzo questionou sobre os alugueis, como o do café da praça que teve dois mil arrecadado no quadrimestre, e que daria um valor de seiscentos reais por mês. O Sr Marcelo respondeu que esses não soa valores mensais e que nem sempre as empresas pagam em dia, e que pode haver acumulo em outros quadrimestres, e que valores individuais e mensais teria que ser analisado os contratos. Polazzo questionou todos os valores de alugueis que estão muito baixo e que ira solicitar via oficio os esclarecimentos. Polazzo questionou o ITR, que já se sabe o numero de propriedades do município e que por ser um recurso federal, e tem um valor previsto e outro bem menor arrecadado. O Sr Marcelo respondeu que o ITR é pago de setembro pra frente. Polazzo questionou o ICMS que também teve um valor muito inferior de arrecadação se tem período de sazonalidade. O Sr Marcelo respondeu que o ICMS esta se mantendo constante em sua arrecadação e que chegara em torno de quarenta e cinco a quarenta e oito milhões no ano e que o valor menor que o previsto é devido a essa frustração financeira. Polazzo questionou sobre as Multas do PROCON, que foi de cento e setenta e dois reais apenas. O Sr Marcelo respondeu que realmente são aplicadas poucas multas pelo PROCON. Polazzo questionou sobre as operações de credito que não havia previsão e foi arrecadado quatrocentos e oitenta e oito mil reais. O Sr Marcelo informou que as operações de credito dependem de aprovação do Legislativo e não tem como prever essas receitas no orçamento e que esse valor é referente a operação de credito de 2016. Polazzo questionou sobre os gastos com medicamento no quadrimestre onde estariam discriminados. Marcelo respondeu que parte esta dentro de materiais de consumo no valor de cinco milhoes novecentos e vinte e cinco mil reais e outra parte esta em material de distribuição gratuita, dentro das receitas correntes. Polazzo questionou se os gastos com o aeroporto esta discriminado separadamente ou esta incluso nas naturezas das despesas. O Sr Marcelo respondeu que esta dentro das naturezas das depesas, que na apresentação não tem controle especifico. Polazzo questionou sobre a arrecadação da cantina do Largo da Liberdade. Sr Malagi respondeu que a arrecadação não esta dentro desse quadrimestre, estará no próximo, pois a licitação

foi na semana anterior. O vereador Rodrigo Correia cumprimentou a todos, parabenizou os três secretários presentes e questionou sobre a receita do Café da Praça que teve nesse quadrimestre um valor de dois mil quatrocentos e noventa reais e oitenta e sete centavos e no primeiro quadrimestre teve uma receita de nove mil novecentos e sessenta e três reais e quarenta centavos, que a diferença é muito grande. Marcelo respondeu que essas arrecadações tem sazonalidades, que pode ser antecipado as receitas no ano e por isso dessas divergências entre os quadrimestres. Rodrigo questionou também sobre a concessão da lanchonete do Ginásio Dolivar Lavarda, que nesse quadrimestre teve uma receita de trezentos e cinquenta reais e no primeiro quadrimestre teve uma receita de dois mil duzentos e oitenta e nove reais. Marcelo respondeu que é a mesma situação. Rodrigo questionou sobre o aluguel do teatro, que nesse quadrimestre teve um mil cento e vinte e dois reais e trinta centavos e no primeiro quadrimestre teve uma arrecadação de sete mil duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos. Marcelo respondeu que pode ser devido ao período de alugueis para uso em formaturas o que poderá acontecer no próximo quadrimestre também. Malagi complementou que tem alguns eventos no teatro que não geram arrecadação, que são eventos do município. Rodrigo questionou a falta do valor dos alugueis dos Box da feira do Produtor. Malagi respondeu que deve estar dentro de outras receitas e que não foi discriminado. Marcelo confirmou que dentro do valor de outros alugueis de cinquenta mil reais, esse valor deve estar incluso. Rodrigo questionou sobre as receitas próprias arrecadadas com serviços, os serviços de transporte tem um valor de dezesseis mil quinhentos e cinquenta e seis reais de taxas de embarques, e no primeiro quadrimestre houve uma arrecadação de cinquenta e cinco mil novecentos e noventa reais e o que justifica essa diferença. Malagi respondeu que é devido ao período, início de ano tem-se mais viagem e conseqüentemente maior arrecadação, maior numero de passageiros. O vereador Bernardi sugeriu fazer um estudo dos últimos anos e ajustar a realidade, acreditando que para o próximo ano será reduzido o orçamento do município. Saliou sobre os investimentos em teatro e que deve ser analisado. Questionou se o décimo terceiro é pago integralmente em dezembro ou parcelado. Marcelo respondeu que já foi pago cinquenta por cento no mês de junho, que também somou para o déficit do município, e o restante será pago em dezembro com os encargos, o INSS é pago integral em dezembro e o FGTS é pago metade em junho e metade em dezembro. O vereador Fabrício questionou sobre a transferência de capital, onde havia uma previsão de trinta e oito mil e teve uma arrecadação de três milhões seiscentos e sessenta e seis reais. Marcelo explicou que só receitas dos convênios, aquisição de equipamentos e obras. Fabrício questionou sobre o demonstrativo de aplicação em saúde que foi aplicado trinta e um milhões e em que foi aplicado. Marcelo respondeu que esse valor é para manutenção da secretaria de saúde, salário, material de consumo, serviços. O que falta dos recursos repassado pela união o município complementa para manter a saúde. O vereador Rodrigo questionou sobre os serviços de saúde onde o município de Palmas repassou o valor de dezessete mil novecentos e vinte e três reais e vinte centavos, e esse valor é igual ao do primeiro quadrimestre. Marcia

Carvalho, secretaria de saúde, informou que esse valor é fixo, os demais municípios varia de acordo com o número de uso e Palmas tem repassado mais do que tem usado. Polazzo questionou sobre as obras em andamento, qual motivo de algumas estarem paralisadas como o Reservatório de cheias do Rio Ligeiro, que parou em 2015 com vinte e um por cento da obra. Malagi informou que até o momento a obra não foi retomada. Polazzo questionou sobre o córrego Fundo que também está paralisada. Malagi não soube informar com precisão mas acredita ter chegado ofício sobre essa obra e que irá verificar e informar. Polazzo questionou a obra da escola do Bairro São João que está no terceiro ano e com sessenta e sete por cento da obra. Malagi informou que essas dificuldades devidos aos repasses do Governo Federal, o convenio não está paralisado, está vigente, mas não tem repasse de recursos. Polazzo ressaltou a ausência da secretaria de educação e questionou sobre o investimento nesta secretária, que é diferente da saúde, onde há repasse de material, medicamentos. E na educação com exceção de salário e merenda os gastos ficam na escola, são investimentos. Questionou que são esses gastos de mais de dez milhões que teve no quadrimestre e irá questionar a Secretaria sobre isso. O mesmo irá fazer sobre o investimento a mais em saúde de quinze milhões investido a mais. Marcia Carvalho ressaltou que a saúde, de fato, está no seu limite de gasto, que em todo lugar o limite é de vinte e cinco por cento e que nosso município excede e muito esse valor e que estão se reestruturando, retomando a atenção básica para diminuir o restante para tentar melhorar. E com relação aos outros municípios também, tem que se repactuar. Polazzo questionou sobre os precatórios trabalhistas, que há um valor alto depositado, mas há um valor maior ainda de precatórios a ser pago e que a Comissão de Finanças irá enviar Ofício questionando os valores. Polazzo questionou a os valores de restos a pagar de 2015 que está muito alto. Marcelo respondeu que apenas um empenho de obra, de abacia de contenção do Bairro Bonato, passa de seis milhões e oitocentos mil reais, há mais umas duas a três obras que somam mais uns cinco milhões. Polazzo questionou o posto de combustível do aeroporto, se é uma concessão mensal ou licitação. O Marcelo respondeu que a ANAC repassa um valor pro município como serviços, são obras em andamento. Vereador Bernardi salientou que deve-se ser feito um trabalho para levantar todos os valores de despesas e principalmente de receitas do município. Malagi agradeceu e enfatizou que o Município se preocupa muito com a estrutura e organização, Polazzo falou sobre a necessidade de usar as audiências públicas como ferramenta de discussão dessas questões em relação aos recursos públicos e buscar a presença dos secretários para que respondam cada por suas pastas. Marcelo complementou que sobre essas receitas do Município, já foi tentado ajustar isso para 2018 que é um valor menor que 2017. Malagi complementou que a primeira audiência onde é elaborado o PPA e a LDO, analisando o histórico nacional e elaboração, análise e discussão de Programas, que nessas audiências é muito pouca a participação de vereadores, secretários e população e que a obrigação do executivo de estar presente em apresentar o que se propõe é feita, mas que deveria ser discutida pela população., pois esta é extremamente inteligente e participativa e que tem idéias maravilhosas e deveria expor e ajudar na elaboração dos projetos e

programas do governo. Não havendo mais questionamentos e sem mais assuntos a vereadora Mari agradeceu e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Marcelo Elizandra Kovalski da Silva, lavrei a presente Ata que será assinada por algumas das pessoas presentes.

Pato Branco, 28 de Setembro de 2017.

Audiência Pública
 Apresentação do Cumprimento das Metas Fiscais
 2º Quadrimestre de 2017
 28/09/2017 - 13h30min
 Município de Pato Branco

Lista de Presença

	Nome	Entidade	Assinatura
01	Alexandro K N do Silva	Indeferencia	Alexandro
02	Miricela Calogari	Sug. de Saúde	Miricela
03	Valter	AMORIM	Valter
04	CLAYTON MIR JACO	AMORIM	Clayton
05	CRISTIANO S. BOLZAS	GENEADON	Cristiano
06	Rodrigo Corrêa	VEREADOR	Rodrigo
07	Mozieres Hoff geherardt	VEREADOR	Mozieres
08	Yrvaldo Dieltoni	S.A.S.	Yrvaldo
09	João C. Gomes da Silva	S.M.B.	João
10	Paulo Roberto de Souza	CMS SÃO JOSÉ	Paulo
11	ANTONIO RUIZ O	PREF.	Antônio
12	SEAN DANKHA	Camara	Sean
13	Felício Luis de Nullo	VEREADOR	Felício
14	Ademir Lourenço		Ademir
15	JADER M. SANTOS		Jader
16	GILBERTO SANTOS		Gilberto
17	PAULO RICARDO DE S. CEMENARO	S. M. A. S.	Paulo
18	CLEJERSON MIZZI	PM P.B.	Clejerson
19	MARLYTO ROSE SERRANO	PM P.B.	Marlyto
20	Marcia Rimon	PM P.B.	Marcia
21	MARCIA F. de Carvalho	S.M.S.	Marcia
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº1808/2018

Processo Nº: 281192/18

Data e hora da distribuição: 26/04/2018 10:20:48

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL

Entidade: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Interessado: AUGUSTINHO ZUCCHI

Exercício: 2017

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Impedimentos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 281192/18

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

INSTRUÇÃO Nº: 1342/2018 - CGM - PRIMEIRO EXAME

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO. Prestação de Contas do exercício de 2017. Primeiro Exame. Contas com Restrições - Cabe aplicação de multa.

SUMÁRIO DO ESCOPO DA ANÁLISE E INDICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS APONTADAS NESTA INSTRUÇÃO

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ITENS CONSTATADOS	ITENS NÃO CONSTATADOS
CONTROLE INTERNO		
Ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão.		Nada Constatado
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO		
Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS.		Nada Constatado
ASPECTOS FINANCEIROS		
Repasses de recursos financeiros ao Poder Legislativo Municipal acima do previsto constitucionalmente e/ou no orçamento.		Nada Constatado
Divergências nos registros de transferências constitucionais dos repasses de FPM, ICMS, IPVA e FUNDEB.		Nada Constatado
RESULTADO PATRIMONIAL		
Ausência de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação. Considera ainda a hipótese de a publicação não atender às especificações.		Nada Constatado
Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIMAM.	Há Restrição	
AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO NO ENSINO BÁSICO MUNICIPAL		
Falta de aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.		Nada Constatado
Falta de aplicação de no mínimo 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério.		Nada Constatado
Falta de aplicação de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB no exercício da arrecadação. Saldo deixado de aplicar no primeiro trimestre do exercício seguinte excede a 5%.		Nada Constatado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES DE SAÚDE MUNICIPAL		
Falta de aplicação do índice mínimo de 15% em serviços e ações de saúde pública.		Nada Constatado
ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
Limite de despesas com pessoal – não retorno ao limite no prazo legal.		Nada Constatado
Limite de despesas com pessoal – não redução de 1/3 no prazo legal.		Nada Constatado
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – ausência de comprovação da realização.	Há Restrição	
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – atraso na realização.	Análise Inviável	
Limite da Dívida Consolidada – não redução de 25% no prazo legal.		Nada Constatado
Limite da Dívida Consolidada – não retorno ao limite no prazo legal.		Nada Constatado
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – ausência de comprovação da publicação.	Há Restrição	
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – atraso na publicação.	Análise Inviável	
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – ausência de comprovação da publicação.	Há Restrição	
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – atraso na publicação.	Análise Inviável	
MULTAS DECORRENTES DE ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	Ressalva com Multa	
Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso.		Nada Constatado
OUTRAS VERIFICAÇÕES		
Acompanhamento de Acórdão do TCE/PR.		Nada Constatado
Falta de Reconhecimento de Despesa Previdenciária		Nada Constatado
Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR	Há Restrição	

PRELIMINARES

Trata-se da prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, relativa ao exercício financeiro de 2017, cujo conteúdo e estruturação encontram-se definidos nas Instruções Normativas nº 138/2018 e 140/2018, do Tribunal de Contas do Paraná.

A presente Instrução tem por finalidade reportar as demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultados relativos ao período abrangido pelo processo e verificar o atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Complementar nº 113/2005 e do Regimento Interno - Resolução nº 01/2006 e atualizações.

O exame realizado no processo deteve-se na verificação do cumprimento dos procedimentos aplicáveis à Administração Pública e na avaliação de pontos de controle atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, especialmente a Lei Complementar nº 101/00, com o objetivo de instruir a emissão do Parecer Prévio sobre as contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

PARTE I - EXPOSITIVA

Este título contempla as principais peças da execução orçamentária, financeira, patrimonial e de resultado, na conformação aos formatos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, além dos demonstrativos relativos ao atendimento das exigências legais e constitucionais. Os valores que serão reproduzidos foram extraídos da base de dados de responsabilidade exclusiva da entidade municipal, transmitidas no âmbito do Sistema de Informações Municipais - SIM.

RESPONSÁVEIS PELA ENTIDADE

CARGO/FUNÇÃO	NOME	CPF	INÍCIO	FINAL	CRC
Prefeito	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	01/01/2013	31/12/2020	
Contador	ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA	042.387.079-31	14/04/2015	31/12/2020	058078
Controle Interno	SANDRO MARCOS CANDIDO SILVA	026.149.309-46	01/09/2014	31/12/2017	

1 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

1.1 - PLANO PLURIANUAL

Aprovado pela Lei Municipal nº 285/2014 de 02/08/2014.

1.2 - DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As Diretrizes para elaboração da proposta orçamentária foram aprovadas pela Lei Municipal nº 4836/2015 de 27/7 /2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

1.3 - ORÇAMENTO ANUAL

O Orçamento para o exercício foi aprovado pela Lei Municipal nº 4918/2016, de 15/12/2016.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO

TIPO DE CRÉDITO ADICIONAL	LEI Nº
a) Créditos Suplementares	4918/2016, 5011/2017, 5044/2017
b) Créditos Especiais	4935/2017, 4936/2017, 4937/2017, 4938/2017, 4939/2017, 4940/2017, 4944/2017, 4946/2017, 4947/2017, 4949/2017, 4950/2017, 4951/2017, 4952/2017, 4953/2017, 4959/2017, 4960/2017, 4961/2017, 4962/2017, 4963/2017, 4964/2017, 4972/2017, 4973/2017, 4974/2017, 4975/2017, 4981/2017, 4986/2017, 4990/2017, 4994/2017, 4995/2017, 4996/2017, 4997/2017, 4998/2017, 4999/2017, 5000/2017, 5001/2017, 5002/2017, 5003/2017, 5004/2017, 5005/2017, 5006/2017, 5012/2017, 5013/2017, 5014/2017, 5029/2017, 5030/2017, 5032/2017, 5036/2017, 5040/2017, 5042/2017, 5043/2017, 5053/2017, 5054/2017, 5063/2017, 5064/2017, 5065/2017, 5066/2017, 5069/2017, 5074/2017, 5075/2017, 5076/2017
c) Créditos Extraordinários	Não houve

Resumo das Alterações:

TIPO DE CRÉDITO ADICIONAL	VALOR
Créditos Especiais	43.322.262,88
Créditos Extraordinários	0,00
Créditos Suplementares	67.523.891,60
TOTAL	110.846.154,48

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR
Cancelamento de Dotações	63.308.277,10
Excesso de Arrecadação	36.690.782,98
Operações de Crédito	1.968.953,00
Superávit Financeiro	8.878.141,40
TOTAL	110.846.154,48

2.2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
12/2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISAÇÃO INICIAL	PREVISAÇÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	329.586.320,18	329.586.320,18	261.310.666,14	- 68.275.654,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	80.208.507,04	80.208.507,04	48.644.615,77	- 31.563.891,27
Impostos	72.992.999,04	72.992.999,04	41.533.316,24	- 31.459.682,80
Taxas	5.915.508,00	5.915.508,00	7.392.469,08	1.476.961,08
Contribuição de Melhoria	1.320.000,00	1.320.000,00	0,00	- 1.320.000,00
(-) Deduções da Receita Tributária	- 20.000,00	- 20.000,00	- 281.169,55	- 261.169,55
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.881.200,00	3.881.200,00	6.700.891,88	2.819.691,88
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	3.881.200,00	3.881.200,00	6.701.104,60	2.819.904,60
(-) Deduções da Receita de Contribuições	0,00	0,00	- 212,72	- 212,72
RECEITA PATRIMONIAL	2.395.200,00	2.395.200,00	2.273.400,65	- 121.799,35
Receitas Imobiliárias	544.000,00	544.000,00	291.720,70	- 252.279,30
Receitas de Valores Mobiliários	1.851.200,00	1.851.200,00	1.983.041,35	131.841,35
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Patrimonial	0,00	0,00	- 1.361,40	- 1.361,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	- 1.200.000,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	- 1.200.000,00
(-) Deduções da Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.287.000,00	1.287.000,00	569.253,96	- 717.746,04
Receita Bruta de Serviços	1.287.000,00	1.287.000,00	569.253,96	- 717.746,04
(-) Deduções da Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	231.971.008,14	231.971.008,14	189.289.988,56	- 42.681.019,58
Transferências Intergovernamentais	223.680.827,96	223.680.827,96	185.332.141,59	- 38.348.686,37
Transferências de Instituições Privadas	395.000,00	395.000,00	426.119,48	31.119,48
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	96.300,00	96.300,00	80.050,52	- 16.249,48
Transferências de Convênios	7.798.880,18	7.798.880,18	3.451.676,97	- 4.347.203,21
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.643.405,00	8.643.405,00	13.832.515,32	5.189.110,32
Multas e Juros de Mora	2.456.000,00	2.456.000,00	2.663.289,24	207.289,24



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Indenizações e Restituições	223.400,00	223.400,00	5.344.621,76	5.121.221,76
Receita da Dívida Ativa	4.393.005,00	4.393.005,00	3.661.994,01	- 731.010,99
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.571.000,00	1.571.000,00	2.473.903,46	902.903,46
(-) Deduções de Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	- 311.293,15	- 311.293,15
RECEITAS DE CAPITAL	457.330,00	457.330,00	16.411.103,09	15.953.773,09
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	3.372.954,79	3.372.954,79
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	3.372.954,79	3.372.954,79
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	418.600,00	418.600,00	0,00	- 418.600,00
Alienação de Bens Móveis	418.600,00	418.600,00	0,00	- 418.600,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.730,00	38.730,00	13.038.148,30	12.999.418,30
Transferências Intergovernamentais	38.730,00	38.730,00	3.813.270,24	3.774.540,24
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	9.224.878,06	9.224.878,06
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	330.043.650,18	330.043.650,18	277.721.769,23	- 52.321.880,95
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	330.043.650,18	330.043.650,18	277.721.769,23	- 52.321.880,95
DEFICIT (IV)	0,00	40.263.377,38	0,00	- 40.263.377,38
TOTAL (V) = (III + IV)	330.043.650,18	370.307.027,56	277.721.769,23	- 92.585.258,33
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00	8.878.141,40	8.878.141,40	0,00
Superávit Financeiro	0,00	8.878.141,40	8.878.141,40	0,00
Reabertura de créditos adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	292.482.856,50	315.381.159,63	245.505.532,19	233.693.618,52	228.950.059,35	69.875.627,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	144.756.522,09	152.191.109,73	123.442.718,90	123.442.718,90	123.409.560,62	28.748.390,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.750.000,00	3.750.000,00	2.702.917,09	2.702.917,09	2.702.917,09	1.047.082,91



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	143.976.334,41	159.440.049,90	119.359.896,20	107.547.982,53	102.837.581,64	40.080.153,70
DESPESAS DE CAPITAL	28.616.293,68	53.255.867,93	22.250.491,58	15.981.467,08	15.426.955,80	31.005.376,35
INVESTIMENTOS	22.055.293,68	46.944.867,93	19.656.131,10	13.387.106,60	12.832.595,32	27.288.736,83
INVERSOES FINANCEIRAS	661.000,00	411.000,00	0,00	0,00	0,00	411.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.900.000,00	5.900.000,00	2.594.360,48	2.594.360,48	2.594.360,48	3.305.639,52
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	1.140.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	322.239.150,18	369.777.027,56	267.756.023,77	249.675.085,60	244.377.015,15	102.021.003,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	530.000,00	530.000,00	7.954,94	7.954,94	7.954,94	522.045,06
Amortização da Dívida Interna	530.000,00	530.000,00	7.954,94	7.954,94	7.954,94	522.045,06
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	530.000,00	530.000,00	7.954,94	7.954,94	7.954,94	522.045,06
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	322.769.150,18	370.307.027,56	267.763.978,71	249.683.040,54	244.384.970,09	102.543.048,85
SUPERÁVIT (IX)	7.274.500,00	0,00	9.957.790,52	28.038.728,69	33.336.799,14	- 9.957.790,52
TOTAL (X) = (VII + IX)	330.043.650,18	370.307.027,56	277.721.769,23	277.721.769,23	277.721.769,23	92.585.258,33

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 19/06/2018 14:55

2.3 - RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS

2.3.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DE FONTES NÃO VINCULADAS A PROGRAMAS, CONVÊNIOS, OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E RPPS

ESPECIFICAÇÃO	Exercício de 2014	%	Exercício de 2015	%	Exercício de 2016	%	Exercício de 2017	%
1 - Receitas Correntes	137.832.984,31	99,83	153.084.495,56	99,94	172.708.602,91	99,99	188.326.416,74	100,00
2 - Receitas de Capital	232.430,00	0,17	96.197,50	0,06	24.090,00	0,01	0,00	0,00
3 - Soma da Receita (1+2)	138.065.414,31	100,00	153.180.693,06	100,00	172.732.692,91	100,00	188.326.416,74	100,00
4 - Despesas Correntes	125.573.781,68	90,95	142.343.835,56	92,93	156.932.112,18	90,85	168.071.037,93	89,24
5 - Despesas de Capital	12.144.648,88	8,80	7.553.920,79	4,93	11.795.770,80	6,83	7.780.035,37	4,13
6 - Soma da Despesa (4+5)	137.718.430,56	99,75	149.897.756,35	97,86	168.727.882,98	97,68	175.851.073,30	93,38
7 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO (3-6)	346.983,75	0,25	3.282.936,71	2,14	4.004.809,93	2,32	12.475.343,44	6,62
8 - Interferências Financeiras	-3.549.842,20	-2,57	-3.801.694,56	-2,48	-3.998.754,00	-2,31	-4.300.096,54	-2,28
9 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (7+8)	-3.202.858,45	-2,32	-518.757,85	-0,34	6.055,93	0,00	8.175.246,90	4,34
10 - Cancelamento de Restos a Pagar	788.021,22	0,57	580.450,37	0,38	927.126,91	0,54	799.741,09	0,42
11 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

12 - Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (9+10+11+12)	-2.414.837,23	-1,75	61.692,52	0,04	933.182,84	0,54	8.974.987,99	4,77
14 - Superávit/Déficit do Exercício Anterior	2.859.813,08	2,07	444.975,85	0,29	506.668,37	0,29	1.439.851,21	0,76
15 - Total do Ativo Realizável	5.258.576,88	3,81	6.588.190,68	4,30	8.265.999,74	4,79	9.116.672,06	4,84
16 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (13+14-15)	-4.813.601,03	-3,49	-6.081.522,31	-3,97	-6.826.148,53	-3,95	1.298.167,14	0,69

Nota 1 – O demonstrativo é composto pelos recursos não vinculados a programas, convênios, operações de crédito e Regime Próprio de Previdência Social, conforme Instrução Normativa nº 138/2018.

Nota 2 – Será gerada restrição para a entidade quando a linha 16 "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO" for negativo (Deficitário) no exercício de 2017 e o valor do resultado financeiro acumulado do exercício anterior (2016) for superávit, ou o valor do déficit acumulado do exercício anterior (2016) for inferior ao resultado financeiro acumulado (déficit) apurado no exercício de 2017, conforme definido na Instrução Normativa nº 138/2018.

Nota 3 – Observa-se que para fins de apuração do "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (16)" foram excluídos os valores registrados no "ATIVO REALIZÁVEL (15)".

2.3.2 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO - TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	Exercício de 2014	%	Exercício de 2015	%	Exercício de 2016	%	Exercício de 2017	%
1 - Receitas Correntes	191.224.065,76	91,11	210.235.109,68	92,60	235.582.413,29	94,04	261.310.666,14	94,09
2 - Receitas de Capital	18.661.376,80	8,89	16.808.640,91	7,40	14.925.112,92	5,96	16.411.103,09	5,91
3 - Soma da Receita (1+2)	209.885.442,56	100,00	227.043.750,59	100,00	250.507.526,21	100,00	277.721.769,23	100,00
4 - Despesas Correntes	181.226.443,15	86,35	196.053.038,97	86,35	219.273.470,66	87,53	245.505.532,19	88,40
5 - Despesas de Capital	45.114.869,73	21,49	25.666.690,68	11,30	30.593.463,80	12,21	22.258.446,52	8,01
6 - Soma da Despesa (4+5)	226.341.312,88	107,84	221.719.729,65	97,66	249.866.934,46	99,74	267.763.978,71	96,41
7 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO (3-6)	-16.455.870,32	-7,84	5.324.020,94	2,34	640.591,75	0,26	9.957.790,52	3,59
8 - Interferências Financeiras	-3.549.842,20	-1,69	-3.801.694,56	-1,67	-3.998.754,00	-1,60	-4.300.096,54	-1,55
9 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (7+8)	-20.005.712,52	-9,53	1.522.326,38	0,67	-3.358.162,25	-1,34	5.657.693,98	2,04
10 - Cancelamento de Restos a Pagar	1.311.516,11	0,62	1.099.317,72	0,48	1.633.376,34	0,65	1.753.965,19	0,63
11 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Despesas Não Empenhadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - RESULTADO AJUSTADO DO EXERCÍCIO (9+10+11+12)	-18.694.196,41	-8,91	2.621.644,10	1,15	-1.724.785,91	-0,69	7.411.659,17	2,67
14 - Superávit/Déficit do Exercício Anterior	5.109.512,03	2,43	-13.584.684,38	-5,98	-10.963.040,28	-4,38	-12.687.826,19	-4,57
15 - Total do Ativo Realizável	5.258.576,88	2,51	6.588.190,68	2,90	8.265.999,74	3,30	9.116.672,06	3,28
16 - RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (13+14-15)	-18.843.261,26	-8,98	-17.551.230,96	-7,73	-20.953.825,93	-8,36	-14.392.839,08	-5,18

Nota 1 – O demonstrativo tem caráter informativo, nos termos da Instrução Normativa nº 138/2018.

Nota 2 – Observa-se que para fins de apuração do "RESULTADO FINANCEIRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (16)" foram excluídos os valores registrados no "ATIVO REALIZÁVEL (15)".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2.4 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO

2.4.1 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO DAS FONTES LIVRES

Período	Ativo Líquido	Passivo Descoberto
Resultado do Exercício de (2014)	0,00	-4.813.601,03
Resultado do Exercício de (2015)	0,00	-6.081.522,31
Resultado do Exercício de (2016)	0,00	-6.826.148,53
Resultado do Exercício de (2017)	1.298.167,14	0,00



2.4.2 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO DE TODAS AS FONTES

Período	Ativo Líquido	Passivo Descoberto
Resultado do Exercício de (2014)	0,00	-18.843.261,26
Resultado do Exercício de (2015)	0,00	-17.551.230,96
Resultado do Exercício de (2016)	0,00	-20.953.825,93
Resultado do Exercício de (2017)	0,00	-14.392.839,08





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2.5 - BALANÇO FINANCEIRO

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
BALANÇO FINANCEIRO
12/2017

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	277.721.769,23	250.507.526,21	Despesa Orçamentária (VI)	267.763.978,71	249.866.934,46
Ordinária	164.842.944,02	153.221.976,63	Ordinária	134.010.908,52	131.756.654,44
Vinculada	112.878.825,21	97.285.549,58	Vinculada	133.753.070,19	118.110.280,02
Transferências do FUNDEB	31.573.066,18	27.847.066,27	Transferências do FUNDEB	31.828.836,23	27.080.462,85
Transferências Voluntárias	15.144.487,50	7.121.743,10	Transferências Voluntárias	12.075.339,85	10.659.372,44
Alienação de Bens	8.076,82	36.977,27	Alienação de Bens	0,00	11.006,00
Operações de Crédito	3.389.425,55	3.075.071,76	Operações de Crédito	1.968.953,00	3.197.231,15
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	1.595,60	2.638,40	Regime Próprio de Previdência	0,00	23.429,76
Transferências de Programas	70.859.843,84	67.575.380,04	Transferências de Programas	77.868.612,56	67.259.018,13
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Origens	12.112.971,71	10.469.526,32	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Deduções da Receita Orçamentária	- 20.210.641,99	- 18.842.853,58	Outras Origens	10.011.328,55	9.879.759,69
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.974.403,46	2.571.246,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	7.274.500,00	6.570.000,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	56.761.512,13	55.731.274,28	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	60.189.585,71	46.211.025,03
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.298.070,45	11.318.562,79	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	11.901.729,67	4.733.410,32
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	18.080.938,17	14.047.643,87	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	14.837.635,29	11.192.441,48
Realizável - Inscrição	0,00	0,00	Realizável - Cancelam./Baixa	0,00	0,00
Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	Cisão, Fusão, Extin.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	33.382.503,51	30.365.067,62	Valores Restituíveis	33.450.220,75	30.285.173,23
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	28.811.080,94	22.648.993,94	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	31.040.701,34	28.811.080,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.545.081,20	16.060.803,26	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.924.029,28	20.545.081,20
Realizável	8.265.999,74	6.588.190,68	Realizável	9.116.672,06	8.265.999,74
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	366.268.765,76	331.459.040,43	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	366.268.765,76	331.459.040,43

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
Data e Hora da emissão: 19/06/2018 14:55



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2.6 - REPASSES AO PODER LEGISLATIVO

CÓDIGO RECEITA	DESCRIÇÃO RECEITA	VALOR
172136	Compensação Financeira LC 87	300.119,40
1130	Contribuição de Melhoria	0,00
17210102	Cota parte do F P M	36.188.602,42
172101(03,04,99)	Cota parte do F P M - E.C. 55/2007 - E.C. 84/2014	2.670.657,98
17210132	Cota parte do IOF - Ouro	0,00
17220101	Cota Parte do I C M S	39.636.394,15
17220102	Cota Parte do I P V A	16.171.200,32
17210105	Cota Parte do I T R	114.141,25
17220104	Fundo de Exportação	538.459,93
111	Impostos	36.711.934,58
1911, 1913	Multas e Juros	748.100,07
1931	Dívida Ativa Tributária	2.322.816,79
112	Taxas	6.780.843,34
	Renúncias, Restituições e Descontos s/ Tributos	-244.009,33
	TOTAL COM RENUNCIAS	141.939.260,90
	População (IBGE de 2016)	79.011,00
	Percentual Limite (E.C. 58/2009)	7,00
	Limite da Despesa da Câmara em 2017	9.935.748,26
	Despesa Prevista da Câmara em 2017	7.274.500,00
	Transferência Financeira/Pagamento Orçamentário 2017	4.300.096,54

2.7 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

DESCRIÇÃO	TRANSFERÊNCIA	CONTABILIZADO	DIFERENÇA
Cota Parte FPM	37.549.283,92	37.549.282,05	1,87
Cota Parte ICMS	45.847.770,64	45.847.770,64	0,00
Cota Parte IPVA	16.632.498,46	16.632.505,51	-7,05
Transferencia FUNDEB	31.407.599,73	31.407.599,73	0,00

Nota - Para este item de análise apura-se restrição quando a diferença apurada for superior à R\$ 15.000,00 (valor de alçada estabelecido no § 5º do artigo 1º da Resolução nº 60/17 - TCE/PR).

3 - ASPECTOS PATRIMONIAIS

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Participações Av aliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	Resultado do Exercício	113.496.602,26	85.967.949,19
Propriedades para Inv estimento	0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores	371.629.469,20	371.629.469,20
Demais Inv estimentos Permanentes	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	6.735.670,09	10.114.625,15
<u>Imobilizado</u>	444.599.276,07	420.508.277,36	Outros Resultados	50.022,86	50.022,86
Bens Móveis	40.875.615,48	39.297.653,28	Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Bens Imóveis	403.723.660,59	381.210.624,08			
<u>Intangível</u>	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00			
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00			
<u>Diferido</u>	0,00	0,00			
TOTAL DO ATIVO	532.824.777,37	513.760.743,16	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	491.911.764,41	467.762.066,40
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	532.824.777,37	513.760.743,16

ATIVO FINANCEIRO	31.040.701,34	28.811.080,94	PASSIVO FINANCEIRO	36.316.868,36	41.498.907,13
ATIVO PERMANENTE	501.784.076,03	484.949.662,22	PASSIVO PERMANENTE	35.035.262,82	33.466.008,20
SALDO PATRIMONIAL				461.472.646,19	438.795.827,83

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldos dos Atos Potenciais Ativos			Saldos dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conv eniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	0,00	0,00	Obrigações Conv eniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	0,00	0,00
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 19/06/2018 14:55

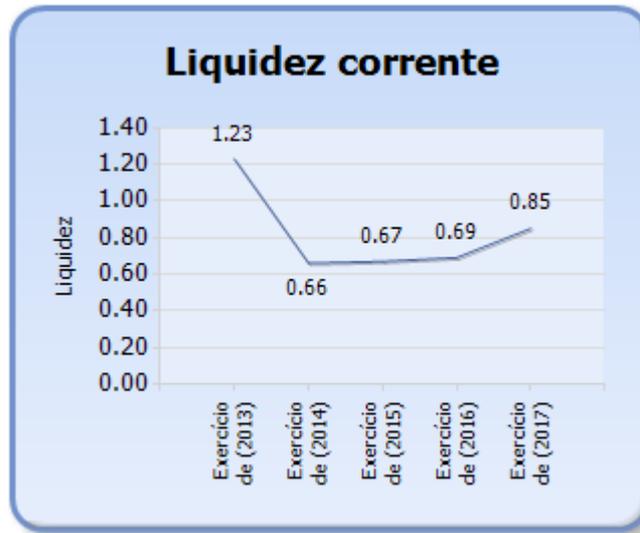
3.2 - EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (TODAS AS FONTES)

Período	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Disponível	Liquidez Corrente
Exercício de (2013)	27.219.098,37	22.109.586,34	5.109.512,03	1,23
Exercício de (2014)	26.700.346,49	40.285.030,87	-13.584.684,38	0,66
Exercício de (2015)	22.648.993,94	33.612.034,22	-10.963.040,28	0,67
Exercício de (2016)	28.811.080,94	41.498.907,13	-12.687.826,19	0,69
Exercício de (2017)	31.040.701,34	36.316.868,36	-5.276.167,02	0,85



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM



3.3 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
12/2017

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	282.094.047,02	257.679.178,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.911.304,27	51.922.023,25
Impostos	45.893.645,43	42.570.327,46
Taxas	10.017.662,72	9.348.572,75
Contribuições de Melhoria	- 3,88	3.123,04
Contribuições	6.876.886,95	6.389.882,13
Contribuições Sociais	80.000,52	0,00
Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	6.796.886,43	6.389.882,13
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	910.170,75	918.144,93
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	910.170,75	918.144,93
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.562.750,66	2.530.684,89
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	341.699,01	503.485,80
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.978.410,90	2.014.155,52
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	242.640,75	13.043,57
Transferências e Delegações Recebidas	206.809.410,77	185.426.294,75
Transferências Intragovernamentais	2.974.403,46	2.521.223,14
Transferências Intergovernamentais	203.780.417,23	182.892.709,61
Transferências das Instituições Privadas	50.697,50	12.362,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	3.892,58	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos	2.395.054,79	61.760,12
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	2.395.054,79	61.760,12
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.628.468,83	10.430.388,08
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	1.242.881,76	3.401.485,12
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.385.587,07	7.028.902,96

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	254.565.393,95	219.357.611,39
Pessoal e Encargos	121.722.951,50	117.561.018,38
Remuneração a Pessoal	96.120.885,02	90.906.519,35
Encargos Patronais	23.583.630,43	20.191.798,78
Benefícios a Pessoal	251.394,00	2.993.453,45
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.767.042,05	3.469.246,80
Benefícios Previdenciários	1.372.110,19	1.713.109,56
Aposentadorias e Reformas	1.348.110,43	1.413.940,98
Pensões	23.999,76	299.168,58
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	112.464.660,62	81.526.880,50
Uso de material de consumo	29.016.618,25	11.896.799,39
Serviços	83.448.042,37	69.630.081,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.513.642,07	2.147.412,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.304.377,84	2.106.234,39
Juros e Encargos de Mora	209.264,23	41.178,01
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	12.273.032,21	12.163.880,12
Transferências Intragovernamentais	7.274.500,00	6.958.963,01
Transferências Intergovernamentais	232.772,03	181.645,71
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	4.765.760,18	5.023.271,40
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos	528.845,51	1.719.473,24
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	528.845,51	1.719.473,24
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	2.962.609,40	2.525.837,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.895,42	388.540,07
Contribuições	2.949.713,98	2.137.297,12
Custo com Tributos	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	727.542,45	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	727.542,45	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	27.528.653,07	38.321.566,76

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	24.090.998,71	26.325.004,93
Desincorporação de Passivos	2.602.315,42	2.425.057,53
Incorporação de Passivos	3.372.954,79	3.049.896,18
Desincorporação de Ativos	0,00	24.090,00

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 19/06/2018 14:55

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO ÀS CONTAS PATRIMONIAIS

Restrição: Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Fonte de Critério: Lei 4.320/64, arts. 105 e 106 e Art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c Art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A comparação entre os valores dos grupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial, emitido pela contabilidade, evidenciou discrepância com os números levantados a partir dos dados enviados no Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), ferramenta de captação dos dados e registros de natureza contábil, financeira, orçamentária, tributária e patrimonial, cuja remessa cabe às próprias entidades, as quais são responsáveis pela exatidão das informações registradas na contabilidade, conforme demonstração abaixo.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea "g", inciso IV do art. 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do não cumprimento do regramento estabelecido pela Lei Federal nº 4320/64.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) demonstrativo individualizando as diferenças apuradas e os esclarecimentos para justificar as diferenças;
- b) comprovação da regularização dos valores no sistema SIM-AM ou na contabilidade;
- c) Balanço Patrimonial, assinado pelo Contador responsável;
- d) digitalização, em formato legível, da publicação do Balanço Patrimonial;
- e) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

O balanço patrimonial, encaminhado à peça nº 5, não apresenta o quadro do superávit/déficit financeiro, portanto não está estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – STN).

Demonstrativo do item:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

VALORES DO EXERCÍCIO ATUAL

DESCRIÇÃO DO ITEM	BP - SIM AM (R\$)	BP - ENTIDADE (R\$)	DIFERENÇAS (R\$)
Ativo circulante	76.707.732,07	76.707.732,07	0,00
Ativo não circulante	456.117.045,30	456.117.045,30	0,00
Total do ativo	532.824.777,37	532.824.777,37	0,00
Ativo financeiro	31.040.701,34	31.040.701,34	0,00
Ativo permanente	501.784.076,03	501.784.076,03	0,00
Saldo Patrimonial	461.472.646,19	461.472.646,19	0,00
Saldo dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	0,00
Passivo circulante	6.183.622,39	6.183.622,39	0,00
Passivo não circulante	34.729.390,57	34.729.390,57	0,00
Total do passivo	40.913.012,96	40.913.012,96	0,00
Total do patrimônio líquido	491.911.764,41	491.911.764,41	0,00
Total do passivo e patrimônio líquido	532.824.777,37	532.824.777,37	0,00
Passivo financeiro	36.316.868,36	36.316.868,36	0,00
Passivo permanente	35.035.262,82	35.035.262,82	0,00
Saldo dos atos potenciais passivos	0,00	0,00	0,00
Total do superávit/déficit financeiro*	-5.276.167,02	0,00	-5.276.167,02

OBS.: * Refere-se ao total das fontes de recursos do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, conforme MCASP – STN vigente para o exercício.

VALORES DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DESCRIÇÃO DO ITEM	BP - SIM AM (R\$)	BP - ENTIDADE (R\$)	DIFERENÇAS (R\$)
Ativo circulante	85.431.059,19	85.431.059,19	0,00
Ativo não circulante	428.329.683,97	428.329.683,97	0,00
Total do ativo	513.760.743,16	513.760.743,16	0,00
Ativo financeiro	28.811.080,94	28.811.080,94	0,00
Ativo permanente	484.949.662,22	484.949.662,22	0,00
Saldo Patrimonial	438.795.827,83	438.795.827,83	0,00
Saldo dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	0,00
Passivo circulante	12.556.805,25	12.556.805,25	0,00
Passivo não circulante	33.441.871,51	33.441.871,51	0,00
Total do passivo	45.998.676,76	45.998.676,76	0,00
Total do patrimônio líquido	467.762.066,40	467.762.066,40	0,00
Total do passivo e patrimônio líquido	513.760.743,16	513.760.743,16	0,00
Passivo financeiro	41.498.907,13	41.498.907,13	0,00
Passivo permanente	33.466.008,20	33.466.008,20	0,00
Saldo dos atos potenciais passivos	0,00	0,00	0,00
Total do superávit/déficit financeiro*	-12.687.826,19	0,00	-12.687.826,19

OBS.: * Refere-se ao total das fontes de recursos do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, conforme MCASP – STN vigente para o exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

4 - ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ABRANGÊNCIA
Limite de despesas com pessoal – não retomo ao limite no prazo legal.	Executivo e Legislativo
Limite de despesas com pessoal – não redução de 1/3 no prazo legal.	Executivo e Legislativo
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – ausência de comprovação da realização.	Executivo
Realização da Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais – atraso na realização.	Executivo
Limite da Dívida Consolidada – não redução de 25% no prazo legal.	Executivo
Limite da Dívida Consolidada – não retomo ao limite no prazo legal.	Executivo
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – ausência de comprovação da publicação.	Executivo
Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – atraso na publicação.	Executivo
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – ausência de comprovação da publicação.	Executivo e Legislativo
Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – atraso na publicação.	Executivo e Legislativo

4.1 - ALERTAS EMITIDOS REFERENTES ÀS ANÁLISES DO EXERCÍCIO DE 2017

BIMESTRE	TIPO DE ALERTA
6	Resultado Orçamentário

4.2 - DESPESAS COM PESSOAL

MÊS E ANO BASE	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESA COM PESSOAL	% GASTO	SITUAÇÃO
4/2015	197.272.996,06	88.049.337,30	44,63	Normal
8/2015	206.016.296,84	91.617.862,12	44,47	Normal
12/2015	210.153.366,44	97.726.169,70	46,50	Normal
4/2016	219.164.545,36	103.232.099,69	47,10	Normal
8/2016	221.762.672,17	109.660.438,30	49,45	Alerta 90
12/2016	235.579.774,89	115.639.133,56	49,09	Alerta 90
4/2017	247.382.483,53	118.638.132,11	47,96	Normal
8/2017	257.301.561,26	119.876.063,75	46,59	Normal
12/2017	261.309.070,54	122.426.435,00	46,85	Normal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

4.3 - DIVIDA CONSOLIDADA

MÊS E ANO BASE	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	% DA DCL	SITUAÇÃO
04/2016	219.164.545,36	10.615.869,95	4,84	Normal
08/2016	221.762.672,17	20.864.649,87	9,41	Normal
12/2016	235.579.774,89	24.518.187,64	10,41	Normal
04/2017	247.382.483,53	5.010.058,71	2,03	Normal
08/2017	257.301.561,26	15.210.450,77	5,91	Normal
12/2017	261.309.070,54	19.216.411,43	7,35	Normal

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS DA L.R.F.

Restrição: Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A entidade não comprovou a realização da Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016, haja vista o não envio da documentação solicitada por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do descumprimento Art. 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

a) prova de realização da Audiência Pública de Metas Fiscais da LDO mediante apresentação da convocação e das atas das audiências, acompanhado de declaração firmada pelo presidente da comissão de finanças (do Poder Legislativo) atestando a realização da audiência;

b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Comentários adicionais da análise técnica:

Às peças nº 21 e 22 foram encaminhadas a publicação do edital de convocação e a ata relativas à audiência do 3º quadrimestre de 2017, realizada em 27/02/2018. No entanto, conforme estabelecido no item 9, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 – TCE/PR, deveria ser encaminhada a documentação relativa à audiência do 3º quadrimestre de 2016, cujo prazo para realização era até 28/02/2017.

Restrição: Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A entidade não comprovou a Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016, haja vista o não envio do comprovante de publicação exigido por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, “g” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do descumprimento dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

a) prova de publicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consistindo das folhas dos jornais, em original, onde conste a respectiva publicidade;

b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

À peça nº 15 foi anexada a publicação realizada em 02/03/2018, relativa ao RREO do 6º bimestre de 2017. No entanto, conforme estabelecido no item 7, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 – TCE/PR, deveria ser encaminhada a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2016, cujo prazo para publicação era até 30/01/2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Restrição: Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A entidade não comprovou a Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016, haja vista o não envio do comprovante de publicação exigido por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, “g” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, conforme Acórdão nº 354/17-STP, em razão do descumprimento dos arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) prova de publicidade do Relatório de Gestão Fiscal, consistindo das folhas dos jornais, em original, onde conste a respectiva publicidade;
- b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

À peça nº 18 foi anexada a publicação realizada em 02/03/2018, relativa ao RGF do 3º quadrimestre de 2017. No entanto, conforme estabelecido no item 8, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 – TCE/PR, deveria ser encaminhada a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, cujo prazo para publicação era até 30/01/2017.

5 - GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

5.1 - DEMONSTRATIVO OBTIDO DO SISTEMA SIM-AM ENCAMINHADO PELO MUNICÍPIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
MDE
01/2017 A 12/2017

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DOS IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	78.368804,04	78.368804,04	43.748292,36	55,82%
1.1- Recéita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.427.005,00	22.427.005,00	11.632.532,13	51,87%
1.1.1- IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	10.117.598,30	51,62%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	2.827.005,00	2.827.005,00	1.514.933,83	53,59%
1.2- Recéita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	14.379.799,04	14.379.799,04	5.715.320,86	39,75%
1.2.1- ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	5.560.446,91	38,79%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	46.800,00	46.800,00	154.873,95	330,93%
1.3- Recéita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	31.122.000,00	31.122.000,00	17.754.306,28	57,05%
1.3.1- ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	16.930.806,64	59,20%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.522.000,00	2.522.000,00	823.499,64	32,65%
1.4- Recéita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.133,09	82,82%
1.4.1- IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.133,09	82,82%
1.5- Recéita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	130.766.213,00	130.766.213,00	101.193.616,92	77,39%
2.1- Cota-Parte FPM	51.568.213,00	51.568.213,00	37.549.282,05	72,81%
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	49.068.213,00	49.068.213,00	34.438.693,67	70,19%
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e alínea e	2.500.000,00	2.500.000,00	3.110.588,38	124,42%
2.2- Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	45.847.770,64	80,54%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	1.400.000,00	1.400.000,00	311.260,56	22,23%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	703.133,12	49,52%
2.5- Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	149.665,04	33,26%
2.6- Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	16.632.505,51	87,54%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	209.135.017,04	209.135.017,04	144.941.909,28	69,31%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	36.000,00	36.000,00	4.432,05	12,31%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.327.600,00	5.327.600,00	4.071.287,12	76,42%
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.855.000,00	3.855.000,00	2.709.937,48	70,30%
5.2- Outras Transferências do FNDE	1.424.000,00	1.424.000,00	1.328.798,84	93,31%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	48.600,00	48.600,00	32.550,80	66,98%
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	481.400,00	481.400,00	2.079.799,86	432,03%
6.1- Transferências de Convênios	478.400,00	478.400,00	2.054.006,88	429,35%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	3.000,00	3.000,00	25.792,98	859,77%
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.845.000,00	5.845.000,00	6.155.519,03	105,31%

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	22.332.317,00	22.332.317,00	19.616.605,17	87,84%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	8.700.000,00	8.700.000,00	6.887.738,38	79,17%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.164.000,00	10.164.000,00	9.169.553,91	90,22%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	120.000,00	120.000,00	62.252,04	51,88%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	158.400,00	158.400,00	140.626,68	88,78%
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	43.917,00	43.917,00	29.932,86	68,16%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.146.000,00	3.146.000,00	3.326.501,30	105,74%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	40.354.000,00	40.354.000,00	31.573.066,18	78,24%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	40.328.000,00	40.328.000,00	31.407.599,73	77,88%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.000,00	26.000,00	165.466,45	636,41%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	17.995.683,00	17.995.683,00	11.790.994,56	65,52%
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	17.995.683,00	17.995.683,00	11.790.994,56	65,52%
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%

DESPESAS DO FUNDEB ds Sumario Item	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	32.400.000,00	32.674.672,90	26.627.254,32	81,49%	26.627.254,32	81,49%	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	32.400.000,00	32.674.672,90	26.627.254,32	81,49%	26.627.254,32	81,49%	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

14- OUTRAS DESPESAS	7.954.000,00	7.954.000,00	5.201.581,91	65,40%	5.201.581,91	65,40%	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	7.954.000,00	7.954.000,00	5.201.581,91	65,40%	5.201.581,91	65,40%	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	40.354.000,00	40.628.672,90	31.828.836,23	78,34%	31.828.836,23	78,34%	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	3.732,25
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	3.732,25
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	274.672,90
17.1 - FUNDEB 60%	274.672,90
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	278.405,15

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	31.550.431,08
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	83,47
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	16,46
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	0,07

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	274.606,27
21 - DESPESAS CUSTEADAS COMO SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE <EXERCÍCIO>	274.606,27

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE ds Sumario Item	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.223.800,00	8.417.712,95	6.980.845,08	82,93%	6.402.257,18	82,93%	578.587,90
22.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
22.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.223.800,00	8.417.712,95	6.980.845,08	82,93%	6.402.257,18	82,93%	578.587,90
23- ENSINO FUNDAMENTAL	55.916.116,00	58.269.864,91	46.380.794,82	79,60%	46.021.395,70	79,60%	359.399,12
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	40.354.000,00	40.628.672,90	31.828.836,23	78,34%	31.828.836,23	78,34%	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	15.562.116,00	17.641.192,01	14.587.018,37	82,69%	14.221.379,25	82,69%	365.639,12
23.9- (-) Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	- 35.059,78	0,00%	- 28.819,78	0,00%	- 6.240,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	750.000,00	231.461,40	40.697,90	17,58%	40.697,90	17,58%	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

27- OUTRAS	1.191.000,00	1.191.000,00	922.365,11	77,44%	918.069,12	77,44%	4.295,99
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	67.080.916,00	68.110.039,26	54.324.702,91	79,76%	53.382.419,90	79,76%	942.283,01

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	11.790.994,56
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49 fundeb)	165.466,45
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	274.606,27
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	3.144,94
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	12.234.212,22
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))	41.127.427,68
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECETA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	28,38

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO ds Sumario Item	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGARNÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g+i)/d)x100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.903.000,00	3.903.000,00	2.776.068,14	71,13%	2.568.120,41	71,13%	207.947,73
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	624.000,00	1.449.480,16	1.149.513,36	79,31%	619.274,89	79,31%	530.238,47
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	4.527.000,00	5.352.480,16	3.925.581,50	73,34%	3.187.395,30	73,34%	738.186,20
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	71.607.916,00	73.462.519,42	58.250.284,41	79,29%	56.569.815,20	79,29%	1.680.469,21

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADOS EM 2017 (j)
45- RESTOSA PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.420.538,91	3.144,94

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE <EXERCÍCIO ANTERIOR>	298.564,06	259.759,05

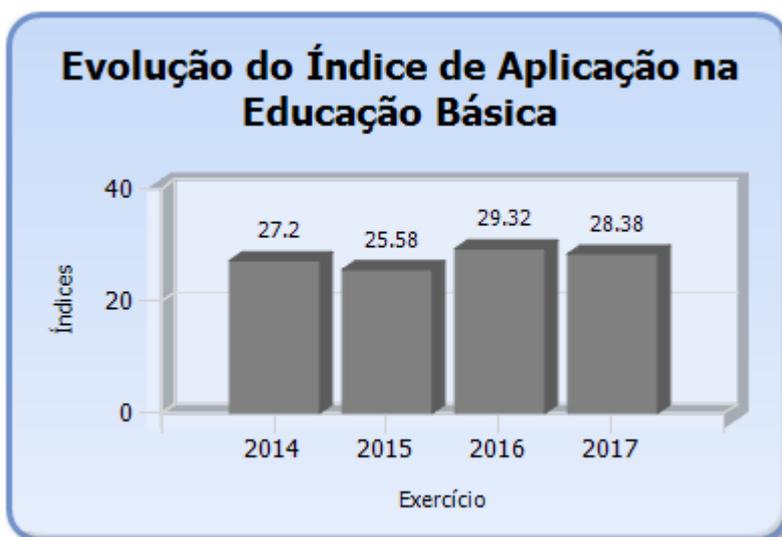


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	31.407.599,73	2.709.937,48
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	31.848.024,91	2.621.436,08
48.1 - Orçamento do Exercício	31.824.067,12	2.562.892,71
48.2 - Restos a Pagar	23.957,79	58.543,37
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	165.466,45	15.324,40
50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	23.605,33	363.584,85
51 - (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 - Retenções	0,00	0,00
51.2 - Conciliação Bancária	0,00	0,00
52 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	23.605,33	363.584,85

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 19/06/2018 14:55



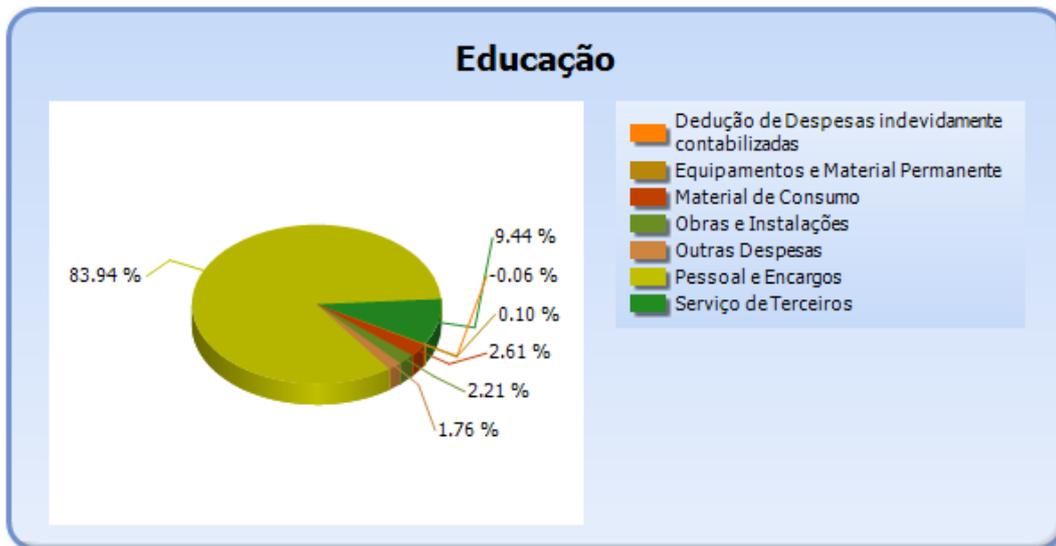
5.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA COM ENSINO POR NATUREZA

NATUREZA DA DESPESA	VALOR
CORRENTES	53.103.948,18
Pessoal e Encargos	45.599.277,88
Material de Consumo	1.418.638,21
Serviço de Terceiros	5.128.246,18
Outras Despesas	957.785,91
DE CAPITAL	1.255.814,51
Equipamentos e Material Permanente	53.180,80
Obras e Instalações	1.202.633,71
Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	-35.059,78
TOTAL	54.324.702,91



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM



5.3 - DETALHAMENTO DA DESPESA COM ENSINO POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	NOME DO PROJETO/ATIVIDADE	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
2089	Manutencao das atividades do gabinete do Secretario de Educacao e Cultura	220.716,00	165.441,15	55.274,85
2090	Manter, ampliar e fornecer alimentacao a todas as criancas dos CMI e Escolas Municipais.	1.089.000,00	922.365,11	166.634,89
2288	Manutencao do Conselho de Seguranca Alimentar	50.000,00	0,00	50.000,00
1041	Construir, reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares	597.000,00	577.116,65	19.883,35
1042	Adquirir veiculos para o Transporte Escolar e SMECEL	40.000,00	5.400,00	34.600,00
2092	Adquirimobiliarios, equipamentos, materiais pedagogicos, esportivos, recreativos, brinquedos p/ escolas e Centros de Educacao Infantil	223.003,35	46.532,80	176.470,55
2093	Aquisicao de Uniformes para alunos da rede municipal	150.000,00	0,00	150.000,00
2094	Manter o Conselho Municipal de Educacao	14.000,00	0,00	14.000,00
2096	Manutencao das atividades do Transporte Escolar e adequacao de veiculos	2.679.304,77	2.198.946,34	480.358,43
2162	Incentivo a eventos/datas comemorativas nas Escolas	84.200,00	23.524,81	60.675,19
2254	Manutencao das Instituicoes de Ensino Fundamental	2.093.371,16	1.258.399,49	834.971,67



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

1078	Construir, reformar, ampliar e gerenciar Centros de Educacao Infantil	625.517,06	625.517,06	0,00
2095	Manutencao dos Centros de Educacao Infantil	822.833,75	233.509,44	589.324,31
2091	Desenvolver e Manter o Projeto Familia na Escola	42.200,00	0,00	42.200,00
2097	Manutencao da Educacao Integral	162.000,00	88.790,57	73.209,43
2098	Manutencao das atividades do FUNDEB 60%	32.674.672,90	26.627.254,32	6.047.418,58
2099	Manutencao das atividades do FUNDEB 40%	7.954.000,00	5.201.581,91	2.752.418,09
2100	Manter programa de alfabetizacao de jovens e adultos	48.400,00	0,00	48.400,00
2276	Manutencao do Ensino Fundamental	10.630.596,73	10.222.866,56	407.730,17
2277	Manter e Desenvolver os Projetos Educativos Complementares	66.400,00	0,00	66.400,00
2289	Programa Prevencao da Violencia nas Escolas	90.000,00	0,00	90.000,00
2290	Manter o Programa Municipal Fundo de Gestao	500.000,00	0,00	500.000,00
2177	Manutencao das Atividades do Ensino Superior	231.461,40	40.697,90	190.763,50
2176	Manutencao da Educacao Infantil	6.969.362,14	6.121.818,58	847.543,56
2264	Promover e incentivar o Programa Consorcio de Escritores	12.000,00	0,00	12.000,00
2291	Premio de Redacao Escolar - LITERART	40.000,00	0,00	40.000,00
	Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	-35.059,78	35.059,78
	TOTAL	68.110.039,26	54.324.702,91	13.785.336,35

5.4 - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	31.573.066,18
2 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.627.254,32
3 - RESTOS A PAGAR SEM COBERTURA FINANCEIRA	0,00
4 - SUPERAVIT FINANCEIRO	274.672,90
5 - TOTAL DAS DEDUÇÕES PARA FINS DE APLICAÇÃO DO FUNDEB (3+4)	274.672,90
6 - TOTAL LÍQUIDO DAS DESPESAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (2-5)	26.352.581,42
7 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO [6/1]	83,47



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

6 - DESPESAS REALIZADAS COM SAÚDE (E.C. 29/2000)

6.1 - DEMONSTRATIVO DO SISTEMA SIM-AM ENVIADO PELO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
01/2017 A 12/2017

RREO - ANEXO 12 (LC, 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	78.368.804,04	78.368.804,04	43.748.292,36	55,82%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.600.000,00	19.600.000,00	10.117.598,30	51,62%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	14.332.999,04	14.332.999,04	5.560.446,91	38,79%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.600.000,00	28.600.000,00	16.930.806,64	59,20%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.440.000,00	10.440.000,00	8.646.133,09	82,82%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	620.000,00	620.000,00	123.706,18	19,95%
Dívida Ativa dos Impostos	3.976.405,00	3.976.405,00	1.899.981,92	47,78%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	799.400,00	799.400,00	469.619,32	58,75%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	128.266.213,00	128.266.213,00	98.083.028,54	76,47%
Cota-Parte FPM	49.068.213,00	49.068.213,00	34.438.693,67	70,19%
Cota-Parte ITR	450.000,00	450.000,00	149.665,04	33,26%
Cota-Parte IPVA	19.000.000,00	19.000.000,00	16.632.505,51	87,54%
Cota-Parte ICMS	56.928.000,00	56.928.000,00	45.847.770,64	80,54%
Cota-Parte IPI-Exportação	1.420.000,00	1.420.000,00	703.133,12	49,52%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.400.000,00	1.400.000,00	311.260,56	22,23%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.400.000,00	1.400.000,00	311.260,56	22,23%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	206.635.017,04	206.635.017,04	141.831.320,90	68,64%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	63.184.731,00	63.184.731,00	66.035.246,08	104,51%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Provenientes da União	62.538.999,00	62.538.999,00	57.307.194,89	91,63%
Provenientes dos Estados	443.532,00	443.532,00	8.019.441,98	1.808,09%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	202.200,00	202.200,00	708.609,21	350,45%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	4.160,73	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	36.000,00	36.000,00	5.993,03	16,65%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.220.731,00	63.220.731,00	66.045.399,84	104,47%

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	110.477.846,96	134.047.998,38	122.389.685,87	91,30%	112.302.027,86	83,78%	10.087.658,01
Pessoal e Encargos Sociais	45.868.758,00	50.467.793,83	45.486.414,75	90,13%	45.486.414,75	90,13%	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes	64.609.088,96	83.580.204,55	76.903.271,12	92,01%	66.815.613,11	79,94%	10.087.658,01
DESPESAS DE CAPITAL	1.845.360,00	2.050.683,40	577.984,98	28,18%	568.998,98	27,75%	8.986,00
Investimentos	1.785.360,00	1.990.683,40	577.984,98	29,03%	568.998,98	28,58%	8.986,00
Inversões Financeiras	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	112.323.206,96	136.098.681,78	122.967.670,85	90,35%	112.871.026,84	82,93%	10.096.644,01

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	63.813.731,96	81.870.749,47	74.735.647,69	60,78%	65.822.299,78	58,32%	8.913.347,91
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	63.174.731,00	80.291.543,94	73.795.444,00	60,01%	64.959.368,97	57,55%	8.836.075,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos	639.000,96	1.579.205,53	940.203,69	0,76%	862.930,81	0,76%	77.272,88
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	3.222,24	0,00%	331,56	0,00%	2.890,68
RESTOS/CONTAS A PAGAR	0,00	0,00	1.858.129,83	1,51%	1.858.129,83	1,65%	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA								
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	56.401,16	0,05%	56.401,16	0,05%	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	76.653.400,92	62,34%	67.737.162,33	60,01%	8.916.238,59	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	46.314.269,93	37,66%	45.133.864,51	39,99%	1.180.405,42	

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	32,65
---	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(IIIb * 15%) - VI]	25.039.571,80
---	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	1.860.479,10	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	56.401,16	- 56.401,16

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00

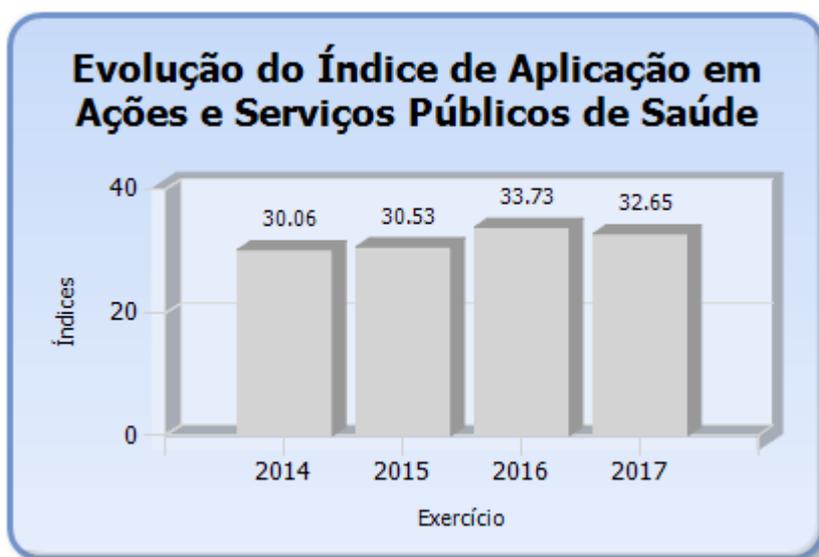


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	23.478.622,00	29.994.140,28	25.514.176,89	20,75%	25.308.762,95	85,06%	205.413,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	66.333.150,96	82.580.663,28	78.872.182,40	64,14%	69.628.279,72	95,51%	9.243.902,68
Suporte Profilático e Terapêutico	7.746.770,00	8.872.516,86	7.035.229,10	5,72%	6.608.640,37	79,29%	426.588,73
Vigilância Sanitária	2.468.422,00	3.067.542,90	1.456.653,43	1,18%	1.454.873,58	47,49%	1.779,85
Vigilância Epidemiológica	1.976.312,00	1.951.137,55	1.592.754,31	1,30%	1.587.591,31	81,63%	5.163,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Subfunções	10.319.930,00	9.632.680,91	8.496.674,72	6,91%	8.282.878,91	88,21%	213.795,81
TOTAL	112.323.206,96	136.098.681,78	122.967.670,85	100,00%	112.871.026,84	90,35%	10.096.644,01

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 19/06/2018 14:55



6.2 - DETALHAMENTO DA DESPESA COM SAÚDE POR NATUREZA

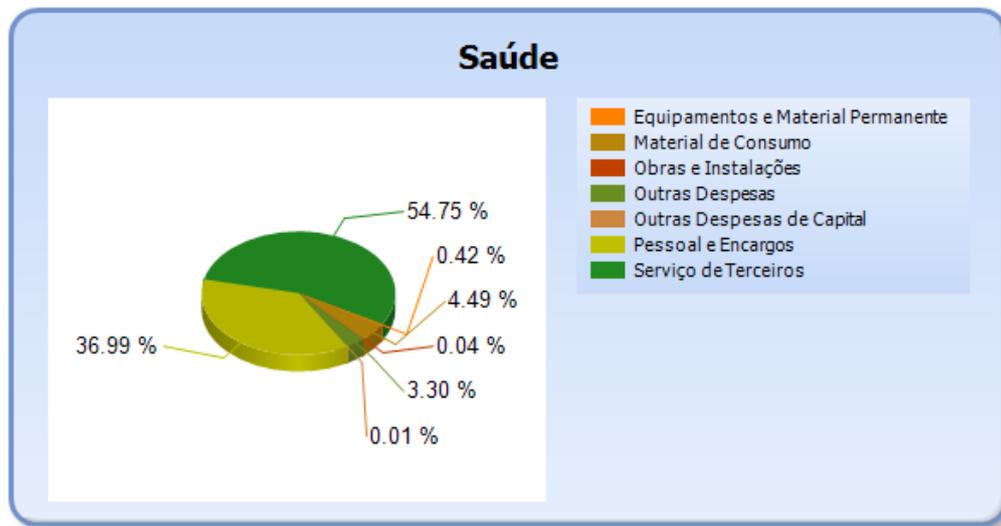
NATUREZA DA DESPESA	VALOR
CORRENTES	122.389.685,87
Pessoal e Encargos	45.486.414,75
Material de Consumo	5.524.600,85
Serviço de Terceiros	67.321.537,61
Outras Despesas	4.057.132,66
DE CAPITAL	577.984,98



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Equipamentos e Material Permanente	518.051,93
Obras e Instalações	48.272,33
Outras Despesas de Capital	11.660,72
TOTAL	122.967.670,85



6.3 - DETALHAMENTO DA DESPESA COM SAÚDE POR PROJETOS E ATIVIDADES

CÓDIGO	NOME DO PROJETO/ATIVIDADE	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
2113	Manutencao das atividades do gabinete do Secretario Municipal de Saude	214.716,00	148.194,74	66.521,26
1054	Aquisicao de veiculos para o FMS	187.610,00	120.000,00	67.610,00
2114	Manutencaodos servicos administrativos e de assistencia a Saude da UC - Unidade central e UB's - Unidades Basicas	6.844.336,37	6.062.698,09	781.638,28
2115	Manutencao dos servicos de transporte e frota de veiculos	469.200,00	380.282,40	88.917,60
2116	Manter o Conselho Municipal de Saude	59.000,00	4.319,29	54.680,71
2117	Manutencao das atividades do Sistema Municipal de Auditoria e Ouvidoria	1.531.002,00	1.478.193,60	52.808,40
2126	Manutencao das atividades de servicos de terceiros de hospedagem	318.551,00	302.000,00	16.551,00
2127	Manutencao dos servicos de reabilitacao fisica e motora	0,00	0,00	0,00
2158	Manter o Conselho de Entorpecentes	2.000,00	0,00	2.000,00
2182	Capacitacao dos Servidores da Secretaria Municipal de Saude em todos os seus segmentos	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

2324	Programa de Qualificação dos Conselhos Municipais de Saúde - PQCMS	6.265,54	986,60	5.278,94
2304	Apoio ao PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas	20.000,00	0,00	20.000,00
1070	Construção, ampliação e manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúde	302.129,02	48.272,33	253.856,69
1111	Construção Academia da Saúde	0,00	0,00	0,00
2118	Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	0,00	0,00	0,00
2119	Manutenção das atividades ambulatoriais, dos programas educativos e preventivos.	0,00	0,00	0,00
2120	Manutenção das atividades do Pronto Atendimento Municipal	0,00	0,00	0,00
2121	Manutenção das atividades do Programa Mãe Pato-Branquense e Planejamento Familiar	42.172,00	15.624,20	26.547,80
2122	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS	2.877.785,34	2.343.997,17	533.788,17
2123	Manutenção e ampliação da estratégia saúde bucal	3.417.314,71	3.227.293,73	190.020,98
2125	Manutenção das Atividades Ambulatoriais e dos Programas Educativos e Preventivos	10.554.415,26	10.541.356,91	13.058,35
2127	Manutenção dos serviços de reabilitação física e motora	0,00	0,00	0,00
2129	Prestação de serviços para assistência farmacêutica básica	0,00	0,00	0,00
2187	Implantação e Manutenção do NASF - Núcleo de Assistência à Saúde da Família	221.200,00	102.469,72	118.730,28
2198	Aquisição de Insumos de Alto Custo, não contemplados na Assistência Farmacêutica Básica	1.298.600,00	991.576,42	307.023,58
2205	Manutenção dos Serviços do CAPS	0,00	0,00	0,00
2206	Manutenção das Atividades das Especificações Regionais	0,00	0,00	0,00
2252	Reformulação, ampliação e manutenção estratégia saúde da família - ESF	9.375.064,91	6.743.550,86	2.631.514,05
2259	Implantação de ações de segurança alimentar e nutricional	11.000,00	0,00	11.000,00
2265	Manutenção e Ampliação da Estratégia de Saúde da Família	0,00	0,00	0,00
2279	Manutenção dos Serviços do CAPS	1.729.362,40	1.496.252,91	233.109,49
2280	Manutenção Dos Serviços Credenciados, Contratos e Conveniados	96,64	96,64	0,00
2295	Implantação de Programa Antidrogas	15.000,00	0,00	15.000,00
2296	Programa Saúde Vocal do Professor	10.000,00	0,00	10.000,00
2316	Incentivo Financeiro de custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde - APSUS	120.000,00	3.686,00	116.314,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

1091	Aquisicao de Materiais e Mob.e de Equipamentos de Tecn.e Rede p/SAMU	0,00	0,00	0,00
2118	Manutencao do Centro de Especialidades Odontologicas - CEO	419.300,00	299.469,67	119.830,33
2125	Manutencao das Atividades Ambulatoriais edos Programas Educativos e Preventivos	0,00	0,00	0,00
2210	Manutencao do Consorcio Intermunicipal da Rede de Urgencia do Sudoeste do Parana - Ciruspar	5.226.150,15	4.777.420,90	448.729,25
2258	Realizacao de Exames laboratoriais e cirurgias eletivas	624.261,38	428.894,52	195.366,86
2278	Manutencao das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	12.466.045,86	11.577.461,11	888.584,75
2280	Manutencao Dos Servicos Credenciados, Contratos e Conveniados	63.844.905,89	61.788.936,20	2.055.969,69
2127	Manutencao dos servicos de reabilitacao fisica e motora	961.934,22	809.700,52	152.233,70
2128	Manutencao dos servicos de diagnostico por imagem e outros - SADT (Chamamento Publico)	3.869.760,32	2.862.381,61	1.007.378,71
2129	Prestacao de servicos para assistencia farmaceutica basica	3.203.372,65	2.709.678,33	493.694,32
2130	Manutencao da prestacao de servicos de Laboratorio Proprio	837.449,67	653.468,64	183.981,03
2124	Manutencao do ProgramaAgentes Endemicos	196.397,09	6.615,07	189.782,02
2131	Manutencao das atividades de Vigilancia Sanitaria e Ambiental	2.002.228,60	1.448.544,12	553.684,48
2132	Manutencao das atividades de vigilancia epidemiologica e campanhas de imunizacao	0,00	0,00	0,00
2153	Controle da qualidade das Aguas das fontes e nascentes para o abastecimento de residencias rurais.	1,00	0,00	1,00
2197	TAS - Termo de Ajuste Sanitario	0,00	0,00	0,00
2312	Programa de Qualificação dos Conselhos Municipais de Saúde - PQCMS	838.916,21	1.494,24	837.421,97
2334	Implantação do Nucleo de Violências	30.000,00	0,00	30.000,00
1034	Implantar e manter Centro de vigilancia animal	0,00	0,00	0,00
1071	Construcao do COAS	0,00	0,00	0,00
2132	Manutencao das atividades de vigilancia epidemiologica e campanhas de imunizacao	1.793.583,55	1.554.904,64	238.678,91
2142	Manutencao dos Servicos do COAS	157.554,00	37.849,67	119.704,33
2222	Implantacao do PROBEM	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	136.098.681,78	122.967.670,85	13.131.010,93



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

7 - CONTROLE INTERNO

PONTOS DE VERIFICAÇÃO SOBRE O CONTROLE INTERNO

ITENS DE VERIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
Consta do processo o Relatório do Controle Interno?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta o conteúdo mínimo prescrito pelo Tribunal?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta irregularidade passível de desaprovação das contas anuais?	NÃO

8 - ATRASO NA ENTREGA DO SIM-AM E/OU DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

8.1 - ENTREGA DOS DADOS DO SIM-AM COM ATRASO

Verifica-se no registro de entrega dos dados eletrônicos mensais do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM, que a Entidade não atendeu aos prazos estipulados nas Instruções Normativas TCE/PR nº 115/2016 e 129/2017, relativa à Agenda de Obrigações para o exercício objeto da análise.

A entrega mensal dos referidos dados eletrônicos está demonstrada no quadro abaixo, o qual informa o número de dias de atraso que a entrega intempestiva resultou.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, prevista no art. 87, III, “b” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aplicada em razão DE CADA ATRASO NA REMESSA MENSAL dos dados eletrônicos do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- comprovação de que o encaminhamento em atraso ocorreu por motivo de força maior;
- comprovante de recolhimento da multa;
- outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Demonstrativo do item:

Mês	Ano	Data Limite p/ Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15
Maio	2017	30/06/2017	16/07/2017	16
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13

8.2 - ENTREGA DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS COM ATRASO

Verifica-se na autuação do processo de Prestação de Contas que a Entidade atendeu o prazo estipulado no art. 225, caput, do Regimento Interno do TCE/PR, estendido para 30/04/2018.

PARTE II - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE

9 - RESULTADO DA ANÁLISE

A análise das contas está cingida aos assuntos contidos no escopo definido na Instrução Normativa nº 138/2018, sendo que a abordagem à luz dos critérios técnicos e legais a que estão sujeitos resultou nos apontamentos indicados nesta relação, os quais foram tratados em detalhes nos subtítulos próprios desta Instrução.

OCORRÊNCIAS CONSTATADAS FACE AO ESCOPO DA ANÁLISE

Tendo em vista os apontamentos elencados anteriormente, as irregularidades serão expressamente caracterizadas e indicados os responsáveis, conforme previsto no art. 352, inc. II do Regimento Interno do TCE-PR.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

DESCRIÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO
Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM.	IRREGULAR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Lei 4.320/64, arts. 105 e 106 e Art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c Art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.	IRREGULAR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.	IRREGULAR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.	IRREGULAR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	RESSALVA COM MULTA	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018, art. 10, § único - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".
Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR	IRREGULAR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Artigo 20 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL EMITIDA PELO CRC-PR

Conforme dispõe o artigo 20 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011, o exercício de qualquer atividade contábil é prerrogativa do profissional da Contabilidade em situação regular perante o respectivo CRC.

A presente análise evidenciou a ausência da Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo CRC-PR, do responsável pela contabilidade da Entidade.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea “g”, inciso IV do art. 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em decorrência do não cumprimento do requisito legal para o exercício da profissão de contador.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) Apresentação da Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR;
- b) Outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

A certidão de regularidade profissional encaminhada à peça nº 4 não é a certidão de acesso restrito, conforme solicitado no item 2, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 - TCE/PR.

PARTE III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCESSOS DA ENTIDADE

a) ESCOPO DO PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO REMOTO PARA O EXERCÍCIO

O Procedimento de Acompanhamento Remoto - PROAR teve como objeto de escopo de acompanhamento para a Entidade no exercício em análise os casos abaixo relacionados:

DESCRIÇÃO DOS CASOS DE ACOMPANHAMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL
* SEM PROCEDIMENTOS NO PROAR PARA A ENTIDADE EM 2017	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

b) - PROCESSOS REFERENTES À ENTIDADE

Não constaram do banco de dados do TCE/PR, no momento da emissão desta Instrução, registros de processos relativos à Entidade para este exercício de análise da Prestação de Contas Municipais.

c) - SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Informa-se a seguir a situação das Prestações de Contas, relativas aos últimos exercícios, conforme consta do banco de dados do TCE/PR.

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
264838/14	2013	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	32/2018	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
233855/15	2014	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	447/2017	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas
254007/16	2015	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	DP	PPR	347/2017	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com aplicação de multa
309077/17	2016	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL	CGM			

PARTE IV - DAS MULTAS

Face aos apontamentos deste opinativo, o Responsável fica sujeito à multa, nos termos da legislação em vigor, relativamente às seguintes constatações, sendo que as sanções originadas da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 serão impostas de forma cumulativa, na forma do seu art. 87, § 2º.

a) - Decorrentes de Restrições indicadas nesta Instrução

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO
Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIMAM.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Lei 4.320/64, arts. 105 e 106 e Art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c Art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"
Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Artigo 20 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

b) - Decorrentes de ressalvas indicadas nesta instrução

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO	MESES COM ENTREGA EM ATRASO
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018, art. 10, § único - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".	Abertura, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro

PARTE V - CONCLUSÃO

Efetivado o exame da prestação de contas de governo do **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, relativa ao exercício financeiro de 2017, as constatações que foram aduzidas ao longo deste instrutivo levam a concluir que, no estado em que se encontram no processo, as mencionadas questões ensejam a emissão de Parecer Prévio pela Irregularidade das contas.

Ainda, deve-se assinalar que as referidas ocorrências sujeitam o responsável à multa, nos termos da legislação referenciada em cada um dos itens apontados na Parte IV desta instrução.

Destaca-se, contudo, que as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, não validam divergências em informações de caráter declaratório, não detectadas na análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

fiscalizatórios, tais como: Procedimentos de Acompanhamento Remoto, Auditorias, Inspeções, Tomadas de Contas, Comunicação de Irregularidades, Denúncias ou Representações.

Entretanto, por força do princípio do contraditório, do qual decorre o direito à ampla defesa, previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal, e na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, é necessária a intimação dos responsáveis abaixo identificados, para que, querendo, apresentem defesa acerca das ocorrências listadas nesta instrução.

Responsáveis para intimação

CARGO/FUNÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	INÍCIO	FIM
Prefeito	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	01/01/2013	31/12/2017

Sobre o assunto, é necessário observar que o atual Gestor está obrigado ao atendimento no que for pertinente à providência de documentos faltantes e à apresentação de esclarecimentos que dependam da assistência técnica, contábil e material da Administração, pois este é o titular da responsabilidade pela guarda, segurança e conservação do patrimônio documental da entidade, permitindo-se ao(s) ex- Ordenador(es) o acesso à resposta para que ele(s), querendo, possa(m) se manifestar a respeito dos questionamentos.

Gestor atual

CARGO/FUNÇÃO	RESPONSÁVEL	CPF	INÍCIO	FIM
Prefeito	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	01/01/2018	31/12/2020

É a instrução.

CGM, 19 de junho de 2018.

Ato emitido por CELIA REGINA P. L. DA SILVA MARQUES - Analista de Controle - Matrícula nº 517461.

Visto. Adotem-se os expedientes previstos no Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Encaminhado por GUILHERME VIEIRA - Coordenador - Matrícula nº 515728.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

PROCESSO N°: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI

DESPACHO N° 1800/18

Em cumprimento à Instrução de Serviço n° 94/2015, do Relator deste Processo, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:

1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e, caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de **15 (quinze) dias**, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução n° 1342/2018 (peça processual n° 26), da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:

Responsáveis para intimação:

- AUGUSTINHO ZUCCHI – CPF 450.562.939-20

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar n° 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.

CGM, 28 de junho de 2018.

GUILHERME VIEIRA

Matrícula 51.572-8

Coordenador

Ato emitido por ALIETE REINHARDT DE ARAÚJO
Técnico de Controle - Matrícula n° 50.104-2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: Prestação de Contas do Prefeito Municipal
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR: ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Ofício nº 2808/18-OCN-DP

Curitiba, 29 de junho de 2018.

Ref.: *CONCESSÃO DE CONTRADITÓRIO*

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao Despacho nº 1800/2018, fica INTIMADO o Sr. **AUGUSTINHO ZUCCHI** (CPF nº 450.562.939-20), para, querendo, no prazo de **15 (quinze) dias**, contado da juntada do aviso de recebimento aos autos digitais, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório no processo acima citado, em atenção ao disposto nos arts. 357 e 389, *caput*, do Regimento Interno do Tribunal.

A não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.

Conforme o disposto no § 4º, do art. 380, do Regimento Interno, presumem-se válidas as citações e intimações dirigidas ao endereço declinado nas manifestações das partes e interessados, cumprindo-lhes atualizar o respectivo endereço, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

E ainda conforme o disposto no art. 383, também do Regimento Interno, após a citação da parte e interessados, se houver, as intimações realizar-se-ão da seguinte forma: I – por meio eletrônico à parte ou ao seu procurador, se houver, e desde que regularmente credenciado; II – por publicação no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas, para parte e interessados, se houver, ou revel.

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no portal *e-Contas-PR*, acessível no *site* do Tribunal e com o uso do certificado digital¹, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
4. Clicar no ícone *Acessar processo eletrônico*

Não havendo o credenciamento das partes, interessados e procuradores, a cópia do processo, com o seu andamento processual até a fase de expedição deste ofício, está disponível no *site* do Tribunal, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, no seguinte caminho:

¹ *Certificado digital – veja onde adquirir no site*
<http://www.iti.gov.br/twiki/bin/view/Certificacao/CertificadoObterUsar>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Protocolo

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção **Portal e-Contas Paraná** no menu à esquerda
3. Selecionar a opção **Cópia de Autos Digitais**
4. Indicar o número do processo 281192/18
5. Indicar o número do Cadastro CPF nº 450.562.939-20
6. Clicar em Exibir cópia

Os números do processo e deste ofício deverão ser indicados na resposta ao Relator, que deverá ser apresentada ao Tribunal, preferencialmente, por peticionamento eletrônico, com o uso do certificado digital.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Diretoria de Protocolo, e o andamento processual está acessível no *site* do Tribunal www.tce.pr.gov.br, **Consulta Processual**.

Atenciosamente,

CLEUZA BAIS LEAL

Diretora

Exmo. Sr. Prefeito
AUGUSTINHO ZUCCHI
Município de Pato Branco
Rua Caramurú, 271 Prédio
PATO BRANCO-PR
CEP 85.501-064



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

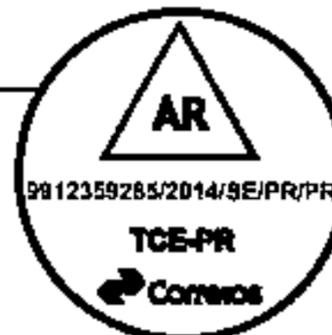
Certifica-se que o(a) Despacho nº 1800/2018 – Coordenadoria de Gestão Municipal, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1857, do dia 04/07/2018, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 05/07/2018



AR Digital

CDIP CURITIBA
06/07/2018



DESTINATÁRIO

AUGUSTINHO ZUCCHI
RUA CARAMURU 271 PREDIO - MUNICIPIO DE PATO
BRANCO - 281192/18 - 2808/2018
CENTRO
85501-064 - PATO BRANCO - PR

AR027966772ZX



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ___/___/___ :___h
2ª ___/___/___ :___h
3ª ___/___/___ :___h

ATENÇÃO:

Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 5 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número | <input type="checkbox"/> 7 Ausente |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros | |



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

CENTRO REGIONAL AR DIGITAL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Ana Cristina Piacentini

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Secretária do Gabinete
RG. 3.824.007-2 - Matr. 2123-7

DATA ENTREGA

06/07/2018

Nº DOC. DE IDENTIDADE

BH

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Tairone R. Gorges
A.J. Correios/Carteiro
Mat. 8.568.192-8



RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 550533/18

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 281192/18

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

Tipo de petição: **PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (265-2018 GP - Solicita Prazo Processo PC)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ 76.995.448/0001-54, através do(a) Representante Legal AUGUSTINHO ZUCCHI, CPF 450.562.939-20**

Email: **contabilidade@patobranco.pr.gov.br**

Telefone: **32201520**

Curitiba, 06 de agosto de 2018 14:57:32



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 265/2018/GP

Pato Branco, 6 de agosto de 2018.

Senhor Relator,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, solicitação de dilação de prazo por mais 15 (quinze) dias, para resposta ao ofício nº 2808/18-DP datado de 29 de julho de 2018, referentes ao Processo TCEPR nº 281192/18, Despacho nº 1800/2018, o qual trata da Prestação de Contas do Prefeito Municipal Referente ao Exercício Financeiro de 2017 de relatoria do Dr. Artagão de Mattos Leão.

Tal solicitação se deve ao fato da complexidade da matéria a ser analisada e devidamente respondida.

Na certeza de vosso atendimento, agradecemos, colocando-nos a seu inteiro dispor.

Respeitosamente,



AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor
Artagão de Mattos Leão
Conselheiro Relator
CURITIBA/PR



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N ° : 281192/18
ORIGEM : MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO : AUGUSTINHO ZUCCHI
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
INFORMAÇÃO : 8273/18

Encaminham-se os autos para deliberar sobre a solicitação de prorrogação de prazo contida na peça 32 do presente processo. Informa-se que a data prevista para manifestação da parte é 02/08/2018.

Após, retornem os autos à DP para controle de prazo.

DP, em 6 de agosto de 2018.

ANDRÉA DE BRITO RÜPPELL

Técnico de Controle

50.859-4

DP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Processo nº.: **281192/18**
Entidade: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**
Interessado: **AUGUSTINHO ZUCCHI**
Procurador:
Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**
Despacho nº.: **2338/18**

Tendo em vista o art. 2º da Instrução de Serviço nº 94/2015, do Relator deste Processo, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, e considerando a Informação 8273/18 - DP, acata-se o pedido de prorrogação de prazo constante à peça nº 32.

Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para controle de prazo.

CGM, 8 de agosto de 2018.

GUILHERME VIEIRA
Matrícula 51.572-8
Coordenador

Ato emitido por EDUARDO ALVES DE PONTES
Estagiário - Matrícula nº 82.355-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: **AUGUSTINHO ZUCCHI**

Certidão de Prorrogação de Prazo

Certifico que registrei a prorrogação de prazo concedida pelo Despacho nº 2338/18. Ademais, informa-se que o prazo final, considerando a prorrogação concedida, passou a ser 23/08/2018.

DP, em 10 de agosto de 2018.

JERUSA HELENA PIAZ KLOCK
Analista de Controle - Jurídica
- matrícula nº 51.281-8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 2338/2018 – Coordenadoria de Gestão Municipal, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1884, do dia 10/08/2018, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 13/08/2018



RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 567436/18

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 281192/18

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

Tipo de petição: **PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Audiência 3º Quadrimestre 2016 1 [Modo d)
- Outros Documentos (Audiência Publica Prestação de Contas 3º)
- Outros Documentos (Balanco 2017 Assinado)
- Outros Documentos (BP 2017 - CEtil)
- Outros Documentos (BP Publicado Diario do Sudoeste)
- Outros Documentos (Certidão de Regularidade Profissional)
- Outros Documentos (Oficio Defesa Assinado)
- Outros Documentos (Publicação 2016 RGF)
- Outros Documentos (Publicação 2016 RREO)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ 76.995.448/0001-54, através do(a) Representante Legal AUGUSTINHO ZUCCHI, CPF 450.562.939-20**

Email: **contabilidade@patobranco.pr.gov.br**

Telefone: **32201520**

Curitiba, 13 de agosto de 2018 14:54:45



AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE/2016

ADMINISTRAÇÃO 2013/2016

■ Audiência Pública – Base Legal:

- Art.9º, § 4º - Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal:
 - ***“Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais.”***
 - Lei Municipal nº 2.766/07.
 - Instrução Normativa nº 36/09 do TCE/PR.



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS

E

DESPESAS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA ARRECADADA NO 3º QUADRIMESTRE DE 2016	91.740.209,38
DESPESA EXECUTADA NO 3º QUADRIMESTRE DE 2016	80.989.943,54
SUPERÁVIT	10.750.265,84
CONVÊNIOS EMPENHADOS A RECEBER	768.756,18
SUPERÁVIT	11.519.022,02

RECEITAS

- ✓ **Totais das Receitas**
- ✓ **Receitas Municipais**
- ✓ **Receitas Estaduais e Federais**

TOTAIS DAS RECEITAS ARRECADADAS

	Previsão Anual	Arrecadado no 3º Quadrimestre
Receitas Correntes	318.796.261,92	88.608.684,26
Tributária	71.902.629,04	13.226.456,79
Contribuições	3.488.380,00	2.141.711,31
Patrimonial	2.115.550,00	630.917,66
Receira Agropecuária	1.100.000,00	0,00
De Serviços	1.117.000,00	169.271,10
Transferências Correntes	230.585.402,88	63.628.018,93
Out. Receitas Correntes	8.487.300,00	8.812.308,47
Receitas de Capital	16.421.446,73	8.970.978,88
Operações de Crédito Interna	4.553.252,47	1.278.887,63
Alienação de Bens	382.800,00	0,00
Transferências de Capital	11.485.394,26	7.692.091,25
Transferências Intergovernamentais	35.200,00	0,00
Transferências de Convênios	11.450.194,26	7.692.091,25
TOTAL GERAL	335.217.708,65	97.579.663,14
Deduções da Receita FUNDEB	-19.729.930,00	-5.832.261,39
Demais Deduções	-20.000,00	-7.192,37
TOTAL	315.487.778,65	91.740.209,38

RECEITAS PRÓPRIAS ARRECADADAS TRIBUTÁRIAS

	Previsão Anual	Arrecadado no 3º Quadrimestre
IPTU	17.560.000,00	1.291.342,71
IRRF	9.450.000,00	3.198.556,56
ITBI	12.404.899,04	2.186.421,38
ISS	25.300.000,00	5.456.618,10
Taxas	5.977.730,00	1.093.518,04
Contribuição de Melhoria	1.210.000,00	0,00
Total da Receita Tributária	71.902.629,04	13.226.456,79

RECEITAS PRÓPRIAS ARRECADADAS DE CONTRIBUIÇÕES

	Previsão Anual	Arrecadado no 3º Quadrimestre
Contribuição para iluminação pública	3.488.380,00	2.141.711,31
Total da Receita de Contribuição	3.488.380,00	2.141.711,31

RECEITAS PRÓPRIAS ARRECADADAS

PATRIMONIAL

	Previsão Anual	Arrecadado no 3º Quadrimestre
Receitas Imobiliárias	495.000,00	88.865,41
Remuneração de depósitos bancários vinculados	419.450,00	369.467,09
Remuneração de depósitos bancários não vinculados	1.200.000,00	169.602,80
Outros Fundos de Investimentos	1.100,00	2.982,36
Total da Receita Patrimonial	2.115.550,00	630.917,66

RECEITAS PRÓPRIAS ARRECADADAS DE SERVIÇOS

	Previsão Anual	Arrecadada no 3º Quadrimestre
Serviços de Transporte	451.000,00	74.593,03
Serviços Administrativos	66.000,00	688,75
Serviços Recreativos e Culturais	600.000,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	93.989,32
Total da Receita de Serviços	1.117.000,00	169.271,10

ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ESTADUAIS E FEDERAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	Previsão Anual	Arrecadado no 3º Quadrimestre
FPM	45.000.000,00	14.586.315,47
ITR	400.000,00	95.119,13
Transferências - Compensação Financeira	356.000,00	118.906,50
Fundo Exportação - IPI Sobre Exportação	1.200.000,00	118.906,50
ICMS - Lei 87/96 - ICMS Desoneração	1.200.000,00	100.039,72
ICMS	52.935.584,30	13.221.266,67
IPVA	17.000.000,00	1.059.517,18
Transf. ao SUS	58.369.390,00	18.369.584,75
Trans. Estadual SUS	397.320,00	2.694.737,22
Transf. a Assist. Social	679.550,00	401.431,47
Transf. a Educação	4.494.668,10	1.373.116,49
Transf. ao FUNDEB	36.107.000,00	9.139.610,10
Demais Transferências	12.445.890,48	2.349.467,73
Total de Transferências Correntes	230.585.402,88	63.628.018,93

RECEITAS PRÓPRIAS ARRECADADAS OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Receita da Dívida Ativa	4.640.850,00	714.796,54
Indenizações e Restituições	204.200,00	6.861.486,54
Receitas Diversas	1.447.500,00	604.134,69
Total de Outras Receitas Correntes	8.487.300,00	8.812.308,47

RECEITA DE CAPITAL

	Previsão Anual	Arrecadado no 3º Quadrimestre
Operações de Créditos (Ag Fomento PR)	4.553.252,47	1.278.887,63
Alienação de Bens	382.800,00	0,00
Transferências de Capital	11.485.394,26	7.692.091,25
Transferências Intergovernamentais - SUS	35.200,00	0,00
Transferência de Convênios	11.450.194,26	7.692.091,25
Total da Receita de Capital	16.421.446,73	8.970.978,88

DESPESAS

- ✓ **Despesas Correntes e Capital**
- ✓ **Totais das Despesas**
- ✓ **Serviços de Terceiros e Encargos**
- ✓ **Despesas com Pessoal**

DESPESAS EXECUTADAS

	Fixado para o Ano	Executado no 3º Quadrimestre
Despesas Correntes	267.215.701,47	74.502.109,08
Despesas de Capital	31.003.212,35	6.487.834,46
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00
Total	299.218.913,82	80.989.943,54

TOTAIS DAS DESPESAS CORRENTES

	Fixado para o Ano	Executado 3º Quadrimestre
Vencimentos e Vantagens Fixas	91.655.736,41	33.581.293,63
Aposentadorias e Reformas	1.485.000,00	508.513,80
Pensões	286.000,00	86.021,25
Obrigações Patronais	21.868.770,74	7.781.327,29
Sentenças Judiciais	121.000,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal	2.470.900,00	673.012,38
Juros da Dívida Contratada	3.520.000,00	700.312,96
Material de Consumo	34.585.740,52	2.828.994,42
Transf. a Instit. Sem fins lucrativos	2.021.500,00	31.871,76
Outros Serviços de Terceiros P.Física	7.205.490,00	1.453.731,09
Outros Serviços de Terceiros P.Jurídica	81.623.174,63	20.767.820,33
Obrigações Tributárias e Contributivas	1.628.700,00	921.139,46
Outras Despesas Correntes	18.743.689,17	5.168.070,71
Total de Despesas Correntes	267.215.701,47	74.502.109,08

TOTAIS DAS DESPESAS DE CAPITAL

Total Investimentos	24.468.212,35	5.679.328,68
Obras e Instalações	13.051.650,00	5.338.163,90
Equip. e Mat. Permanente	9.942.562,35	331.209,38
Rateio pela participação consórcio	44.000,00	9.955,40
Aquisição de Imóveis	1.430.000,00	0,00
Inversões Financeiras	555.000,00	
Aquisição de Imóveis	555.000,00	0,00
Amortização da Dívida	5.980.000,00	808.505,78
Total das Despesas de Capital	31.003.212,35	6.487.834,46

FINANCEIRO: DISPONÍVEL E DÍVIDAS

- ✓ **Caixa e Bancos**
- ✓ **Dívida Interna**

SALDO DO DISPONÍVEL

ATIVO	Saldo em Agosto de 2016	Saldo em Dezembro de 2016
DISPONÍVEL		
Banco C/ Movimento	1.453.696,52	734.411,56
Banco c/ Aplicação	16.284.915,35	16.042.712,69
TOTAL DISPONÍVEL	17.738.611,87	16.777.124,25

SALDO DAS DÍVIDAS

PASSIVO	Saldo em Agosto de 2016	Saldo em Dezembro de 2016
PASSIVO FINANCEIRO		
Restos a Pagar - 2011	233.218,61	233.216,61
Restos a Pagar - 2012	200.325,40	200.325,40
Restos a Pagar - 2013	1.384.854,32	0,00
Restos a Pagar - 2014	1.579.358,41	69.025,02
Restos a Pagar - 2015	15.837.267,25	599.798,15
Consignações	1.231.810,66	11.663,60
Contas a Pagar Processadas do Exercício	5.518.466,52	5.974.333,31
Contas a Pagar Não Processadas do Exercício	12.737.834,19	14.496.396,16
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	38.723.135,36	21.584.758,25

SALDO DAS DÍVIDAS

PASSIVO	Saldo em Agosto de 2016	Saldo em Dezembro de 2016
PASSIVO PERMANENTE		
Dívida por Contrato	31.664.701,59	32.843.613,41
Precatórios Trabalhistas	7.301.987,31	7.541.007,16
Total do Passivo Permanente	38.966.688,90	40.384.620,57



ÍNDICES CONSTITUCIONAIS INVESTIDOS

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	3º QUADRIMESTRE 2016
REC. CORRENTE LÍQUIDA	235.714.213,39
INVESTIMENTOS EM PESSOAL	117.602.285,81
% APLICADO	49,89

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM SAÚDE

RECEITA BASE PARA INVESTIMENTO EM SAÚDE - 15%	134.130.778,65
% APLICADO	34,50
VALOR INVESTIDO EM SAÚDE	46.275.149,77

COMPARATIVO DE INVESTIMENTO A MAIS EM SAÚDE

- INVESTIMENTO A MAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL EXIGIDO POR LEI – PERÍODO JAN/16 A DEZ/16
- **Exigido por Lei R\$ 20.119.616,80**
- **Investido R\$ 46.275.149,77**
- **INVESTIMENTO A MAIS R\$ 26.155.532,97**
- **Média Mensal a mais de R\$ 2.179.627,14**

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

RECEITA BASE PARA INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO - 25%	134.130.778,65
% APLICADO	29,97
VALOR INVESTIDO EM EDUCAÇÃO	40.202.380,44

COMPARATIVO DE INVESTIMENTO A MAIS EM EDUCAÇÃO

- INVESTIMENTO A MAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL EXIGIDO POR LEI – PERÍODO JAN/16 A DEZ/16
- **Exigido por Lei R\$ 33.532.694,66**
- **Investido R\$ 40.202.380,44**
- **INVESTIMENTO A MAIS R\$ 6.669.685,78**
- **Média Mensal a mais de R\$ 555.807,14**

RISCOS FISCAIS PREVISTOS

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais	550.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas previamente indicadas	550.000,00
Desapropriação de Imóveis	1.000.000,00	Abertura de Crédito adicional a partir do cancelamento de dotações de despesas previamente indicadas	1.000.000,00
Intempéries	900.000,00	Intempéries	900.000,00
TOTAL	2.450.000,00	TOTAL	2.450.000,00

OBRAS EM ANDAMENTO

Nº	Nº do Contrato	Obra	Empresa	Valor Total da Obra	Valor Medido	Dimensão	Executado no Período	% Executada	Situação
1	001/2014	Pavimentação Asfáltica Nova, Pavimentação Asfáltica sobre Poliédrico, Recapeamento Asfáltico, nas Ruas Ivaí, Iguatemi, Marília, Terezinha Duarte e Senador Teotônio Vilela, Construção de Passagem de Nível Inferior e Serviços Complementares	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 9.076.889,78	R\$ 7.535.401,89	97035,47m²	Pavimentação Asfáltica acesso a BR-158, Sinalização Horizontal, Sinalização Vertical, Defesa, Plantio de Grama, Muros.	100,00%	Concluída
2	65/2015	Ginásio do São Roque do Chopim	Catani Indústria de Pré-Moldados e Construção Civil Ltda	R\$ 726.947,39	R\$ 545.569,11	1093,28m²	Arquibancada, Instalações Elétricas e Hidráulicas, Louças e Metais, Pintura Interna e Externa, Trave e Acessórios para Volêi.	100,00%	Concluída
3	84/2014	Unidade Saúde da Família do Bairro Novo Horizonte	Catani Indústria de Pré-Moldados e Construção Civil Ltda	R\$ 1.033.799,46	R\$ 1.033.799,46	659,20m²	Pintura Interna, Instalações Elétricas, Lixeira, Instalações de Prevenção de Incêndio, Louças e Metais.	100,00%	Concluída
4	108/2014	Unidade Básica de Saúde do Bairro Fraron	Rubia Patrícia Pscheidt da Silva - EPP	R\$ 949.220,08	R\$ 817.420,08	540,40m²	Pintura Interna, Pintura Externa, Grama, Paver.	95,00%	Em andamento
5	108/2014	Unidade Básica de Saúde do Bairro São Cristóvão	Rubia Patrícia Pscheidt da Silva - EPP	R\$ 933.186,67	R\$ 801.386,67	540,40m²	Torneiras c/ ac. Pedal, rack, central telefônica, pintura interna, papeleiras, saboneteiras.	88,97%	Em andamento
6	119/2015	Centro de Convivência e Área Externa do Complexo Frei Gonçalo	Casa Pronta Grupo Grifinólia Construtora Ltda - ME	R\$ 2.317.681,51	R\$ 2.256.717,65	1978,64m² (área construção)	Pavimentação Rua, estacionamentos e pista de caminhada, revestimento com placas de ACM, pintura interna, pintura externa, Playground, Louças, Metais e Portas de Alumínio.	100,00%	Concluída

OBRAS EM ANDAMENTO

7	2488/2013	Complexo Esportivo	Elós Engenharia Ltda	R\$ 1.328.606,27	R\$ 984.257,50	1375,50m²	Louças e Metais Sanitários, Pavimentação Externa, Caixas de Passagem e Inspeção, Instalações Elétricas e Hidráulicas, Instalação de Filtros, Pintura Interna e Pintura Externa.	79,74%	Em andamento
8	189/2014	Escola do Bairro São Francisco	Fronter Engenharia de Obras Ltda	R\$ 1.083.104,77	R\$ 451.374,74	854,00m²	Estrutura de Cobertura e Cobertura, Chapisco.	52,28%	Em andamento
9	187/2014	Escola do Bairro Parque do Som	Empremac Serviços e Obras Ltda	R\$ 3.955.025,80	R\$ 885.070,62	2945,00m²	Muro de Arrimo.	23,28%	Em andamento
10	188/2014	Escola do Bairro São João	Tallento Construtora de Obras Ltda	R\$ 3.526.776,94	R\$ 989.459,53	2945,00m²	Superestrutura, Alvenaria Chapisco, Instalações Elétricas, Hidráulicas, Emboço, Reboco, Esquadrias de Ferro, Estrutura de Cobertura e Cobertura.	47,22%	Em andamento
11	2553/2013	Remanescente do Parque Tecnológico	Construtora Sudoeste Ltda	R\$ 3.591.767,97	R\$ 2.252.520,89	5043,08m²	Pavimentação Externa, Cercamento, Instalações Elétricas, Monta-carga, Plataforma Elevatória, Metais Sanitários.	100,00%	Concluída
12	2590/2013	Creche do Bairro São Francisco	CasaAlta Construções Ltda	R\$ 1.502.590,00	R\$ 995.957,14	1282,57m²	Nada foi executado nesse período.	66,28%	Contrato Rescindido, será feita nova licitação da obra.
13	138/2015	Canalização do Corrego Fundo	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 1.335.626,78	R\$ -		Escavação e Placas Pré-moldadas de concreto	19,00%	Em andamento
14	129/2014	Calçamento Passo da Ilha a Ponte do Rio Pató Branco	Marilice Duarte & Cia Ltda ME	R\$ 260.037,74	R\$ 260.037,74	9600,00m²	Execução regularização e compactação do subleito, execução de meio-fio, execução do pavimento poliédrico (assentamento, rejunte e compactação).	100,00%	Concluída
15	111/2015	Reservatório de Cheias e Canalização do Rio Ligeiro	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 6.349.980,79	R\$ -	54700,00m²	Substituição do solo da barragem de terra, vertedouro.	21,94%	Paralisada

OBRAS EM ANDAMENTO

16	15/2016	Reforma do Pronto Atendimento Municipal - PAM	S.A. - Follmer Construção e Serviços - ME	R\$ 123.136,81	R\$ 90.025,83	785,90m²	Pintura, divisórias, portas de vidro, instalação de lavatórios, torneiras e bancadas de granito.	73,11%	Em andamento
17	011/2016	Pavimentação Asfáltica Comunidade Nossa Senhora do Carmo	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 1.509.685,84	R\$ 1.509.685,84	38100,00m²	Pavimentação Asfáltica.	100,00%	Concluída
18	33/2016	Restaurante e Casa do Vigia - Parque Ambiental	Moldasa Ind. e Com. De Pré-Fab.	R\$ 915.757,49	R\$ 153.930,81	380,72m²	Infraestrutura e Superestrutura, Alvenaria e Chapisco - Casa do Vigia Infraestrutura - Restaurante.	16,81%	Em andamento
19	18/2016 - Lote 01	Reforma Creche Três Marias	A.A. Catucci & Catucci Ltda - EPP	R\$ 11.429,16	R\$ 11.429,16	-	Fechamento com alvenaria, portas e janelas, rampa e portão.	100,00%	Concluída
20	18/2016 - Lote 02	Reforma do Refeitório da Creche Irmã Dulce	A.A. Catucci & Catucci Ltda - EPP	R\$ 207.679,08	R\$ 161.444,87	322,02m²	Demolições, alvenaria, piso cerâmico, instalações elétricas e hidráulicas, esquadrias, chapisco, emboço, azulejos e rampa externa.	77,73%	Em andamento
21	18/2016 - Lote 03	Reforma e Ampliação da Escola Olavo Bilac	A.A. Catucci & Catucci Ltda - EPP	R\$ 115.749,16	R\$ 74.848,58	104,65m²	Demolições, alvenaria, chapisco, emboço, azulejo, esquadrias, piso cerâmico, pintura, lixeira, metais e louças.	95,00%	Em andamento
22	17/2016	Reforma do Barracão para Implantação de Salas do CMEI Madre Paulina	Brava Engenharia	R\$ 88.679,45	R\$ 88.679,45	204,00m²	Demolições, alvenaria, pintura, azulejo, louças, metais, esquadrias, bancadas, divisórias de granito, divisórias leve e paver.	100,00%	Concluída
23	24/2016	Pista de Skate e Playground do Bairro Planalto	Vera Lucia Tonetti Malmann	R\$ 281.034,81	R\$ 13.038,00	1693,62m²	Serviços preliminares, muros, base para playground.	4,64%	Em andamento

OBRAS EM ANDAMENTO

24	32/2016	Movimentação de Terra, Drenagem, Lagos e Pista de Caminhada - Parque Ambiental	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 3.715.383,49	R\$ 401.611,49	1072023,63m²	Serviços Preliminares, limpeza do terreno, escavação de solo mole e reaterro do lago superior, revestimento em pedra argamassada.	10,81%	Em andamento
25	36/2016	Quadra Sintética, Playground e Academia da Terceira Idade - Alvorada	S.A. - Follmer Construção e Serviços - ME	R\$ 258.620,27	R\$ 204.460,10	1038,84m²	Mureta em torno da quadra, paver, grama, base para ATI, tubos galvanizados e tela de cercamento, base para quadra e piso de concreto para playground.	79,05%	Em andamento
26	37/2016	Quadra Sintética, Playground e Academia da Terceira Idade - Jardim Floresta	Vera Lucia Tonetti Malmann	R\$ 256.229,10	R\$ 130.057,30	1517,51m²	Mureta em torno da quadra e playground, paver, grama, tubos galvanizados para tela, bancos de concreto.	50,76%	Em andamento
27	39/2016	Pavimentação Asfáltica Comunidade Passo da Ilha	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 1.765.091,29	R\$ 1.721.774,93	40950,00m²	Pavimentação Asfáltica, Sinalização Horizontal e Grama.	97,55%	Em andamento
28	41/2016	Pavimentação Asfáltica 5 milhões PARANÁCIDADE	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 5.267.443,50	R\$ 2.094.050,28	106844,00m²	Limpeza, Fresagem, Imprimação, Pintura de Ligação, Pavimentação Asfáltica.	39,75%	Em andamento
29	81/2016	Pavimentação Asfáltica 10 milhões PARANÁCIDADE - lote 01	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 5.080.850,52	R\$ 1.707.405,58	108027,40m²	Limpeza, Fresagem, Imprimação, Pintura de Ligação, Pavimentação Asfáltica.	33,60%	Em andamento
30	82/2016	Pavimentação Asfáltica 10 milhões PARANÁCIDADE - lote 02	F. Zancanaro Terraplenagem Ltda	R\$ 5.289.630,98	R\$ 567.787,18	100669,00m²	Limpeza, Fresagem, Imprimação, Pintura de Ligação, Pavimentação Asfáltica.	10,74%	Em andamento

Ata da Audiência Pública Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre de 2016

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de Fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), com início às 13 horas e 30 minutos, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizado na Rua Arariboia, nº 491, Audiência Pública mediante participação popular, conforme dispõe o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal: - Até o final dos meses de Maio, Setembro e fevereiro, o Poder executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas casas Legislativas Estaduais e Municipais, e Lei Municipal nº 2.766 de 09 de maio de 2007 que dispõe sobre a realização de audiências públicas no âmbito do Município da administração pública municipal e Instrução Normativa nº 36 de 2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/Pr. A sessão foi aberta pelo Presidente da Câmara Carlinho Antonio Polazzo que fez a citação do embasamento Legal para a realização da Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2016, em seguida fez a composição da mesa, Membros da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Claudemir Zanco a vereadora Marinez Boff Gehardt. Também convidou os representantes do Executivo Municipal, representante do Prefeito Municipal Augustinho Zucchi Sra Marcia Carvalho, o Diretor do Departamento de Contabilidade Marcelo Giasson e os demais vereadores presentes, vereador Fabrício Preis de Mello, vereador Joecir Bernardi, vereador Rodrigo José Correa, vereador Vilmar Macarri para compor a mesa. Registrou a presença dos Secretários Municipais, Diretores, Assessores e Servidores Presentes. A Audiência foi presidida pelo vereador Claudemir Zanco que justificou a ausência do Presidente da Comissão de Orçamentos e Finanças vereador Marco Antonio Augusto Pozza que esta em viagem. Na sequência passou a palavra para a Sra Marcia Carvalho, representante do executivo, para fazer suas considerações iniciais. A Sra Marcia fez suas considerações e passou-se a palavra para o Sr Cleverson Malagi que fez seus agradecimentos e cumprimentos e deu início a Prestação de Contas. Iniciou demonstrando os valores referentes às Receitas e Despesas Arrecadadas, sendo que as Receitas arrecadadas no Terceiro quadrimestre de 2016 que foi de R\$ 91.740.209,38 (noventa e um milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e nove reais e trinta e oito centavos) e as Despesas executadas no Terceiro quadrimestre de 2016 que foi de R\$ 80.989.943,54 (oitenta milhões, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), o superávit do Município foi de R\$ 11.519.022,02 (onze milhões, quinhentos e dezenove mil e vinte e dois reais e dois centavos) o total de convênios empenhados a receber no valor de R\$ 768.756,18 (setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos), sendo que esse convênio está a receber e esta empenhado, portanto integra o montante das despesas, porem a receita ainda não foi contabilizada, o que acontecera somente no momento do repasse dos recursos e é referente ao convênio do Parque tecnológico Vitorio. Demonstrou também, os valores das Receitas Arrecadadas no Terceiro Quadrimestre de 2016, sendo elas: Receitas Correntes no valor de R\$ 88.608.684,26 (oitenta e oito milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), sendo essa de: - Receitas Tributárias no valor de R\$ 13.226.456,79 (treze milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos); - Receitas de Contribuição no valor de R\$ 2.141.711,31 (dois milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e onze reais e trinta e um centavos); - Receitas Patrimoniais, no valor de R\$ 630.917,66 (seiscentos e trinta mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos); -

Receitas de Serviços no valor de R\$ 169.271,10 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e um reais e dez centavos); - Transferências Correntes no valor de R\$ 63.628.018,93 (sessenta e três milhões, seiscentos e vinte e oito mil e dezoito reais e noventa e três centavos) e as Outras Receitas Correntes no valor de R\$ 8.812.308,47 (oito milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e oito reais e quarenta e sete centavos). As Receitas de Capital foram no total o valor de R\$ 8.970.978,88 (oito milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), sendo essas de: - Operações de Créditos Interna de R\$ 1.278.887,63 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) e Transferências de Capital, que foram transferências de convênios, no valor de R\$ 7.692.091,25 (sete milhões, seiscentos e noventa e dois mil e noventa e um reais e vinte e cinco centavos). As deduções da Receita para o FUNDEB foram de R\$ 5.832.261,39 (cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos) e as demais Deduções no valor de R\$ 7.192,37 (sete mil, cento e noventa e dois reais e trinta e sete centavos) tendo assim um valor total de Receitas Arrecadadas de R\$ 91.740.209,38 (noventa e um milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e nove reais e trinta e oito centavos). As Receitas Próprias Arrecadadas Tributárias são referentes aos valores de IPTU no valor de R\$ 1.291.342,71 (um milhão, duzentos e noventa e um mil, trezentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos); IRRF, que é sobre a folha do executivo, do legislativo e de outros rendimentos, no valor de R\$ 3.198.556,56 (três milhões, cento e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos); o ITBI no valor de R\$ 2.186.421,38 (dois milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos); de ISS no valor de R\$ 5.456.618,10 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e dez centavos); As Taxas no valor de R\$ 1.093.518,04 (um milhão, noventa e três mil, quinhentos e dezoito reais e quatro centavos), que são referente ao Estar, coleta de lixo, vigilância sanitária, Licenciamento e Funcionamento de Estabelecimentos comerciais, Publicidade Comercial, Aprovação de Projetos de Construção, Emolumentos, Taxas de Serviços da Agricultura (inseminação Artificial) e demais receitas de prestação de serviços. Assim o total das Receitas Tributárias foi de R\$ 13.226.456,79 (treze milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos). A Receita Própria Arrecadada de Contribuições é oriunda de Contribuição de Iluminação Pública no valor de R\$ 2.141.711,31 (dois milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e onze reais e trinta e um centavos); Referente as Receitas Próprias Arrecadadas Patrimoniais no total de R\$ 630.917,66 (seiscentos e trinta mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos), foi detalhado que é oriunda de receitas Imobiliárias, no valor de R\$ 88.865,41 (oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos) relativas a alugueis da rodoviária, da Lanchonete Café da Praça, Concessão da Lanchonete Ginásio Dolivar Lavarda, Aluguel do Teatro e Outras Receitas de Aluguel; A Remuneração de Depósitos Bancários vinculados no valor de R\$ 369.467,09 (trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e nove centavos); remuneração de depósitos bancários não vinculados no valor de R\$ 169.602,80 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e dois reais e oitenta centavos) e de Outros Fundos de Investimentos, que é de aplicações de recursos da Casa Abrigo e Liberdade Cidadã, no valor de R\$ 2.982,36 (dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos). Com relação às receitas próprias Arrecadadas de Serviços no valor total de R\$ 169.271,10 (cento e sessenta e nove mil, duzentos e setenta e um reais e dez centavos) são correspondentes aos Serviços de Transportes no valor de R\$ 74.593,03 (setenta e quatro mil quinhentos e noventa e três reais e três centavos); Serviços administrativos no valor de R\$ 688,75 (seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos) e Serviços de Saúde no valor de R\$ 93.989,32 (noventa e três mil,

novecentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos) que compreende as receitas de prestação de serviços para os Municípios de Vitorino, Mariópolis, Palmas e Jupiá. Também foram demonstrados os valores das Receitas Estaduais e Federais recebidas de Transferências Correntes no montante de R\$ 63.628.018,93 (sessenta e três milhões, seiscentos e vinte e oito mil e dezoito reais e noventa e três centavos), que correspondem ao: - Fundo de Participação dos Municípios - FPM no valor de R\$ 14.586.315,47 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, trezentos e quinze reais e quarenta e sete centavos); - ITR no valor de R\$ 95.119,13 (noventa e cinco mil, cento e dezenove reais e treze centavos); - Transferências - Compensação Financeira no valor de R\$ 118.906,50 (cento e dezoito mil, novecentos e seis reais e cinquenta centavos); - IPI Sobre Exportação no valor de R\$ 192.389,48 (cento e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos); - ICMS - Lei 87/96 - ICMS Desoneração o valor de R\$ 100.039,72 (cem mil e trinta e nove reais e setenta e dois centavos); - ICMS no valor de R\$ 13.221.266,67 (treze milhões, duzentos e vinte e um mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos); - IPVA no valor de R\$ 1.059.517,18 (um milhão, cinquenta e nove mil, quinhentos e dezessete reais e dezoito centavos); - Transferências do SUS no valor de R\$ 18.369.584,75 (dezoito milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); - Transferência Estadual SUS o valor de R\$ 2.694.737,22 (dois milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos); - Transferência a Assistência Social no valor de R\$ 401.431,47 (quatrocentos e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos); - Transferência à Educação no valor de R\$ 1.373.116,49 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, cento e dezesseis reais e quarenta e nove centavos); - Transferência do FUNDEB no valor de R\$ 9.139.610,10 (nove milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e dez reais e dez centavos) e Demais Transferências no valor de R\$ 2.275.984,75 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Foi demonstrado o detalhamento das Receitas Próprias Arrecadadas de Outras Receitas Correntes no valor total de R\$ 8.812.308,47 (oito milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e oito reais e quarenta e sete centavos), que são referentes a: - Multas e Juros no valor de R\$ 631.890,70 (quinhentos e vinte mil e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa reais e setenta centavos); - Receitas da Dívida Ativa no valor de R\$ 714.796,54 (setecentos e quatorze mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos); - Indenizações e Restituições no valor de R\$ 6.861.486,54 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e as Receitas Diversas, no valor de R\$ 604.134,69 (seiscentos e quatro mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos). Referente às Receitas de Capital no valor total de R\$ 8.970.978,88 (oito milhões, novecentos e setenta mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), foi detalhado sua composição que correspondem a: - Operações de Crédito no valor de R\$ 1.278.887,63 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos); - Transferências de Convênios no valor R\$ 7.692.091,25 (sete milhões, seiscentos e noventa e dois mil e noventa e um reais e vinte e cinco centavos) que são referentes aos convênios da UBS Industrial, Escola Veneza, Construção de três Escolas, Complexo esportivo Frei Gonçalo, Asfalto da Estrada Azelino Dalla costa, Canal de Drenagem do Fundo e Convênio Infra Estrutura Urbana. Na sequência da apresentação foram demonstrados os valores das Despesas executadas no Terceiro quadrimestre no valor total de R\$ 80.989.943,54 (oitenta milhões, novecentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), sendo de Despesas Correntes R\$ 74.502.109,08 (setenta e quatro milhões, quinhentos e dois mil, cento e nove reais e oito centavos) e Despesas de Capital no valor de R\$

6.487.834,46 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos). Foi detalhado as Despesas Correntes que são referentes a: - Vencimentos e Vantagens Fixas no valor de R\$ 33.581.293,63 (trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos); - Aposentadorias e reformas no valor de R\$ 508.513,80 (quinhentos e oito mil, quinhentos e treze reais e oitenta centavos); - Pensões no valor R\$ 86.021,25 (oitenta e seis mil e vinte e um reais e vinte e cinco centavos); - obrigações Patronais no valor de R\$ 7.781.327,29 (sete milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos); - Outras despesas com Pessoal no valor de R\$ 673.012,38 (seiscentos e setenta e três mil e doze reais e trinta e oito centavos); - Juros da Dívida Contratada no valor de R\$ 700.312,96 (setecentos mil, trezentos e doze reais e quarenta centavos); - Material de Consumo no valor de R\$ 2.828.994,42 (dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos); - Transferências a Instituições sem fins Lucrativos no valor de R\$ 31.871,76 (trinta e um mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos); - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 1.453.731,09 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e nove centavos); Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica no valor de R\$ 20.767.820,33 (vinte milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e vinte reais e trinta e três centavos); - Obrigações Tributárias e Contributivas no valor de R\$ 921.139,46 (novecentos e vinte e um mil, cento e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) e Outras Despesas Correntes no valor de R\$ 5.168.070,71 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil e setenta reais e setenta e um centavos). Em sequência foi apresentado o detalhamento das despesas de Capital que é referente à: - Investimentos em Obras e Instalações no valor de R\$ 5.338.163,90 (cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e três reais e noventa centavos), referente a Pavimentações Asfálticas, Paisagismo e Infra estrutura do Centro de Convivência Frei Gonçalo, Refeitório e Central de GLP Escola Olavo Bilac, Construção da Unidade de Saúde Novo Horizonte, Canal de Drenagem Córrego Fundo, Parque Ambiental Vitorio Piasa e Manutenção dos CMEIS; - Equipamentos e Material permanente, no valor de R\$ 331.209,38 (trezentos e trinta e um mil, duzentos e nove reais e trinta e oito centavos); - Rateio pela participação de consórcios no valor de R\$ 9.955,40 (nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos); Amortização da Dívida no valor de R\$ 808.505,78 (oitocentos e oito mil, quinhentos e cinco reais e setenta e oito centavos), sendo um total de Despesas de Capital de R\$ 6.487.834,46 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos); Em seguida foi apresentado o valor de Saldo Disponível no valor total de R\$ 16.777.124,25 (dezesesseis milhões, setecentos e setenta e sete mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos) deste o valor do saldo em conta Movimento é de R\$ 734.411,56 (setecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta e seis centavos) e o saldo em Banco conta Aplicação é de R\$ 16.042.712,69 (dezesesseis milhões, quarenta e dois mil, setecentos e doze reais e sessenta e nove centavos). Também foi apresentado o saldo das Dívidas do Passivo Financeiro no valor total de R\$ 21.584.758,25 (vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos) referente a Restos a pagar de 2011 no valor de R\$ 233.216,61 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos); Restos a pagar de 2012 no valor de R\$ 200.325,40 (duzentos mil, trezentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos); Restos a pagar de 2014 no valor de R\$ 69.025,02 (sessenta e nove mil e vinte e cinco reais e dois centavos); restos a pagar de 2015 no valor de R\$ 599.798,15 (quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e quinze centavos); de Consignações no valor de R\$ 11.663,60 (onze mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), Contas a pagar Processadas do

exercício no valor de R\$ 5.974.333,31 (cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e um centavos) e Contas a Pagar não Processada do exercício no valor de R\$ 14.496.396,16 (quatorze milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos). Também foi detalhado o saldo da Dívida do Passivo Permanente no valor total de R\$ 40.384.620,57 (quarenta milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos) que é referente a Dívidas por Contrato no valor de R\$ 32.843.613,41 (trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e treze reais e quarenta e um centavos) que são referentes aos contratos do Produr, Barracões Industriais, Sedu – Construções Escolas e Pavimentações Asfálticas e o valor de Precatório Trabalhista de R\$ 7.541.007,16 (sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil e sete reais e dezesseis centavos) sendo que o Município possui depósito para pagamento imediato dos Precatórios Inscritos no valor de R\$ 7.378.550,19 (sete milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e dezenove centavos). Na sequência foi apresentado os Índices Constitucionais Investidos: os investimentos em pessoal foi de R\$ 117.602.285,81 (cento e dezessete milhões, seiscentos e dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) que corresponde a aplicação de 49,89 por cento; os Investimentos em Saúde foram de R\$ 46.275.149,77 (quarenta e seis milhões, duzentos e setenta e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos) que corresponde a 32,48 por cento aplicado, sendo que o percentual exigido por Lei é de 15 por cento que corresponderia ao valor de R\$ 20.119.616,80 (vinte milhões, cento e dezenove mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos) sendo assim o município investiu um montante de R\$ 26.155.532,97 (vinte e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos) a mais que o exigido pela Lei, no período de janeiro a dezembro de dois mil e dezesseis. Já em relação ao Investimento em educação foi investido o montante de R\$ 40.202.380,44 (quarenta milhões, duzentos e dois mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos) que corresponde ao percentual de 29,97 por cento aplicado, sendo que o exigido por Lei é de 25 por cento que corresponderia ao valor de R\$ 33.532.694,66 (trinta e três milhões, quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos) sendo assim o Município investiu a mais de janeiro a dezembro o valor de R\$ 6.669.685,78 (seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e oito centavos) . Com relação aos riscos Fiscais Previsto, em Ações Judiciais de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais); desapropriação de Imóveis no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e Intempéries no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) não houve execução de nenhum risco fiscal no exercício de 2016. Na sequência foi apresentado o relatório de Obras em andamento no município. Para concluir foi apresentado fotos de todas as obras, Projetos e Atividade desenvolvidos no município. Ao término da apresentação foi aberto espaço para os questionamentos dos vereadores. O vereador Claudemir Zanco questionou sobre a Rodoviária onde não foi observado investimentos realizados e se o Município pretende fazer alguma revitalização da mesma, por ser uma porta de entrada do Município e os usuários e locadores cobram essas melhorias. A sra Marcia respondeu que a partir de 07 de março será iniciado as Discussões do PPA e do novo Orçamento e Planejamento, porem para este ano não há nenhuma previsão, mas que nesse planejamento poderá ser inserida essa solicitação. Que será avaliado com o Prefeito e Secretários para ser discutido no Planejamento. O vereador Claudemir questionou sobre o valor de R\$ 614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais) do Canal Córrego Fundo e mais R\$ 19.000,00 (dezenove mil) em uma central, e se essa Obra foi concluída. A sra Marcia respondeu que a obra ainda não foi concluída. Referente as Despesas Correntes o vereador Claudemir questionou sobre os serviço de Distribuição Gratuita, que materiais

seriam. O Sr Marcelo Giasson respondeu que são materiais para distribuição gratuita como merenda escolar, medicamentos, fraldas geriátricas e oxigênio de uso domiciliar. O vereador Joecir Bernardi questionou sobre o Estar, qual a situação das receitas e Despesas. O Sr Marcelo respondeu que e em mãos o valor da Receita que é cobrado e que dentro da Prestação de contas as Despesas são globais, esta embutida, mas na contabilidade existe um controle gerencial específico do Estar, e que se for de interesse do vereador pode ser feito um requerimento solicitando essa informação. O vereador Claudemir questionou sobre as Obras, que tem duas praças em andamento no Jardim Floresta e no Alvorada e uma delas esta paralisada, também a questão do Posto de Saúde do bairro Fraron que é da mesma empresa que ganhou a licitação, quer saber como esta o andamento disso, se há prazo para entrega dessas obras. A Sr Márcia respondeu que algumas obras têm prazo para entrega, outras houve alguns problemas com a licitação, e que por determinação do Prefeito Municipal todas essas obras iniciadas terão nesse ano corrente prazo para os seus términos. Além do Parque Ambiental serão somente concluídas as obras que já estão em andamento. O vereador Claudemir questionou sobre o saldo das dividas o valor de serviços de terceiro Pessoa jurídica nos valores de R\$ 714.923,41 (setecentos e quatorze mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos) e o valor de R\$ 2.869.103,71 (dois milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, cento e três reais e setenta e um centavos) seriam referente a que despesas. O Sr Marcelo respondeu que essas despesas podem ser referente a serviços Médicos, despesas de água, luz, telefone que foram liquidados, mas até a data de 31 de dezembro não foi pago. Já os valores de despesas com pessoa física é referente a serviços de pessoas físicos de fato, como RPA, estagiários, médicos do Programa Mais Médicos que estão englobados nesse valor. O vereador Fabrício perguntou qual o valor gasto em alugueis pelo Município no Quadrimestre. O Sr Marcelo respondeu que referente a locações com pessoa Física tem um gasto de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e com Pessoa Jurídica não teve empenhos no quadrimestre, que o valor de locação deve ter sido empenhado em no Primeiro ou segundo Quadrimestre. O vereador Fabrício questionou sobre os serviços de Comunicação qual o valor gasto e o que engloba nessa despesa. O Sr Malagi explicou que é relativo, que teria que analisar o que seria despesas com campanhas publicitárias, Atos Oficiais. O vereador Claudemir questionou do valor total que o executivo tem de gasto o que é gasto com mídia e com comunicação oficial. O Sr Marcelo informou que existe uma divisão do que é publicação Legal, jornal impresso, diário Oficial Eletrônico e que tem um controle gerencial dentro da Contabilidade e que na prestação de contas esta na mesma rubrica englobado e que também existe o contrato separado de publicidade e propaganda do município com uma rubrica especifica para isso. O vereador Moacir Dalchiavan questionou se há algum projeto para diminuir o aluguel gasto pelo município e se pretendem usar o antigo prédio do Fórum. A Sr Marcia informou que grande parte da estrutura do Município será alocada no prédio que era usado pelo Fórum, que existia um projeto para o novo Paço Municipal, mas que em virtude da situação econômica do Município não será incluído nesse Planejamento e que varias estruturas do Município serão alocadas nesse prédio do Antigo Fórum e que somente esta sendo aguardado o termino da mudança do Fórum para o novo Prédio. O vereador Moacir questionou sobre as praças, pois a praça do Novo Horizonte esta suja e precisa de reformas. A Sra Marcia informou que essas atividade de Limpeza e Manutenção esta previsto no Planejamento e que é seguido o cronograma de obras e limpeza da Secretaria. O vereador Rodrigo questionou sobre as Receitas Próprias Arrecadadas o valor de Serviços Recreativos e Culturais não houve arrecadação e que é oriunda do teatro Municipal e se nesses quatro meses não houve nenhum evento o locação do mesmo. O Sr Malagi informou que os valores de aluguel do espaço do teatro esta como receita Imobiliária e teve uma Receita de R\$ 7.356,90 (sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) no

quadrimestre. O vereador Rodrigo questionou sobre a despesa com Locomoção, com transporte escolar no valor de R\$ 516.390,40 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e noventa reais e quarenta centavos) se é referente ao transporte lícitado e qual seria a quilometragem dessa licitação. O Sr Marcelo respondeu que sim, que é referente ao transporte de estudantes mesmo e que não tem a informação da quilometragem, por ser vários contratos, porque é por linhas e cada linha tem sua quilometragem estimada, teria que somar todos os contratos. O vereador Maccari questionou sobre o Depatran, se o que é arrecadado é destinado também para a execução de lombadas e passagens elevadas ou não pode ser destinado para isso. O Sr Marcelo respondeu que é destinado para esse fim também, que existem duas fontes de arrecadação do Depatran, um do valor cobrado do estacionamento regulamentado e outro referente às multas cobradas, e desses valores é aplicado para manutenção do trânsito. O vereador Joecir pediu se tem os valores separados do que é arrecadado de Multas e de estacionamento. O Sr Marcelo disse não ter em mãos esse valor separado. O vereador Fabrício questionou sobre a contribuição com iluminação pública tem uma grande arrecadação e se tem algum destino especificado na prestação de contas, onde está sendo investido. O Sr Marcelo informou que é aplicado na Manutenção e ampliação e que em 2016 ficou quase igualitário o valor arrecadado com o que foi gasto, e que o montante gasto pode ser maior que o arrecadado. O vereador Rodrigo questionou sobre as receitas diversas onde consta o valor de R\$ 366.136,22 (trezentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e seis reais e vinte e dois centavos) com faltas injustificadas, onde é investido esse valor que é descontado dos servidores. A Sra Marcia respondeu que está sendo trabalhado os Projetos da saúde do trabalhador para dar uma melhor condição de trabalho e também o Projeto da Escola de Governo que é uma obrigação de retorno para os servidores. O vereador Rodrigo salientou que todos os vereadores são muito cobrados sobre essa implantação da escola de Governo e que é visível o montante arrecadado e que poderia ser investido nesse Projeto. A Sr Marcia informou que já foi trabalhado os Projetos com a Secretaria de Educação, foi alocado algumas coisas na UAB também para sua estruturação para que efetivamente a Escola de Governo possa ter o seu funcionamento de fato. O vereador Claudemir questionou sobre o valor de recuperação do INSS que o Município deixou de pagar e qual o valor arrecadado nesse período. O Sr Marcelo respondeu que o valor arrecadado no período foi de R\$ 6.804.062,67 (seis milhões oitocentos e quatro mil sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos) e que ficou um valor de cinco a dez mil reais para o exercício de 2017. O vereador Claudemir questionou sobre a Lei do Fundo, se tem previsão de volta para a casa. O Sr Marcelo informou que o projeto está em estudo, análise e adequação mas não tem data prevista para envio. O vereador Joecir falou sobre o projeto de castração de animais, que deveria ser reavaliado, porque o número de 170 animais no quadrimestre é muito baixo, que o custo é mais alto do que o trabalho efetivo. O secretário de Meio Ambiente Nelson Bertani informou que a meta do projeto é 600 animais por ano, e que desde o início do Programa já tem 952 animais castrados e que o planejamento do programa para esse ano é que continue com 600 animais por ano podendo aumentar dependendo da forma de castração, hoje o município para uma média de R\$ 110,00 para castração de animais machos e R\$ 170,00 para castração de animais fêmea, custo de uma empresa terceirizada. O vereador Moacir questionou sobre uma rua existente no Loteamento Sloboda, onde o serviço de correios não chega devido aos cachorros que estão lá e atacam quem passa, e se há algum projeto ou posição para esse tipo de problema que a população tem. O Secretário Bertani respondeu que já existe um TAC assinado que será feito um censo animal na cidade, para saber a quantidade de animais existente, principalmente cães e gatos, e que hoje animais de ruas, chamados errantes são poucos, a grande maioria são animais que possuem donos mas tem acesso livre a rua, ou seja, 99% dos animais de rua possuem

donos mas estão soltos pelas ruas. Hoje o município não possui uma Lei para que possa ser multado ou punido os donos de animais que deixam soltos pelas ruas. Então em princípio o trabalho será voltado para a castração dos animais sem donos, de rua e dos acumuladores, porem esses animais são castrados e devolvidos para a rua, o animal não é recolhido e deixado em um canil por ter o entendimento que o animal tem uma vida melhor na rua do que presa em um espaço pequeno só com água e comida. O vereador Fabrício questionou sobre a canalização do Rio próximo ao Juventus, e que observou que houve um investimento na canalização do Córrego Fundo e se tem algum planejamento, ou se na legislação quando foi feito o projeto era da gestão anterior ou pode ser feito ainda. O Secretario Bertani informou que a canalização é da Policlínica ate a Sanepar e que esta faltando ainda uns 80 metros para a conclusão da Obra, e que desse córrego perto d Juventus ainda não há projeto, e que teria que ser feito um projeto e encaminhado a Ministério das Cidades, e que nesse local foi feito calçadas para melhorar o espaço e é mantido sempre limpo até por ser próximo a Escola Carmela Bortot. Os moradores desse local também solicitam a limpeza das margens do rio, porem a Legislação Estadual não permite que seja mexido. O vereador Fabrício informou que esteve na Rua Jorge Lacerda, esquina com Nereu Ramos, onde tem uma ponte e nesse local o Rio esta invadindo e corroendo as propriedades dos moradores, e quer saber se pode ser criado um projeto de investimento para solucionar isso e sugere que a Secretaria faça uma visita em loco para analisar e solucionar o problema. Não havendo mais questionamentos e sem mais assuntos o vereador Claudemir Zanco, agradeceu e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Elizandra Kovalski Nunes da Silva, lavrei a presente Ata que será assinada por algumas das pessoas presentes.

Pato Branco, 23 de fevereiro de 2017.

Audiência Pública
 Prestação de contas do 3º Quadrimestre de 2016
 23/02/2017 - 13h30min
 Município de Pato Branco

Lista de Presença

	Nome	Entidade	Assinatura
01	Stenilda N. N. da Silva	Prefeitura	[Assinatura]
02	Elaine B. Symkowiak	Prefeitura	[Assinatura]
03	Mônica G. G. G. G.	Prefeitura	[Assinatura]
04	Cláudia Agmonelli	Escola	[Assinatura]
05	Cleveson M. L. L.	Prefeitura	[Assinatura]
06	Maximiliano B. G. G.	Câmara	[Assinatura]
07	Rodrigo C. C. C.	VEREADOR	[Assinatura]
08	Carlinhos A. P. P.	VEREADOR	[Assinatura]
09	Márcia T. de Carvalho	Prefeitura	[Assinatura]
10	EMERSON C. MICHELI	PREFEITURA	[Assinatura]
11	Aparecida G. G.	Sec. Educação	[Assinatura]
12	Dr. Gustavo Gomes	Sec. Assistência Social	[Assinatura]
13	Mariza Medeiros de Souza	Prefeitura	[Assinatura]
14	GENI NATALINO DUTRA	SMCT	[Assinatura]
15	ALEXSANDER DORNELAS	CORPO DE BOMBEIROS	[Assinatura]
16	Edson S. M. G.	Dep. Cultura	[Assinatura]
17	BENIGNO KOZELIN	SEC. AGRICULTURA	[Assinatura]
18	VILMAR MACCARI	Câmara	[Assinatura]
19	CLAUDIA MILITARO	JURADO	[Assinatura]
20	[Assinatura]		[Assinatura]
21	NEVES BERTON	SEL. M. Dm B	[Assinatura]
22	Wilson J. G. G.	CÂMARA	[Assinatura]
23	José Raul de M. R.	Câmara	[Assinatura]
24	Luciano B. B.	Câmara	[Assinatura]
25	NEIVOR BARRO	CÂMARA	[Assinatura]
26	CAIO BUARDO	ASS. P. T. M.	[Assinatura]
27	Yrvaldo D. D.	ASS. S. O. E.	[Assinatura]
28	D. D. D.	Sec. Assistência Social	[Assinatura]
29	Heleno de S. S.	SMAS	[Assinatura]
30	Yvete Maria Soccol	Coop. At. Agr.	[Assinatura]
31	Luciana de O. P.	CREAS	[Assinatura]
32	João Colombo	Assistência Social	[Assinatura]
33	Christina G. G.	Assistência Social	[Assinatura]
34	Márcia D. D.	União de Bairros	[Assinatura]
35	Leila Maria Klaus	Assistência Social	[Assinatura]
36	Kevin R. R.	CRAS - SUDOESTE	[Assinatura]
37	Carlos G. G.	Assistência Social	[Assinatura]
38	Marcelo Gregolin	Vereador	[Assinatura]
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			

Período: Exercício de 2017

Balço Patrimonial

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	P/F	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	P/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		76.707.732,07	85.431.059,19	PASSIVO CIRCULANTE		6.183.622,39	12.556.805,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	21.924.029,28	20.545.081,20	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	P	43.759,21	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	P	39.906.415,96	41.774.399,45	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	F	33.159,28	1.914.950,74
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	F	9.116.672,06	6.265.999,74	EMPÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	P	262.113,04	24.136,69
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	P	77.128,09	46.917,68	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	5.474.847,51	10.347.891,11
ESTOQUES	P	5.582.956,77	14.898.131,21	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	369.744,35	269.826,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	P	100.529,91	100.529,91	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		34.729.390,57	33.441.871,51
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		456.117.045,30	428.329.683,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PR	P	11.625.155,68	8.518.833,48
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	P	11.411.147,48	7.726.445,58	EMPÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	P	23.104.234,89	24.923.038,03
INVESTIMENTOS	P	108.621,75	94.961,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		491.911.764,41	467.762.066,40
IMOBILIZADO	P	444.599.276,07	420.508.277,36	RESULTADOS ACUMULADOS	P	491.911.764,41	467.762.066,40
TOTAL		532.824.777,37	513.760.743,16	TOTAL		532.824.777,37	513.760.743,16

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	532.824.777,37	513.760.743,16
ATIVO FINANCEIRO	31.040.701,34	28.811.080,94
ATIVO PERMANENTE	501.784.076,03	484.949.662,22
PASSIVO (II)	71.352.131,18	74.984.915,33
PASSIVO FINANCEIRO	36.316.868,36	41.498.907,13
PASSIVO PERMANENTE	35.035.262,82	33.486.008,20
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	461.472.646,19	438.795.827,83

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0 Recursos Ordinários (Livres)	78.951.961,14	42.484.459,25
94 Retenções em caráter consignatório ocorridas no exercício	(7.930.336,09)	0,00
101 FUNDEB 60%	(16.883.301,74)	(11.384.947,83)
102 FUNDEB 40%	20.100.138,28	12.354.150,56
103 Educação 10% s/transferências Construc	(18.124.114,88)	(14.834.780,74)
104 Educação 25% sobre impostos	2.819.511,25	1.431.746,45
107 Salário Educação	(929.844,11)	(884.771,89)
110 MDE/Convênio Merenda Escolar	40.744,98	167.463,19
111 Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar	163,15	104,57
123 Federal MDE/Programa Transporte Escolar	0,00	78,41
139 MDE/Conv.Reforma das Creches Mãe Paulina e Três Maria	(6.509,86)	(6.509,86)
144 MDE/Conv.Construção da Creche Municipal do Bairro São João	(4.882,97)	(4.882,97)
147 Convênio PAR Educação (Plano de Ações Articuladas) nº 7989 - creche bairro Alvorada	(56.723,74)	(56.723,74)
148 FNDE - MANUTENÇÃO	(38.102,92)	(38.102,92)
150 Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02 quadras de esporte coberta	67.033,43	67.033,43
151 Construção de Creche Proinfância - Bairro São Francisco - Termo de Compromisso PAC2 nº 05115/2013	280.597,19	262.187,08
153 Convênio PAR 17630/2013 - Escola Bairro Veneza - 06 Salas	627.009,54	785.555,50

Período: Exercício de 2017

Balço Patrimonial

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

154 Conv. PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos	28.663,33	27.619,30
155 Construção de 3 Escolas - PAR Nº 32469/2014 - Parque do Som, São João e São Francisco	(4.022.561,13)	(5.564.517,66)
158 Termo de Compromisso PAR nº 201403095 - Aquisição de equipamentos e mobiliários - PROINFANCIA - Bairro São Francisco	136.004,17	0,00
159 Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atender crianças de 0 a 48 meses de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família - Recurso FND	(283.080,69)	(90.976,32)
303 Saúde/percentual vincu.s/receita imposto	(67.716.399,98)	(44.337.399,77)
338 Conv. Const. de U.B. de Saúde - Pinheirinho	2.232,44	1.688,78
347 FNSBLIN V MORUMBI	1.123,25	849,70
349 Convênio Const. UBS - Bairro Novo Horizonte	575.321,91	575.321,91
350 Convênio Acesso - CONIMS	(2.624,74)	10.258,51
351 Convênio Acesso - CONIMS - 2017	3.571,29	0,00
352 Conv. Curso Medicina FADEP - Município de Pato Branco	50.748,26	0,00
495 Atenção Básica	947.170,21	(744.700,69)
496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	(6.908.380,63)	2.354.030,24
497 Vigilância em Saúde	(237.632,04)	(169.790,47)
499 Gestão do SUS	(60,42)	(3.643,89)
500 Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	1.849.161,23	1.808.897,26
501 Receitas de Alienação de Ativos	(224.600,37)	(232.677,19)
504 Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias	(104.463,13)	(145.441,37)
507 Contribuição de Iluminação Pública	509.698,30	(506.913,99)
509 Gerência de Trânsito	1.071.325,84	98.710,11
510 Taxas - Exercício Poder da Polícia	3.603.482,38	1.657.101,61
511 Taxas - Prestação de Serviços	751.722,96	1.584.500,83
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	6.451,95	(3.768,46)
514 Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de outras áreas	(649,11)	48.427,41
551 Compensação entre Regime Previdenciários	(17.452,52)	(19.048,12)
555 Sanepar-Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município	(150.327,23)	(341.649,12)
610 Operação de Crédito Pavimentação de Vias Urbanas - Recape	65.472,00	49.001,24
612 Op. Crédito Pav. Asf. Ruas Ival, Marília e Teolônio Vilela - Contrato 0399162-84	4.327.541,60	4.327.541,60
615 Convênio Estadual Recape Asfáltico Conv. 023/2014	3.000.000,00	3.000.000,00
616 Operação de Crédito - BRDE Municípios - R\$ 2.628.000,00 - Mobilidade Urbana	0,00	(620.190,95)
617 Operação de Crédito - BRDE - Municípios - R\$ 1.872.000,00 - Mobilidade Urbana	0,00	(583.811,40)
672 Operação de Crédito Construção 03 Creches - Lei 4.085/2013	2.264.419,99	2.264.419,99
747 IGD Bolsa Família	(432,93)	(432,93)
750 Conv. FNAS-PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	(37.073,54)	(37.073,54)
752 Conv. Prog. de Apoio a Pessoa Idosa	(2.207,74)	(2.207,74)
753 Prog. de Apoio a Pessoa Port. Defic.	(2.664,02)	(2.664,02)
797 Conv. Const. do Conjunto Habitacional Nossa Terra II	(4.780,81)	(4.780,81)
809 Convênio FMAS Piso Básico Variável II	(179,35)	(179,35)
815 Conv. FMAS Piso Básico Variável "I" Rec. Projovem Adolescente	(1.988,27)	(1.988,27)
820 Conv. Implantação de Parque Tecnológico de Pato Branco	(629.536,07)	(566.189,01)
828 Convênio Reservatório das Cheias	597.843,35	597.843,35
829 C/C: 647171-6 Conv. Const. de 77 Casas - Conjunto Brasil	15.215,29	15.215,29
836 Convênio Construção da Praça dos Esportes e da Cultura - Contrato 363456-74	(146.715,76)	(146.715,76)
839 Construção do Complexo Esportivo de Pato Branco	706.794,58	735.274,01
841 IGD SUAS	(21.640,17)	(21.640,17)
846 Programa Crescer em Família - Acolhimento Institucional	(15.537,63)	(608,95)
863 C/C: 213-8 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Execução de ações de proteção e atendimento especializado à famílias e indivíduos - PAEFI	(21.822,28)	(21.822,28)
864 Projeto Produção de Ovinos	(13.600,04)	275.208,20
865 Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Espera - São Roque do Chopim	0,00	(95.340,83)
866 Conv. Paviment. Polidônica de 10,9 Km de Estr. Mun. - Linha São Valentin, Três Pontes, Passo da Ilha e São João Batista	319.811,33	184.015,57
867 Conv. 1008578-59/2013 Recapeamento de vias públicas urbanas de Pato Branco; Contrato de repasse 790402/2013.	993.456,98	993.456,98
868 Recap. Asfáltico Conv. 1013728-52/2013 - TERMO 799795-2013	(123.255,42)	(123.255,42)
869 Convênio 397/2013 - Projeto AFAl	(24.506,21)	(9.195,08)
871 Const. reservatório e canalização Rio Ligeiro, localizado no Bairro Bonato CR 779434/2012	(5.851.605,75)	(5.851.605,75)
872 Const. canal drenagem no Córrego Fundo trecho 1 R. Visconde da Tamandaré e João Pessoa trecho 2 R. Genuino Piacentini e Clarice Cerque	5.892,35	(618.758,22)
873 Convênio Recapeamento Asfáltico - 0004/2014	2.000.000,00	2.000.000,00
874 Convênio de Trafegabilidade de Estradas Rurais nº 428/2013	(1.855,83)	(1.855,83)
875 CONVÊNIO SEAB - PROJETO DE FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA - DO SUDOESTE DO PARANÁ - CONVÊNIO 95/2014 CO	(28.934,65)	(28.934,65)
876 CONVÊNIO SETI - ESTRUTURAR INCUBADORAS C/C 233-2	(550,55)	22.961,94
877 Projeto Técnico Social - Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Contrato 0361856-71/2012 Loteamento São Roque	0,00	0,00
880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	175.378,98	81.512,07
882 AP REDE - Cadastros das Entidades Correlatas ao Sistema Único de Assistência social	123.255,42	123.255,42
883 Implantação Parque Estadual Vilório Piassa - Conv. 121137909/2015 - SIT 27667	(643.733,33)	(3.564.927,68)
889 PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVÊNIO 399/2013	(19.140,07)	(12.875,53)
890 Conv. Aquisição Ensiladeiras e Carretas Agrícolas - MAPA - Contrato 808957/2014	73.245,00	73.245,00

Período: Exercício de 2017

Balço Patrimonial

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

892 Projeto Técnico Social Loteamento Vila São Pedro	(10.059,60)	(2.523,10)
893 Recapeamento Asfáltico sobre Pavimentação Poliedrica da Estrada Azelino Dalla Costa - Siconv 828603	0,00	(1.021.746,35)
894 Execução de Infra Estrutura Urbana - Convenio 001/2016 - SEDU	5.024,42	(543.050,27)
896 Recapeamento Asfáltico - 828439/16 - MCidades R\$ 2.372.200,00	13.272,47	0,00
897 Recapeamento Asfáltico - Convenio 828480/16 - MCidades R\$ 1.086.500,00	3.311,22	0,00
899 Convenio MCidades - Recapeamento Asfáltico de Ruas - Siconv - 840637/2016	0,00	0,00
900 Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	80.028,74	0,00
901 Convenio MCidades - Recapeamento Asfáltico de Ruas - Siconv 840632/2016	0,00	0,00
902 Conv. Implantação de Quadra de Esportes com Grama Sintética e com Play-Grounds, Conv. 1028185-96/15 - Largo da Liberdade	192.587,00	0,00
903 Convenio Gov. Estado - Recape Asfáltico na Pista do Aeroporto Juvenal Cardoso	(2.415.986,09)	0,00
904 Conv. Execução de Infra Estrutura Urbana 088/2016 - R\$ 1.000.000,00 SEDU	3.896,74	0,00
905 Programa Criança Feliz - MOSA	0,00	0,00
906 Recape Asfáltico Contrato de Repasse MCidades 834418/2016 - Processo 1034773-49	(195.158,84)	0,00
907 Aquisição de Placa Hidráulica Niveladora Novo - Convenio 844224/2017	97.528,26	0,00
913 Convenio Estado do Paraná - Ações de Controle e Combate a Erosão do Solo Agrícola - Rio Quebra Freio - SIT 33779 - Termo de Convenio C	42.292,27	0,00
914 Liberdade Cidadã - FIA Estadual - Aquisição de veículo SPIN e armários para o CREAS, R\$ 85.091,52.	85.164,41	0,00
916 Crescer em Família - Equipamento e material permanente R\$ 120.000,00 (dois veículos DOBLO e utilitário) - FIA ESTADUAL	120.102,80	0,00
917 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Equipamento e Material Permanente R\$ 50.000,00 e Material Consumo R\$ 12.590,00	62.643,62	0,00
933 IGD SUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	25.994,44	6.903,22
934 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	169.216,86	43.280,15
935 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	(94.925,01)	(23.697,84)
936 COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (PBF)	(63.778,85)	(63.779,85)
938 FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	187.746,73	(2.308,10)
939 FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	192.364,23	119.758,76
940 FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	216.357,62	118.402,35
4003 Convênio Habitacional Sloboda - 0361866-96/2012	(109,73)	(109,73)
4004 Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-63/2012	(161,81)	(161,81)
6002 C/C:65267-9 PAR ÔNIBUS ESC.ACESSÍVEL CONV. 201300130	(11.675,75)	(11.675,75)
Total das Fontes de Recursos:	(5.276.167,02)	(12.687.828,19)

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

NOTA EXPLICATIVA:

NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

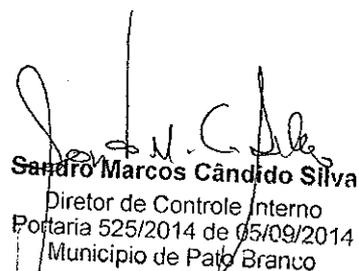
As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes;

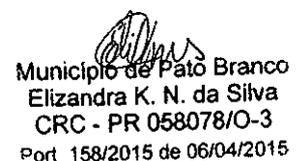
NOTA 2 - Datas

As demonstrações Contábeis apresentadas no presente Balço Patrimonial compreendem de 01/01/2017 ate 31/12/2017;

Município de Pato Branco

 Augustinho Zucchi
 Prefeito Municipal


 Sandro Marcos Cândido Silva
 Diretor de Controle Interno
 Portaria 525/2014 de 05/09/2014
 Município de Pato Branco


 Município de Pato Branco
 Elizandra K. N. da Silva
 CRC - PR 058078/O-3
 Port 158/2015 de 06/04/2015

Período: Exercício de 2017

Balanco Patrimonial

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	P/F	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	P/F	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		76.707.732,07	85.431.059,19	PASSIVO CIRCULANTE		6.183.622,39	12.556.805,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	F	21.924.029,28	20.545.081,20	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	P	43.759,21	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	P	39.906.415,96	41.774.399,45	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PR	F	33.158,28	1.914.950,74
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	F	9.116.672,06	8.265.999,74	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	P	262.113,04	24.136,69
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	P	77.128,09	46.917,68	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	F	5.474.847,51	10.347.891,11
ESTOQUES	P	5.582.956,77	14.698.131,21	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	369.744,35	269.826,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	P	100.529,91	100.529,91	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		34.729.390,57	33.441.871,51
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		456.117.045,30	428.329.683,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PR	P	11.625.155,68	8.518.833,48
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	P	11.411.147,48	7.726.445,58	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	P	23.104.234,89	24.923.038,03
INVESTIMENTOS	P	106.621,75	94.961,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		491.911.764,41	467.762.066,40
IMOBILIZADO	P	444.599.276,07	420.508.277,36	RESULTADOS ACUMULADOS	P	491.911.764,41	467.762.066,40
TOTAL		532.824.777,37	513.760.743,16	TOTAL		532.824.777,37	513.760.743,16

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		532.824.777,37	513.760.743,16
ATIVO FINANCEIRO		31.040.701,34	28.811.080,94
ATIVO PERMANENTE		501.784.076,03	484.949.662,22
PASSIVO (II)		71.352.131,18	74.964.915,33
PASSIVO FINANCEIRO		36.316.868,36	41.498.907,13
PASSIVO PERMANENTE		35.035.262,82	33.466.008,20
SALDO PATRIMONIAL (I - II)		461.472.646,19	438.795.827,83

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64			
ESPECIFICAÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0 Recursos Ordinários (Livres)		78.951.961,14	42.484.459,25
94 Retenções em caráter consignatário ocorridas no exercício		(7.930.336,09)	0,00
101 FUNDEB 60%		(16.883.301,74)	(11.384.947,83)
102 FUNDEB 40%		20.100.138,28	12.354.150,56
103 Educação 10% s/transferências Constituc.		(18.124.114,88)	(14.834.760,74)
104 Educação 25% sobre impostos		2.819.511,25	1.431.746,45
107 Salário Educação		(929.844,11)	(884.771,89)
110 MDE/Convênio Merenda Escolar		40.744,98	167.463,19
111 Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar		163,15	104,57
123 Federal MDE/Programa Transporte Escolar		0,00	78,41
139 MDE/Conv.Reforma das Creches Madre Paulina eTrês Maria		(6.509,86)	(6.509,86)
144 MDE/Conv.Construção da Creche Municipal do Bairro São João		(4.882,97)	(4.882,97)
147 Convênio PAR Educação (Plano de Ações Articuladas) nº 7969 - creche bairro alvorada		(56.723,74)	(56.723,74)
148 FNDE - MANUTENÇÃO		(38.102,92)	(38.102,92)
150 Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02 quadras de esporte coberta		67.033,43	67.033,43
151 Construção de Creche Proinfância - Bairro São Francisco - Termo de Compromisso PAC2 nº 05115/2013		280.597,19	262.187,08
153 Convênio PAR 17630/2013 - Escola Bairro Veneza - 06 Salas		827.006,54	785.555,50

Balanco Patrimonial

Período: Exercício de 2017

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

154 Conv. PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos	28.663,33	27.619,30
155 Construção de 3 Escolas - PAR Nº 32469/2014 - Parque do Som, São João e São Francisco	(4.022.561,13)	(5.564.517,66)
158 Termo de Compromisso PAR nº 201403095 - Aquisição de equipamentos e mobiliários - PROINFÂNCIA - Bairro São Francisco	136.004,17	0,00
159 Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atender crianças de 0 a 48 meses de idade, beneficiárias do Programa Bolsa Família - Recurso FND	(283.080,69)	(90.976,32)
303 Saúde/percentual vincu.s/receita imposto	(67.716.399,98)	(44.337.399,77)
338 Conv.Const.de U.B.de Saúde - Pinheirinho	2.232,44	1.688,76
347 FNSBLINV MORUMBI	1.123,25	849,70
349 Convênio Const. UBS - Bairro Novo Horizonte -	575.321,91	575.321,91
350 Convenio Acesso - CONIMS	(2.624,74)	10.258,51
351 Convenio Acesso - CONIMS - 2017	3.571,29	0,00
352 Conv. Curso Medicina FADEP - Municipio de Pato Branco	50.748,26	0,00
495 Atenção Básica	947.170,21	(744.700,69)
496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	(6.908.380,63)	2.354.030,24
497 Vigilância em Saúde	(237.632,04)	(169.760,47)
499 Gestão do SUS	(60,42)	(3.643,89)
500 Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	1.649.161,23	1.808.897,26
501 Receitas de Alienação de Ativos	(224.600,37)	(232.677,19)
504 Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias	(104.463,13)	(145.441,37)
507 Contribuição de Iluminação Publica	509.698,30	(506.913,99)
509 Gerência de Trânsito	1.071.325,84	36.710,11
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	3.603.482,38	1.857.101,61
511 Taxas - Prestação de Serviços	751.722,96	1.564.500,83
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	6.451,95	(3.768,46)
514 Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de outras áreas.	(649,11)	48.427,41
551 Compensação entre Regime Previdenciários	(17.452,52)	(19.048,12)
555 Sanepar-Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Municipio	(150.327,23)	(341.649,12)
610 Operação de Crédito Pavimentação de Vias Urbanas - Recape	65.472,00	49.001,24
612 Op. Crédito Pav Asf Ruas Ivaí, Marília e Teotônio Vilela - Contrato 0399162-84	4.327.541,60	4.327.541,60
615 Convenio Estadual Recape Asfáltico Conv. 023/2014	3.000.000,00	3.000.000,00
616 Operação de Credito - BRDE Municipios - R\$ 2.628.000,00 - Mobilidade Urbana	0,00	(820.190,39)
617 Operação de Credito - BRDE - Municipios - R\$ 1.872.000,00 - Mobilidade Urbana	0,00	(583.811,40)
672 Operação de Crédito Construção 03 Creches - Lei 4.085/2013	2.264.419,99	2.264.419,99
747 IGD Bolsa Família	(432,93)	(432,93)
750 Conv.FNAS-PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	(37.073,54)	(37.073,54)
752 Conv.Prog.de Apoio a Pessoa Idosa	(2.207,74)	(2.207,74)
753 Prog.de Apoio a Pessoa Port.Defic.	(2.664,02)	(2.664,02)
797 Conv.Const.do Conjunto Habitacional Nossa Terra II	(4.780,81)	(4.780,81)
809 Convenio FMAS Piso Básico Variavel II	(179,35)	(179,35)
815 Conv.FMAS Piso Básico Variavel "I" Rec.Projovem Adolescente	(1.988,27)	(1.988,27)
820 Conv.Implantação de Parque Tecnológico de Pato Branco	(629.538,07)	(566.189,01)
828 Convênio Reservatório das Cheias	597.843,35	597.843,35
829 C/C: 647171-6 Conv.Const.de 77 Casas - Conjunto Brasil	15.215,29	15.215,29
836 Convênio Construção da Praça dos Esportes e da Cultura - Contrato 363456-74	(146.715,76)	(146.715,76)
839 Construção do Complexo Esportivo de Pato Branco	706.794,58	735.274,01
841 IGD SUAS	(21.640,17)	(21.640,17)
848 Programa Crescer em Família - Acolhimento Institucional	(15.537,63)	(608,95)
863 C/C: 213-8 CREAS - FEAS Conv. 046/2013 Execução de ações de proteção e atendimento especializado à famílias e indivíduos - PAEFI	(21.822,28)	(21.822,28)
864 Projeto Produção de Ovinos	(13.800,04)	275.206,20
865 Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Espera - São Roque do Chopim	0,00	(95.340,83)
866 Conv. Paviment. Poliédrca de 10.9 km de Estra. Mun. - Linha São Valentin, Três Pontes, Passo da Ilha e São João Batista	319.811,33	184.015,57
867 Conv. 1008576-59/2013 Recapeamento de vias públicas urbanas de Pato Branco; Contrato de repasse 790402/2013.	993.456,98	993.456,98
868 Recap. Asfáltico Conv. 1013728-52/2013 - TERMO 799795-2013	(123.255,42)	(123.255,42)
869 Convênio 397/2013 - Projeto AFAI	(24.506,21)	(9.195,08)
871 Const. reservatório e canalização Rio Ligeiro, localizado no Bairro Bonato CR 779434/2012	(5.851.605,75)	(5.851.605,75)
872 Const canal drenagem no Córrego Fundo trecho 1 R. Visconde de Tamandaré e João Pessoa trecho 2 R. Genuino Piacentini e Clarice Cerque	5.892,35	(618.758,22)
873 Convênio Recapeamento Asfáltico - 0004/2014	2.000.000,00	2.000.000,00
874 Convênio de Trafegabilidade de Estradas Rurais nº 428/2013	(1.855,83)	(1.855,83)
875 CONVENIO SEAB - PROJETO DE FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA DO SUDOESTE DO PARANA - CONVENIO 95/2014 COM	(28.934,65)	(28.934,65)
876 CONVENIO SETI - ESTRUTURAR INCUBADORAS C/C 233-2	(550,55)	22.961,94
877 Projeto Técnico Social - Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, Contrato 0361856-71/2012 Loteamento São Roque	0,00	0,00
880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	175.378,98	81.512,07
882 AP REDE - Cadastros das Entidades Correlatas ao Sistema Único de Assistência social.	123.255,42	123.255,42
883 Implantação Parque Estadual Vítório Piassa - Conv. 121137909/2015 - SIT 27667	(543.733,33)	(3.564.927,68)
889 PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVÊNIO 399/2013	(19.140,07)	(12.875,53)
890 Conv. Aquisição Ensiladeiras e Carretas Agrícolas - MAPA - Contrato 808957/2014	73.245,00	73.245,00

Balanco Patrimonial

Período: Exercício de 2017

Unidade Gestora: 9999 - CONSOLIDADO

892 Projeto Tecnico Social Loteamento Vila São Pedro	(10.039,60)	(2.523,10)
893 Recapeamento Asfáltico sobre Pavimentação Poliedrica da Estrada Azelino Dalla Costa - Siconv 826603	0,00	(1.021.746,35)
894 Execução de Infra Estrutura Urbana - Convenio 001/2016 - SEDU	5.024,42	(543.050,27)
896 Recapeamento Asfáltico - 828439/16 - MCidades R\$ 2.372.200,00	13.272,47	0,00
897 Recapeamento Asfáltico - Convenio 828460/16 - MCidades R\$ 1.086.500,00	3.311,22	0,00
899 Convenio MCidades - Recapeamento Asfáltico de Ruas - Siconv - 840637/2016	0,00	0,00
900 Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	80.026,74	0,00
901 Convenio MCidades - Recapeamento Asfáltico de Ruas - Siconv 840632/2016	0,00	0,00
902 Conv. Implantação de Quadra de Esportes com Grama Sintetica e com Play-Grounds, Conv. 1028185-96/15 - Largo da Liberdade	192.587,00	0,00
903 Convenio Gov. Estado - Recape Asfáltico na Pista do Aeroporto Juvenal Cardoso	(2.415.986,09)	0,00
904 Conv. Execução de Infra Estrutura Urbana 088/2016 - R\$ 1.000.000,00 SEDU	3.896,74	0,00
905 Programa Criança Feliz - MDSA	0,00	0,00
906 Recape Asfáltico Contrato de Repasse MCidades 834419/2016 - Processo 1034773-49	(195.158,84)	0,00
907 Aquisição de Plaina Hidraulica Niveladora Novo - Convenio 844224/2017	97.528,26	0,00
913 Convenio Estado do Parana - Acoes de Controle e Combate a Erosão do Solo Agrícola - Rio Quebra Freio - SIT 33779 - Termo de Convenio CV	42.292,27	0,00
914 Liberdade Cidadã - FIA Estadual - Aquisição de veículo SPIN e armários para o CREAS, R\$ 85.091,52.	85.164,41	0,00
916 Crescer em Família - Equipamento e material permanente R\$ 120.000,00 (dois veículos:DOBLÔ e utilitário). - FIA ESTADUAL	120.102,80	0,00
917 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Equipamento e Material Permanente R\$ 50.000,00 e Material Consumo R\$ 12.590,00 -	62.643,62	0,00
933 IGD SUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	25.994,44	6.903,22
934 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	169.216,86	43.280,15
935 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS)	(34.925,01)	(23.697,84)
936 COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (PBF)	(63.779,85)	(63.779,85)
938 FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	187.746,73	(2.308,10)
939 FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	192.354,23	119.758,76
940 FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Unico - Portaria MDS 113/2015	216.357,82	118.402,35
4003 Convênio Habitacional Sloboda - 0361866-96/2012	(109,73)	(109,73)
4004 Convênio Habitacional Lago Azul - 0361863-63/2012	(161,81)	(161,81)
6002 C/C:65267-9 PAR ÔNIBUS ESC.ACESSÍVEL CONV. 201300130	(11.675,75)	(11.675,75)
Total das Fontes de Recursos:	(5.276.167,02)	(12.687.826,19)

*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.

NOTA EXPLICATIVA:**NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes;

NOTA 2 - Datas

As demonstrações Contábeis apresentadas no presente Balanço Patrimonial compreendem de 01/01/2017 ate 31/12/2017;

Table with columns: ATIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Includes sub-sections like ATIVO CIRCULANTE, PASSIVO CIRCULANTE, ATIVO NÃO CIRCULANTE, PASSIVO NÃO CIRCULANTE, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, and RESULTADOS ACUMULADOS.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64. Table with columns: ESPECIFICAÇÃO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Includes ATIVO (II) and PASSIVO (III).

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64. Table with columns: ESPECIFICAÇÃO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Includes ATOS POTENCIAIS ATIVOS and ATOS POTENCIAIS PASSIVOS.

QUADRO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO. Table with columns: DESTINAÇÃO DE RECURSOS, EXERCÍCIO ATUAL, EXERCÍCIO ANTERIOR. Lists various budget items and their financial impact.

Município: PATO BRANCO UF: Estado do Paraná Página 2 de 3. Balanço Patrimonial. Período: Exercício de 2017. Unidade Gestora: 9989 - CONSOLIDADO. Emissão em: 07/08/2018 15:42:43.

Table with columns: ESPECIFICAÇÃO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Lists various municipal projects and their financial details.

PRONIM CP - Contabilidade Pública. Emissão em: 07/08/2018 15:42:43.

Table with columns: ESPECIFICAÇÃO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Lists various municipal projects and their financial details.

Total dos Fontes de Recursos: (6.278.167,02) (12.827.819,99)

NOTA EXPLICATIVA: Os valores apresentados correspondem ao movimento das contas à vista. NOTA 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regem o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. NOTA 2 - Datas. As demonstrações contábeis apresentadas no presente Balanço Patrimonial compreendem de 01/01/2017 até 31/12/2017.

Table with columns: ESPECIFICAÇÃO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Lists various municipal projects and their financial details.

Município de Pato Branco. Augusto Zucchi, Prefeito Municipal. Emissão em: 07/08/2018 15:42:43.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO. CORONEL VIVIDA - PR. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2018. DATA: 10/07/18. ABERTURA: 24/07/18. HORÁRIO: 10:00. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL EDUCATIVO E PEDAGÓGICO, BRINQUEDOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS E MATERIAL TERAPÊUTICO PARA ATENDER A DELIBERAÇÃO 054/2016 DO CONSELHO ESTADUAL PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - INCENTIVO DO PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ, COM RECURSO DO FIA; conforme discriminado no objeto do presente edital. A publicação na íntegra do ato acima estará disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.diariooficialmunicipio.coronelvivida.pr.gov.br, na edição de 10 de agosto de 2018 - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2759/2017 e suas alterações.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA
REGISTRO.....	: PR-058078/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 042.387.079-31

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: CURITIBA, 07.08.2018 as 09:33:31.

Válido até: 31.08.2018.

Código de Controle: 277947.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 271/2018/GP

Pato Branco, 9 de agosto de 2018.

Assunto: Petição Intermediária encaminhando contraditório o Despacho nº 1800/2018 do Gabinete do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, e a Instrução 1342/18-CGM, exarada em razão da análise efetuada na prestação de contas do Poder Executivo do Município de Pato Branco de 2017 - Processo 281192/18 – TC.

Processo nº: 281192/18 - TC
Relator: Artagão de Mattos Leão

Senhor Presidente,

O **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54, com sede na Rua Caramuru, 271, Pato Branco, Estado do Paraná, busca com a presente manifestação esclarecer dúvidas quanto a irregularidades suscitadas, relacionadas ao processo nº 281198/18, Instrução nº 1342/18.

1. Dos Fatos apresentados:

Restrição: Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM.

Fonte de Critério: Lei 4.320/64, arts. 105 e 106 e Art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c Art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A comparação entre os valores dos grupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial, emitido pela contabilidade, evidenciou discrepância com os números levantados a partir dos dados enviados no Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), ferramenta de captação dos dados e registros de natureza contábil, financeira, orçamentária, tributária e patrimonial, cuja remessa cabe às próprias entidades, as quais são responsáveis pela exatidão das informações registradas na contabilidade, conforme demonstração abaixo.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea "g", inciso IV do art. 87 da Lei

Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do não cumprimento do regramento estabelecido pela Lei Federal nº 4320/64.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

a) demonstrativo individualizando as diferenças apuradas e os esclarecimentos para justificar as diferenças;

A Sua Excelência o Senhor
JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Relator do processo 281192/18 - TC
Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Curitiba – Paraná



Fl. 2 do Ofício nº 271/2018/GP, de 9 de agosto de 2018.

- b) comprovação da regularização dos valores no sistema SIM-AM ou na contabilidade;
- c) Balanço Patrimonial, assinado pelo Contador responsável;
- d) digitalização, em formato legível, da publicação do Balanço Patrimonial;
- e) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

O balanço patrimonial, encaminhado à peça nº 5, não apresenta o quadro do superávit/déficit financeiro, portanto não está estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – STN).

Restrição: Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A entidade não comprovou a realização da Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016, haja vista o não envio da documentação solicitada por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do descumprimento Art. 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) prova de realização da Audiência Pública de Metas Fiscais da LDO mediante apresentação da convocação e das atas das audiências, acompanhado de declaração firmada pelo presidente da comissão de finanças (do Poder Legislativo) atestando a realização da audiência;
- b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários

Comentários adicionais da análise técnica:

Às peças nº 21 e 22 foram encaminhadas a publicação do edital de convocação e a ata relativas à audiência do 3º quadrimestre de 2017, realizada em 27/02/2018. No entanto, conforme estabelecido no item 9, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 – TCE/PR, deveria ser encaminhada a documentação relativa à audiência do 3º quadrimestre de 2016, cujo prazo para realização era até 28/02/2017.

Restrição: Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A entidade não comprovou a Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016, haja vista o não envio do comprovante de publicação exigido por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do descumprimento dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:



Fl. 3 do Ofício nº 271/2018/GP, de 9 de agosto de 2018.

- a) prova de publicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consistindo das folhas dos jornais, em original, onde conste a respectiva publicidade;
- b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

À peça nº 15 foi anexada a publicação realizada em 02/03/2018, relativa ao RREO do 6º bimestre de 2017. No entanto, conforme estabelecido no item 7, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 – TCE/PR, deveria ser encaminhada a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2016, cujo prazo para publicação era até 30/01/2017.

Restrição: Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

A entidade não comprovou a Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016, haja vista o não envio do comprovante de publicação exigido por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas, conforme Acórdão nº 354/17-STP, em razão do descumprimento dos arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) prova de publicidade do Relatório de Gestão Fiscal, consistindo das folhas dos jornais, em original, onde conste a respectiva publicidade;
- b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

À peça nº 18 foi anexada a publicação realizada em 02/03/2018, relativa ao RGF do 3º quadrimestre de 2017. No entanto, conforme estabelecido no item 8, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 – TCE/PR, deveria ser encaminhada a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, cujo prazo para publicação era até 30/01/2017.

ATRASO NA ENTREGA DO SIM-AM E/OU DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

8.1 - ENTREGA DOS DADOS DO SIM-AM COM ATRASO

Verifica-se no registro de entrega dos dados eletrônicos mensais do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM, que a Entidade não atendeu aos prazos estipulados nas Instruções Normativas TCE/PR nº 115/2016 e 129/2017, relativa à Agenda de Obrigações para o exercício objeto da análise.

A entrega mensal dos referidos dados eletrônicos está demonstrada no quadro abaixo, o qual informa o número de dias de atraso que a entrega intempestiva resultou.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, prevista no art. 87, III, "b" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aplicada em razão DE CADA ATRASO NA REMESSA MENSAL dos dados eletrônicos do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) comprovação de que o encaminhamento em atraso ocorreu por motivo de força maior;
- b) comprovante de recolhimento da multa;
- c) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários



Fl. 4 do Ofício nº 271/2018/GP, de 9 de agosto de 2018.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL EMITIDA PELO CRC-PR

Conforme dispõe o artigo 20 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011, o exercício de qualquer atividade contábil é prerrogativa do profissional da Contabilidade em situação regular perante o respectivo CRC.

A presente análise evidenciou a ausência da Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo CRC-PR, do responsável pela contabilidade da entidade.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea "g", inciso IV do art. 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em decorrência do não cumprimento do requisito legal para o exercício da profissão de contador.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

a) Apresentação da Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR;

b) Outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

Comentários adicionais da análise técnica:

A certidão de regularidade profissional encaminhada à peça nº 4 não é a certidão de acesso restrito, conforme solicitado no item 2, anexo 1, da Instrução Normativa nº 140/2018 - TCE/PR.

2. Da Defesa

Restrição: Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM.

Fonte de Critério: Lei 4.320/64, arts. 105 e 106 e Art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c Art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

Em análise a restrição apontada quanto à falta do quadro do superávit/déficit financeiro no Balanço Patrimonial da entidade conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP-STN), verificamos a real falta desta informação de desta forma geramos via software de contabilidade novo Balanço Patrimonial com a informação solicitada por esta egrégia corte de contas.

Para o Balanço Patrimonial conter a informação referente ao superávit/déficit verificamos no software contábil de uso do Município de Pato Branco a opção de geração com a informação solicitada, sendo necessária apenas a republicação do Balanço Patrimonial com as assinaturas pertinentes.

Assim tratando apenas de um erro formal por parte da entidade solicitamos que este item seja considerado como regularizado pelo fato da informação faltante não ter causado prejuízo de informações e nem mesmo a transparência do Município.

Restrição: Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

Em análise ao apontamento de restrição por falta da comprovação da realização da Audiência Pública entendemos que o envio da ata da audiência pública referente ao Terceiro Quadrimestre



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Fl. 5 do Ofício nº 271/2018/GP, de 9 de agosto de 2018.

do exercício de 2016 era suficiente para comprovação da realização da mesma, onde constam os valores de arrecadação, valores de despesa, índices de aplicação, entre outros valores da real situação da entidade.

Entretanto, conforme Comentários adicionais da análise técnica citados a pagina 21 da Instrução Normativa 1342-18 TCE-PR, estamos encaminhando apresentação de slides referente à audiência de prestação de contas do terceiro quadrimestres do exercício de 2016, contendo as informações apresentada em audiência pública de prestação e contas, como também a ata da presente sessão realizada na data de 23 (vinte e três) de fevereiro de 2017, assim esperamos atender as exigências expostas e regularizar este apontamento.

Restrição: Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

Conforme apontamento de restrição apontado na pagina nº 21 da Instrução 1342-18 TCE – PR sobre a ausência de comprovação da publicação do relatório resumido da execução orçamentária – RREO do sexto bimestre do exercício de 2016, justificamos que por um lapso de interpretação enviamos junto a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2017 a republicação referente ao Terceiro Quadrimestre de 2017, e não a publicação referente ao Terceiro Quadrimestre de 2016, assim, enviamos em anexo a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO referente ao Terceiro Quadrimestre de 2016, publicado na data de 24 (vinte e quatro) de janeiro de 2017, para sanar a restrição referente a publicação do RREO do Terceiro Quadrimestre de 2016.

Restrição: Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"

Da mesma forma que justificamos o envio da publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO justificamos o envio do Relatório de Gestão Fiscal do Terceiro Quadrimestre de 2017 por um lapso de interpretação, e assim estamos enviando em anexo a publicação referente ao RGF do Terceiro quadrimestre de 2016, publicado em 24 (vinte e quatro) de janeiro de 2017, forma pela qual esperamos sanar a restrição apontada.

**ATRASO NA ENTREGA DO SIM-AM E/OU DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO
8.1 - ENTREGA DOS DADOS DO SIM-AM COM ATRASO**

Em análise ao apontamento realizado pela nobre corte de contas, quanto a entrega em atraso do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM, o envio em atraso se faz por diversos problemas, entretanto a Lei Complementar expressamente determina que quando forem constatadas impropriedade ou qualquer outra falta de natureza, da qual não resulte danos ao erário ou a execução do programa, ato ou gestão, as contas devem ser julgadas regulares com ressalva, com determinação para correção destas falhas.



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Fl. 6 do Ofício nº 271/2018/GP, de 9 de agosto de 2018.

Pois neste caso o Município de Pato Branco vem apresentando as devidas correções das falhas apontadas, suprimindo totalmente os equívocos na entrega dos bimestres do SIM-AM.

Ademais, o mero erro formal não trouxe nenhum prejuízo ao erário, assim como não prejudicou nenhum programa ou ato de gestão. Portanto, a falha cometida deve ser enquadrada no art. 16, inciso II da Lei Complementar Estadual 113/2005, que expressamente traz a previsão de que quando a impropriedade ou qualquer outra falha for de natureza formal, e que não cause prejuízos, caracteriza-se como regular as contas.

Ademais, caso houve mais de uma possibilidade de enquadramento legal, sempre que deverá ser observada a norma mais benéfica para o infrator.

Desta forma, o enquadramento legal acima referido não traz previsão legal de aplicação de multa, eis que somente par as hipóteses legais elencadas no art. 16 inciso III da referida lei Complementar é que existe previsão de penalidade pecuniária.

Por outro lado, convém salientar que o erro cometido foi mero equívoco ou falhas na importação de dados, facilmente constatáveis e de simples correção, viciam sanável, que não trouxe nenhum prejuízo ao erário, assim como não teve intuito de prejudicar nenhum programa ou ato de gestão.

Desta forma o mero erro formal, enquadrado na situação descrita no art. 16, inciso II da Lei Complementar, não deveria ser penalizado com a aplicação de multa, eis que do contrario não existiria a possibilidade de falhas formais ou meros equívocos que não teriam aplicação de penalidades, o que viola os preceitos da norma complementar.

Também solicitamos que seja analisado os dias de atraso para envio das informações do SIM-AM, sendo em alguns casos datas que também não prejudicam análises, informações, entre outras, e ao decorrer do exercício o Município demonstrou uma evidente melhora em atender os prazos, chegando ao ponto da entrega sem atrasos de datas.

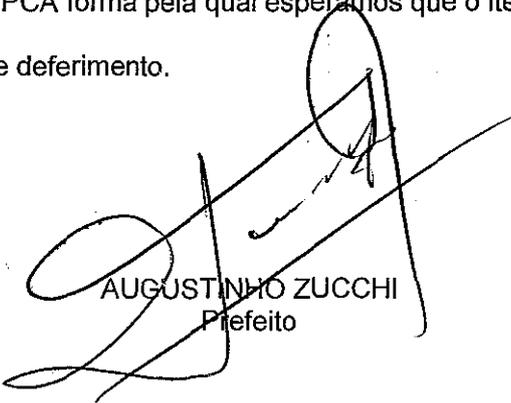
Diante do exposto, solicitamos que as contas do Município de Pato Branco sejam aprovadas sem a aplicação de multas, enquadrando a falha cometida no art. 16, inciso II da Lei Complementar 113/2005, ou seja, impropriedade ou outra falha de natureza formal, que não trouxe prejuízos ao erário e que não resultou dano à execução de programa, ato ou gestão.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL EMITIDA PELO CRC-PR

Em análise ao apontamento da pagina nº 40 da Instrução nº 1342-18 do TCE- Pr, quanto ao envio da certidão de regularidade profissional do contador responsável que foi encaminhada à peça nº 4 não é a certidão de acesso restrito, assim buscamos em acesso ao site do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, gerar nova certidão de Regularidade Profissional, através do acesso exclusivo com a senha do responsável pela contabilidade do Município com data de 07 (sete) de agosto de 2018, com validade até 31 (trinta e um) de agosto de 2018, porém o formato da certidão é igual ao já enviado junto ao PCA forma pela qual esperamos que o item seja regularizado.

Termos em que pede deferimento.

Respeitosamente,


AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCOPágina: 1 de 1
23/01/2017 11:01

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2016 a Dezembro/2016

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	(Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	117.602.285,81	-	
Pessoal Ativo	115.889.176,25	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.713.109,56	-	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	-	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	117.602.285,81	-	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
	Valor	% sobre a RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	235.720.901,28	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	117.602.285,81	49,89	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	127.289.286,69	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 * VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.924.822,36	51,30	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 * VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	114.560.358,02	48,60	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 00m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	31.588.850,60	30.669.712,59	30.534.682,64	31.097.980,13
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	24.319.709,07	23.367.725,28	23.232.695,33	23.795.992,82
Interna	24.319.709,07	23.367.725,28	23.232.695,33	23.795.992,82
Externa	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e não Pagos	-	-	-	-
Demais Dívidas	7.269.141,53	7.301.987,31	7.301.987,31	7.301.987,31
DEDUÇÕES (II) ¹	10.762.399,79	18.800.091,46	9.719.512,80	9.666.033,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.060.803,26	23.408.157,92	17.738.611,87	16.783.812,14
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.298.403,47	4.608.066,46	8.019.099,07	7.117.778,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	20.826.450,81	11.869.621,13	20.815.169,84	21.431.946,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	210.235.109,68	219.194.354,86	221.765.497,77	235.720.901,28
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	15,03	13,99	13,77	13,19
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	9,91	5,42	9,39	9,09
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-	-
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	24.319.709,07	23.367.725,28	23.232.695,33	23.795.992,82
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Sociais	-	-	-	-
Previdenciárias	-	-	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-	-
Interna	-	-	-	-
Externa	-	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	24.319.709,07	23.367.725,28	23.232.695,33	23.795.992,82
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.237.186,09	31.694.454,13	38.123.616,62	29.531.093,58
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

	ANTERIOR	Quadrimestre	Quadrimestre	Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	-	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (X) ¹	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 04m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 1
23/01/2017 11:05

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS(II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	210.235.109,68	219.194.354,86	221.765.497,77	235.720.901,28
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(V)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
INTERNAS(VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF ¹				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 04m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 1
23/01/2017 11:05

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	235.720.901,28	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 05m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 8
23/01/2017 11:13

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	12.897.615,58	644.149,37	3.149.411,36	13.833.642,95	-2.323.364,74	-2.406.223,36	9.206.413,36	-
Atenção Básica	191.787,22	-	143.120,81	-	-53.415,45	102.081,86	5.379,07	-
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatória	4.007.160,55	-	368.192,89	87.236,35	-21.652,13	3.573.383,44	2.040.126,34	-
Bloco de financiamento da Proteção Social Básica	205.105,30	-	13.391,91	-	-3.280,81	194.994,20	7.830,40	-
Bloco de financiamento da Proteção Social Especial	52.846,01	13.600,00	12.205,54	-	-2.922,72	29.963,19	6.560,33	-
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	1.094.401,21	-	-	135.389,83	-145.256,40	1.104.267,78	49.255,65	-
Brasil Carinhoso - Apoio a Creches para atender crianças de 0 a 3 anos	375.327,26	-	5.066,40	-	-	370.260,86	50.367,74	-
C/C: 647171-6 Conv.Const.de 77 Casas - Conjunto Habitacional	8.200,24	-	-	-	-	8.200,24	-	-
Compensação entre Regime Previdenciários	2.967,26	-	-	-	-	2.967,26	-	-
COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	3.902,11	-	-	-	-1.172,70	5.074,81	-	-
Const canal drenagem no Córrego Fundo trecho 1	381.435,26	483.545,66	-	482.010,85	-	-584.121,25	-	-
Const. reservatório e canalização Rio Ligeiro, localidade de São João	-	-	-	5.851.605,75	-	-5.851.605,75	-	-
Construção de 3 Escolas - PAR Nº 32469/2014 - Bairro São Francisco	270.405,46	-	-	5.834.923,12	-77.180,22	-5.487.337,44	-	-
Construção de Creche Proinfância - Bairro São Francisco	74.386,46	-	-	525.906,68	-	-451.520,22	-	-
Construção do Complexo Esportivo de Pato Branco	297.717,36	-	-	269.237,93	-	28.479,43	-	-
Conv. Const. Ginásio do Distrito de Nova Esperança	23.059,17	-	-	118.400,00	-	-95.340,83	-	-
Conv. PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos	18.389,74	-	-	-	-	18.389,74	-	-
Conv. Paviment. Poliédrica de 10,9 km de Estrada	319.148,82	-	-	454.709,62	-	-135.560,80	-	-
Conv.Const.de U.B.de Saúde - Pinheirinho	11.743,75	-	-	-	-	11.743,75	-	-
Conv.FNAS-PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	1.089,46	-	-	-	-3.452,80	4.542,26	-	-
Conv.Implantação de Parque Tecnológico de Pato Branco	1.260.974,02	-	-	-	-	1.260.974,02	-	-
Convênio 397/2013 - Projeto AFAL	31.458,12	-	1.153,33	-	-	30.304,79	-	-
Convênio Acesso - CONIMS	12.883,25	-	-	-	-	12.883,25	-	-
Convênio PAC2 04443/2013 Construção de 02 quadras	-5.471,67	-	-	-	-	-5.471,67	-	-
Convênio PAR 17630/2013 - Escola Bairro Venezuela	10.724,27	-	-	11.840,27	-	-1.116,00	-	-
CONVENIO SETI - ESTRUTURAR INCUBADORAS Q	87.232,94	-	-	-	-	87.232,94	56.067,90	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 2 de 8
23/01/2017 11:13

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	12.897.615,58	644.149,37	3.149.411,36	13.833.642,95	-2.323.364,74	-2.406.223,36	9.206.413,36	-
Atenção Básica	191.787,22	-	143.120,81	-	-53.415,45	102.081,86	5.379,07	-
Educação 10% s/transferências Constituc.	15.137,79	-	247.468,93	-	-94.460,90	-137.870,24	37.319,73	-
Educação 25% sobre impostos	1.000.695,86	116.950,91	1.044.698,57	-	-465.563,16	304.609,54	40.188,77	-
Estadual MDE/Convênio Transporte Escolar	104,57	-	-	-	-	104,57	-	-
Execução de Infra Estrutura Urbana - Convênio C	2.698,77	-	-	-	-	2.698,77	-	-
Federal MDE/Programa Transporte Escolar	78,41	-	-	-	-	78,41	-	-
FNAS - Bloco de Financiamento da Gestão do Pr	118.402,35	-	-	-	-	118.402,35	-	-
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção Soc	149.159,21	-	6.818,31	-	-	142.340,90	9.054,90	-
FNAS - Bloco de Financiamento da Proteção Soc	30.052,48	-	14.382,48	-	-	15.670,00	17.978,10	-
FNSBLINV MORUMBI	5.883,73	-	-	-	-	5.883,73	-	-
FUNDEB 40%	-	-	66,63	-	-969,07	902,44	-	-
FUNDEB 60%	306.086,25	-	23.891,16	-	-491.997,15	774.192,24	-	-
Gestão do SUS	44.462,88	-	280,00	-	-	44.182,88	215,27	-
IGD SUAS	1.128,00	-	-	-	-950,00	2.078,00	-	-
IGD SUAS PORTARIA MDS 337/2011 (3% CONSE	15.827,14	-	950,00	-	-4.000,00	18.877,14	350,00	-
Implantação Parque Estadual Vitório Piassa - Co	82.734,53	-	-	-	-	82.734,53	3.647.662,21	-
Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de	100.007,43	-	-	-	-	100.007,43	-	-
MDE/Convênio Merenda Escolar	127.527,13	-	14.320,00	-	-19.990,32	133.197,45	2.313,00	-
Operação de Credito - BRDE - Municípios - R\$ 1.4	-	-	-	-	-	-	531.352,56	-
Operação de Credito - BRDE Municípios - R\$ 2.6	-	-	-	-	-	-	341.602,23	-
Programa Crescer em Família - Acolhimento Inst	14.928,68	-	-	-	-	14.928,68	-	-
PROGRAMA LIBERDADE CIDADÃ-CONVÊNIO 399	21.717,70	-	444,30	-	-	21.273,40	-	-
Projeto Produção de Ovinos	289.006,24	-	-	-	-	289.006,24	-	-
Projeto Técnico Social Loteamento Vila São Pedr	-	-	2.523,10	-	-	-2.523,10	-	-
Recapeamento Asfáltico sobre Pavimentação Po	328.840,74	-	-	-	-	328.840,74	1.350.587,09	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 3 de 8
23/01/2017 11:13

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	12.897.615,58	644.149,37	3.149.411,36	13.833.642,95	-2.323.364,74	-2.406.223,36	9.206.413,36	-
Atenção Básica	191.787,22	-	143.120,81	-	-53.415,45	102.081,86	5.379,07	-
Receitas de Alienação de Ativos	173.771,68	-	-	-	-	173.771,68	-	-
Salário Educação	259.759,05	-	6.441,17	-	-15.184,77	268.502,65	273.563,81	-
Sanepar-Compensação Financeira ao Meio Amb	224.719,10	-	3.713,51	-	-40.196,00	261.201,59	136.739,58	-
Saúde/percentual vincu.s/receita imposto	72.576,82	30.052,80	1.235.279,46	62.382,55	-873.500,14	-381.637,85	568.166,42	-
Vigilância em Saúde	775.435,47	-	5.002,86	-	-8.220,00	778.652,61	33.732,26	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	12.152.196,30	458.217,81	2.865.999,80	1.211.841,33	2.422.689,27	5.193.448,09	5.279.195,94	-
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.065,70	-	-	-	-	1.065,70	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	874.180,87	-	26.112,69	-	-12.169,52	860.237,70	246.046,24	-
Contribuições e Legados de Entidades não Gove	412.712,96	-	-	-	-5.862,25	418.575,21	28.738,22	-
Crítica - Passivo Financeiro	-	-	-	-	5.364.997,58	-5.364.997,58	-	-
Gerência de Trânsito	287.764,43	-	16.174,31	-	-14.174,65	285.764,77	9.860,00	-
Operação de Crédito Pavimentação de Vias Urba	290.121,37	218.957,73	-	-	-218.957,73	290.121,37	-	-
Recursos Ordinários (Livres)	3.590.408,27	239.260,08	1.979.278,30	1.040.627,11	-2.476.882,74	2.808.125,52	3.605.803,84	-
Retenções em caráter consignatório ocorridas n	388.906,64	-	-	-	-	388.906,64	-	-
Royalties e Outras Compensações Financeiras N	41.701,73	-	25.517,12	-	-769,62	16.954,23	-	-
Taxas - Exercício Poder de Polícia	2.367.290,01	-	124.544,78	45.599,89	-71.532,06	2.268.677,40	33.490,00	-
Taxas - Prestação de Serviços	3.898.044,32	-	694.372,60	125.614,33	-141.959,74	3.220.017,13	1.355.257,64	-
TOTAL (III) = (I+II)	25.049.811,88	1.102.367,18	6.015.411,16	15.045.484,28	99.324,53	2.787.224,73	14.485.609,30	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVI	-	-	-	-	-	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 4 de 8
23/01/2017 11:13

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (F) = (A - (B+C+D+E))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO (C)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	12.897.615,58	644.149,37	3.149.411,36	13.833.642,95	-2.323.364,74	-2.406.223,36	9.206.413,36	-
Atenção Básica	191.787,22	-	143.120,81	-	-53.415,45	102.081,86	5.379,07	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 13m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR - Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3º Quadrimestre de 2016

LRF, Art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		235.720.901,28	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	117.602.285,81	49,89	
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00	127.289.286,69	54,00	
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30	120.924.822,36	51,30	
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	21.431.946,33	9,09	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE E DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor Total	14.485.609,30	2.787.224,73	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 19m.

Cod219513

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(a-c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	299.218.913,82	315.837.778,65	55.198.988,97	17,48	250.514.214,20	79,32	65.323.564,45
RECEITAS CORRENTES	298.800.913,82	299.416.331,92	49.879.227,85	16,66	235.720.901,28	78,73	63.695.430,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	71.882.629,04	71.882.629,04	7.470.539,54	10,39	43.250.375,25	60,17	28.632.253,79
IMPOSTOS	64.694.899,04	64.694.899,04	6.854.667,69	10,60	36.470.446,25	56,37	28.224.452,79
TAXAS	5.977.730,00	5.977.730,00	615.871,85	10,30	6.779.929,00	113,42	-802.199,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.210.000,00	1.210.000,00	-	-	-	-	1.210.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.488.380,00	3.838.380,00	1.079.647,63	28,13	6.234.919,21	162,44	-2.396.539,21
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	3.488.380,00	3.838.380,00	1.079.647,63	28,13	6.234.919,21	162,44	-2.396.539,21
RECEITA PATRIMONIAL	2.115.550,00	2.115.550,00	341.327,49	16,13	2.264.619,17	107,05	-149.069,17
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	495.000,00	495.000,00	44.442,60	8,98	244.068,90	49,31	250.931,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.620.550,00	1.620.550,00	296.884,89	18,32	2.020.550,27	124,68	-400.000,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.100.000,00	1.100.000,00	-	-	-	-	1.100.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	-	-	-	-	1.100.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.117.000,00	1.117.000,00	109.205,74	9,78	657.594,93	58,87	459.405,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	210.610.054,78	210.875.472,88	34.661.945,47	16,44	170.428.506,87	80,82	40.446.966,01
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	205.140.765,26	205.406.183,36	34.562.772,48	16,83	169.519.860,25	82,53	35.886.323,11
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	371.500,00	371.500,00	63.144,65	17,00	446.796,11	120,27	-75.296,11
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	87.500,00	87.500,00	962,00	1,10	12.362,00	14,13	75.138,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	5.010.289,52	5.010.289,52	35.066,34	0,70	449.488,51	8,97	4.560.801,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.487.300,00	8.487.300,00	6.216.561,98	73,25	12.884.885,85	151,81	-4.397.585,85
MULTAS E JUROS DE MORA	2.194.750,00	2.194.750,00	323.764,63	14,75	1.544.508,99	70,37	650.241,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	204.200,00	204.200,00	5.244.727,81	2.568,43	6.936.797,36	3.397,06	-6.732.597,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.640.850,00	4.640.850,00	374.474,37	8,07	2.431.464,14	52,39	2.209.385,86
RECEITAS DIVERSAS	1.447.500,00	1.447.500,00	273.595,17	18,90	1.972.115,36	136,24	-524.615,36
RECEITAS DE CAPITAL	418.000,00	16.421.446,73	5.319.761,12	32,40	14.793.312,92	90,09	1.628.133,81

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	4.553.252,47	-	-	3.049.896,18	66,98	1.503.356,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	4.553.252,47	-	-	3.049.896,18	66,98	1.503.356,29
ALIENAÇÃO DE BENS	382.800,00	382.800,00	-	-	24.090,00	6,29	358.710,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	382.800,00	382.800,00	-	-	24.090,00	6,29	358.710,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.200,00	11.485.394,26	5.319.761,12	46,32	11.719.326,74	102,04	-233.932,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	35.200,00	35.200,00	-	-	435.941,19	1.238,47	-400.741,19
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	-	11.450.194,26	5.319.761,12	46,46	11.283.385,55	98,54	166.808,71
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	299.218.913,82	315.837.778,65	55.198.988,97	17,48	250.514.214,20	79,32	65.323.564,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	299.218.913,82	315.837.778,65	55.198.988,97	17,48	250.514.214,20	79,32	65.323.564,45
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	299.218.913,82	315.837.778,65	55.198.988,97	17,48	250.514.214,20	79,32	65.323.564,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	8.770.598,67	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	8.770.598,67	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página
23/01/2017

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

REDO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	No	Até o		No	Até o			
			Bimestre	Bimestre (f)			Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	298.738.913,82	340.449.277,58	45.382.819,92	248.538.198,25	91.911.079,33	47.012.630,48	234.052.588,95	106.396.688,63	228.037.177,79	14.485.609,30
DESPESAS CORRENTES	267.215.701,47	289.522.911,46	41.249.987,15	219.353.805,83	70.169.105,63	43.737.277,14	215.018.514,61	74.504.396,85	210.070.298,36	4.335.291,22
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	124.460.095,54	147.921.207,83	25.712.203,64	117.602.285,81	30.318.922,02	25.712.203,64	117.602.285,81	30.318.922,02	115.919.936,83	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.520.000,00	3.520.000,00	398.653,93	2.227.095,21	1.292.904,79	398.653,93	2.227.095,21	1.292.904,79	2.227.095,21	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.235.605,93	138.081.703,63	15.139.129,58	99.524.424,81	38.557.278,82	17.626.419,57	95.189.133,59	42.892.570,04	91.923.266,32	4.335.291,22
DESPESAS DE CAPITAL	30.523.212,35	50.926.366,12	4.132.832,77	29.184.392,42	21.741.973,70	3.275.353,34	19.034.074,34	31.892.291,78	17.966.879,43	10.150.318,08
INVESTIMENTOS	24.468.212,35	45.251.366,12	3.717.838,16	26.964.827,89	18.286.538,23	2.860.358,73	16.814.509,81	28.436.856,31	15.747.314,90	10.150.318,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	555.000,00	175.000,00	-	-	175.000,00	-	-	175.000,00	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	5.500.000,00	5.500.000,00	414.994,61	2.219.564,53	3.280.435,47	414.994,61	2.219.564,53	3.280.435,47	2.219.564,53	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	298.738.913,82	340.449.277,58	45.382.819,92	248.538.198,25	91.911.079,33	47.012.630,48	234.052.588,95	106.396.688,63	228.037.177,79	14.485.609,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	480.000,00	480.000,00	15.314,61	205.493,00	274.507,00	15.314,61	205.493,00	274.507,00	205.493,00	-
Amortização da Dívida Interna	480.000,00	480.000,00	15.314,61	205.493,00	274.507,00	15.314,61	205.493,00	274.507,00	205.493,00	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	480.000,00	480.000,00	15.314,61	205.493,00	274.507,00	15.314,61	205.493,00	274.507,00	205.493,00	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	299.218.913,82	340.929.277,58	45.398.134,53	248.743.691,25	92.185.586,33	47.027.945,09	234.258.081,95	106.671.195,63	228.242.670,79	14.485.609,30
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	1.976.015,95	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	299.218.913,82	340.929.277,58	45.398.134,53	248.743.691,25	92.185.586,33	47.027.945,09	234.258.081,95	106.671.195,63	228.242.670,79	14.485.609,30

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 24m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	299.218.913,82	340.929.277,58	45.398.134,53	248.743.691,25	100,00	92.185.586,33	47.027.945,09	234.258.081,95	100,00	106.671.195,63	14.485.609,30
Legislativa	6.570.000,00	6.570.000,00	0,00	0,00	0,00	6.570.000,00	0,00	0,00	0,00	6.570.000,00	0,00
Ação Legislativa	6.570.000,00	6.570.000,00	0,00	0,00	0,00	6.570.000,00	0,00	0,00	0,00	6.570.000,00	0,00
Judiciária	274.692,92	324.692,92	28.787,13	219.979,97	0,09	104.712,95	28.787,13	219.979,97	0,09	104.712,95	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	274.692,92	324.692,92	28.787,13	219.979,97	0,09	104.712,95	28.787,13	219.979,97	0,09	104.712,95	0,00
Essencial à Justiça	1.190.050,00	1.042.050,00	112.324,34	706.267,78	0,28	335.782,22	113.357,66	706.208,78	0,30	335.841,22	59,00
Defesa da Ordem Jurídica	1.190.050,00	1.042.050,00	112.324,34	706.267,78	0,28	335.782,22	113.357,66	706.208,78	0,30	335.841,22	59,00
Administração	31.409.014,04	23.344.524,38	1.985.028,11	14.954.674,28	6,01	8.389.850,10	2.626.566,80	14.829.235,46	6,33	8.515.288,92	125.438,82
Administração Geral	13.015.124,04	6.123.718,47	788.050,63	4.393.546,11	1,77	1.730.172,36	902.260,69	4.385.158,44	1,87	1.738.560,03	8.387,67
Administração Financeira	10.149.860,00	8.723.031,85	531.250,43	5.961.899,31	2,40	2.761.132,54	940.243,71	5.925.231,06	2,53	2.797.800,79	36.668,25
Controle Interno	202.300,00	183.683,23	7.318,59	44.463,95	0,02	139.219,28	7.318,59	44.463,95	0,02	139.219,28	0,00
Ordenamento Territorial	440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.900.000,00	2.939.269,84	458.668,49	2.370.357,33	0,95	568.912,51	459.743,49	2.363.482,33	1,01	575.787,51	6.875,00
Administração de Receitas	2.001.750,00	1.784.839,93	179.014,35	1.035.280,05	0,42	749.559,88	197.539,55	1.035.280,05	0,44	749.559,88	0,00
Comunicação Social	1.854.730,00	1.654.730,00	-61.307,91	537.996,99	0,22	1.116.733,01	95.472,14	537.996,99	0,23	1.116.733,01	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	845.250,00	1.935.251,06	82.033,53	611.130,54	0,25	1.324.120,52	23.988,63	537.622,64	0,23	1.397.628,42	73.507,90
Segurança Pública	1.358.950,00	358.950,00	16.359,90	141.326,02	0,06	217.623,98	16.359,90	141.326,02	0,06	217.623,98	0,00
Defesa Civil	478.950,00	358.950,00	16.359,90	141.326,02	0,06	217.623,98	16.359,90	141.326,02	0,06	217.623,98	0,00
Informação e Inteligência	880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	9.973.460,00	10.778.060,46	1.163.122,60	6.089.225,57	2,45	4.688.834,89	1.285.856,56	5.998.935,62	2,56	4.779.124,84	90.289,95
Assistência ao Idoso	78.950,00	127.083,76	0,00	2.207,74	0,00	124.876,02	0,00	2.207,74	0,00	124.876,02	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	18.150,00	0,00	0,00	0,00	18.150,00	0,00	0,00	0,00	18.150,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	651.900,00	847.333,11	103.837,53	480.785,38	0,19	366.547,73	97.122,06	445.427,26	0,19	401.905,85	35.358,12
Assistência Comunitária	9.187.610,00	9.722.398,50	1.059.285,07	5.598.252,45	2,25	4.124.146,05	1.188.734,50	5.543.320,62	2,37	4.179.077,88	54.931,83
Habitação Urbana	55.000,00	63.095,09	0,00	7.980,00	0,00	55.115,09	0,00	7.980,00	0,00	55.115,09	0,00
Saúde	98.433.060,96	121.620.244,31	20.700.678,90	106.369.099,02	42,76	15.251.145,29	21.125.085,28	103.672.224,01	44,26	17.948.020,30	2.696.875,01
Administração Geral	9.379.410,00	10.726.054,14	1.351.828,64	8.475.899,18	3,41	2.250.154,96	1.561.700,82	8.307.193,57	3,55	2.418.860,57	168.705,61
Atenção Básica	20.041.320,00	28.184.596,69	4.642.288,37	23.201.935,85	9,33	4.982.660,84	4.698.840,04	23.101.203,50	9,86	5.083.393,19	100.732,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	58.928.200,96	70.590.699,98	13.543.425,72	66.146.370,29	26,59	4.444.329,69	13.422.875,95	63.972.956,42	27,31	6.617.743,56	2.173.413,87
Suporte Profilático e Terapêutico	6.243.200,00	6.894.450,13	579.894,63	5.446.014,42	2,19	1.448.435,71	872.853,51	5.225.723,50	2,23	1.668.726,63	220.290,92
Vigilância Sanitária	2.099.010,00	3.086.125,11	284.382,46	1.413.156,74	0,57	1.672.968,37	288.594,52	1.412.310,68	0,60	1.673.814,43	846,06

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
Vigilância Epidemiológica	1.741.920,00	2.138.318,26	298.859,08	1.685.722,54	0,68	452.595,72	280.220,44	1.652.836,34	0,71	485.481,92	32.886,20
Trabalho	1.505.210,00	1.498.373,74	88.658,50	623.545,89	0,25	874.827,85	88.658,50	623.545,89	0,27	874.827,85	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	302.000,00	302.000,00	14.357,96	75.821,78	0,03	226.178,22	14.357,96	75.821,78	0,03	226.178,22	0,00
Empregabilidade	1.060.210,00	1.053.373,74	74.300,54	495.690,25	0,20	557.683,49	74.300,54	495.690,25	0,21	557.683,49	0,00
Fomento ao Trabalho	143.000,00	143.000,00	0,00	52.033,86	0,02	90.966,14	0,00	52.033,86	0,02	90.966,14	0,00
Educação	63.376.360,00	69.614.192,72	11.195.452,36	55.486.479,37	22,31	14.127.713,35	11.912.882,99	55.082.726,32	23,51	14.531.466,40	403.753,05
Alimentação e Nutrição	2.186.000,00	2.386.000,00	71.836,54	2.212.295,99	0,89	173.704,01	204.510,62	2.205.894,99	0,94	180.105,01	6.401,00
Ensino Fundamental	50.761.360,00	58.153.654,60	9.964.173,18	46.076.786,37	18,52	12.076.868,23	10.310.326,74	45.808.036,75	19,55	12.345.617,85	268.749,62
Ensino Superior	681.000,00	111.000,00	482,00	10.527,26	0,00	100.472,74	622,00	10.527,26	0,00	100.472,74	0,00
Educação Infantil	9.717.000,00	8.932.538,12	1.158.960,64	7.186.869,75	2,89	1.745.668,37	1.397.423,63	7.058.267,32	3,01	1.874.270,80	128.602,43
Difusão Cultural	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00
Cultura	1.806.500,00	1.889.190,72	238.053,88	716.121,22	0,29	1.173.069,50	240.958,13	716.121,22	0,31	1.173.069,50	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00	0,00
Difusão Cultural	1.790.000,00	1.872.690,72	238.053,88	716.121,22	0,29	1.156.569,50	240.958,13	716.121,22	0,31	1.156.569,50	0,00
Direitos da Cidadania	302.235,90	431.652,51	68.223,11	330.147,80	0,13	101.504,71	68.223,11	330.147,80	0,14	101.504,71	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	302.235,90	431.652,51	68.223,11	330.147,80	0,13	101.504,71	68.223,11	330.147,80	0,14	101.504,71	0,00
Urbanismo	17.085.060,00	31.518.243,30	3.173.685,20	17.500.580,56	7,04	14.017.662,74	3.241.036,44	15.032.292,97	6,42	16.485.950,33	2.468.287,59
Infra-Estrutura Urbana	12.850.960,00	29.578.680,26	3.025.567,45	16.720.753,72	6,72	12.857.926,54	3.092.100,48	14.252.466,13	6,08	15.326.214,13	2.468.287,59
Serviços Urbanos	3.574.100,00	1.834.639,00	148.117,75	779.826,84	0,31	1.054.812,16	148.935,96	779.826,84	0,33	1.054.812,16	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	660.000,00	104.924,04	0,00	0,00	0,00	104.924,04	0,00	0,00	0,00	104.924,04	0,00
Habitação	1.760.000,00	799.996,00	-671,80	8.277,88	0,00	791.718,12	0,00	8.277,88	0,00	791.718,12	0,00
Habitação Urbana	1.760.000,00	799.996,00	-671,80	8.277,88	0,00	791.718,12	0,00	8.277,88	0,00	791.718,12	0,00
Saneamento	7.685.000,00	8.990.000,00	1.079.559,78	6.667.312,04	2,68	2.322.687,96	1.282.263,06	6.666.227,54	2,85	2.323.772,46	1.084,50
Saneamento Básico Rural	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	7.652.000,00	8.957.000,00	1.079.559,78	6.667.312,04	2,68	2.289.687,96	1.282.263,06	6.666.227,54	2,85	2.290.772,46	1.084,50
Gestão Ambiental	5.890.000,00	11.568.878,45	1.391.533,88	8.298.831,93	3,34	3.270.046,52	583.590,89	4.264.529,85	1,82	7.304.348,60	4.034.302,08
Preservação e Conservação Ambiental	4.440.700,00	10.281.677,77	1.363.459,97	7.959.593,59	3,20	2.322.084,18	483.783,47	4.030.050,11	1,72	6.251.627,66	3.929.543,48
Controle Ambiental	1.138.300,00	958.300,00	18.521,60	230.689,82	0,09	727.610,18	61.450,33	130.535,97	0,06	827.764,03	100.153,85
Recuperação de Áreas Degradadas	182.000,00	182.000,00	0,00	52.385,99	0,02	129.614,01	9.209,50	47.781,24	0,02	134.218,76	4.604,75
Recursos Hídricos	129.000,00	146.900,68	9.552,31	56.162,53	0,02	90.738,15	29.147,59	56.162,53	0,02	90.738,15	0,00
Ciência e Tecnologia	2.367.860,00	2.475.860,00	95.692,28	1.105.353,51	0,44	1.370.506,49	97.654,05	483.353,51	0,21	1.992.506,49	622.000,00

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	261.360,00	271.360,00	32.933,62	156.226,91	0,06	115.133,09	32.933,62	156.226,91	0,07	115.133,09	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.106.500,00	2.204.500,00	62.758,66	949.126,60	0,38	1.255.373,40	64.720,43	327.126,60	0,14	1.877.373,40	622.000,00
Agricultura	7.744.530,00	5.756.019,24	446.225,37	2.372.600,70	0,95	3.383.418,54	435.285,75	2.257.724,91	0,96	3.498.294,33	114.875,79
Abastecimento	176.000,00	426.000,00	0,00	1.801,00	0,00	424.199,00	0,00	1.801,00	0,00	424.199,00	0,00
Extensão Rural	7.568.530,00	5.330.019,24	446.225,37	2.370.799,70	0,95	2.959.219,54	435.285,75	2.255.923,91	0,96	3.074.095,33	114.875,79
Indústria	5.500.550,00	1.409.087,54	158.870,75	625.685,98	0,25	783.401,56	167.225,96	625.209,99	0,27	783.877,55	475,99
Promoção Industrial	5.500.550,00	1.409.087,54	158.870,75	625.685,98	0,25	783.401,56	167.225,96	625.209,99	0,27	783.877,55	475,99
Comércio e Serviços	3.123.470,00	2.825.969,99	302.068,13	981.123,72	0,39	1.844.846,27	385.434,22	933.465,82	0,40	1.892.504,17	47.657,90
Promoção Comercial	1.016.470,00	825.769,99	110.893,30	341.512,17	0,14	484.257,82	107.581,88	325.833,07	0,14	499.936,92	15.679,10
Turismo	2.107.000,00	2.000.200,00	191.174,83	639.611,55	0,26	1.360.588,45	277.852,34	607.632,75	0,26	1.392.567,25	31.978,80
Energia	3.973.430,00	6.845.430,00	858.487,07	5.630.760,84	2,26	1.214.669,16	964.167,59	5.383.914,60	2,30	1.461.515,40	246.846,24
Energia Elétrica	3.973.430,00	6.845.430,00	858.487,07	5.630.760,84	2,26	1.214.669,16	964.167,59	5.383.914,60	2,30	1.461.515,40	246.846,24
Transporte	8.221.000,00	12.157.953,42	649.807,37	8.624.523,84	3,47	3.533.429,58	571.713,05	5.506.864,53	2,35	6.651.088,89	3.117.659,31
Transporte Aéreo	296.500,00	196.500,00	0,00	60.000,00	0,02	136.500,00	0,00	30.750,00	0,01	165.750,00	29.250,00
Transporte Rodoviário	7.924.500,00	11.961.453,42	649.807,37	8.564.523,84	3,44	3.396.929,58	571.713,05	5.476.114,53	2,34	6.485.338,89	3.088.409,31
Desporto e Lazer	6.874.780,00	6.316.207,88	305.831,39	4.064.788,98	1,63	2.251.418,90	452.481,74	3.548.784,91	1,51	2.767.422,97	516.004,07
Administração Geral	2.970.000,00	2.745.427,88	259.271,28	2.160.684,26	0,87	584.743,62	292.682,06	2.019.356,51	0,86	726.071,37	141.327,75
Desporto de Rendimento	1.450.950,00	663.950,00	46.850,87	217.405,89	0,09	446.544,11	53.436,44	217.405,89	0,09	446.544,11	0,00
Desporto Comunitário	1.975.000,00	2.428.000,00	-1.006,75	1.652.538,16	0,66	775.461,84	105.926,59	1.311.341,18	0,56	1.116.658,82	341.196,98
Lazer	478.830,00	478.830,00	715,99	34.160,67	0,01	444.669,33	436,65	681,33	0,00	478.148,67	33.479,34
Encargos Especiais	11.793.700,00	12.793.700,00	1.340.356,28	7.226.984,35	2,91	5.566.715,65	1.340.356,28	7.226.984,35	3,09	5.566.715,65	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	700.000,00	700.000,00	15.314,61	205.493,00	0,08	494.507,00	15.314,61	205.493,00	0,09	494.507,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	8.800.000,00	8.800.000,00	813.648,54	4.446.659,74	1,79	4.353.340,26	813.648,54	4.446.659,74	1,90	4.353.340,26	0,00
Outros Encargos Especiais	2.293.700,00	3.293.700,00	511.393,13	2.574.831,61	1,04	718.868,39	511.393,13	2.574.831,61	1,10	718.868,39	0,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	299.218.913,82	340.929.277,58	45.398.134,53	248.743.691,25	100,00	92.185.586,33	47.027.945,09	234.258.081,95	100,00	106.671.195,63	14.485.609,30

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 26m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e)=(a-d)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2016 a Dezembro/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016
	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016		
	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)	23.557.041,07	20.327.295,21	26.944.328,56	17.906.458,54	19.868.681,91	19.772.027,30		
	17.436.276,26	19.890.395,77	16.334.171,52	18.775.180,89	22.717.481,69	30.781.345,68	254.310.684,40	319.126.261,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.095.012,22	2.223.477,79	8.372.173,29	3.382.961,06	3.184.918,45	3.387.864,42		
	3.393.751,87	3.988.359,44	2.869.440,86	2.881.876,31	3.054.863,23	4.415.676,31	43.250.375,25	71.882.629,04
IPTU	1.051,89	434.071,78	4.081.927,17	689.842,00	378.317,68	352.448,48		
	322.825,17	350.173,77	301.199,42	291.256,60	309.049,82	389.629,60	7.901.793,38	17.540.000,00
ISS	1.150.259,92	1.083.867,56	1.128.551,27	1.311.236,19	1.282.951,51	1.321.157,40		
	1.331.489,03	1.346.331,93	1.329.835,53	1.328.632,85	1.335.163,63	1.461.239,69	15.410.716,51	25.300.000,00
ITBI	363.626,06	323.465,75	404.139,51	360.227,55	473.519,81	351.801,44		
	417.875,99	436.151,49	356.283,75	413.334,92	509.743,12	904.515,26	5.314.684,65	12.404.899,04
IRRF	485.276,84	33.520,59	1.044.582,61	595.346,47	624.348,92	619.909,33		
	39.697,20	1.202.013,19	632.996,36	620.233,63	668.674,83	1.276.651,74	7.843.251,71	9.450.000,00
Outras Receitas Tributárias	94.797,51	348.552,11	1.712.972,73	426.308,85	425.780,53	742.547,77		
	1.281.864,48	653.689,06	249.125,80	228.418,31	232.231,83	383.640,02	6.779.929,00	7.187.730,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	346.904,40	388.487,34	626.997,89	540.892,85	577.808,17	570.718,41		
	522.170,06	519.228,78	541.784,86	520.278,82	538.718,69	540.928,94	6.234.919,21	3.838.380,00
RECEITA PATRIMONIAL	162.375,59	181.605,00	239.735,98	233.743,12	216.230,46	215.004,02		
	189.206,82	198.584,63	157.593,85	129.212,21	130.382,11	210.945,38	2.264.619,17	2.115.550,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	-	1.100.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	136.729,65	64.147,04	38.070,25	18.104,20	64.708,67	45.257,28		
	81.118,82	40.187,92	17.193,07	42.872,29	62.939,56	46.266,18	657.594,93	1.117.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.438.746,22	17.118.872,98	16.882.134,96	13.271.621,87	15.143.297,60	15.059.326,78		
	12.946.537,98	14.520.260,67	12.294.447,41	13.061.498,53	16.863.390,59	21.418.154,40	189.018.289,99	230.585.402,88
Cota-Parte do FPM	2.808.781,96	3.516.188,95	2.135.798,57	2.539.005,82	3.376.264,90	2.789.341,76		
	3.093.009,65	2.507.939,14	2.039.455,58	2.475.684,93	4.516.852,34	7.060.936,80	38.859.260,40	47.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.825.864,90	3.056.461,85	4.166.322,97	2.749.580,91	3.922.228,36	3.121.429,95		
	2.734.161,69	3.839.076,85	3.046.841,13	2.774.315,05	3.904.811,18	3.495.299,31	39.636.394,15	52.935.584,30
Cota-Parte do IPVA	6.892.870,71	2.873.362,00	2.854.524,24	829.935,34	527.270,91	391.688,96		

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2016 a Dezembro/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016
	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016		
	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016		
RECEITAS CORRENTES (I)	23.557.041,07	20.327.295,21	26.944.328,56	17.906.458,54	19.868.681,91	19.772.027,30		
	370.862,09	371.168,89	265.763,67	233.497,47	256.384,77	303.871,27	16.171.200,32	17.000.000,00
Cota-Parte do ITR	1.484,36	4.344,39	1.148,17	246,06	11.038,37	290,12		
	89,08	381,57	16.314,70	70.165,48	5.203,39	3.435,56	114.141,25	400.000,00
Transferências da LC 87/1996	25.010,01	25.010,01	25.010,01	25.009,93	25.009,93	25.009,93		
	25.009,93	25.009,93	25.009,93	25.009,93	25.009,93	25.009,93	300.119,40	1.200.000,00
Transferências da LC 61/1989	56.561,14	43.589,08	42.556,69	43.666,76	49.587,11	29.506,60		
	40.091,24	40.511,83	44.362,87	46.889,25	49.002,93	52.134,43	538.459,93	1.200.000,00
Transferências do FUNDEB	2.544.583,78	2.542.955,40	2.884.548,71	1.941.517,19	2.274.659,82	2.330.323,02		
	1.734.878,15	2.361.767,78	1.873.370,92	1.872.684,26	2.709.605,12	2.683.949,80	27.754.843,95	36.107.000,00
Outras Transferências Correntes	5.283.589,36	5.056.961,30	4.772.225,60	5.142.659,86	4.957.238,20	6.371.736,44		
	4.948.436,15	5.374.404,68	4.983.328,61	5.563.252,16	5.396.520,93	7.793.517,30	65.643.870,59	74.542.818,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	377.272,99	350.705,06	785.216,19	459.135,44	681.718,56	493.856,39		
	303.490,71	623.774,33	453.711,47	2.139.442,73	2.067.187,51	4.149.374,47	12.884.885,85	8.487.300,00
DEDUÇÕES (II)	2.522.114,59	1.903.791,23	1.845.072,10	1.237.488,93	1.582.279,90	1.271.453,44		
	1.038.503,92	1.356.817,62	1.087.549,51	1.125.112,36	1.751.452,87	1.868.146,65	18.589.783,12	19.709.930,00
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	2.522.114,59	1.903.791,23	1.845.072,10	1.237.488,93	1.582.279,90	1.271.453,44		
	1.038.503,92	1.356.817,62	1.087.549,51	1.125.112,36	1.751.452,87	1.868.146,65	18.589.783,12	19.709.930,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	21.034.926,48	18.423.503,98	25.099.256,46	16.668.969,61	18.286.402,01	18.500.573,86		
	16.397.772,34	18.533.578,15	15.246.622,01	17.650.068,53	20.966.028,82	28.913.199,03	235.720.901,28	299.416.331,92

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 27m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
 Orçamento da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO-RPPS (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		-	
Plano Financeiro		-	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		-	
Recursos para Formação de Reserva		-	
Outros Aportes para o RPPS		-	
Plano Previdenciário		-	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		-	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		-	
Outros Aportes para o RPPS		-	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR		-	
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERENCIA		
	2016	2015	

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre/	Até o Bimestre/
			2016	2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX)	-	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
			ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 28m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III) R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 31/Out/2016	Em 31/Dez/2016
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	31.588.850,60	31.474.570,27	31.097.980,13
DEDUÇÕES(II)	10.762.399,79	4.982.637,52	9.666.033,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.060.803,26	14.471.500,11	16.783.812,14
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.298.403,47	9.488.862,59	7.117.778,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	20.826.450,81	26.491.932,75	21.431.946,33
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	20.826.450,81	26.491.932,75	21.431.946,33

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	-5.059.986,42	605.495,52

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 31/Out/2016	Em 31/Dez/2016
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 29m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	297.795.781,92	233.700.351,01	207.804.169,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	71.882.629,04	43.250.375,25	39.679.161,65
IPTU	17.540.000,00	7.901.793,38	7.358.764,21
ISS	25.300.000,00	15.410.716,51	14.837.410,32
ITBI	12.404.899,04	5.314.684,65	5.636.692,98
IRRF	9.450.000,00	7.843.251,71	5.827.067,56
Outras Receitas Tributárias	7.187.730,00	6.779.929,00	6.019.226,58
Receita de Contribuição	3.838.380,00	6.234.919,21	4.276.342,20
Receita Previdenciária	-	-	-
Outras Contribuições	3.838.380,00	6.234.919,21	4.276.342,20
Receita Patrimonial Líquida	495.000,00	244.068,90	237.493,84
Receita Patrimonial	2.115.550,00	2.264.619,17	2.668.434,45
(-)Aplicações Financeiras	1.620.550,00	2.020.550,27	2.430.940,61
Transferências Correntes	210.875.472,88	170.428.506,87	156.147.317,81
Cota-Parte do FPM	39.280.000,00	31.621.540,24	27.147.726,80
Cota-Parte do IPVA	14.300.000,00	12.936.959,94	11.945.083,60
Cota-Parte do ICMS	44.135.584,30	31.709.115,54	30.795.992,36
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	113.159.888,58	94.160.891,15	86.258.515,05
Demais Receitas Correntes	10.704.300,00	13.542.480,78	7.463.853,57
Dívida Ativa	4.640.850,00	2.431.464,14	3.102.002,41
Diversas Receitas Correntes	6.063.450,00	11.111.016,64	4.361.851,16
RECEITAS DE CAPITAL(II)	16.421.446,73	14.793.312,92	16.808.640,91
Operações de Crédito(III)	4.553.252,47	3.049.896,18	4.580.706,51
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
Alienação de Bens(V)	382.800,00	24.090,00	96.197,50
Transferências de Capital	11.485.394,26	11.719.326,74	12.131.736,90
Convênios	11.450.194,26	11.283.385,55	10.250.306,52
Outras Transferências de Capital	35.200,00	435.941,19	1.881.430,38
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	11.485.394,26	11.719.326,74	12.131.736,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	309.281.176,18	245.419.677,75	219.935.905,97

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES(VIII)	289.522.911,46	219.353.805,83	196.053.038,97	215.018.514,61	191.378.663,56	4.335.291,22	4.674.375,41
Pessoal e Encargos Sociais	147.921.207,83	117.602.285,81	99.925.434,77	117.602.285,81	99.925.434,77	-	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	3.520.000,00	2.227.095,21	2.022.184,83	2.227.095,21	2.022.184,83	-	-
Outras Despesas Correntes	138.081.703,63	99.524.424,81	94.105.419,37	95.189.133,59	89.431.043,96	4.335.291,22	4.674.375,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	286.002.911,46	217.126.710,62	194.030.854,14	212.791.419,40	189.356.478,73	4.335.291,22	4.674.375,41
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	51.406.366,12	29.389.885,42	25.666.690,68	19.239.567,34	8.482.868,96	10.150.318,08	17.183.821,72
Investimentos	45.251.366,12	26.964.827,89	22.945.805,86	16.814.509,81	5.761.984,14	10.150.318,08	17.183.821,72
Inversões Financeiras	175.000,00	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	175.000,00	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	5.980.000,00	2.425.057,53	2.720.884,82	2.425.057,53	2.720.884,82	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	45.426.366,12	26.964.827,89	22.945.805,86	16.814.509,81	5.761.984,14	10.150.318,08	17.183.821,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	331.429.277,58	244.091.538,51	216.976.660,00	229.605.929,21	195.118.462,87	14.485.609,30	21.858.197,13
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-22.148.101,40	1.328.139,24	2.959.245,97	15.813.748,54	24.817.443,10		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				8.770.598,67			
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 29m.

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)

RS 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)												
EXECUTIVO												
GOVERNO MUNICIPAL	-	30.492,07	30.492,07	-	-	-	155.687,92	133.124,94	133.124,94	-	22.562,98	22.562,98
PROCURADORIA	-	10.898,84	10.898,84	-	-	-	248,80	248,80	248,80	-	-	-
SECRET.MUN.DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO	114,42	-	-	-	114,42	-	-	-	-	-	-	114,42
SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO	-	28.214,36	28.214,36	-	-	-	7.796,02	7.298,51	7.298,51	497,51	-	-
SECRETARIA MUN DE ADMIN. E FINANÇAS	69.025,02	266.928,78	266.928,78	-	69.025,02	1.422,50	398.300,34	311.940,91	311.716,21	27.831,93	60.174,70	129.199,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	58.125,60	-	-	-	58.125,60	-	-	-	-	-	-	58.125,60
SECRET.MUN.ENG.OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	356.632,22	510.768,53	607.720,72	38.012,70	221.667,33	2.047.478,78	514.059,20	1.763.239,55	1.763.239,55	672.684,10	125.614,33	347.281,66
SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA	-	1.338.125,36	1.337.461,36	664,00	-	1.342.441,40	6.999.172,96	1.910.111,09	1.910.111,09	58.833,20	6.372.670,07	6.372.670,07
SECRET.MUN.EDUCAÇÃO,CUL.ESPORTE E LAZER	116.950,91	-	-	-	116.950,91	6.530,59	-	6.530,57	6.530,57	0,02	-	116.950,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	175.309,20	1.044.865,35	1.189.371,75	750,00	30.052,80	890.668,38	2.078.640,42	2.551.055,90	2.551.055,90	133.244,17	285.008,73	315.061,53
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	109.267,81	107.167,81	2.100,00	-	9.216,00	133.659,00	124.434,74	110.834,74	18.440,26	13.600,00	13.600,00
SECRET.MUN.DE DESENV.ECON.E TECNOLÓGICO	6.632,95	-	-	-	6.632,95	-	-	-	-	-	-	6.632,95
SECRET.MUN.DE DESENV.ECONOMICO	-	328.607,89	317.307,47	11.300,42	-	1.536,00	80.236,92	74.148,53	74.148,53	7.624,39	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	-	171.758,72	171.758,72	-	-	265.557,15	1.677.039,35	1.105.910,02	1.105.910,02	128.039,38	708.647,10	708.647,10
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	-	342.919,12	342.919,12	-	-	414.703,44	7.510.146,35	1.217.181,51	733.635,85	374.051,68	6.817.162,26	6.817.162,26
SEC.MUN.DE ESPORTE,LAZER, JUVENT.E IDOSO	9.597,00	271.219,32	271.219,32	9.597,00	-	782.446,50	2.283.459,85	2.567.264,56	2.464.836,77	9.216,00	591.853,58	591.853,58
SEC.MUN.DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	41.000,00	10.950,00	51.950,00	-	-	647.988,68	19.750,00	19.750,00	19.750,00	-	647.988,68	647.988,68
SUBTOTAL	833.387,32	4.465.016,15	4.733.410,32	62.424,12	502.569,03	6.409.989,42	21.858.197,13	11.792.239,63	11.192.441,48	1.430.462,64	15.645.282,43	16.147.851,46
LEGISLATIVO												
CÂMARA MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	833.387,32	4.465.016,15	4.733.410,32	62.424,12	502.569,03	6.409.989,42	21.858.197,13	11.792.239,63	11.192.441,48	1.430.462,64	15.645.282,43	16.147.851,46

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 30m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	RECEITAS DO ENSINO			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	69.728.649,04	69.728.649,04	38.511.203,20	55,23
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	20.240.850,00	20.240.850,00	9.202.979,84	45,47
1.1.1-IPTU	17.560.000,00	17.560.000,00	8.136.176,24	46,33
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	171.000,00	171.000,00	27.176,55	15,89
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	2.254.850,00	2.254.850,00	1.032.433,31	45,79
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	275.000,00	275.000,00	241.743,80	87,91
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	20.000,00	20.000,00	234.550,06	1.172,75
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.447.799,04	12.447.799,04	5.350.617,89	42,98
1.2.1-ITBI	12.404.899,04	12.404.899,04	5.318.072,24	42,87
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	16.500,00	16.500,00	-	-
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	24.200,00	24.200,00	27.823,74	114,97
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	2.200,00	2.200,00	8.110,12	368,64
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	3.388,21	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	27.590.000,00	27.590.000,00	16.114.353,76	58,41
1.3.1-ISS	25.300.000,00	25.300.000,00	15.414.434,39	60,93
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	360.000,00	360.000,00	61.086,25	16,97
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.479.000,00	1.479.000,00	427.282,99	28,89
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	451.000,00	451.000,00	215.818,89	47,85
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	4.268,76	-
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	9.450.000,00	9.450.000,00	7.843.251,71	83,00
1.4.1-IRRF	9.450.000,00	9.450.000,00	7.843.251,71	83,00
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-
1.5.1-ITR	-	-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	119.935.584,30	119.935.584,30	95.619.575,45	79,73
2.1-Cota-Parte FPM	47.200.000,00	47.200.000,00	38.859.260,40	82,33
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	45.000.000,00	45.000.000,00	36.281.942,09	80,63
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.200.000,00	2.200.000,00	1.506.614,18	68,48
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	1.070.704,13	
2.2-Cota-Parte ICMS	52.935.584,30	52.935.584,30	39.636.394,15	74,88
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	1.200.000,00	1.200.000,00	300.119,40	25,01
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	1.200.000,00	1.200.000,00	538.459,93	44,87
2.5-Cota-Parte ITR	400.000,00	400.000,00	114.141,25	28,54
2.6-Cota-Parte IPVA	17.000.000,00	17.000.000,00	16.171.200,32	95,12
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	189.664.233,34	189.664.233,34	134.130.778,65	70,72

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

F
23/0

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-		70.234,60	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.234.510,00	4.234.510,00		3.796.815,75	89,66
5.1 - Transferências do Salário-Educação	2.934.000,00	2.934.000,00		2.456.098,38	83,71
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	1.960,00		1.960,00	100,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	1.163.800,00	1.163.800,00		1.239.346,00	106,49
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	131.450,00	131.450,00		88.104,50	67,03
5.5 - Outras Transferências do FNDE	3.300,00	3.300,00		11.306,87	342,63
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-		-	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	263.458,10		2.070.002,75	785,70
6.1 - Transferências de Convênios	-	263.458,10		2.070.002,75	785,70
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-		-	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-		-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-		-	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	4.232.550,00	4.497.968,10		5.937.053,10	131,99

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	19.709.930,00	19.709.930,00		18.589.783,12	94,32
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.1.1)	7.920.000,00	7.920.000,00		7.237.720,16	91,39
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.2)	8.800.000,00	8.800.000,00		7.927.278,61	90,08
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.3)	110.000,00	110.000,00		60.023,82	54,57
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.4)	140.000,00	140.000,00		107.692,02	76,92
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(20% de (1.5 + 2.5))	39.930,00	39.930,00		22.828,13	57,17
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(20% de 2.6)	2.700.000,00	2.700.000,00		3.234.240,38	119,79
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	36.107.000,00	36.107.000,00		27.754.843,95	76,87
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	36.107.000,00	36.107.000,00		27.754.843,95	76,87
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-		-	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-		-	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) ¹	16.397.070,00	16.397.070,00		9.165.060,83	55,89

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 5 de 8
23/01/2017 11:32

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	28.900.000,00	28.900.000,00	23.808.783,29	82,38	23.808.783,29	82,38	-
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	28.900.000,00	28.900.000,00	23.808.783,29	82,38	23.808.783,29	82,38	-
14-OUTRAS DESPESAS	7.232.000,00	7.232.000,00	3.271.679,56	45,24	3.271.679,56	45,24	-
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	7.232.000,00	7.232.000,00	3.271.679,56	45,24	3.271.679,56	45,24	-
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	36.132.000,00	36.132.000,00	27.080.462,85	74,95	27.080.462,85	74,95	-
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					23.957,79		
16.1 - FUNDEB 60%					23.891,16		
16.2 - FUNDEB 40%					66,63		
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-		
17.1 - FUNDEB 60%					-		
17.2 - FUNDEB 40%					-		
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					23.957,79		
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR		
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					27.056.505,06		
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-(16.1+17.1))/(11)x100)%					85,70		
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100)%					11,79		
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%					2,52		

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 6 de 8
23/01/2017 11:32

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-478.513,73
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
			22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	47.416.058,34

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
			23-EDUCAÇÃO INFANTIL	7.357.000,00	6.501.751,43	5.552.493,60	
23.1-Creche	7.357.000,00	6.501.751,43	5.552.493,60	85,40	5.552.493,60	85,40	-
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	7.357.000,00	6.501.751,43	5.552.493,60	85,40	5.552.493,60	85,40	-
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	-	-	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	51.407.360,00	57.327.869,92	45.213.165,73	78,87	45.135.657,23	78,87	77.508,50
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	36.132.000,00	36.132.000,00	27.080.462,85	74,95	27.080.462,85	74,95	-
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	15.275.360,00	21.195.869,92	18.132.702,88	85,55	18.055.194,38	85,55	77.508,50
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	58.764.360,00	63.829.621,35	50.765.659,33	79,53	50.688.150,83	79,53	77.508,50

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 7 de 8
23/01/2017 11:32

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	9.165.060,83
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	-
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	1.398.218,06
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	10.563.278,89
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	40.202.380,44
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	29,97

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.828.000,00	2.978.000,00	2.496.371,36	83,83	2.222.807,55	83,83	273.563,81
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.733.000,00	1.853.000,00	1.626.764,60	87,79	1.624.451,60	87,79	2.313,00
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	4.561.000,00	4.831.000,00	4.123.135,96	85,35	3.847.259,15	85,35	275.876,81
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	63.325.360,00	68.660.621,35	54.888.795,29	79,94	54.535.409,96	79,94	353.385,31
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2016 (g)			
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-			-	
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADAS AO ENSINO			-			-	
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			-			-	

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

2:

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	27.754.843,95
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	27.535.018,79
49.1-Orçamentário do Exercício	27.056.505,06
49.2-Restos a Pagar	478.513,73
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	-
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	219.825,16

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 31m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

23/

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	4.553.252,47	3.049.896,18			1.503.356,29
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	51.406.366,12	29.389.885,42	19.239.567,34	10.150.318,08	22.016.480,70
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	51.406.366,12	29.389.885,42	19.239.567,34	10.150.318,08	22.016.480,70
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-46.853.113,65	-26.339.989,24	-	-	-20.513.124,41

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 32m.

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
**Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores**
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2016 a 2016

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	---

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 33m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 1
23/01/2017 11:34

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	382.800,00	24.090,00				358.710,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	382.800,00	24.090,00				358.710,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe+ II f))				SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)	
VALOR (III)	-	-				-	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 34m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 2
23/01/2017 11:44

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	69.728.649,04	69.728.649,04	38.511.203,20	55,23
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	17.540.000,00	17.540.000,00	7.901.793,38	45,05
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	12.404.899,04	12.404.899,04	5.314.684,65	42,84
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	25.300.000,00	25.300.000,00	15.410.716,51	60,91
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	9.450.000,00	9.450.000,00	7.843.251,71	83,00
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	547.500,00	547.500,00	88.204,83	16,11
Dívida Ativa dos Impostos	3.758.050,00	3.758.050,00	1.487.130,76	39,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	728.200,00	728.200,00	465.421,36	63,91
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	117.735.584,30	117.735.584,30	93.042.257,14	79,03
Cota-Parte FPM	45.000.000,00	45.000.000,00	36.281.942,09	80,63
Cota-Parte ITR	400.000,00	400.000,00	114.141,25	28,54
Cota-Parte IPVA	17.000.000,00	17.000.000,00	16.171.200,32	95,12
Cota-Parte ICMS	52.935.584,30	52.935.584,30	39.636.394,15	74,88
Cota-Parte IPI-Exportação	1.200.000,00	1.200.000,00	538.459,93	44,87
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.200.000,00	1.200.000,00	300.119,40	25,01
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.200.000,00	1.200.000,00	300.119,40	25,01
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	187.464.233,34	187.464.233,34	131.553.460,34	70,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	58.950.810,00	58.950.810,00	59.699.363,19	101,27
Provenientes da União	58.553.490,00	58.553.490,00	53.359.924,74	91,13
Provenientes dos Estados	397.320,00	397.320,00	6.339.438,45	1.595,55
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	14.789,32	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	58.950.810,00	58.950.810,00	59.714.152,51	101,29

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	96.992.640,00	112.750.444,69	101.170.204,94	89,73	100.205.986,47	88,87	964.218,47
Pessoal e Encargos Sociais	36.081.880,00	48.869.690,56	43.165.060,19	88,33	43.165.060,19	88,33	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	60.910.760,00	63.880.754,13	58.005.144,75	90,80	57.040.926,28	89,29	964.218,47
DESPESAS DE CAPITAL	861.420,00	2.214.935,09	907.920,69	40,99	871.397,24	39,34	36.523,45
Investimentos	806.420,00	2.159.935,09	907.920,69	42,03	871.397,24	40,34	36.523,45
Inversões Financeiras	55.000,00	55.000,00	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	97.854.060,00	114.965.379,78	102.078.125,63	88,79	101.077.383,71	87,92	1.000.741,92

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 2 de 2
23/01/2017 11:44

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	58.841.910,00	61.195.491,47	55.802.975,86	54,67	55.376.056,06	54,79	426.919,80
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	58.841.910,00	61.195.491,47	55.802.975,86	54,67	55.376.056,06	54,79	426.919,80
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	58.841.910,00	61.195.491,47	55.802.975,86	54,67	55.376.056,06	54,79	426.919,80

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	39.012.150,00	53.769.888,31	46.275.149,77	45,33	45.701.327,65	45,21	573.822,12
--	----------------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	--------------	-------------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	35,18
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIh - (15 x IIIb) / 100] ⁶	26.542.130,72
---	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-	-	-	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (não aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	118.089,55	-	118.089,55
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	532.141,14	-	532.141,14
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	33.458,81	-	33.458,81
Total (VIII)	683.689,50	-	683.689,50

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (não aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	13.414.343,07	-	13.414.343,07
Total (IX)	13.414.343,07	-	13.414.343,07

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a pagar não Processados 7
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100	
Atenção Básica	20.041.320,00	27.563.328,50	23.168.876,39	22,70	23.068.484,44	22,82	100.391,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	58.349.200,00	65.070.772,77	61.982.647,78	60,72	61.487.671,33	60,83	494.976,45
Suporte Profilático e Terapêutico	6.243.200,00	6.773.950,13	5.416.881,42	5,31	5.213.730,50	5,16	203.150,92
Vigilância Sanitária	2.099.010,00	3.086.125,11	1.413.156,74	1,38	1.412.310,68	1,40	846,06
Vigilância Epidemiológica	1.741.920,00	2.138.318,26	1.685.722,54	1,65	1.652.836,34	1,64	32.886,20
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	9.379.410,00	10.332.885,01	8.410.840,76	8,24	8.242.350,42	8,15	168.490,34
TOTAL	97.854.060,00	114.965.379,78	102.078.125,63	100,00	101.077.383,71	100,00	1.000.741,92

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 40m.

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "k" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percent estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/20126
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao valor da despesa empenhada.
- Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 1
23/01/2017 11:44

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2016

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c)=(a+b)
		No bimestre	Até o Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS(i)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (ii)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (iii)=(i-ii)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisonados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023	EXERCÍCIO/ 2024	EXERCÍCIO/ 2025
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)											
TOTAL DAS DESPESAS/RCL(N)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 44m.

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 1 de 2
23/01/2017 11:48

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita				299.218.913,82
Previsão Atualizada da Receita				315.837.778,65
Receitas Realizadas				250.514.214,20
Déficit Orçamentário				-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)				8.770.598,67
DESPESAS				
Dotação Inicial				299.218.913,82
Créditos Adicionais				41.710.363,76
Dotação Atualizada				340.929.277,58
Despesas Empenhadas				248.743.691,25
Despesas Executadas				248.743.691,25
Liquidadas				234.258.081,95
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				14.485.609,30
Despesas Pagas				228.242.670,79
Superávit Orçamentário				1.770.522,95
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
		Até o bimestre		
Despesas Empenhadas				248.743.691,25
Despesas Executadas				248.743.691,25
Liquidadas				234.258.081,95
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				14.485.609,30
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida				235.720.901,28
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
		Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)				0,00
Despesas Previdenciárias Executadas(V)				
Liquidadas				0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO				
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta	
	(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal	0,00	484.160,23		
Resultado Primário	0,00	1.328.139,24		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	5.298.403,47	62.424,12	4.733.410,32	502.569,03
Poder Executivo	5.298.403,47	62.424,12	4.733.410,32	502.569,03
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	28.268.186,55	1.430.462,64	11.192.441,48	15.645.282,43
Poder Executivo	28.268.186,55	1.430.462,64	11.192.441,48	15.645.282,43
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	33.566.590,02	1.492.886,76	15.925.851,80	16.147.851,46

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 24 de Janeiro de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1280

Página: 2 de 2
23/01/2017 11:48

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro-Dezembro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre			
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais			
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre		
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		25%			
Liquidadas	40.124.871,94			29,91	
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	77.508,50			0,06	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		60%			
Liquidadas	23.784.892,13			85,70	
Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	0,00			0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		3.049.896,18	1.503.356,29		
Despesa de Capital Líquida		29.389.885,42	22.016.480,70		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		24.090,00	358.710,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	24.090,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		46.275.149,77	15%	35,18	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Jan/2017, 11h e 48m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cod219512



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 281192/18

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017

INSTRUÇÃO Nº: 3821/2018 - CGM - CONTRADITÓRIO

Ementa: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**. Prestação de Contas do exercício de 2017. Contraditório. Contas Regulares com Ressalva - Cabe aplicação de multa.

Trata-se da prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, relativa ao exercício financeiro de 2017.

O Primeiro Exame realizado pela Coordenadoria de Fiscalização Municipal evidenciou a existência de restrições e/ou mesmo a ausência de elementos essenciais no processo de prestação de contas, que serão doravante tratadas em conformidade com a formulação que constou da Instrução nº 1342/2018-CGM-Primeiro Exame (peça processual nº 26).

Oportunizado o exercício do direito ao contraditório, o Responsável procurou sanar as anomalias apontadas, razão pela qual retornam as contas para exame, seguindo-se a síntese dos apontamentos contidos na citada Instrução e as novas conclusões em face dos fatos apresentados na peça de defesa.

1 - DOS APONTAMENTOS NÃO REGULARIZADOS ATÉ O EXAME ANTERIOR

1.1 - DA ANÁLISE DAS RESSALVAS

MULTAS DECORRENTES DE ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Fonte de Critério: Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".

PRIMEIRO EXAME

Verifica-se no registro de entrega dos dados eletrônicos mensais do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM, que a Entidade não atendeu aos prazos estipulados nas Instruções Normativas TCE/PR nº 115/2016 e 129/2017, relativa à Agenda de Obrigações para o exercício objeto da análise.

A entrega mensal dos referidos dados eletrônicos está demonstrada no quadro abaixo, o qual informa o número de dias de atraso que a entrega intempestiva resultou.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, prevista no art. 87, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aplicada em razão DE CADA ATRASO NA REMESSA MENSAL dos dados eletrônicos do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal – SIM/AM.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) comprovação de que o encaminhamento em atraso ocorreu por motivo de força maior;
- b) comprovante de recolhimento da multa;
- c) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

DEMONSTRATIVO DO ITEM

Mês	Ano	Data Limite para Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15
Maiο	2017	30/06/2017	16/07/2017	16
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam da peça processual nº 44.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Em sede de contraditório o interessado argumenta que o atraso no envio dos dados do SIM-AM não trouxa qualquer prejuízo ao erário, solicitando o afastamento da multa administrativa decorrente do descumprimento da obrigação.

Todavia, no âmbito desta Unidade Técnica, entende-se que a justificativa apresentada não permite eximir a entidade dos atrasos constatados. Assim sendo, considerando o disposto na Uniformização de Jurisprudência nº 10 (Acórdão nº 1582/08-Tribunal Pleno), conclui-se pela ressalva em razão do atraso na entrega dos dados do SIM-AM com a recomendação de aplicação de multa administrativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 1582/08 - Tribunal Pleno

PROCESSO Nº : 423462/08
ENTIDADE : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSUNTO : UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA
RELATOR : Conselheiro HEINZ GEORG HERWIG

Uniformização de Jurisprudência – incidente acerca da aplicação das multas administrativas em decorrência das ressalvas à aprovação das contas – Ausência de inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei Orgânica – Competência desta Corte para impor sanções administrativas.

Tratando-se do caso específico de atraso no encaminhamento da prestação de contas, por exemplo, temos afigurada a tipificação contida no art. 87, I, a, II, b, III, c, ou IV, a. Portanto, se concluído que a prestação de contas está regular em todos os aspectos aferidos por esta Corte, restando, no entanto, o atraso na apresentação dessas contas, estaremos nos defrontando com o caso típico de julgar regular as contas, ressalvando o atraso detectado, pois decorrente de norma imposta por este Tribunal, e aplicando a multa administrativa respectiva.

DA MULTA

Para fins de atribuição da responsabilidade pela referida multa prevista na L.C.E. nº 113/2005, art. 87, III, "b", indica-se como agente diretamente responsável o gestor que na data limite para cumprimento da obrigação respondia pela Administração.

Mês	Ano	Data Limite p/ Envio	Data do Envio	Dias de Atraso	Responsável
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72	
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15	
Maior	2017	30/06/2017	16/07/2017	16	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20	
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9	
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16	
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13	

CONCLUSÃO: RESSALVA COM MULTA

1.2 - DA ANÁLISE DAS IRREGULARIDADES

RESULTADO PATRIMONIAL

Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM.

Fonte de Critério: Lei 4.320/64, art. 105 e 106 e art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".

PRIMEIRO EXAME

A comparação entre os valores dos grupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial, emitido pela contabilidade, evidenciou discrepância com os números levantados a partir dos dados enviados no Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), ferramenta de captação dos dados e registros de natureza contábil, financeira, orçamentária, tributária e patrimonial, cuja remessa cabe às próprias entidades, as quais são responsáveis pela exatidão das informações registradas na contabilidade, conforme demonstração abaixo.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea "g", inciso IV, do art. 87, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do não cumprimento do regramento estabelecido pela Lei Federal nº 4320/64.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) demonstrativo individualizando as diferenças apuradas e os esclarecimentos para justificar as diferenças;
- b) comprovação da regularização dos valores no sistema SIM-AM ou na contabilidade;
- c) Balanço Patrimonial, assinado pelo Contador responsável;
- d) digitalização, em formato legível, da publicação do Balanço Patrimonial;
- e) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam da peça processual nº 44.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Em sede de contraditório o interessado encaminha novo Balanço Patrimonial devidamente publicado (peças processuais nº 40 a 42). A análise do documento acostado ao processo permite afastar a condição de anomalia apontada na instrução anterior, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO DO ITEM	BP - SIM AM (R\$)	BP - ENTIDADE (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	Ano do Exercício
Ativo circulante	76.707.732,07	76.707.732,07	0,00	2017
Ativo não circulante	456.117.045,30	456.117.045,30	0,00	2017
Total do ativo	532.824.777,37	532.824.777,37	0,00	2017
Ativo financeiro	31.040.701,34	31.040.701,34	0,00	2017
Ativo permanente	501.784.076,03	501.784.076,03	0,00	2017
Saldo Patrimonial	461.472.646,19	461.472.646,19	0,00	2017
Saldo dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	0,00	2017
Passivo circulante	6.183.622,39	6.183.622,39	0,00	2017
Passivo não circulante	34.729.390,57	34.729.390,57	0,00	2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Total do passivo	40.913.012,96	40.913.012,96	0,00	2017
Total do patrimônio líquido	491.911.764,41	491.911.764,41	0,00	2017
Total do passivo e patrimônio líquido	532.824.777,37	532.824.777,37	0,00	2017
Passivo financeiro	36.316.868,36	36.316.868,36	0,00	2017
Passivo permanente	35.035.262,82	35.035.262,82	0,00	2017
Saldo dos atos potenciais passivos	0,00	0,00	0,00	2017
Total do superávit/déficit financeiro	-5.276.167,02	-5.276.167,02	0,00	2017
Ativo circulante	85.431.059,19	85.431.059,19	0,00	2016
Ativo não circulante	428.329.683,97	428.329.683,97	0,00	2016
Total do ativo	513.760.743,16	513.760.743,16	0,00	2016
Ativo financeiro	28.811.080,94	28.811.080,94	0,00	2016
Ativo permanente	484.949.662,22	484.949.662,22	0,00	2016
Saldo Patrimonial	438.795.827,83	438.795.827,83	0,00	2016
Saldo dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	0,00	2016
Passivo circulante	12.556.805,25	12.556.805,25	0,00	2016
Passivo não circulante	33.441.871,51	33.441.871,51	0,00	2016
Total do passivo	45.998.676,76	45.998.676,76	0,00	2016
Total do patrimônio líquido	467.762.066,40	467.762.066,40	0,00	2016
Total do passivo e patrimônio líquido	513.760.743,16	513.760.743,16	0,00	2016
Passivo financeiro	41.498.907,13	41.498.907,13	0,00	2016
Passivo permanente	33.466.008,20	33.466.008,20	0,00	2016
Saldo dos atos potenciais passivos	0,00	0,00	0,00	2016
Total do superávit/déficit financeiro	-12.687.826,19	-12.687.826,19	0,00	2016

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

ASPECTOS FISCAIS - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".

PRIMEIRO EXAME

A entidade não comprovou a realização da Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016, haja vista o não envio da documentação solicitada por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do descumprimento Art. 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

a) prova de realização da Audiência Pública de Metas Fiscais da LDO mediante apresentação da convocação e das atas das audiências, acompanhado de declaração firmada pelo presidente da comissão de finanças (do Poder Legislativo) atestando a realização da audiência;

b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam da peça processual nº 44.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Em sede de contraditório o interessado encaminha cópia da documentação relativa à Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (peças processuais nº 38 e 39), regularizando, desta forma, o presente apontamento.

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: art. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".

PRIMEIRO EXAME

A entidade não comprovou a Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016, haja vista o não envio do comprovante de publicação exigido por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, conforme Acórdão nº 354/17-STP, em razão do descumprimento dos arts. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) prova de publicidade do Relatório de Gestão Fiscal, consistindo das folhas dos jornais, em original, onde conste a respectiva publicidade;
- b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DA DEFESA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Os esclarecimentos constam da peça processual nº 44.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Em sede de contraditório o interessado encaminha cópia da publicação, em 24/01/2017, do RGF relativamente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (peça processual nº 45), regularizando, desta forma, o presente apontamento.

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.

Fonte de Critério: art. 52 e 53, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".

PRIMEIRO EXAME

A entidade não comprovou a Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016, haja vista o não envio do comprovante de publicação exigido por meio da Instrução Normativa nº 140/2018.

Passível de aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em razão do descumprimento dos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

a) prova de publicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consistindo das folhas dos jornais, em original, onde conste a respectiva publicidade;

b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam da peça processual nº 44.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Em sede de contraditório o interessado encaminha cópia da publicação, em 24/01/2017, do RREO relativamente ao sexto bimestre do exercício financeiro de 2016 (peça processual nº 46), regularizando, desta forma, o presente apontamento.

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

OUTRAS VERIFICAÇÕES

Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Fonte de Critério: art. 20, do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g".

PRIMEIRO EXAME

Conforme dispõe o artigo 20, do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011, o exercício de qualquer atividade contábil é prerrogativa do profissional da Contabilidade em situação regular perante o respectivo CRC.

A presente análise evidenciou a ausência da Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo CRC-PR, do responsável pela contabilidade da Entidade.

A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por infração à norma legal ou regulamentar, prevista na alínea "g", inciso IV, do art. 87, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em decorrência do não cumprimento do requisito legal para o exercício da profissão de contador.

Documentos mínimos necessários em caso de contraditório:

- a) apresentação da Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR;
- b) outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.

DA DEFESA

Os esclarecimentos constam da peça processual nº 44.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Em sede de contraditório o interessado encaminha cópia da Certidão de Regularidade Profissional do responsável técnico pela contabilidade do Executivo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Municipal (peça processual nº 43), regularizando, desta forma, o presente apontamento.

DA MULTA

Diante das justificativas e dos documentos apresentados pelo interessado, os quais permitem regularizar o item, poderá ser afastada a aplicação de multa antes proposta.

CONCLUSÃO: REGULARIZADO

2 - RESULTADO DA ANÁLISE

De acordo com os motivos e conclusões antes explanados, entendemos que a entidade não apresentou justificativas ou medidas suficientes para afastar, em sua totalidade, os apontamentos contidos no exame da prestação de contas, sendo as seguintes as conclusões obtidas da análise do processo.

2.1 - DAS RESTRIÇÕES

IRREGULARIDADE	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do Balanço Patrimonial emitido pelo Sistema de Contabilidade da Entidade e os dados enviados pelo SIM/AM.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Lei 4.320/64, art. 105 e 106 e art. 24, §2º, da LCE nº 113/05 c/c art. 215, §4º, do Regimento Interno - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"	REGULARIZADO
Ausência de comprovação da Realização da Audiência Pública para avaliação das metas fiscais relativa ao Terceiro Quadrimestre do exercício de 2016.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Lei Complementar nº 101/00, art. 9º, § 4º - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"	REGULARIZADO
Ausência de comprovação da Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Sexto bimestre do exercício de 2016.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Art. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"	REGULARIZADO
Ausência de comprovação da Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF do Terceiro Quadrimestre ou Segundo Semestre do exercício de 2016.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Art. 54 e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/00 - Multa LCE nº 113/2005,	REGULARIZADO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

			art. 87, IV, "g"	
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".	RESSALVA COM MULTA
Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo CRC-PR	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Art. 20, do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, instituído pela Resolução CFC nº 1.370/2011 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, IV, "g"	REGULARIZADO

2.2 - DAS MULTAS

IRREGULARIDADE	RESPONSÁVEL	CPF	TIPIFICAÇÃO
Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	Instrução Normativa TCE/PR nº 138/2018 - Multa LCE nº 113/2005, art. 87, III, "b".

3 - PARECER CONCLUSIVO

Em face do exame procedido na presente prestação de contas do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, relativa ao exercício financeiro de 2017 e à luz dos comentários supra expendidos, concluímos que as contas estão regulares, porém com as ressalvas acima descritas, conforme art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.

Conforme contido no título "DAS MULTAS", poderá ser aplicada multa ante os fatos ali indicados, tendo em vista o disciplinamento legal referido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Destaca-se, contudo, que estas conclusões não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por divergências nas informações de caráter declaratório, ressalvadas, ainda, as constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como auditorias ou denúncias.

É a Instrução.

CGM, 01 de outubro de 2018.

Ato emitido por CARLOS ALBERTO HEMBECKER - Analista de Controle - Matrícula nº 501255.

Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas, conforme art. 353 do Regimento Interno.

Encaminhado por GUILHERME VIEIRA - Coordenador - Matrícula nº 515728.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete da 5ª Procuradoria de Contas

PROTOCOLO N °: 281192/18
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
PARECER: 795/18

Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Pato Branco. Exercício de 2017. Pela emissão de Parecer Prévio pela regularidade das contas com ressalva. Aplicação de multa.

Trata-se de prestação de contas do Prefeito do Município de Pato Branco, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Sr. Augustinho Zucchi.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 3821/18 (peça 47), concluiu pela regularidade com ressalva das contas, bem como pela aplicação de multa ao gestor, em face da entrega dos dados do SIM-AM com atraso.

Compulsando os autos, e mais, diante do certificado da unidade técnica, este Ministério Público de Contas conclui pela emissão de Parecer Prévio recomendando a regularidade desta prestação de contas com ressalva.

Ademais, opina-se pela aplicação da multa do art. 87, III, b da LC 113/05 ao gestor das contas, em razão dos atrasos na entrega dos dados do SIM/AM, conforme certificado pelo setor técnico.

Mês	Ano	Data Limite p/ En v io	Data do Envio	Dias de Atraso	Responsável
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72	
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15	
Maio	2017	30/06/2017	16/07/2017	16	
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20	
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9	
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16	
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13	

É o parecer.

Assinatura Digital

MICHAEL RICHARD REINER

Procurador do Ministério Público de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI
ADVOGADO /
PROCURADOR:
RELATOR: CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 442/18 - Segunda Câmara

EMENTA: Prestação de Contas do **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, exercício de 2017. Parecer Prévio pela **REGULARIDADE** das contas. **RESSALVA** em decorrência da *Entrega dos dados do SIM-AM com atraso*. Com aplicação de **MULTA**.

1 - PARECER PRÉVIO

As contas do **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, relativas ao exercício de 2017, foram encaminhadas pelo Prefeito Municipal, **Sr. Augustinho Zucchi**, dando cumprimento às disposições e determinações legais.

Recebidas, foram submetidas à análise e instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público perante este Tribunal.

2 - CONCLUSÃO DA UNIDADE TÉCNICA

A Coordenadoria de Gestão Municipal, após o exame da documentação encaminhada, inclusive em sede de contraditório, emitiu a Instrução nº 3.821/18 (peça nº 47), concluindo pela **REGULARIDADE** das contas do **MUNICÍPIO DE**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PATO BRANCO com **RESSALVA** em decorrência da *Entrega dos dados do SIM-AM com atraso*, aplicando a multa prevista no art. 87, III, “b” da L.C.E. 113/05.

Em sua manifestação inicial, a Unidade Técnica fundamentou seu posicionamento quanto a **Entrega dos dados do SIM-AM com atraso** na Instrução Normativa nº 138/2018 do TCE/PR e no relatório abaixo reproduzido.

Mês	Ano	Data Limite para Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15
Maio	2017	30/06/2017	16/07/2017	16
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13

Por ocasião do contraditório, Petição Intermediária nº 567436/18 (peça nº 44), o Responsável apresentou argumentos no sentido de que o atraso no envio dos dados do SIM-AM não teria causado qualquer prejuízo ao erário, solicitando o afastamento da multa administrativa decorrente do descumprimento da obrigação, conforme registrado na Instrução.

No entanto, a Unidade Técnica afirmou que a justificativa apresentada não permitiu eximir a Entidade da responsabilidade pelos atrasos constatados e, assim, considerando o disposto na Uniformização de Jurisprudência nº 10 (Acórdão nº 1.582/08 – Tribunal Pleno), reproduzido no corpo da Instrução, concluiu pela ressalva com a recomendação de aplicação de multa administrativa ao Gestor que na data limite para o cumprimento da obrigação respondia pela Administração, conforme segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Mês	Ano	Data Limite p/ Envio	Data do Envio	Dias de Atraso	Responsável
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72	
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15	
Maio	2017	30/06/2017	16/07/2017	16	
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20	
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9	
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16	
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13	

Dessa forma, concluiu pela regularidade do item, com **RESSALVA** e aplicação de **MULTA**.

3 - ANÁLISE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, **Parecer nº 795/18 – 5PC**, (peça nº 48), da lavra do **Procurador Michael Richard Reiner**, após o exame relativo às disposições constitucionais e legais, recomendou a emissão de Parecer Prévio pela **REGULARIDADE** das contas do **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, exercício de 2017, com **RESSALVA** e aplicação de **MULTA**, corroborando o posicionamento adotado pela Coordenadoria de Gestão Municipal.

4 – VOTO

Considerando todo o exposto, em relação a **Entrega dos dados do SIM-AM com atraso**, acompanhamos a instrução processual na conclusão pela regularidade, com ressalva e aplicação de multa.

Conforme se observa nos autos, os prazos para as remessas mensais dos dados a este Tribunal de Contas estabelecidos na Instrução Normativa da Agenda de Obrigações nº 115/2016 e nº 129/2017 **não foram observados** integralmente no exercício (2017), acarretando atrasos nas remessas de abertura



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

até o mês de outubro. Assim, entende-se que reiterados atrasos, os quais chegaram a **72 (setenta e dois)** dias na remessa de janeiro, resultaram em prejuízo às funções de controle desta Corte de Contas, sendo de responsabilidade do jurisdicionado a programação e o cumprimento dos prazos estabelecidos por este Tribunal.

Também, examina-se a presente situação, acerca dos reiterados atrasos, com base no Princípio da Absorção, cujas infrações administrativas de mesma espécie, como é o caso, tem o mesmo tratamento do ilícito penal, sendo abarcadas pelas normas do Direito Penal Brasileiro¹. Nesta toada, conforme o Princípio da Infração Continuada, é passível a aplicação de **UMA ÚNICA MULTA** do artigo 87, III, “b” da Lei Complementar nº 113/2005, diante do apontamento como um todo, ao responsável pelas contas do exercício de 2017, *Sr. Augustinho Zucchi*, que respondia pela administração do Município nas datas de envio dos dados.

Observa-se que apesar de os atrasos não terem resultado em danos ao erário, como mencionado pelo Gestor em sede de contraditório, é necessário considerar que as atividades realizadas pelas Unidades Técnicas desta Corte de Contas estão vinculadas ao acesso aos dados que, no entendimento deste Relator, restou prejudicada, sendo este fundamento suficiente para aplicação a sanção prevista na L.C.E. 113/05.

Portanto, concluímos pela **REGULARIDADE** do item, com **RESSALVA** e aplicação de uma **MULTA**.

5 – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, acompanhando a Coordenadoria de Gestão Municipal e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e, ainda, considerando tudo mais o que consta no processo, propomos, na forma do artigo 23 da Lei Complementar nº 113/2005:

¹ Art. 71 do Código Penal - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

1) que o **PARECER PRÉVIO** deste Tribunal recomende o julgamento pela **REGULARIDADE** das contas do **PREFEITO MUNICIPAL DE PATO BRANCO**, exercício de 2017, **Sr. Augustinho Zucchi, CPF 450.562.939-20**, com **RESSALVA** em decorrência da *Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas*.

2) que seja aplicada a **MULTA** prevista no art. 87, III, “b”, da L.C.E. 113/05 ao **Sr. Augustinho Zucchi, CPF 450.562.939-20**, em decorrência da *Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas*.

Encaminhe-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para providências, nos termos do artigo 301 [parágrafo único] do Regimento Interno, tendo em vista o artigo 28 da Lei Orgânica e os artigos 175-L e 248 [§ 1º] do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, por unanimidade, em:

I. Emitir, artigo 23 da Lei Complementar nº 113/2005 **PARECER PRÉVIO** deste pela **REGULARIDADE** das contas do **PREFEITO MUNICIPAL DE PATO BRANCO**, exercício de 2017, **Sr. Augustinho Zucchi, CPF 450.562.939-20**, com **RESSALVA** em decorrência da *Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas*.

II. Aplicar, a **MULTA** prevista no art. 87, III, “b”, da L.C.E. 113/05 ao **Sr. Augustinho Zucchi, CPF 450.562.939-20**, em decorrência da *Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

III. Encaminhar à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (CMEX) para providências, nos termos do artigo 301 [parágrafo único] do Regimento Interno, tendo em vista o artigo 28 da Lei Orgânica e os artigos 175-L e 248 [§ 1º] do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2018 – Sessão nº 44.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão de Parecer Prévio nº 442/2018 – Segunda Câmara, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 1968, do dia 13/12/2018, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 14/12/2018

PROTOCOLO Nº: 281192/18
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ATO: 281/18

CIÊNCIA DE DECISÃO

Ciente da decisão proferida nos autos.

Curitiba, 14 de dezembro de 2018.

Assinatura Digital

MICHAEL RICHARD REINER

Procurador do Ministério Público de Contas



RECIBO DE PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA Nº: 75790/19

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo credenciado:

PROCESSO: 281192/18

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**

Tipo de petição: **PETIÇÃO DE OUTRA NATUREZA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (Recurso de Revista nº 281192.18)

PETICIONÁRIO: **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, CNPJ 76.995.448/0001-54, através do(a) Representante Legal AUGUSTINHO ZUCCHI, CPF 450.562.939-20**

Email: **planejamento@patobranco.pr.gov.br**

Telefone: **32201562**

Curitiba, 06 de fevereiro de 2019 16:58:16

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

**PROCESSO Nº.: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI**

AUGUSTINHO ZUCCHI, já qualificado nos presentes autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

RECURSO DE REVISTA

Em conformidade ao preceituado nos artigos 65, I e 73, da Lei n.º 113 de 2005 - (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná) e nos artigos 473, I e 484 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em consonância aos demais dispositivos legais pertinentes à matéria, buscando a reforma do Acórdão de Parecer Prévio nº. 442/2018 – Segunda Câmara, pelas razões de fato e de direito a seguir expostos.

1. TEMPESTIVIDADE

O Acórdão recorrido foi disponibilizado no DETC nº. 1968, do dia 13/12/2018, pelo que se considera publicado no dia útil posterior, 14/12/2018. O prazo iniciou-se, portanto, no dia 17/12/2018 e se encerra em 06/02/2018, haja vista a Portaria nº 832/17 (Calendário Oficial do TCE-PR para o exercício de 2018), que definiu como dias de recesso, ou seja, não úteis, entre 19/12/2018 à 20/01/2019, sendo assim, tempestiva a sua interposição.

2. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se da prestação de contas do Município de Pato Branco, relativa ao exercício financeiro de 2017.

Através da Instrução nº 3.821/18 (peça nº 47), a Coordenadoria de Gestão Municipal emitiu parecer concluindo pela regularidade com ressalva da

presente, em decorrência da entrega dos dados do SIM-AM com atraso, e aplicação da multa prevista no art. 87, III, “b” da L.C.E. 113/05.

O posicionamento adotado pela CGM foi corroborado pelo Ministério Público, exarado no Parecer nº 795/18 – 5PC, (peça nº 48), da lavra do Procurador Michael Richard Reiner.

Desta feita, através do Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 - Segunda Câmara, acompanhando os opinativos supracitados, a presente prestação de contas foi julgada REGULAR COM RESSALVAS, em decorrência da Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas. Ainda, tal impropriedade ensejou aplicação da multa a este gestor, prevista no art. 87, III, “b”, da Lei Orgânica desta Corte.

Não obstante, como se verá a seguir, o referido *decisum* deve ser reformado, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

3. DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS PARA A REFORMA DO ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº. 442/2018

3.1. ATRASO NA ENTREGA DOS DADOS DO SIM-AM

Quanto ao apontamento que culminou em multa ao interessado, em razão do atraso na entrega dos dados concernentes ao SIM-AM, insta frisar que tal fato teve origem em problemas técnicos que geraram atrasos na transmissão de informações restando, desta forma, configurado o caso fortuito, diante de fato imprevisível.

Em que pese o entendimento exarado que *“Também, examina-se a presente situação, acerca dos reiterados atrasos, com base no Princípio da Absorção, cujas infrações administrativas de mesma espécie, como é o caso, tem o mesmo tratamento do ilícito penal, sendo abarcadas pelas normas do Direito Penal Brasileiro. Nesta toada, conforme o Princípio da Infração Continuada, é passível a aplicação de UMA ÚNICA MULTA do artigo 87, III, “b” da Lei Complementar nº 113/2005, diante do apontamento como um todo, ao responsável pelas contas do exercício de 2017, Sr. Augustinho Zucchi, que respondia pela administração do Município nas datas de envio dos dados”, com a devida vênia, tal argumento não deve prosperar.*

Haja vista o atual entendimento Desta Colenda Corte de Contas, ao analisar o envio com atraso de informações através do SIM-AM, entendeu que, a partir do princípio da razoabilidade, é possível afastar a punição dos gestores quando os atrasos tenham sido iguais ou inferiores a 30 (trinta) dias. Como exemplo, cite-se o

Acórdão nº 1274/2018 – Primeira Câmara, da lavra do Conselheiro Fabio de Souza Camargo, julgado em 22 de maio de 2018.

Nestes casos, na interpretação dos Eminentíssimos Conselheiros, o atraso constatado não se mostraria suficiente para prejudicar as atividades fiscalizatórias do Tribunal.

Considerando que os atrasos nos envios das remessas superiores a 30 dias foram observados somente em três meses (janeiro, fevereiro e março de 2017), nos outros oito meses a referida impropriedade ocorreu em lapso temporal inferior a 30 dias, sendo passível de afastamento, senão vejamos:

Mês	Ano	Data Limite p/ Envio	Data do Envio	Dias de Atraso	Responsável
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72	
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44	
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15	
Maior	2017	30/06/2017	16/07/2017	16	
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11	AUGUSTINHO ZUCCHI CPF 450.562.939-20
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20	
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9	
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16	
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13	

Importante mencionar que a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná firmou-se no sentido de dispensar a aplicação da multa em casos análogos. Nesse sentido, citamos o Acórdão nº 93/18 Tribunal Pleno, o qual segue:

Acórdão 93/2018 do Tribunal Pleno

Decisão do Tribunal Pleno proferida em 25/01/2018 publicada no DETC nº 1764, em 09/02/2018, sobre o processo 399475/17, de RECURSO DE REVISTA da CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO tendo como interessados CÂMARA MUNICIPAL DE MATO RICO e GERALDO BOSCHEN tendo como relator o CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL FABIO DE SOUZA CAMARGO.

Ementa: Atraso no envio dos dados do SIM-AM. Inocorrência. Multa. Insubsistência. Provimento do recurso.

Frise-se que o referido atraso não causou danos ao sistema, nem mesmo omitiu qualquer tipo de informação, não causando prejuízo para a análise das contas.

Ainda, pode-se mencionar o art. 926, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com previsão no art. 52, da LC 113/05, o qual menciona que "*os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente*".

Desta forma, diante dos princípios da razoabilidade, bem como princípio da isonomia, requer seja acolhida a presente justificativa, afastando a multa aplicada, cuja imposição mostra-se desarrazoada, haja vista que não ensejou prejuízo na análise das contas, tampouco prejudicou a atividade de fiscalização deste Tribunal, o que requer a reconsideração do referido julgado.

3.2. DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO E ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DECISÃO DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

As alterações da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro passaram a vigor com a determinação de que as decisões nas esferas administrativas, controladoria e judicial, em prol do resguardo do princípio da segurança jurídica, devem indicar expressamente as consequências jurídicas e administrativas e ponderá-las com os interesses gerais, não podendo impor aos sujeitos atingidos por tais decisões ônus anormais ou excessivos.

Com isso, nas decisões tomadas por órgãos de controle, como no caso do Tribunal de Contas, as consequências práticas devem ser consideradas, não podendo tomar como base apenas valores jurídicos abstratos.

Ainda, com base na referida lei, a aplicação de sanções aos administradores somente podem ser aplicadas se consideradas a natureza e gravidade da infração bem como os danos à Administração Pública, devendo ser relevada a dificuldade real do gestor e as exigências públicas de seu cargo:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. (...)

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018).

Dessa forma, não se vislumbra tamanha gravidade nas condutas do interessado para lhe imputar a multa administrativa que pretende esta Corte de Contas, devendo, portanto, ser afastada a sanção pecuniária imposta, sob pena de violação do dispositivo legal supracitado.

4. REQUERIMENTO

Ante o exposto, somados os argumentos apresentados aos notórios conhecimentos de Vossas Excelências, requer-se o recebimento do presente recurso, seu processamento e a reforma do Acórdão de Parecer Prévio nº. 442/2018 – Segunda Câmara, com o decorrente afastamento da multa imposta.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Pato Branco/PR, 06 de fevereiro de 2019.

AUGUSTINHO ZUCCHI
PREFEITO MUNICIPAL DE PATO BRANCO



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Gabinete do Conselheiro Artagão de Mattos Leão

PROCESSO Nº: 281192/18
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
DESPACHO: 144/19

Retorna o expediente tendo em vista a juntada da Petição Intermediária nº 75790/19, que trata de recurso interposto pelo Sr. AUGUSTINHO ZUCCHI contra o **Acórdão de Parecer Prévio nº 795/18 – Segunda Câmara** (peça 49), que julgou regulares as presentes contas, com ressalva e multa.

O referido Acórdão foi disponibilizado no DETC nº 1.968, de 13/12/2018, sendo que a peça recursal foi inserida no processo em 06/02/2019, de forma tempestiva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 386 do RI/TCE-PR.

Diante disso e considerando o disposto nos artigos 477 e 484, do mesmo Diploma, ENTENDO presentes os requisitos para admissibilidade do recurso proposto, DETERMINANDO seu encaminhamento à Diretoria de Protocolo para nova autuação e distribuição.

Publique-se.

Gabinete do Conselheiro, em 7 de fevereiro de 2019.

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Conselheiro Relator

wk



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo Nº: 7579-0/19

Assunto: RECURSO DE REVISTA

Data protocolização: 06/02/2019 00:00

Data hora autuação: 15/02/2019 16:06

Sujeitos do Processo			
Papel	Nome	CPF/CNPJ	Procuradores
Entidade	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	76.995.448/0001-54	
Recorrente	AUGUSTINHO ZUCCHI	450.562.939-20	
Interessado	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	76.995.448/0001-54	

Peças do Processo

Curitiba, 15/02/2019 16:07

Documento assinado digitalmente

CRISTIANO DE MEDEIROS ALVES PEREIRA

Matrícula Nº 504033



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº323/2019

Processo Nº: 75790/19

Data e hora da distribuição: 15/02/2019 16:08:41

Assunto: RECURSO DE REVISTA

Entidade: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Interessado: AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Exercício:

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Impedimentos:



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N °: 75790/19
ORIGEM : MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO : AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ASSUNTO : RECURSO DE REVISTA
ACÓRDÃO de PARECER PRÉVIO: 442/18 – S2C
INFORMAÇÃO : 1170/19

Informo que este Processo passa a tramitar como RECURSO DE REVISTA, em atendimento ao Despacho nº. 144/19 (peça nº 54), exarado no Processo nº 281192/18, do Exmo. Sr. Conselheiro Artagão de Mattos Leão.

DP, em 15 de fevereiro de 2019.

CRISTIANO DE MEDEIROS ALVES PEREIRA
Técnico de Controle
50.403-3
DP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães

PROCESSO Nº - 75790/19
ASSUNTO - RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO - AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
PROCURADOR -
DESPACHO - 165/19 – GCFAMG

Vistos e examinados.

À Coordenadoria de Gestão Municipal e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas, para as competentes manifestações.

GCFAMG em 18 de fevereiro de 2019.

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 281192/18
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Despacho nº 144/2019 – Gabinete Conselheiro Artagão de Mattos Leão, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2003, do dia 19/02/2019, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 20/02/2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenadoria de Gestão Municipal

RECURSO DE REVISTA			
Processo:	75790/19	Exercício:	2017
Origem:	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO		
Interessado:	AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO		
Acórdão de Parecer Prévio:	442/18 - SEGUNDA CÂMARA	Instrução nº:	1557/19 - CGM

EMENTA

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO.
Prestação de Contas do Exercício de 2017. Recurso de Revista: Pelo conhecimento e, quanto ao mérito, pelo não provimento, opinando-se pela manutenção da decisão consubstanciada no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 - Segunda Câmara.

1. RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Revista interposto pelo Município de Pato Branco em face da decisão proferida no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 - Segunda Câmara (peça processual nº 49), que expediu parecer prévio recomendando a regularidade das contas referentes ao exercício de 2017, com ressalva em decorrência da Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas, e aplicou a multa prevista no art. 87, III, "b" da L.C.E. 113/05, ao Sr. **Augustinho Zucchi** pelos atrasos.

O recorrente apresentou justificativas e esclarecimentos à peça processual nº 53, os quais serão analisados na sequência, em cumprimento ao Despacho nº 165/19-GCFAMG (peça processual nº 58).

ITEM RECORRIDO:

- Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

2. FUNDAMENTAÇÃO

Razões recursais

O recorrente frisa que os atrasos na transmissão de informações tiveram origem em problemas técnicos, restando, desta forma, configurado o caso fortuito, diante de fato imprevisível.

Defende que, segundo entendimento desta Corte, a partir do princípio da razoabilidade, é possível afastar a punição dos gestores quando os atrasos tenham sido iguais ou inferiores a 30 (trinta) dias, como ocorreu no Acórdão nº 1274/2018 – Primeira Câmara, pois o atraso constatado não se mostraria suficiente para prejudicar as atividades fiscalizatórias do Tribunal.

Menciona o art. 926, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com previsão no art. 52, da LC 113/05, o qual menciona que "*os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente*".

Assim, diante do princípio da razoabilidade, bem como princípio da isonomia, requer seja acolhida a presente justificativa, afastando a multa aplicada, cuja imposição entende desarrazoada, haja vista que não ensejou prejuízo na análise das contas, tampouco prejudicou a atividade de deste Tribunal, e requer a reconsideração do referido julgado.

Análise do item

Na fase instrutória da prestação de contas do Município de Pato Branco referentes ao exercício de 2017, esta Unidade Técnica, em manifestação conclusiva, conforme Instrução nº 3821/18-CGM (peça processual nº 47), opinou pela ressalva com aplicação de multa administrativa ao gestor responsável pelo atraso na remessa dos dados do SIM-AM, pois a justificativa apresentada não permitiu eximir a entidade dos atrasos constatados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Nesta fase recursal, o recorrente aduz que os atrasos decorreram de “problemas técnicos”, o que configuraria o caso fortuito, eis que imprevisível.

Adicionalmente, cita uma decisão deste Tribunal que afastou a multa por atrasos interiores a 30 (trinta) dias com base no entendimento de que o atraso no envio dos dados não prejudicou a atividade do controle externo exercida pela Corte de Contas e menciona o art. 926, do Código de Processo Civil, que seria de aplicação subsidiária por este Tribunal.

Ao final, com base nos princípios da razoabilidade e da isonomia, requer a reforma parcial da decisão com a exclusão da multa.

O termo “problemas técnicos” é genérico e não há elementos comprobatórios da sua ocorrência. Ademais, os atrasos iniciaram-se no mês de abertura e estenderam-se até o mês de outubro, de forma reiterada. Assim, mesmo que tenha havido algum impedimento de ordem técnica para a remessa dos dados, não seria razoável que ocorresse todos os meses sem que fossem tomadas as providências para sua resolução.

Quanto aos precedentes desta Corte que afastaram a multa, cabe ressaltar que cada hipótese deve ser ponderado para que se decida com razoabilidade. Além disso, o Acórdão nº 1274/2018 – Primeira Câmara, citado pelo recorrente, afastou a multa por atrasos iguais ou inferiores a 30 (trinta) dias, diferentemente do caso em exame, em que ficou evidenciado um atraso de 72 (setenta e dois) dias.

Mês	Ano	Data Limite p/ Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15
Maiο	2017	30/06/2017	16/07/2017	16
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Cumpre esclarecer que a norma contida no art. 87 da LC 113/2005 é clara ao determinar a aplicação de multa administrativa independente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais em razão da presunção de lesividade à ordem legal. Portanto, o simples fato de descumprir o prazo legal faz surgir o dever de aplicação da norma ao fato.

Portanto, não se verifica no Recurso interposto a apresentação de motivo de força maior capaz de justificar a impossibilidade de atendimento ao comando regulamentar.

Acrescenta-se que o atraso no envio das remessas do SIM-AM prejudica a atividade fiscalizatória deste Tribunal, como a realizada por meio de monitoramento e acompanhamento eletrônicos, que visam a verificar de forma concomitante os atos de gestão dos jurisdicionados a fim de impedir a continuidade ou prevenir a ocorrência de irregularidades.

Ainda, o envio dos dados fora do prazo pode comprometer o controle social sobre o gasto público, visto que os dados encaminhados pelas entidades são disponibilizados no Portal Informação para Todos – PIT, no portal eletrônico deste Tribunal, e ficam à disposição da sociedade para consulta.

Pelo exposto, opina-se pela manutenção da ressalva e da multa prevista no artigo 87, III, “b”, da Lei Complementar nº 113/2005, imputada ao gestor responsável, Sr. Augustinho Zucchi, em virtude dos atrasos na entrega dos dados do SIM-AM.

Conclusão: **MANUTENÇÃO DA RESSALVA E DA MULTA ADMINISTRATIVA**

3. RESULTADO DA ANÁLISE

ITEM MANTIDO:

- Entrega dos dados do SIM-AM com atraso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo conhecimento do presente Recurso de Revista interposto pelo Município de Pato Branco e, no mérito, pelo seu não provimento, conforme contido no item 3 - Resultado da Análise, recomendando-se a manutenção da decisão consubstanciada no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 - Segunda Câmara.

É a Instrução.

CGM, 18 de julho de 2019.

Ato emitido por CAMILA YUKIE HIRAKURI - Analista de Controle - Matrícula nº 516082.

Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas, conforme art. 353 do Regimento Interno.

Encaminhado por CAROLINE PATRICIA LAGO CHOMATAS - em substituição ao Coordenador - Matrícula nº 516465.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

PROTOCOLO Nº: 75790/19
ORIGEM: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: **AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
PARECER: 489/19

***Ementa:** Recurso de Revista. Pelo desprovimento.*

Trata-se de Recurso de Revista interposto por Augustinho Zucchi (Prefeito do Município de Pato Branco) em face do Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18-S2C¹ (peça 49) que apreciou regular com ressalvas as contas prestadas pelo Recorrente, relativas ao exercício de 2017, com aplicação da multa prevista no art. 87, III, 'b' da LOTC em razão de atrasos no envio de dados aos SIM-AM, verificada em 11 remessas mensais. Citamos:

Mês	Ano	Data Limite para Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15
Maio	2017	30/06/2017	16/07/2017	16
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13

Na peça recursal alega-se, em síntese, que a mora no envio de dados “*teve origem em problemas técnicos que geraram atrasos na transmissão de informações restando, desta forma, configurado o caso fortuito, diante de fato imprevisível*”.

Assevera-se que a jurisprudência do Tribunal tem afastado a aplicação de multa quando o atraso é inferior a 30 dias, sendo que no caso em tela este prazo foi ultrapassado apenas na remessa dos meses de janeiro, fevereiro e março, o que, por juízo de razoabilidade, permitiria o afastamento da sanção.

Cita-se, por fim, o art. 22 da nova LINDB, para sustentar a ausência de gravidade nas condutas do Recorrente, aptas a lhe imputar a multa administrativa.

¹ Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Relator), IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete da 4ª Procuradoria de Contas

O Recurso foi admitido pelo Despacho nº 144/19-GCAML (peça 54).

Por meio da Instrução nº 1557/19-CGM (peça 60) a unidade técnica opina pelo desprovimento do Recurso.

É o **relatório**.

Tal qual a unidade técnica, este Ministério Público de Contas entende que o Recurso não comporta provimento.

Note-se que a principal alegação recursal para justificar os recorrentes atrasos na remessa de dados ao SIM-AM – problemas técnicos – veio desacompanhada de qualquer elemento probatório que pudesse confirmá-la.

A menção à jurisprudência deste Tribunal também não se aplica ao caso tela, posto que em três meses a mora foi superior ao prazo tolerado de 30 dias.

Por fim, como ressaltado na decisão objurgada, os recorrentes atrasos prejudicam a atividades realizadas pelas unidades técnicas desta Corte de Contas, sendo este fundamento suficiente para aplicação a sanção prevista na LOTC.

Ante o exposto, este Ministério Público de Contas opina pelo **desprovimento** deste Recurso.

É o parecer.

Curitiba, 23 de julho de 2019.

Assinatura Digital

GABRIEL GUY LÉGER

Procurador do Ministério Público de Contas

Ato emitido por:

Carlos Volchan de Carvalho



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 75790/19
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
PROCURADOR:
RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

ACÓRDÃO Nº 2878/19 - Tribunal Pleno

EMENTA: Recurso de revista. Conhecimento do recurso, no mérito pelo desprovimento.

1. DO RELATÓRIO

Versa o presente feito acerca de Recurso de Revista interposto pelo Município de Pato Branco em face da decisão proferida no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 - Segunda Câmara (peça processual nº 49), que expediu parecer prévio recomendando a regularidade das contas referentes ao exercício de 2017, com ressalva em decorrência da Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas, e aplicou a multa prevista no art. 87, III, "b" da L.C.E. 113/05, ao Sr. Augustinho Zucchi pelos atrasos.

Argumenta a Recorrente, em síntese, que os atrasos na alimentação dos dados do SIM/AM foram decorrentes de problemas técnicos na transmissão de informações. Ainda, alega que tais atrasos não macularam ou trouxeram prejuízos para a análise das contas.

Por meio do Despacho 144/19 – GCAML (peça 54), verificou-se presentes todos os requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual o recurso em questão foi recebido e enviado à Diretoria de Protocolo para sorteio de novo relator.

Ato contínuo, através do Despacho 165/19 - GCFAMG, peça 58, o feito foi enviado ao Setor Técnico e ao Órgão Ministerial para as competentes manifestações.

A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 1557/19, peça 60), manifestou-se pelo conhecimento do presente Recurso de Revista interposto pelo Município de Pato Branco e, no mérito, pelo seu não provimento, conforme contido no item 3 - Resultado da Análise, recomendando-se a manutenção da decisão consubstanciada no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 - Segunda Câmara.

O Ministério Público de Contas por sua vez, Parecer nº 489/19 – 4PC, peça 61, opina pelo conhecimento e, no mérito, pelo não provimento do Recurso de Revista, mantendo-se em sua integralidade o Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 – S2C desta Corte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Admissibilidade

Nos termos do Despacho 144/19 – GCAML (peça 54), o recurso foi recebido por haver sido manejado tempestivamente, por parte legalmente legitimada a fazê-lo, sendo a revista a espécie recursal própria a ensejar, pelo Plenário deste Tribunal, a revisão de suas decisões, em consonância com o contido no art. 73, da LC/PR 113/05, e no art. 484, do RI/TCE-PR.

Mérito

Inicialmente, cumpre esclarecer que a norma contida no art. 87, da LC 113/2005, é clara ao determinar a aplicação de multa administrativa independente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal. Portanto, o simples fato de descumprir o prazo legal estabelecido, mesmo que seja somente de 01 (um) dia, faz surgir o dever de aplicação da norma ao fato. Nesse viés, a penalidade de multa tem, além do caráter sancionatório pelo descumprimento da norma legal, o caráter pedagógico, posto que esta Corte oferece rotineiramente cursos, seminários e encontros de orientação e aperfeiçoamento junto aos jurisdicionados.

No tocante, as justificativas apresentadas acerca do atraso na alimentação do SIM/AM, extrai-se que os elementos trazidos pelo Recorrente não lograram êxito em desconstituir os apontamentos técnicos, tendo em vista que não foram demonstrados fatos que efetivamente apontassem a impossibilidade de atendimento ao comando regulamentar. O Recorrente apenas se limitou a dizer que os atrasos foram decorrentes de problemas técnicos na transmissão de informações e que não seriam suficientes para macular ou causar prejuízos para a análise das contas. Entretanto, nenhum documento comprobatório foi apresentado. Ademais, como bem destacou a CGM, os atrasos se iniciaram no *“mês de abertura e estenderam-se até o mês de outubro, de forma reiterada. Assim, mesmo que tenha havido algum impedimento de ordem técnica para a remessa dos dados, não seria razoável que ocorresse todos os meses sem que fossem tomadas as providências para sua resolução”*.

Nesse sentido, vale destacar que cabe ao gestor de dinheiro público, ou mandatário de cargo ou função pública, o zelo e a probidade, pautado nos princípios da Lei Maior, sendo o Estado detentor do poder da observância do interesse da coletividade. Vale dizer, esse exerce as atividades atribuídas pelo ordenamento jurídico, embasado pelos princípios constitucionais com o intuito de assegurar a supremacia do interesse público. E reforçando o raciocínio, bem destacou a instrução técnica que os atrasos podem vir a prejudicar a atividade fiscalizatória desta Corte, pois pode vir a impossibilitar ou retardar o monitoramento e acompanhamento eletrônico dos atos de gestão, o que pode impedir a continuidade e até mesmo prevenir a ocorrência de irregularidades. E de grande importância também frisar que tais atrasos podem prejudicar o controle social sobre os gastos públicos, visto que os dados encaminhados pelas entidades são disponibilizados no Portal Informação para Todos no site do TCE-PR e ficam à disposição da sociedade para consulta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Por fim, é importante mencionar que não está sedimentado o entendimento acerca da matéria no âmbito desta Corte, pois existem julgados em que há maior elasticidade em relação aos atrasos (Acórdão nº 6370/16 – S2C – protocolado nº 39079/13, Acórdão nº 3690/17 – S1C – protocolado nº 151637/13, Acórdão nº 769/17 – S1C – protocolado nº 618431/13, DDM nº 335/17 – protocolado nº 606263/17, DDM nº 193/16 – protocolado nº 606387/13), porém, o posicionamento que tem prevalecido e vem se mostrando consistente nesta Corte é no sentido de afastar a aplicação de penalidade pecuniária quando o atraso for igual ou inferior a 30 dias, posicionamento adotado por essa Relatoria, mas, não sendo o caso da situação ora analisada, tendo em vista que os atrasos de Janeiro (74 dias), Fevereiro (44 dias) e Março (44 dias) de 2017, foram além de 30 dias, conforme o quadro abaixo:

Mês	Ano	Data Limite para Envio	Data do Envio	Dias de Atraso
Abertura	2017	02/05/2017	01/06/2017	30
Janeiro	2017	02/05/2017	13/07/2017	72
Fevereiro	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Março	2017	31/05/2017	14/07/2017	44
Abril	2017	30/06/2017	15/07/2017	15
Mai	2017	30/06/2017	16/07/2017	16
Junho	2017	31/07/2017	11/08/2017	11
Julho	2017	31/08/2017	20/09/2017	20
Agosto	2017	02/10/2017	11/10/2017	9
Setembro	2017	31/10/2017	16/11/2017	16
Outubro	2017	30/11/2017	13/12/2017	13

No que se refere aos atrasos dos meses de Abertura, (30 dias), Abril (15 dias), Maio (16 dias), Junho (11 dias), Julho (20 dias), Agosto (09 dias), Setembro (16 dias) e Outubro (13 dias) de 2017, entendendo que a dimensão da impropriedade deve ser convertida em recomendação ao Jurisdicionado, para que observe as normativas legais, visando implementar medidas para que os atrasos ora observados não venham a se repetir em futuras prestações de contas.

Nesse sentido, resta claro que as falhas, referentes aos atrasos na alimentação do SIM/AM, contrariam as normas que regem a matéria, em especial o contido nas Instruções Normativas TCE/PR nº 115/2016 e nº 129/2017, bem como o contido no Regimento Interno desta Casa e LC 113/2005. Contudo, a falta, ainda que contrariando o contido na Instrução Normativa TCE/PR nº 124/2017, art. 10, § único, não constitui elemento intrínseco às contas, não devendo, no entendimento dessa Relatoria, ser motivo de ressalva.

Assim, ao analisar o presente recurso, verifica-se que estão presentes os pressupostos para seu conhecimento.

No que se refere ao mérito, com vênia ao posicionamento exarado pelo *Parquet*, entendo que as alegações não são suficientes para sanar os apontamentos que ensejaram a penalidade pecuniária ao Sr. Augustinho Zucchi, em razão dos atrasos na entrega dos dados do Sistema SIM/AM, nos meses de Janeiro (74 dias), Fevereiro (44 dias) e Março (44 dias) de 2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

3. DA DECISÃO

Em face de todo o exposto, voto no sentido de que deve o Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

3.1. conhecer o presente Recurso de Revista, pois presentes todos os requisitos legais, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão exarada no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 – S2C;

3.2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encaminhamento à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações nos registros competentes, na forma da LC/PR 113/05 e do RITCE/PR.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade:

I. conhecer o presente Recurso de Revista, pois presentes todos os requisitos legais, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão exarada no Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 – S2C;

II. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encaminhamento à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações nos registros competentes, na forma da LC/PR 113/05 e do RITCE/PR.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e os Auditores THIAGO BARBOSA CORDEIRO e CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ELIZA ANA ZENEDIN KONDO LANGNER.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2019 – Sessão nº 33.

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator

NESTOR BAPTISTA
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 75790/19
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 2878/2019 – Tribunal Pleno, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2151, do dia 25/09/2019, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 26/09/2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 75790/19
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO: AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO – 999/19 - STP

Certifico que o Acórdão nº 2878/2019, do Tribunal Pleno (peça nº 62), proferido no processo acima citado, foi disponibilizado¹ no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2151, do dia 25/09/2019, e transitou em julgado em 18/10/2019.

STP, em 18 de outubro de 2019.

MARCELO ARRUDA DE MELO - Técnico de Controle
Secretaria do Tribunal Pleno
matrícula nº 50.935-3

¹ Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenadoria de Monitoramento e Execuções

INFORMAÇÃO Nº : 6399/2019
PROCESSO Nº : 75790/19
ENTIDADE : MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO : AUGUSTINHO ZUCCHI
ASSUNTO : RECURSO DE REVISTA

REGISTRO DA SANÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA

Em atendimento ao contido no art. 175-L, I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, efetuamos o registro da Sanção de Multa Administrativa, nos termos do Art. 87, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/05, em decorrência da Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas, aplicada em decisão exarada no **Acórdão nº 2878/2019 - STP**, de 18/09/2019, sob responsabilidade de **AUGUSTINHO ZUCCHI – CPF nº 450.562.939-20**, no valor de R\$ 3129,45 (três mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos, equivalente a 30 UPFs), devidamente atualizado¹ até esta data.

É a informação.
CMEX, 23 de outubro de 2019.

-assinatura digital-
Ato elaborado por: **FAUSTO LUIS ABRAMIDES**
ANALISTA DE CONTROLE

¹ Atualização monetária e juros de acordo com os artigos 91 e 92 da Lei Complementar nº 113/2005 e artigos 420 e 501 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 02/2006.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Coordenadoria de Monitoramento e Execuções

OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO IDC/CMEX Nº 1385/2019

Curitiba, 23 de outubro de 2019.

A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná vem comunicar que V. Sa. foi intimado pelo DETC-PR nº 2151, de 25/09/2019, nos termos do Acórdão nº 2878/2019 (Processo TC nº 281192/18 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL), a efetuar o recolhimento da sanção a seguir relacionada:

Nome e CPF do Sancionado:	AUGUSTINHO ZUCCHI - CPF 450.562.939-20
Sanção aplicada:	Multa Administrativa
Fundamentação Legal:	Art. 87, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/05
Motivo:	em decorrência da Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas
Credor:	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Forma de Recolhimento:	GR-PR, código da receita 5118 http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=271
Local de Pagamento:	Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Sicredi, Bancoob ou Rendimento
Valor	R\$ 3.129,45 (três mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos equivalente a 30 UPFs.)
Prazo para Recolhimento:	03 de Dezembro de 2019

Segue anexo extrato com as opções de parcelamento da multa nos termos do art. 502 do Regimento Interno.

Não havendo registro do recolhimento no Sistema da Secretaria de Estado da Fazenda do valor integral ou da primeira parcela até o término do prazo estabelecido no artigo 501 do Regimento Interno desta Casa, o nome do devedor passará a constar no Cadastro de Inadimplentes – CADIN, e será emitida Certidão de Débito para Inscrição em Dívida Ativa e Execução Judicial.

DESTACAMOS que o pagamento integral ou da primeira parcela da sanção deverá ser efetuado até o prazo para recolhimento informado acima e pelo código de receita 5118 (Multas Aplicadas pelo Tribunal de Contas). Expirado aquele prazo, sem que tenha ocorrido o pagamento integral ou da primeira parcela, o sancionado deverá aguardar a inscrição em dívida ativa para então pagar a sanção exclusivamente pelo código de receita 5215 (Dívida Ativa do Tribunal de Contas).

Atenciosamente

-assinatura digital-

WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR
Coordenador de Monitoramento e Execuções

AUGUSTINHO ZUCCHI

Rua Caramuru, 271 Prefeitura - Centro
PATO BRANCO PR
85.501-064

fla



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções

ANEXOS

EXTRATO PARA FINS DE ADEÇÃO AO PARCELAMENTO DE MULTAS APLICADAS PELO TCE/PR (artigo 502 do Regimento Interno)

Sancionado:	AUGUSTINHO ZUCCHI
Processo TCE/PR:	281192/18
Data do vencimento integral da multa ou da 1ª parcela:	03 de Dezembro de 2019

Valor total das multas aplicadas no processo:	R\$	3.129,45
---	-----	----------

Valor da UPF/PR no mês 10/2019	R\$ 104,31
Limite mínimo de UPFs para parcelamento:	5
Valor Mínimo da parcela:	R\$ 521,55
Número máximo de parcelas:	6

Para optar pelo recolhimento parcelado, escolha a quantidade de parcelas possíveis informadas abaixo e efetue o recolhimento no valor exato até a data do vencimento

Opção por	1	parcela à vista de	R\$	3.129,45
ou	2	parcelas mensais de	R\$	1.564,73
ou	3	parcelas mensais de	R\$	1.043,15
ou	4	parcelas mensais de	R\$	782,36
ou	5	parcelas mensais de	R\$	625,89
ou	6	parcelas mensais de	R\$	521,58

- O recolhimento do valor exato da parcela, dentre as opções indicadas no demonstrativo ao lado, implica no aceite tácito do parcelamento.
- Após o pagamento da primeira parcela, as demais deverão ser recolhidas até o último dia útil dos meses subsequentes.
- O parcelamento será rescindido automaticamente ante a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não.
- Após o pagamento da última parcela, o sancionado deve providenciar a guia para o pagamento da PARCELA COMPLEMENTAR correspondente aos acréscimos financeiros com juros de 1% (um por cento) ao mês.
- A falta de pagamento da PARCELA COMPLEMENTAR leva à rescisão do parcelamento.
- É vedado o reparcelamento das Multas.
- Rescindido o parcelamento, o saldo pendente de recolhimento será inscrito em dívida ativa.

Para obter a GR-PR para pagamento integral ou parcelado, acesse www.fazenda.pr.gov.br

No Menu "SERVIÇOS" escolha a opção "GUIAS PARA PAGAMENTO"

Escolha GR-PR (NÃO ESCOLHA A OPÇÃO GR-PR PARCELAMENTO)

Clique em "Emissão de GR-PR"

Tipo: "Outras"

Código: 5118

Informe o CPF

Preencha os DADOS DO CONTRIBUINTE

No Quadro DADOS DA RECEITA, informe:

Período de Referência: insira o ano corrente, com 4 dígitos (ex: 2019)

Número do processo: é o número do processo do Tribunal de Contas que consta no cabeçalho deste extrato (somente números; não use traços nem barras)

No Quadro VALORES A RECOLHER preencha o Campo "Valor da Receita" com o valor exato do recolhimento. (o sistema preenche automaticamente o Campo "Total a Recolher").

No Quadro "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES insira um dos seguintes textos:

"PAGAMENTO INTEGRAL DE MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS NO PROCESSO XXXXXX/XX"

"PAGAMENTO PARCELADO DE MULTA APLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS NO PROCESSO XXXXXX/XX"

Parcela xx/tt ("xx" é o número da parcela que está sendo paga e "tt" número total de parcelas).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções

INFORMAÇÃO Nº : 6400/19
PROCESSO Nº : 75790/19
ORIGEM : MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO : AUGUSTINHO ZUCCHI, MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ASSUNTO : RECURSO DE REVISTA

REGISTRO DE PARECER PRÉVIO COM RESSALVAS

Em atendimento ao contido no art. 175-L, I, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, efetuamos o registro de ressalvas nos termos do **ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO nº 442/18 – S2C mantido pelo ACÓRDÃO nº 2878/19 – STP** (peça 62), publicado no DETC-PR nº 2151 de 25/09/2019, com trânsito julgado em 18/10/2019 (peça 64), conforme segue:

Ressalvas:

“Entrega dos dados do SIM-AM com atraso em 11 (onze) remessas.”

Nos termos do art. 383, II, e 388 do Regimento Interno desta Casa, a ciência das ressalvas acima registradas ocorreu quando da publicação da decisão no periódico Diário Eletrônico do Tribunal de Contas – DETC-PR.

Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência para oficial e disponibilizar cópias integrais do processo à Câmara Municipal para julgamento, nos termos do art. 217-A, do Regimento Interno.

Encaminhar, na sequência, ao Gabinete do Relator, CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, tendo em vista Recurso de Revista nº 75790/19 (Acórdão nº 2878/19 – STP) que manteve irretocável o Acórdão de Parecer Prévio nº 442/18 – S2C (peça 49), para deliberar sobre a inversão dos processos pela Diretoria de Protocolo, passando a tramitar como principal o Processo nº 281192/18, transferindo a competência para a execução ao CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, relator do processo originário, nos termos do § 3º do art. 32 do Regimento Interno.

Após, retorne à CMEX para acompanhamento.

É a informação.

CMEX, 23 de outubro de 2019.

-assinaturas digitais-

Ato elaborado por: **FAUSTO LUIS ABRAMIDES**
Analista de Controle - Econômica

De acordo: **WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR**
Coordenador de Monitoramento e Execuções



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n.º 2293/19-OPD-GP

Curitiba, 30 de outubro de 2019.

Ref.: Acórdão de Parecer Prévio

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 18, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado do Paraná¹, comunico a Vossa Excelência a emissão do parecer prévio proferido por este Tribunal nas contas do Poder Executivo do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, exercício financeiro de 2017, conforme dados abaixo:

1. Processo n.º 75790/19 - Recurso de Revista
2. Acórdão de Parecer Prévio n.º 2878/19 – Tribunal do Pleno
3. Disponibilização no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas n.º 2151, de 25/09/19
4. Data do trânsito em julgado do Acórdão – 18/10/2019

Com a adoção do processo eletrônico por este Tribunal, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 126/2009 e do Regimento Interno, o processo digital estará disponível pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da emissão deste ofício, no seguinte caminho:

1. Acesse o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
2. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
3. Selecionar a opção Cópia de Autos Digitais
4. Indicar o número do processo 75790/19
5. Indicar o número do Cadastro CPF/CNPJ
6. Clicar em Exibir cópia

Por fim, solicitamos que após o julgamento, seja encaminhado o DECRETO LEGISLATIVO e sua publicação ao Tribunal de Contas no seguinte caminho:

1. www.tce.pr.gov.br
2. Clicar no ícone e-Contas PR
3. Clicar em **Petição Intermediária**
4. Indicar o número do processo 75790/19
5. Clicar em **Manifestação de terceiros**
6. Clicar em **Carregar novo Documento**
7. Clicar em **Finalizar Petição**

Atenciosamente,

- assinatura digital -

WILSON DE LIMA JUNIOR
Diretor de Gabinete da Presidência²

Excelentíssimo Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Câmara Municipal de PATO BRANCO
Rua Arariboia, 491 Caixa Postal 111 - Centro
PATO BRANCO-PR
85.501-262

¹ “Art. 18. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, competindo-lhe, no que couber, o disposto no art. 75 desta Constituição.

§ 2º. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços da Câmara Municipal.”

² Conforme Instrução de Serviço n.º 115/2017, disponibilizada no DETC/PR n.º 1.707, de 31 de outubro de 2017.